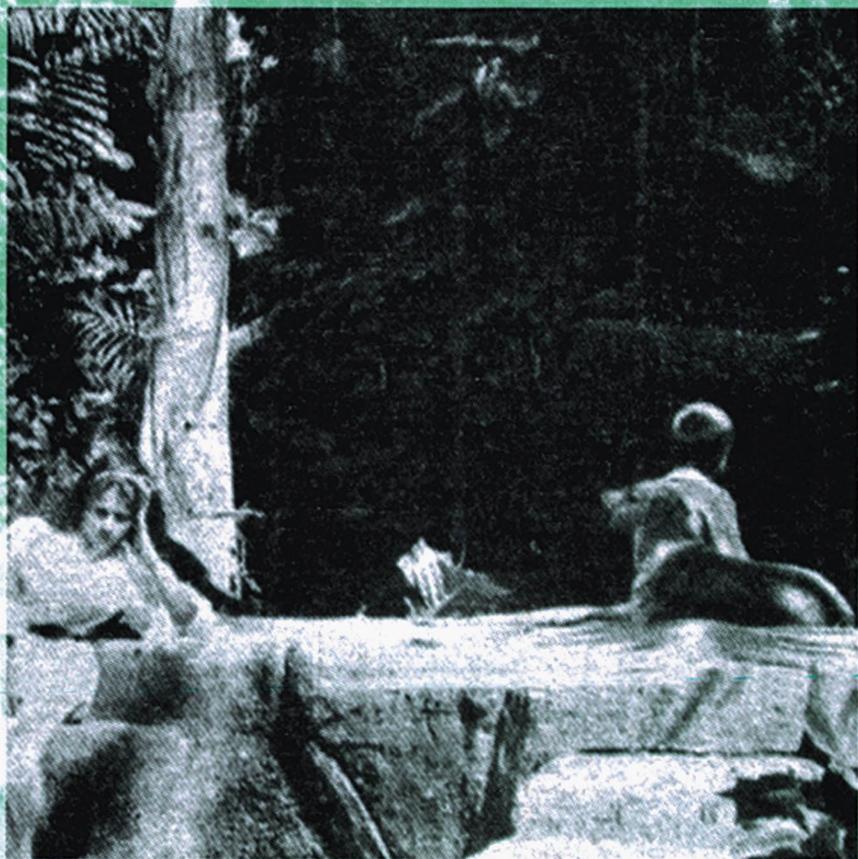


Hugo Segawa

AO AMOR DO PÚBLICO

JARDINS NO BRASIL



 **FAPESP**

Studio Nobel

**AO AMOR DO PÚBLICO
JARDINS NO BRASIL**

© 1996 Livros Studio Nobel Ltda.

Livros Studio Nobel Ltda.

Al. Ministro Rocha Azevedo, 1077 — cj. 22
01410-003 — São Paulo — SP
Fone/Fax: (11)3061-0838
E-mail: studionobel@livrarianobel.com.br

Distribuição/Vendas

Livraria Nobel S.A.
Rua da Balsa, 559
02910-000 — São Paulo — SP
Fone: (11)3933-2822
Fax: (11)3931-3988
E-mail: ednobel@livrarianobel.com.br

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida sem a permissão por escrito dos editores por qualquer meio: xerox, fotocópia, fotográfico, fotomecânico. Tampouco poderá ser copiada ou transcrita, nem mesmo transmitida por meios eletrônicos ou gravações. Os infratores serão punidos pela lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973, artigos 122-130.

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Hugo Segawa

**AO AMOR DO PÚBLICO
JARDINS NO BRASIL**



Studio Nobel

Coordenação Editorial
Carla Milano

Equipe de Produção
Martha Assis de Almeida Kuhl
Claudia Cantarin Domingues

Foto da capa
A gruta do Bosque Municipal de Belém em 1905

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Segawa, Hugo, 1956-
Ao amor do público : jardins no Brasil / Hugo Segawa. — São Paulo : Studio Nobel :
FAPESP, 1996. — (Cidade aberta)

Bibliografia
ISBN 85-85445-40-8

1. Arquitetura paisagística — Brasil
2. Jardinagem paisagística — Brasil
3. Jardins — Brasil I. Título. II. Série.

95-3902

CDD-712.50981

Índice para catálogo sistemático

1. Brasil : Jardins públicos : Paisagismo arquitetônico 712.50981

Os músicos do século 17 e 18 não deixaram de se sensibilizar com a nova percepção da Natureza na cultura ocidental. Compositores não tão famosos, como L. C. D'Aquin (1694-1772), Duphy (1715-89), J. C. Kerl (1627-93), B. Passaquim (1637-1710), escreveram peças que se inspiravam em animais e plantas. François Couperin (1668-1733), Jean-Phillippe Rameau (1683-1764), Joseph Haydn (1732-1809) e Antonio Vivaldi (1678-1741) — com seu hoje popular *Le Quattro Stagioni*, Op. 8 —, renderam-se aos encantos da Natureza.

Quem sabe D. Luís de Vasconcelos não gostaria de ter inaugurado seu Passeio Público do Rio de Janeiro ao som de *Water Music*, de Händel (1685-1759), com os barcos velejando na baía da Guanabara?

Se este texto puder ser lido acompanhado por uma trilha musical, recomendaria a Sinfonia n° 6 em Fá maior, Op. 68, a *Pastoral* de Ludwig van Beethoven (1770-1827) — em especial, o último movimento, “Canto de Agradecimento dos Pastores após a Tempestade”.

Para
Harue, Seiichi, Yurie e Masahumi

Duas palavras

É fenômeno relativamente recente, de uns vinte anos para hoje, vemos entre nós arquitetos recém-formados se dedicando à pesquisa da história da arquitetura. Esta atividade — positiva por abrir, gradativamente, uma nova frente seja no conhecimento de nosso passado como significando uma atitude inovadora entre os profissionais da arquitetura — nem sempre tem sido bem recebida entre alguns arquitetos projetistas, que dentro de um certo purismo, consideram o fazer arquitetônico como a única forma de expressão criativa em sua área. Contudo, é entre estes jovens profissionais que vemos emergirem os historiadores de arquitetura, docentes com formação de pesquisa, assim como, finalmente, os primeiros comentaristas e críticos da difícil arte de construir. Desse grupo que hoje se situa entre os 30 e os 45 anos emergirão, por certo, dentro em breve, os teóricos da estética do projeto.

É no interior desse núcleo, entre os quais se contam os autores das obras mais recentes sobre a arquitetura brasileira, que localizamos Hugo Segawa, pesquisador que demonstrou sua vocação desde os primeiros anos de estudo de graduação em arquitetura. A partir de então, tornou-se rapidamente um investigador quase compulsivo em seu afã de levar a cabo as temáticas a que se dedicou nestes últimos anos, seja sobre a arquitetura brasileira de hoje, como focalizando a contemporaneidade da arquitetura latino-americana, seja em particular, como nos casos dos jardins públicos, a história da arquitetura e do urbanismo em nosso país.

Assim, de um primeiro interesse demonstrado ao abordar em curso de iniciação à pesquisa ao nível de graduação o Jardim Público do Rio de Janeiro, de autoria de Mestre Valentim, em 1976, o desenvolvimento desse trabalho levou-o a

uma comunicação sobre o mesmo tema em um congresso sobre o Barroco em Ouro Preto, em 1981. Sua dissertação de mestrado, contudo, abordaria “Construção de Ordens: um aspecto de arquitetura no Brasil (1808-1930)”, focalizando escolas, hospitais, hospícios, hospedarias de imigrantes, prisões, tendo em vista a transformação das cidades nesse período crucial da passagem do século XIX para o século XX.

Neste período de inícios dos anos 80 até os nossos dias Hugo Segawa se moveu igualmente na área do jornalismo informativo e crítico da arquitetura colaborando em revistas do país e do exterior. Essa atividade para sua sobrevivência foi fértil e enriquecedora na medida em que o colocou em contato com profissionais de vários estados do país, conhecendo suas realizações, assim como com arquitetos de outros países, em particular da América Latina.

O tema deste trabalho, *Jardins no Brasil 1779-1911* nos chega num momento peculiar, embora conheçamos sua genealogia, como diz o próprio Hugo Segawa, no caso, a retomada da pesquisa iniciada com o Passeio Público do Rio de Janeiro. Fazemos parte de uma tradição predatória, tanto de origem lusitana quanto indígena, no que respeita à natureza. Esta representa uma ameaça, a ser domada, dobrada, para a sobrevivência do homem a partir do plantio. A queimada faz parte do processo de apropriação de nosso entorno. Daí porque não parece pertencer à nossa cultura a apreciação, o amor, a devoção, enfim, às coisas da natureza. Quando se inicia no Brasil em fins do século XVIII um desejo de ordenação do espaço físico com elementos vegetais, com o objetivo de preservação de espécies e seu cultivo, a planificação desse mesmo espaço em forma de passeio público, sabemos que muito mais que uma atitude autenticamente nossa, do ponto de vista cultural, essas iniciativas refletem a importação de modelos em voga no exterior. Ao contrário da problemática européia, da ordenação da natureza tendo em vista a limitação dos espaços, e por essa mesma razão, sua valorização, a nossa circunstância nos impelia a temer a imensidão inexplorada e temível pelo desconhecimento do que encerrava essa natureza bravia. Assim, há duas atitudes que podemos perceber através desta longa pesquisa: uma, a atitude civilizatória na planificação de um espaço público que contém a natureza controlada e ordenada a partir da racionalidade do homem, atraindo visitantes, ao mesmo tempo, para uma atividade de lazer e convívio laico antes desconhecido, posto que a saída das moradias limitava-se, fora as visitas familiares, sobretudo para as mulheres, à frequência ao culto religioso. O cientifismo, o desejo de catalogar espécies, conhecer, enfim, o que nos rodeia, é o outro lado curioso que surge a partir da implantação desses núcleos de prazer a partir da natureza transformada pela mão do homem. De fato, do Jardim Botânico ao Jardim Público está toda a trajetória dessa diferença de atitudes. Mas que se difunde como um modismo

necessário aos novos tempos e a uma nova mentalidade, desde o final do século XVIII até os inícios do século XX. Evidentemente, na importância que a cidade começa a assumir está a chave desses novos cuidados a serem dados ao espaço urbano e a seus habitantes, que afluem a cada ano mais numerosos, emigrantes do campo. Atento aos limites de datação, Hugo Segawa se detém nos inícios deste novo século. Porém, se aborda o Parque da Redenção de Porto Alegre, não podemos deixar de lembrar a urbanização da Várzea do Campo, em São Paulo, onde, na segunda década se edificaria o Palácio das Indústrias, primeiro centro de exposições da produção que projetaria este estado numa extensão dos empreendimentos conseqüentes à riqueza agrícola, em particular do café. Símbolo do parque “comemorativo” seria também a implantação do Parque Ibirapuera, a surgir para as festividades do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, e hoje mancha verde importante na paisagem e vida urbana da capital paulista.

Esta pesquisa surge também como preciosa documentação num tempo em que em todo o mundo a preocupação com a ecologia assume níveis impensáveis há cinquenta anos atrás em plena era da industrialização. Segawa retrata, deste modo, no Brasil, os primórdios e os modelos que nos guiaram na defesa de um meio-ambiente em acelerada degradação, assim como a aspiração de uns poucos e raros, previdentes de que a natureza deve ser conhecida e protegida, como dom, antes de se tornar uma ameaça pelas agressões por ela sofridas por parte do homem, predador assustado. Ao mesmo tempo, este trabalho enfatiza, a par da pesquisa devotada, o papel civilizatório desta manipulação racional na criação do espaço do jardim público, corretor da urbanização descontrolada, como projeto de conciliação entre o homem e seu espaço terreno.

Aracy Amaral

Sumário

O Século dos Jardins, por Machado de Assis (À guisa de prefácio) 11

Dentro dos jardins 13

PARTE 1

Jardim como Metonímia da Natureza 21

A natureza como espetáculo, 23 • O pitoresco, 27 • Em busca de uma paisagem, 28 •
Um recanto paradisíaco, 29

Da Praça ao Jardim Público 31

O espaço popular, 32 • O popular disciplinado, 34 • Descongestionar a cidade
medieval, 35 • A forma refinada, 36 • Agradável arborização, 38 • Os prazeres ao ar
livre, 39 • Práticas saudáveis, 43 • Ver e ser visto ao ar livre , 45 • Jardim, antídoto da
praça , 48

Do Éden Americano ao Salubrismo 51

Um jardim holandês, 52 • Os jardins botânicos americanos, 56 • Alamedas hispano-
americanas, 59 • O salubrismo oitocentista, 67 • Cultura assimilada, 73

PARTE 2

O Passeio Público do Rio de Janeiro 77

Geopolítica do século 18, 78 • Apropriação da terra, 81 • O passeio lisboeta, 83 • Visões do paraíso, 87 • Um percurso urbanístico, 90 • A paisagem marítima, 91 • “A praça mais lustrosa e pública”, 96 • Vazio público, 98 • Um jardim paisagista, 104 • Um privilégio desprezado, 107

Jardins Botânicos e Passeios Públicos 109

O declínio português no Oriente, 110 • Fisiocracia e Iluminismo, 111 • O incremento à agricultura, 112 • O Jardim Botânico e o Passeio Público de Belém, 114 • O Passeio Público de Salvador, 120 • O Jardim Botânico de Pernambuco, 126 • O Jardim Botânico de Ouro Preto, 129 • O Jardim Botânico ou Jardim Público de São Paulo, 131 • O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 138 • O Passeio Público de Curitiba, 144 • De jardim botânico a passeio público, 147

Do Campo da Cidade para a Praça da República 151

À margem da cidade, 152 • A corte e o desenvolvimento urbano, 153 • O vazio cerimonial, 156 • O vazio público, 163 • Excesso de vazio, 165 • Uma vida de praça, 166 • Um jardim para o fim da monarquia, 169 • Fim das confluências, 173

Da Várzea do Portão para o Campo da Redenção 175

À margem da cidade, 177 • Sedução do vazio, 178 • Dos estancieiros aos imigrantes, 179 • Melhorias urbanas, 180 • As intervenções republicanas, 181 • Um passeio na escala da cidade, 185

Belém: cada praça um futuro parque 189

Os lugares públicos, 190 • O “super-intendente”, 194 • O sistema de parques e jardins, 201 • Abandono público, 209 • Vegetação rica e viridente, 211

O Jardim é uma Cidade, a Cidade é um Jardim. 213

Experimentação urbanística, 214 • Empreendimentos ilustrados, 214 • Aprazível e distante, 216 • Terror da população, 217 • A percepção dos jardins, 219

A Alma dos Jardins, por João do Rio (À guisa de posfácio). 225

Referências bibliográficas 229

Índice 241

O Século dos Jardins

À guisa de prefácio

Machado de Assis, 1895

Que achei eu do nosso século carioca? Achei que será contado como o século dos jardins. À primeira vista parece banalidade. O jardim nasceu com o homem. A primeira residência do primeiro casal foi um jardim, que ele só perdeu por se atrasar nos aluguéis da obediência, onde lhe veio o mandado de despejo. Verdade é que, sendo meirinho não menos que o arcanjo Miguel, e o texto do mandado a poesia de Milton, segundo crêem os poetas, valeu a pena perder a casa e ficar ao relento. Vede, porém, o que é o homem. O arcanjo, depois de revelar uma porção de cousas sublimes e futuras, disse-lhe que tudo que viesse a saber não o faria mais eminente; mas que, se aprendesse tais e tais virtudes (fé, paciência, amor), não teria já saudades daquele jardim perdido, pois levaria consigo outro melhor e mais deleitoso. Não obstante, o homem meteu-se a comprar muitos jardins, alguns dos quais ficaram na memória dos tempos, não contando os particulares, que são infinitos.

Sendo assim, em relação ao homem, que há a respeito do carioca, para se lhe dar ao século a determinação especial que proponho? Certo, não é só o amor das flores, em gozo sumo, que me leva a isto. É a elevação do sentimento, é a crescente espiritualidade deste amor. Nós amamos as flores, embora nos reserve-

mos o direito de deitar as árvores abaixo, e não nos aflijamos que o façam sem graça nem utilidade.

Nos primeiros tempos do Passeio Público, o povo corria para ele, e o nome de Belas Noites dado à rua das Marrecas, vinha de serem as noites de luar as escolhidas para as passeatas. Sabeis disso; sabeis também que o povo levava a guitarra, a viola, a cantiga e provavelmente o namoro. O namoro devia ser inocente, como a viola e os costumes. Onde irão eles, costumes e instrumentos? Eram contemporâneos da Revolução Francesa, foram-se com os discursos dela. Enquanto Robespierre caía na Convenção, ouvindo este grito: “Desgraçado! é o sangue de Danton que te afoga!” o nosso arruador cantava com ternura na guitarra:

Vou-me embora, vou-me embora
Que me dão para levar?
Saudades, penas e lágrimas
Eu levo para chorar.

Mas reduzamos tudo aos três jardins, que me levam a propor tal título a este século da nossa cidade.

O primeiro, chamado Jardim Botânico, não tinha outrora a concorrência do Passeio Público antes e depois de Glaziou; ficava longe da cidade, não havia bondes, apenas ônibus e diligências. O lugar, porém, era tão bonito, a grande alameda de palmeiras tão agradável, que dava gosto de ir lá, por patuscada, ou com a segurança de não achar muita gente, coisa que para alguns espíritos e para certos estados era a delícia das delícias. Os monólogos de uns e os diálogos dos outros não ficaram escritos; menos ainda foram impressos; mas haveria que aprender neles. Defronte havia uma casa de comida, onde os cansados do passeio iam restaurar as forças. Também se ia ali à noite.

[...] Logo depois do Jardim Botânico surgiu o Jardim Zoológico. Não é possível conter a concorrência deste; já tem sido enorme e seria infinita, se lhe não fechassem as portas; mas há quem diga que é fechamento temporário, para o fim único de reformar e limpar as plantações, iniciar outras, e abrir as portas oportunamente.

[...] Terceiro jardim: é o recente Jardim Lotérico. Não ligo bem estes dois nomes; parece que há lá corridas, ou que quer que seja, pois às vezes ganha o Camelo, outras o Avestruz, ou o Burro. No dia 3 ganhou o Leão. No dia 4 até à hora em que escrevo, não sei quem teria vencido... A cidade é sempre o homem do primeiro jardim. Tem a fé, tem a paciência, tem o amor, mas não há meio de achar um jardim em si mesma, e vai tecendo o século com outros. Creio que fiz um verso: E vai tecendo o século com outros.

Dentro dos jardins

Jardim

Boninal. Hospício de flora. Alardo de amenidades. Triunfo da Primavera. Açougue dos pobres. Deram-lhe os antigos este nome porque (como advertiu Plínio) não há cultura mais segura, nem menos dispendiosa que a dos jardins. [...]. Porém, segundo a minha opinião, neste lugar fala Plínio nas hortas que, tendo água, sempre estão verdes, e todo o ano são proveitosas para a pobreza; que os jardins, pelo contrário, são mui custosos e dificultosos de manter com a louçania que convém. Teatro da mais deliciosa e menos útil Agricultura. Tudo em um jardim são delícias para a vista e para o olfato. Nos jardins admiram os olhos neves, que aos ardentes raios do sol se não derretem; nas rosas admiram púrpuras, cercadas de espinhos, severos castigadores da vaidade da Pompa; nas anêmonas e nas tulipas admiram cores tão belas e tão várias, que o arco celeste, se não tivera as suas em maior altura, as invejara. As delícias do olfato, os zéfiros as distribuem com fragrância tão peregrina, que parecem perfumes da Arabia Felice, ou da Fenícia. Mas que coisa mais frágil, mais custosa, e mais inútil, que esta florida ostentação? Em breve tempo desvanece o que tanto se admira, e custa tanto, sem outra utilidade, que a evidência da breve duração dos mais florentes regalos deste mundo. Paraíso terrestre, em que sem perigo da culpa está arraigada nas boninas a inocência. Paradiso (segundo Xenofonte) é vocábulo que quer dizer Jardim; na vida de Apolônio Tianco faz Filostrato menção dos paraísos dos persas; e Procópio Cesariense dá a um jardim dos vândalos o nome de paraíso.

Raphael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, 1712

Haverá criação mais impregnada de significações para o ser humano que o jardim? Revelar as densas representações aí contidas é um antigo e ainda não superado desafio para os tantos hermeneutas que se dispõem a buscar desvendar os mistérios da consciência humana.

Em qualquer boa biblioteca geral, encontraremos livros que se dedicam à história dos jardins: desde o mítico Éden, adentrando por entre os sumérios, egípcios, babilônios, gregos, romanos, orientais, passando pelos recintos medievais, renascentistas, barrocos, etc.; jardins de André Le Nôtre, de Lancelot “Capability” Brown, de Frederick Law Olmstead, jardins japoneses, ingleses, franceses, italianos, norte-americanos, etc. Vasta literatura mundial em que o Brasil só comparece com Roberto Burle Marx, na segunda metade do século 20. Nenhuma referência anterior se registra em tão variada bibliografia.

O presente trabalho não tem ambições temáticas amplas, mas vislumbra-se como uma contribuição inédita. Busca estabelecer uma referência e uma interpretação sobre os jardins públicos brasileiros dos séculos 18 e 19, entrando no início do século 20. Vamos tratar de jardins públicos brasileiros, no período entre 1779 — data da presumida abertura do Passeio Público do Rio de Janeiro — até a primeira década do século 20, anos em que o intendente Antônio Lemos desenvolveu seu ambicioso projeto de criação de jardins e arborização do município de Belém.

Esse recorte não tem a pretensão de detectar e associar os jardins às correntes reconhecidas: não é prioridade perceber se o Passeio Público teve um traçado à italiana, que a praça da República tenha um desenho à francesa. O pressuposto de estudo não é a análise formal, mas a análise urbanística e dos significados programáticos e pragmáticos de uma amostragem de jardins públicos no Brasil e suas relações com as idéias de um tempo e ao longo do tempo.

O imaginário europeu

A primeira parte deste trabalho dedica-se a apreciar essas idéias no contexto do pensamento ocidental. O capítulo JARDIM COMO METONÍMIA DA NATUREZA busca — na crítica da arte e na história das mentalidades da Europa — constatar os conceitos de ‘natureza’ e o seu entranhamento cotidiano no plano do espírito, da razão; do ancestral temor pelo natural transformar-se num culto religioso, estético; da aquisição de uma sensibilidade visual — introduzida pela pintura — que elevou a apreciação da paisagem à condição de sublime, para concluirmos

por que o jardim e o parque públicos, criações marcantes na urbanização europeia a partir do século 16, não negam em sua formulação esse envolvimento mitológico e estético com a natureza.

DA PRAÇA AO JARDIM PÚBLICO é o capítulo que pretende caracterizar as áreas livres nos aglomerados europeus medievais, a formalização de espaços livres segundo conceitos urbanísticos e arquitetônicos renascentistas e barrocos e a gradual introdução da vegetação na paisagem urbana. Ao caracterizar a *praça* e suas modalidades desde a Europa medieval, sua ocupação como espaço popular, permeado pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática, contrapõe-se o *jardim público*, recinto derivado dos grandes jardins privados aristocráticos, de natureza distinta e oposta da praça pública pelas peculiares formas de sociabilidade que desfilavam à sombra das árvores: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais — com a tácita concordância entre seus praticantes — o *plaisir de la promenade*, tinha um palco magnífico nos jardins públicos. O jardim público, portanto, emerge como a antítese da praça.

O capítulo DO ÉDEN AMERICANO AO SALUBRISMO constitui uma transição das questões de âmbito europeu para a América, contemplando a invenção do Novo Mundo no contexto da cultura europeia, seus mistérios e alguns episódios relacionados com a revelação das colônias americanas para a mentalidade racional do velho continente, até a ruptura da condição colonial no século 19, com a emancipação política das várias porções que formavam os domínios ibero-americanos. Todo esse processo é permeado pela idéia da América como o território mitológico do paraíso perdido, o jardim primordial que os homens perderam o direito de usufruir. Todavia, imbuída da velha lógica europeia, a ação não gerou uma nova ordem, mas redundou na prática colonialista. O naturalista Humboldt observou, por volta de 1800, que “os castelhanos, a quem em geral se acusa de não gostarem das árvores nem do canto dos pássaros, trouxeram seus hábitos e preconceitos para as colônias”. O capítulo busca estabelecer um quadro referencial de iniciativas europeias no âmbito de recintos ajardinados — jardins botânicos e passeios públicos — na América Latina, com a pioneira implantação do jardim de Maurício de Nassau no Recife e, sobretudo, dentro do processo de colonização promovido pela coroa espanhola. Importa registrar como uma colônia americana — a Nova Espanha, atual México — talvez tenha abrigado o primeiro recinto cujas características o qualifiquem como o primeiro jardim público do mundo ocidental. Por fim, o capítulo introduz a emergência da questão do salubrismo a conduzir a urbanização, conceito que vai caracterizar a ação das

autoridades das novas nações americanas sobre suas cidades, transformando a outrora mitológica relação com a natureza numa atitude pragmático-funcionalista, atribuindo-se às plantas uma utilidade saneadora e higienizadora dos ambientes e que vai justificar doravante a presença da vegetação nos aglomerados urbanos. Os conceitos e idéias contidos nos três primeiros capítulos constituem referências permanentes na estruturação da seqüência do trabalho.

Os jardins brasileiros

Os cinco capítulos que compõem a segunda parte dedicam-se a estudos de caso, analisando o surgimento e o desenvolvimento dos jardins públicos no Brasil segundo seus diferentes contextos, práxis e desdobramentos.

O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO é um capítulo essencial. Partindo de uma questão específica — a criação de um espaço insubordinado na hierarquia colonial, monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo — caracteriza-se uma desconcertante presença de um recinto no último quartel do século 18 simbolizando uma coleção de valores do imaginário europeu na capital da colônia portuguesa, objeto dos maiores encômios por parte dos visitantes estrangeiros ao longo do século 19 e merecedor da atenção e de abandono em ritmo cíclico por parte dos cariocas.

JARDINS BOTÂNICOS E PASSEIOS PÚBLICOS é o capítulo que traça a trajetória de alguns recintos cuja origem remonta a um interesse especial da coroa portuguesa quanto às potencialidades econômicas da natureza brasileira — no contexto do pensamento fisiocrático do final do século 18 — mediante a criação de jardins botânicos em pelo menos cinco cidades na colônia: Belém, Olinda, Salvador, Vila Rica e São Paulo. Parcialmente fracassados enquanto intentos de uma política colonial fisiocrata, remanescentes desses recintos (Salvador, São Paulo) transformaram-se em passeios públicos; ao longo do século 19, passeios públicos e hortos botânicos confundiam-se no mesmo sítio — prática que norteou a criação de passeios ainda nesse século, como o de Curitiba. Mesmo o mais importante recinto do gênero criado naquele momento, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, não escapou à regra. Todas essas iniciativas, apesar de implementadas em diferentes tempos, guardam analogias em suas realizações e objetivos e raízes comuns cravadas no ideário iluminista do século 18.

DO CAMPO DA CIDADE PARA A PRAÇA DA REPÚBLICA e DA VÁRZEA DO PORTÃO PARA O CAMPO DA REDENÇÃO são capítulos que tratam da gradual

apropriação de duas periferias urbanas, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, respectivamente, como espaços livres pensados desde há muito como passeios públicos mas, conformando-se a distintas vicissitudes, cada qual ilustrando um mesmo processo de transformação urbana sob a égide do salubrismo, resultando na consolidação (no final do século 19 e início do 20) de dois dos mais importantes parques urbanos situados em metrópoles brasileiras de hoje.

O último capítulo, BELÉM: CADA PRAÇA UM FUTURO PARQUE, é o resgate da visionária ação do senador Antônio José de Lemos, conduzido à intendência da municipalidade de Belém entre 1898 e 1911, cuja ação — financiada pela efêmera opulência da extração de borracha — permitiu desenvolver uma política urbana de intensa arborização e criação de parques e jardins, consciente das virtudes sanitárias, estéticas e morais de uma iniciativa dessa natureza e envergadura.

Reunir as conclusões em algumas páginas finais é apenas um esforço de sistematizar umas tantas análises críticas que, na realidade, são mais ricas nos contextos que as demonstram, ao longo dos capítulos, e que serão mais valiosas para futuras indagações. Algumas das demonstrações presentes no capítulo O JARDIM É UMA CIDADE, A CIDADE É UM JARDIM poderiam resultar do produto de outros exercícios empíricos de pesquisa. Assim, este trabalho é um recorte sob medida porquanto não houve a pretensão de se realizar um inventário de jardins brasileiros.

Devo registrar meus agradecimentos a inúmeros amigos, colegas e professores atenciosos com minhas preocupações, que contribuíram preciosamente para o enriquecimento deste trabalho: Alexandre Luiz Rocha (São Paulo), Ana Lúcia G. Meira (Porto Alegre), Carlos A. C. Lemos (São Paulo), Carlos Rodrigues Brandão (São Paulo), Cêça de Guimaraens (Rio de Janeiro), Celina Kuniyoshi (São Paulo), Cláudia Thurler Ricci (Rio de Janeiro), Geraldo Gomes da Silva (Recife), Graciela Viñuales (Resistencia), Guilherme Mazza Dourado (São Paulo), Günter Weimer (Porto Alegre), Irisalva Moita (Lisboa), João Castro Filho (Belém), John Bury (Londres), Jorge Alberto Manrique (México), José Liberal de Castro (Fortaleza), José Meco (Lisboa), Jussara Derenji (Belém), Maria Helena de M. B. Flynn (São Paulo), Ramón Gutiérrez (Resistencia), Roberto Conduru (Rio de Janeiro), Sílvia Soares Macedo (São Paulo), Walter Pires (São Paulo); bibliotecárias e funcionárias dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e outras instituições onde pesquisei, listados ao final da bibliografia.

Devo uma menção especial ao prof. Donato Mello Jr., amigo e mestre, incentivador de primeira hora deste trabalho, recentemente falecido.

À exceção da parte relativa ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, este livro é uma versão modificada da tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo em 1994, sob a orientação da professora Aracy A. Amaral, a quem devo meu reconhecimento pela paciência e perseverança desde a época da graduação. Agradeço as observações formuladas pela banca, composta pelos professores Nicolau Sevckenko, Léa Goldenstein, Miranda M. Magnoli e Murillo Marx. A feitura da tese contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — Fapesp.

Parte 1

PERNAMBUCO — SÁBADO, 28 DE SETEMBRO DE 1821. Olinda jaz em pequenos morros, cujos flancos em algumas direções caem a prumo, de modo a apresentarem as perspectivas rochosas mais abruptas e pitorescas. Estas são circundadas de bosques escuros que parecem coevos da própria terra: tufo de esbeltas palmeiras, aqui e ali a larga copa de uma antiga mangueira, ou os ramos gigantescos de copada barriguda, que se espalha amplamente, erguem-se acima do restante do terreno em torno, e quebram a linha da floresta; entre esses, os conventos, a catedral, o palácio episcopal, e as igrejas de arquitetura nobre, ainda que não elegante, colocam-se em pontos que poderiam ser escolhidos por um Claude ou um Poussin;...

SALVADOR — QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1821. Passeamos antes do almoço através de uma paisagem tão bela que aspirávamos por um poeta ou um pintor a cada passo.

RIO DE JANEIRO — SÁBADO, 2 DE MARÇO DE 1822. Cada volta em nosso passeio revelava um novo e variado panorama à nossa vista... Mas tudo é novo aqui. As linhas extensas das casas de fazenda, que aqui e ali ressaltam da solidão da natureza, não sugerem nenhuma associação com qualquer idéia de melhoria, tanto no passado como no presente, nas artes que civilizam ou que enobrecem o homem. [...]. E ainda que a natureza seja ao menos tão bela como na Índia ou na Itália, a falta de qualquer relação com o homem, como ser intelectual e moral, retira-lhe metade do encanto.

MARIA GRAHAM, do *Diário de uma Viagem ao Brasil*

Jardim como Metonímia da Natureza*

...O modo de representarmos o ambiente em que vivemos não é uma simples 'cópia' da 'realidade', mas contém em si a própria possibilidade de articularmos livremente essa representação.

Edmund Leach

Não vamos aqui mais uma vez tentar desvendar as complexas tramas que envolvem os seres humanos e a Natureza. Quantos sábios, filósofos, teólogos, cientistas, artistas, músicos, poetas, iludidos e desenganados não terão se debruçado sobre tão fascinante proposição? Temos que nos entreter com um recorte conveniente para responder a uma curiosidade acerca da não menos complexa instituição de um (por assim dizer) 'fragmento de natureza' na vida das cidades: os jardins públicos. Vamos dissertar sobre algumas idéias que alimentaram a formação de um significado peculiar para esses recantos urbanos, do ponto de vista de uma nova visão sobre a natureza, em uma certa época. Mais precisamente, tempo situado nos séculos 16 e 17 (adentrando o século 18), momentos que se evidenciam pela criação de jardins públicos na Europa e também na América e de uma nova mentalidade no mundo ocidental.

* O contraste entre o metonímico e o metafórico corresponde à distinção que se faz em música entre a melodia e a harmonia. O metonímico é seqüencial e diacrônico; metafórico é integrado e sincrônico. O discurso racional de tipo analítico é acadêmico e fundamentalmente metonímico como o discurso matemático. O discurso poético e de imaginação é, pelo contrário, metafórico. [...]. Enquanto a metonímia é necessária à formulação das distinções entre o Eu e o Outro, entre nós e eles, o homem e o animal, o domesticado e o selvagem, o cultivado e o natural, a metáfora estabelece relações analógicas entre as partes de termos e chama a atenção para os elementos que eles possuem em comum [Leach, 1985, p. 77-8].

Esse tempo — situado na plenitude do Renascimento e na passagem para o universo barroco — tem entre seus episódios marcantes o que se convencionou chamar de “revolução científica”.

Na concepção grega de mundo — proposta no *Timaeus* de Platão (428-348 a.C.), sistematizada por Aristóteles (384-22 a.C.) e os Alexandrinos — ainda vigente no século 15, vulgarizada pelos neoplatônicos no Renascimento, misteriosas correspondências explicavam a relação entre o mundo físico e o mundo espiritual, entre o humano e o divino, entre o microcosmo (o homem) e o macrocosmo (o universo) [Corbin, 1989; Debus, 1985]. Com as observações de Francis Bacon (1561-1626) e com a ciência formulada pela plêiade de sábios desse período — Galileo (1564-1642), Descartes (1596-1650), Borelli (1608-79), Boyle (1627-91), Newton (1642-1727), entre outros — articula-se uma outra cosmovisão de natureza: ‘espírito’ e ‘matéria’ tornavam-se entidades separadas, e “o mundo mecânico, objetivo, físico, é identificado com a natureza, em oposição potencial com o universo das construções do espírito humano, consideradas estas mais tarde, em termos genéricos, como fazendo parte do ‘mundo da cultura’” [Leach, 1985, p.68]. A natureza deixava de ser um princípio tautológico, para configurar um corpo construído por fenômenos quantitativamente mensuráveis [Rossi, 1989, p.118].

Contudo, não é apenas a natureza racionalizada que está por trás das possíveis explicações da origem dos recantos ajardinados de nossas preocupações. Vale recordar que, embora as bases da ciência moderna estejam situadas nas idéias daqueles seres humanos seiscentistas e setecentistas que observaram o mundo exterior com atento olhar indutivo, o ‘racional’ e o ‘irracional’, o natural e o sobrenatural se imiscuíam naquele momento. “Esses dois séculos oferecem um labirinto de interesses quase desconcertante e rara vez encontraremos neles [os *eruditos*] um indivíduo cuja metodologia científica pudesse parecer de todo aceitável a um cientista moderno. Para alguns de seus sábios [...], a magia, a alquimia e a astrologia foram não menos estimulantes que o novo interesse pela abstração matemática, a observação, a experimentação” [Debus, 1985, p. 16-7]. O Newton que publicou sua obra experimental sobre óptica é o mesmo que arquivou seus manuscritos sobre alquimia; as investigações mais aprofundadas sobre fenômenos físicos não eram consideradas mais do que experimentos de magia, para o comum dos seres humanos [Debus, 1985, Garin, 1984]. Vamos, portanto, percorrer labirintos em busca de respostas para nossas dúvidas.

A natureza como espetáculo

A contrário da especulação mecanicista do Renascimento, a natureza não era uma dimensão cognoscível no pensamento grego. O mundo exterior era um universo em perpétuo movimento, dotado de uma lógica própria, de uma metafísica independente da ação humana, de um espírito além do alcance da compreensão dos seres humanos. A natureza representava uma causa final: “o mundo é aquilo que é, e não é possível explicá-lo senão como um pensamento do espírito de Deus” [Leach, 1985, p. 68-9]. A interpretação teológica da natureza vai ganhar novas tintas em pleno Renascimento (e contra ele, num certo sentido). É o que entre 1690 e 1730 se disseminou na Europa e se chamou no século 17 de ‘teologia natural’, na França, ou ‘físico-teologia’, na Inglaterra.

Os “sábios religiosos propõem um sentido ao espetáculo da natureza e ao mesmo tempo censuram a indiferença diante dele; percebem o mundo exterior como uma representação dada por Deus à sua criatura mais perfeita, o que explica a importância então atribuída ao tema do paraíso perdido [...]. A beleza da natureza atesta o poder e a bondade do Criador”, revela Corbin, reunindo uma coleção de manifestações sobre essa visão do mundo [1989, p. 33-42]. Aí, natureza feita para os humanos apreciarem a capacidade de Deus; usufruir, conhecer os prazeres de um espetáculo no qual os seres humanos teriam um papel fundamental.

Natureza hostil e divina

Era usual, no imaginário seiscentista e setecentista, que o progresso da humanidade pressupusesse o domínio das florestas, “lar de animais e não de homens”. Refúgio de seres selvagens e perigosos, a mata representava um obstáculo ao desenvolvimento humano; bárbaros e rudes eram os seres que habitavam a floresta, e arrancá-la e destruí-la seria o caminho rumo à civilidade. “Um dicionário poético de meados do século 17 sugeria, como epítetos apropriados a uma floresta, ‘terrível’, ‘sombria’, ‘selvagem’, ‘deserta’, ‘agreste’, ‘melancólica’, ‘desabitada’ e ‘assolada por feras’.” [Thomas, 1989, p. 232, 290, passim].

Na Europa dos séculos 17 e 18, manifestações de apreço com a natureza e a paisagem afloravam com maior intensidade. Na Inglaterra, hinos de louvação a Deus e à natureza compuseram o cotidiano do ritual anglicano, assim como a

poesia religiosa ocupava-se da temática da Criação, inspirando também a poesia profana [Corbin, 1989, p. 36]. “No final do século 17, a difusão da mística da natureza entre os teólogos e filósofos veio de par com a convicção, de uma minoria cada vez mais ampla, de que as montanhas davam prazer porque ofereciam o ar mais puro e as melhores vistas.” “No correr do século 18 a paixão pelo cenário montanhoso tomou conta do público que gostava de viajar” [Thomas, 1988, p. 308-9]. Na França, “durante os anos 1650, a contemplação está na moda [...]; emerge o gosto pela solidão na natureza, e aquilo que Henri Brémond qualifica de ‘santificação da paisagem’; espera-se que a beleza do meio ambiente induza os corações às lágrimas, ao arrependimento e à conversão” [Corbin, 1989, p. 36-7]. Uma série de obras de grande influência seriam editadas na Alemanha, nos Países Baixos, na Inglaterra e na França vulgarizando as concepções do “espetáculo da natureza”. “Em fins do século 18, o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica” [Corbin, 1989, p. 36-7, passim; Thomas, 1988, p. 308-10, passim].

A educação do olhar

A natureza como espetáculo, a natureza como espaço do devaneio íntimo: no século 17, a prática da vilegiatura era introduzida como um hábito cotidiano na Europa. Uma relação positiva com a natureza, contudo, impunha uma capacidade de percepção de uma de suas dimensões específicas mais evidentes e apreciadas nessas incursões pelo campo e pela beira-mar: a paisagem. A pintura vai servir como um dos instrumentos fundamentais para a habilitação dos sentidos.*

A representação visual de paisagens é muito antiga, mas quase nunca situando a natureza em primeiro plano. Os gregos apreciaram cenas bucólicas com pastores, ermidas, palacetes e montanhas, como as pinturas murais e mosaicos domésticos de Pompéia (soterrada pelo Vesúvio em 79 d.C.). A evocação da simplicidade da vida campestre foi recorrente para os habitantes urbanos no período helenístico (séculos IV a II a.C.), registrada tanto nas decorações como na poesia bucólica de Teócrito (primeira metade do século II a.C.). A arte da Idade Média é indissociável de concepções didáticas com ensinamentos morais e difícil-

* Essa questão será fundamental para a compreensão do Passeio Público do Rio de Janeiro, objeto de discussão adiante.

mente uma pintura era executada sem uma proposição, sagrada ou profana, e a natureza não constituía propriamente um tema autônomo. Vale lembrar um enunciado caro ao cristianismo medieval: a vida terrena nada mais era que um entreato passageiro e as coisas mundanas não deveriam ser objetos de atenção dos seres humanos. A multiplicidade de sensações eram tidas como manifestações perigosas, como postulava Santo Anselmo (século 12) e essa visão monástica definitivamente não incentivava a percepção deleitável da natureza, senão como estímulos pecaminosos [Clark ca. 1961].

Ocupando o fundo nas imagens de cenas da vida cotidiana, de motivos religiosos, históricos ou mitológicos, apenas como moldura cenográfica ou intensificando o efeito dramático, a paisagem, como tal, em meados do século 16 assumia o primeiro plano e tornava-se um tema comum em pinturas e gravuras. Arte paisagística não apenas por reproduzir visualmente situações ao ar livre, mas como um gênero artístico, ou mais que isso, uma instituição com artistas especialistas prosperando com o motivo, “que não mais executa encomendas variadas feitas por um patrono específico, mas obras para um mercado de consumidores anônimos, na esperança que seus produtos obtenham a aprovação do público” [Gombrich, 1990, p. 143]. Gombrich estabelece uma compreensível explicação sobre essa transformação. Embora não existam registros significativos sobre a pintura de paisagens na teoria da arte no Renascimento, esse gênero não teria atingido sua autonomia sem as teorias artísticas dos italianos. A demanda por imagens paisagísticas surge com o emergir de uma atitude estética em relação a pinturas e gravuras, com o reconhecimento da obra de arte por sua realização artística, e não pelo seu tema ou função (a exemplo da iconografia medieval), o que significa identificar, conforme a concepção renascentista, “o surgimento da idéia de arte como uma esfera autônoma da atividade humana” [Gombrich, 1990]. Essa postura perante a pintura paisagística não poderia ser formulada apenas como produto da evolução da representação da paisagem: os artistas do Renascimento e do barroco conheciam em seu tempo menos que nós, hoje, sobre as pinturas e murais romanos com alusões ao tema, e o domínio sobre a paisagem grega era mais literário que visual.

O *De Pictura* de Leone Battista Alberti (1404-72), redigido por volta de 1435 e tido como o primeiro texto teórico e doutrinário sobre a pintura do Renascimento, não tinha precedentes como em arquitetura havia os livros de Vitruvius. Para Alberti, “o fim da pintura é granjear para o pintor reconhecimento, estima e glória, muito mais que riqueza. A isto chegarão os pintores cuja pintura cativar os olhos e a alma dos espectadores” [Alberti, 1989, p. 127]. Nesse texto, ele insere a prática da representação pictórica na cultura humanística e nas artes liberais, restabelecendo também os nexos entre a pintura, poesia e retórica, como se proce-

dia desde a antigüidade greco-romana. Com essa dimensão cultural, Alberti “queria e podia entender a história e a finalidade da arte, e concebê-la como atividade criadora e expressão interpretativa das relações entre o homem e a Natureza” [Grayson, 1989, p. 49-50]. Natureza que não deve ser reproduzida realisticamente, mas conformada com um ideal de beleza, assim manifestado: Zêuxis, ao elaborar um quadro, “não confiou imprudentemente em seu próprio engenho, como fazem hoje os pintores. Como pensava ele não ser possível encontrar em um só corpo toda a beleza que procurava — coisa que a natureza não deu a uma só pessoa —, escolheu as cinco moças mais belas de toda a juventude daquela terra, para delas tirar toda a beleza que se aprecia numa mulher. [...]. Por essa razão devemos tirar da natureza o que queremos pintar, e sempre escolher as coisas mais belas” [Alberti, 1989, p. 133]. Imbuído da tradição clássica da arte, da história e da literatura, “Alberti permanece fiel à procura de uma perfeição ideal tanto na vida moral quanto na arte e na arquitetura. Está presente também no *De Pictura* o contraste da realidade com essa idéia de beleza, tanto que Alberti reconhece a atração que a semelhança com a Natureza exerce no espectador, mas nem por isso elimina no artista a necessidade de ir além do realismo; essa, ao contrário, é, para ele, uma espécie de desafio”, “a transcendência dos exemplares particulares da Natureza [*como*] o escopo supremo do pintor” [Grayson, 1989, p. 60].

Em Alberti, a pintura ainda é imitação da natureza, e também recriação da natureza. É Leonardo da Vinci (1452-1519), no seu *Trattato della Pittura*, elaborado no último quartel do século 15, que vai conferir à pintura de paisagem uma autonomia radical de criação: “Se o pintor quiser ver belas mulheres que lhe inspirem amor, ele tem o poder de criá-las, e, se quer ver monstruosidades que lhe provoquem medo, gracejos para fazer rir, ou mesmo inspirar compaixão, ele é seu senhor e criador; e se desejar criar paisagens, desertos, lugares sombreados e frescos em tempos de calor, ou mesmo lugares quentes quando estiver frio, também ele os representa. Se ele desejar vales, ou dos altos cumes das montanhas descortinar grandes panoramas e em seguida ver o horizonte do mar, ele tem o domínio para isso. E do fundo dos vales ele quer divisar as altas montanhas, ou daí os vales profundos ou seus contornos, também. Tudo que existe no universo, virtual ou concreto, ele pode ter, primeiro em sua mente, depois nas mãos. E essas [*imagens*] são tão magníficas, que revelam, a um simples relance de olhos, a mesma harmonia de proporções que existe na realidade” [Vinci, 1960, p. 50-1].

No contexto estético renascentista, a arte deve “falar ao intelecto, e não aos sentidos; deve mostrar inventividade, simetria e proporção, levando a mente à contemplação das coisas superiores” [Gombrich, 1990, p. 150].

O pitoresco

Desde o século 15 os artistas dos Países Baixos eram considerados os mestres da paisagem, sobretudo aqueles que souberam conferir à pintura de marinhas uma nova qualificação estética [Corbin, 1989, p. 46-8]. Todavia, é bastante conhecido o “depoimento” de Michelangelo (1475-1564) a Francesco de Holanda (também uma demonstração da perplexidade italiana diante do apuro de seus colegas setentrionais): “eles pintam em Flandres apenas para iludir a visão exterior, coisas para alegrar [...]. A pintura é de tolices, tijolos e argamassa, a grama dos campos, as sombras das árvores e pontes e rios, os quais chamam de paisagens, e pequenas figuras aqui e acolá; e tudo isso, apesar de poder parecer bom para alguns olhos, na verdade é feito sem simetria ou proporção, sem cuidado em selecionar ou rejeitar, e finalmente sem qualquer substância ou fineza” [apud Ivins, Jr., 1973, p. 138-9]. Essa suposta acusação de subserviência ao realismo e trivialidade de conteúdo dos pintores do norte é uma simplificação excessiva. Gombrich [1990, p. 152-3] recupera citações em que se constata a preocupação dos pintores flamengos em não apenas retratar a paisagem com fidelidade, mas recriá-la ao sabor da imaginação do artista. Foram precursores naquilo que se tornou conhecido como “pinturesco”, ou simplesmente “pitoresco”.

A expressão máxima dessa atitude está contemplada nas obras de Nicolau Poussin (1594-1665) e sobretudo nas do francês radicado na Itália Claude Lorrain (1600-82), artista da “paisagem ideal” — paisagens espirituais com alusões e alegorias da mitologia antiga e da poesia épica, animadas com construções, ruínas e vigorosa presença da natureza. “Foi Claude Lorrain quem abriu primeiro os olhos das pessoas para a beleza sublime da natureza e por quase um século após sua morte os viajantes costumavam julgar um trecho da paisagem real de acordo com os padrões por ele fixados em suas telas. Se o cenário natural lhes recordava as visões do artista, consideravam-no adorável e aí se instalavam para seus piqueniques. Os ingleses ricos foram ainda mais longe e decidiram modelar os trechos da natureza que consideravam seus, os jardins em suas propriedades, de acordo com os sonhos de beleza de Lorrain”. “A uma paisagem ou um jardim que os fazia pensar em Claude chamavam ‘pinturesco’ — idêntico a uma pintura” [Gombrich, 1988, p. 309-10, 330]. “O pintor discute e rivaliza com a natureza”, escrevia Leonardo da Vinci [1960, p. 50].

Em busca de uma paisagem

A redistribuição da paisagem com o estímulo das pinturas de italianos e holandeses e da poesia de Horácio e Virgílio, além dos poetas neobucólicos, foi um movimento marcante na Inglaterra a partir do século 16. “Muitos escritores do século 17 afirmaram que Deus fizera o campo, o homem e a cidade”. O crescimento de Londres no início do período moderno acentuava a “tendência a depreciar a vida urbana e a encarar o campo como símbolo de inocência”, com inspiração nos idílios literários da vida pastoril idealizada, longe das agruras concretas do cotidiano campesino. “Os poetas e artistas que alimentavam os novos anelos rurais preferiam ocultar tais realidades ásperas. A maioria deles pintava o campo como imune às tensões sociais; ignorava as razões econômicas da pequena nobreza para conservar-se no campo” [Thomas, 1988, p. 297-9].

A Inglaterra, ainda antes desse período, conheceu um formidável avanço das fronteiras agrícolas, com o aproveitamento das “terras incultas”, como áreas de pastagem, charcos e montanhas, para maior exploração lucrativa da terra. A administração racional de matas, no século 17, decorria da necessidade de produção de madeira para a indústria naval. Da preservação de florestas para o plantio de árvores foi um passo: a silvicultura transformava-se numa forma de valorização das propriedades. Ao mesmo tempo, o cultivo de árvores satisfazia aos interesses econômicos e atendia aos anseios estéticos da mitificação da vida do campo. “Para os defensores do melhoramento rural da Inglaterra, o paisagismo correspondia, na arte, à ideologia burguesa do melhoramento e à investigação da natureza e das modalidades de percepção. Agora que o homem produzia sua própria natureza, quer por meios físicos de melhoramento (terraplenagem com novas máquinas; drenagem e irrigação; bombeamento de água para locais elevados), quer pela compreensão das leis físicas da luz e das perspectivas e pontos de vistas artificiais, fatalmente teria de modificar-se a decoração, de um simbolismo e iconografia limitados e convencionais, da terra imediatamente visível” [Williams, 1989, p. 70].

Nessa ocupação territorial, conviviam o trabalho e o deleite em margens opostas. A preparação de vistas pressupunha oferecer ao espectador a distinção entre as paisagens “práticas” — de caráter técnico, produtivo, racionalizador — das “estéticas” — de feição contemplativa, mística, do qual se exigia principalmente o escamoteamento das duras condições do campo mediante o manejo de um horizonte que suprime as referências produtivas (e desagradáveis) do olhar dos proprietários da terra. De outra maneira, a criação de recintos com finalidades

específicas amadurecem nessa época: “Os parques, que originalmente eram bosques cercados para a formação de reservas de caça, foram criados na Inglaterra a partir do século 10 [...] [e] houve um aumento significativo do número de parques, diretamente proporcional ao número de novos palácios rurais, no século 16” [Williams, 1989, p. 169]. O parque paisagístico vai ao encontro dos padrões estéticos que a burguesia inglesa passa a valorizar para o seu usufruto.

Um recanto paradisíaco

Um gosto por paisagens ou vistas difundiu-se desde o final do século 17 mediante pinturas ou gravuras consumidas também pelas classes médias inglesas. A natureza incorporava-se gradativamente ao cotidiano: nessa época, o cultivo de árvores, flores e jardins tornava-se um hábito comum à população urbana [Thomas, 1989, p. 315, *passim*]. Mas ao lado do gosto pelo ornamental, o jardim recuperava uma dimensão de antiga tradição: a terra enfeitada por bela vegetação e bons animais, espelho de mitos como o Éden, ou recinto de alta espiritualidade, como o Getsêmane. Símbolos libertadores ou consoladores alimentam o mito dos jardins: na literatura pós-reforma inglesa, ressuscitava-se a visão da mata como local de privacidade e meditação, o jardim fechado como símbolo de repouso e harmonia; o “jardim tornou-se o lugar apropriado para a reflexão espiritual, não só na literatura como na vida” [Thomas, 1989, p.281].

O jardim e o parque públicos, criações marcantes na urbanização europeia a partir do século 16, não negam em sua formulação esse envolvimento mitológico e estético com a natureza. Por ora, buscamos situar apenas a articulação cultura/natureza e o ponto de inflexão onde o jardim deixa de ser uma metonímia para se tornar uma metáfora da natureza.

Da Praça ao Jardim Público

Sem dúvida, Moisés desejou que as pessoas, ao se reunirem com frequência em festas públicas, pudessem se tornar mais humanas e se relacionar com maior proximidade com vínculos de amizade. Então imagino que nossos ancestrais instituíram apresentações públicas nem tanto pela diversão em si, mas pelo proveito disso decorrente.

Leone Battista Alberti, *De re aedificatoria*, 1485

Qualquer razoável manual de estudos sobre o desenvolvimento urbano da Europa registra que, entre a segunda metade do século 15 e o século 18, significativas intervenções transformaram as paisagens das suas principais cidades. Desse conjunto de transformações, interessa-nos o surgimento de alguns novos lugares nessas cidades. O ‘novo’, aqui, reporta-se menos ao sentido de ‘recente’ que ao de ‘original’: originalidade das praças e jardins de uma época.

Como ‘ideais mentais’ desses lugares, vamos nos referir à praça medieval, à *piazza italiana*, à *plaza mayor* espanhola, à *place royale* francesa. A contrapartida fica nos recantos arborizados e ajardinados, usualmente associados a termos como *cours*, *boulevards*, *squares*, *gardens*, *public walks*, *parades*, *malls*, *paseos* ou *passeios*. Por que contrapartida? A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque públicos, criações efetivamente materializadas — enquanto *espaços públicos urbanos* — a partir do século 17. Essas referências ordenam o quadro inicial de objetos que queremos relacionar: quais são os elos que se estabelecem entre a praça e o jardim? Numa genealogia dos espaços urbanos abertos, certamente há um território comum a esses recintos. Mas não se

pode descrever aí um sentido evolutivo. Ao contrário: a hipótese que se desenha é que o *jardim público é a antítese da praça medieval*.

Os estudos tradicionais sobre as praças européias usualmente contemplam as suas características morfológicas — numa sistemática inaugurada por Camillo Sitte em 1889, no clássico *Der Stadtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* [A construção das cidades segundo seus princípios artísticos, na versão brasileira]. No outro extremo, o jardim é o retiro espiritual da natureza que o ser humano idealizou para si, espaço da virtuosidade estética qualificado pela sua procedência conceitual: italiano, francês, inglês, japonês. Nesse quadro, conviria selecionar algumas citações e passagens já conhecidas da história do urbanismo, mas organizadas de maneira a dar encaminhamento às respostas que procuramos: um retrato da praça medieval, a qualificação das praças do Renascimento, o plantio de vegetação no ambiente urbano, o emergir de uma outra prática de sociabilidade em lugares públicos e a valorização dos jardins. É o roteiro básico para a compreensão das premissas que nos ocupa.

O espaço popular

Paul Zucker, em *Town and square*, classifica morfologicamente as praças medievais em categorias que poderiam ser resumidas nas seguintes: praças de mercado; praças de entrada da cidade; praça como centro da cidade; adro de igreja; praças agrupadas (praças distintas como a do mercado e a da igreja, espacialmente relacionadas na trama urbana) [Zucker, 1959, p. 4-85]. É uma sugestão de leitura funcional da praça na Idade Média.

O recanto aberto era uma regalia no acanhado tecido intramuros medieval. As cidades quase não possuíam áreas abertas não-religiosas nos limites do espaço construído (fora ou dentro do muro) e, quando existentes, serviam para recreação ou treinamento militar: Londres tinha Moorfields, Florença reservava uma área junto à Porta al Prato, Siena, sua Piazzale del Prato [Girouard, 1985, p. 81-2].

As *piazas* italianas abrigavam rituais de variada natureza, religiosos ou seculares: casamentos e funerais, execuções, comemorações, torneios, corridas, encenações teatrais. Na Espanha, a *plaza mayor* medieval situava-se deslocada do centro urbano, muitas vezes extramuros. Bonet Correa, recorrendo ao *Diccionario de la lengua española* atual constatou que a definição de *plaza* —

“lugar espaçoso dentro do povoado” — é a mesma constante no *Tesoro de la lengua castellana*, dicionário de Sebastián Covarrubias de 1611, mas suprimida a acepção de “lugar público”. A segunda definição também era comum aos dois: lugar onde “se vendem os mantimentos e se tem o comércio dos moradores locais com os vizinhos da região, e onde se celebram as feiras, os mercados e festas públicas.” Mas Covarrubias se estendia nas explicações: “antigamente nas entradas das cidades havia ‘plazas’ [*grafia original*] aonde concorriam os forasteiros a seus negócios e ajustes, sem dar lugar a quem quisesse entrar e dar volta no lugar, pelos inconvenientes que poderiam se seguir; e assim naquelas ‘plazas’ havia casas de pousada e estalagens. Os juízes tinham seus tribunais nas portas das cidades, e estavam nessas ‘plazas’ para fazer justiça e daí resultou chamar ‘plazas’ os oficiais e ouvidores e ministros de justiça e ‘emplazar’, que era chamá-los ao tribunal da ‘plaza’.” Uma outra lembrança de Bonet Correa recorda que o adjetivo *placero* denominava tanto o vendedor de comestíveis, em função da atividade mercantil das *plazas*, como “a pessoa ociosa que anda em conversação pelas *plazas* [Bonet Correa, 1978, p. 36-9].

Mas, qual seria o cotidiano de uma praça medieval? O ensaísta soviético Mikhail Bakhtin filtra na obra de François Rabelais (1494-1553) — como *Pantagruel* (1532) e *Gargantua* (1534) — imagens da cultura popular antiga de que vamos nos apropriar para viajar ao passado nebuloso. A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento “era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra.” A que ordem oficial? “Nos palácios, nos templos, nas instituições, nas casas particulares reinava um princípio de comunicação hierárquica, uma etiqueta, regras de polidez. Discursos especiais ressoavam na praça pública: a linguagem *familiar*, que formava quase uma língua especial, inutilizável em outro lugar, nitidamente diferenciada da usada pela Igreja, pela corte, tribunais, instituições públicas, pela literatura oficial, da língua falada das classes dominantes (aristocracia, nobreza, alto e médio clero, aristocracia burguesa), embora o vocabulário da praça pública aí irrompesse de vez em quando, sob certas condições. Nos dias de festa, sobretudo durante o carnaval, o vocabulário da praça pública se insinuava por toda parte, em maior ou menor medida, inclusive na igreja (‘festa dos loucos’, do ‘asno’). A praça pública em festa reunia um número considerável de gêneros e de formas maiores e menores impregnados de uma sensação única, não-oficial, do mundo.”

A vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática: “Os gêneros artísticos e burgueses da praça pública estão freqüentemente tão estreitamente

misturados, que é por vezes difícil traçar um limite preciso entre eles. Os camelôs que vendiam drogas eram também comediantes de feira; os ‘pregões de Paris’ eram colocados em versos e cantados em diversas melodias; o estilo dos discursos dos charlatães de feira não se distinguia em nada do estilo dos vendedores de romances de quatro centavos [...]. A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as ‘tomadas de palavra’ (desde as interpelações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade.” “Dessa forma, a cultura popular não-oficial dispunha na Idade Média e ainda durante o Renascimento de um território próprio: a praça pública, e de uma data própria: os dias de festa e de feira”, no entender de Bakhtin [1987, p. 132-3].

O popular disciplinado

A cidade foi um objeto privilegiado na pauta de preocupações renascentistas. Repositórios de crenças filosóficas, sociológicas e teológicas, as muitas “cidades ideais” dos artistas do Renascimento simbolizavam uma ordem política materializada numa estrutura arquitetônica, esquemas lógicos que contemplavam as aspirações das cidades-estados dos séculos 15 e 16. Eugenio Garin chama a atenção para essa estreita relação, caracterizando a tratadística arquitetônica não apenas como manifestos de modelos estéticos, mas proposições urbanísticas como “tratados de política” que “acentuam a necessidade de processar uma racionalização da cidade em seu plano legislativo como arquitetônico.” Assim, “a cidade medieval, crescida desordenadamente em torno de si mesma, com seus edifícios concentrados ao longo de estreitas e tortuosas vias, deverá ser substituída por uma nova cidade planejada de acordo com um desenho racional. Paralelamente, se persegue a transformação de ordenamentos sociais complexos e contraditórios em arranjos organicamente articulados.” [Garin, 1984, p. 110, *passim*]

A cidade ideal de Leone Battista Alberti (1404-72) é um esquema de círculos concêntricos, como que uma cidade dentro de outra, cada qual abrigando uma classe social ou estrutura política [Alberti, 1955]. “A cidade albertiana está pensada para destacar as diferenças entre as classes, para imprimir em muros e edifícios uma muito concreta estrutura política. Assim, o arquiteto se converte em

sinônimo de regulador e coordenador de todas as atividades cidadinas,” observa Garin [1984, p. 127]. No fragmento urbano idealizado por Leonardo da Vinci (1452-1519), a organização espacial denota uma ordenação social: parcialmente subterrânea, a cidade se define em dois planos distintos que se comunicavam por meio de escadarias. O percurso em cada nível pode ser feito sem necessidade de depender do outro. O nível superior reserva-se aos gentis-homens e o inferior, que depende de aberturas no piso superior para receber luz, destina-se ao tráfego de carruagens e animais, às instalações de negócio e aos pobres. “Acima, a luz do sol e a verdade, os gentis-homens, os governantes; abaixo, os trabalhadores, ‘a gente pobre’” [Vinci, 1960, p. 47-9]. Ao mirar-se em Platão, os urbanistas renascentistas admiravam a racionalidade, a arquitetura e a distribuição de classes. Nos escritos, diálogos, histórias e elogios da Renascença, quase nenhuma referência se fazia aos temas religiosos: “a cidade ideal do século 15 está na terra, e não se confunde nem se compara com a cidade celestial. Perfeitamente individualizada, coloca como principal condição de vida sua autonomia, a harmonização do diverso e a coordenação das multiplicidades”, no dizer de Garin [1984, p. 126, 131].

Descongestionar a cidade medieval

Reordenar uma cidade consolidada dentro dos novos cânones urbanísticos não era iniciativa de fácil realização, em não havendo uma forte motivação ou uma retaguarda política e econômica condizentes. Abrir uma praça no tecido antigo dos núcleos urbanos, então, seria uma cirurgia urbana de grande ousadia. Uma análise apressada poderia associar apenas a ocorrência de calamidades como fator para impelir reformas significativas nas cidades européias dos séculos 16 ao 18. Ao encontro dessa observação, contabiliza-se o grande incêndio de 1561 em Valladolid, cujos estragos promoveram a reconstrução da cidade espanhola com um novo desenho urbano de gosto simétrico e retilíneo; o igualmente tenebroso incêndio de Londres de 1666 gerou um plano de remodelação urbana de autoria de Sir Christopher Wren (1632-1723), recusado; Jacques Ange Gabriel (1698-1782) foi mais bem sucedido ao planejar e ver realizado seu plano para Rennes pós-incêndio do ano de 1720; ou o terremoto de 1755 em Lisboa, que foi responsável pelo novo traçado geometrizado de parte da capital portuguesa sob o signo iluminista do Marquês de Pombal (1699-1782). Mas, como as calamidades, as

manifestações de poder também favoreceram as cirurgias ou criações urbanizadas de monta: a Sixto V (1520-90) se atribui a culminância do processo de reformas urbanas iniciadas no século 15 como celebração do ressurgimento da força papal sediada em Roma; a partir de Henrique IV (1553-1610) inaugura-se uma nova etapa urbanística de Paris: as monumentais *places royales*. Versalhes, Tulherias, os jardins de André Le Nôtre (1613-1700) são alguns dos símbolos do absolutismo francês.

O papa Nicolau V (1398-1445) teria declarado no leito de morte que “para criar sólida e estável convicção na mente das massas incultas deve existir algo que encante pela vista. Uma fé popular sustentada apenas em doutrinas será débil e vacilante. [...]. Nobres edifícios combinando gosto e beleza com proporções imponentes contribuiriam imensamente para a exaltação da cadeira de São Pedro.” [apud Girouard, 1985, p. 116]. Sixto V reorganizou o sistema viário de Roma abrindo em seu tecido vias de circulação, explorando a perspectiva (assinalando os cruzamentos importantes com obeliscos) e a comodidade do caminho reto entre pontos de peregrinação, facilitando o deslocamento e conferindo à cidade um inédito sentido de monumentalidade. Foi um grande propagador do cristianismo, Felipe II (1527-98) — o promotor do grandioso palácio-mosteiro do Escorial — que patrocinou a remodelação de sua cidade natal, Valladolid, transformando a medieval *plaza mayor* num modelo de espaço público espanhol admirado pelos viajantes, a partir do desenho de Francisco de Salamanca e com a possível participação do arquiteto do Escorial, Juan Bautista de Toledo (?-1567) [Bonet Correa, 1978, p. 40].

A forma refinada

Unidade formal é uma das características marcantes da cidade ideal renascentista. A cidade real, aqui e acolá, recebia tratamentos condizentes com esse ideal. Grosso modo, as praças européias dos séculos 15 e 16 ostentavam esse desejo de unidade: um espaço ‘fechado’, formando como que um pátio palaciano ou um claustro, de proporções estudadas, acentuado com uma continuidade de fachadas mediante a repetição de elementos arquitetônicos básicos, com a área aberta ocupada com estátuas, fontes, mastros. A Piazza di SS. Annunziata em Florença (concebida por Brunelleschi em 1409), a Piazza Ducale em Vigevano

(remodelação da praça do mercado executado a partir de 1492 por Bramante) e a Piazza di San Marco em Veneza (modificações entre 1536 e 1640) são exemplos típicos italianos [Zucker, 1959; Girouard, 1985]. A mais impressionante e influente contribuição peninsular é a Piazza Obliqua de São Pedro de Roma, obra capital de Lorenzo Bernini (1598-1680), realizada entre 1647 e 1651 — o primeiro grande espaço aberto europeu, também marco da ruptura da escala renascentista de praça.

As *places royales* francesas constituem um outro importante modelo de praça constituída no século 17, cujos desdobramentos são notáveis na Europa e mesmo na América. Os franceses reivindicam a criação do padrão *place royale*, como o enquadramento arquitetônico homogêneo para a monumental estátua equestre do rei, no centro do espaço [De la place..., 1982, p. 17]. Por volta de 1600, afora os adros de igrejas, havia em Paris apenas um espaço aberto: a Place de Grève. A Place des Vosges de Paris, iniciada por Henrique IV entre 1605 e 1612 é tida como o arquétipo das *places royales*: um quadrilátero regular organiza um recinto isolado do tráfego intenso — um conjunto de construções repetidas de três pavimentos com pórticos, formando como que um pátio, com a entrada camuflada nas fachadas uniformes. Foi um espaço apropriado pela elite parisiense: uma praça com habitações de alto padrão e palco de espetáculos reais, como o casamento de Luís XIII [Zucker, 1959, p. 172]. São as praças glorificando Luís XIV (1638-1715) que vão definir a tipologia de *places royales* posteriores: Place des Victoires e Place Vendôme em Paris, e as homenagens em Lyon, Rennes e Dijon. Luís XV (1710-74) é a figura destacada na rede de *places royales* realizadas nas cidades da França setecentista: Bordeaux, Valenciennes, Rennes, Nancy, Reims, entre outras, e a derradeira, a de Paris (atual Place de la Concorde).

As *plazas mayores* de Madri (executada entre 1617 e 1621), Segovia (projetada em 1609, iniciada em 1624), León (1677) e a ‘corredera’ de Córdoba (1683) seguiram o exemplo instaurador da Valladolid de Felipe II. Segundo Bonet Correa, a “necessidade de um cenário digno para festas e cerimônias controladas e ritualizadas — próprias para uma sociedade contra-reformista — levou a converter a *plaza mayor* medieval, centrífuga e aberta, em um lugar centrípeto, e mais que para ligação, em um espaço reduzido à maneira de um grande teatro ou ‘curral’, em um ambiente provido de solenidade, na qual se unifica a multiplicidade de vias circundantes e na qual, de acordo com as horas e os dias, encontram lugar as distintas funções como o mercado, festas reais, proclamações, certames poéticos, canonizações, jogos de ‘cañas’, corridas de touros, autos de fé, execuções de delitos políticos, etc. Sua unidade deve ser, pois, total, manifestando-se não só em sua planta, como também nas fachadas, na regularidade de sua área e

na uniformidade de seus elementos, portas, janelas, balcões executados com igual modelo...” [Bonet Correa, 1978, p. 41].

No retrato da *plaza mayor* de Bonet Correa, a síntese do significado da praça espanhola do século 17 poderia ser estendida às demais praças realizadas na mesma época.

Agradável arborização

O plantio de árvores em praças não era usual na Idade Média, como não o foi na prática no período imediatamente seguinte. Quando o espaço público começa a conviver com vegetação? A natureza organizada em forma de jardins comparecia em espaços privados, como claustros conventuais. Paul Zucker afirma que a aplicação imediata das idéias renascentistas de cidade teria suas primeiras manifestações concretas na arquitetura de jardins e parques privados do século 16, identificando nos canteiros palacianos italianos ideados por Bramante (1444-1514), Raphael (1483-1520), Sangallo (1445-1516), Peruzzi (1481-1536), Vignola (1507-73) e Giulio Romano (1492/9-1546), o rebatimento das geometrias reguladoras de Alberti e outros [Girouard, 1985]. Os jardins de Versalhes (desenhados por Le Nôtre entre 1661 e 1668), a remodelação das Tulherias (desenvolvida por Le Nôtre a partir de 1664), bem como os jardins de Luxemburgo, do Arsenal, Palais-Royal, Temple, do l’hôtel Soubise e o Jardin des Plantes, são arquétipos jardinísticos franceses do século 17 — mas jardins reservados ao rei e à nobreza, que só foram franqueados à população no reinado de Luís XV [Duby, 1981] — e que constituíram, no momento de sua abertura, o espaço público cotidiano na Europa.

A prática do plantio de árvores em espaço público parece não se situar na esfera mais próxima das idéias renascentistas. Assim sugere a constatação de que os belgas de Antuérpia, durante a prosperidade do século 16, ostentavam na lateral da sua catedral uma área ornamentada com árvores, como mostra uma planta da cidade de 1569. Esse espaço, valorizado por habitações de grandes mercadores europeus, ficou conhecido com o inédito nome (para a época) de Place Verte ou Groenplaats.

Na mesma Antuérpia, uma ordem do conselho municipal, em 1578, determinava o plantio de três linhas de árvores nos passeios. As fortificações da cidade,

com largas vias de circulação sobre os muros, serviram para receber moinhos e transeuntes encantados pela atração do lugar, ornamentado com árvores. O inglês John Evelyn, em 1641, escrevendo sobre a Antuérpia, afirmou que “não há nada mais encantador nesta cidade que as deliciosas sombras e passeios de imponentes árvores, que torna as obras de fortificação daqui um dos mais agradáveis lugares na Europa.” [Girouard, 1985, p. 143-4].

Os prazeres ao ar livre

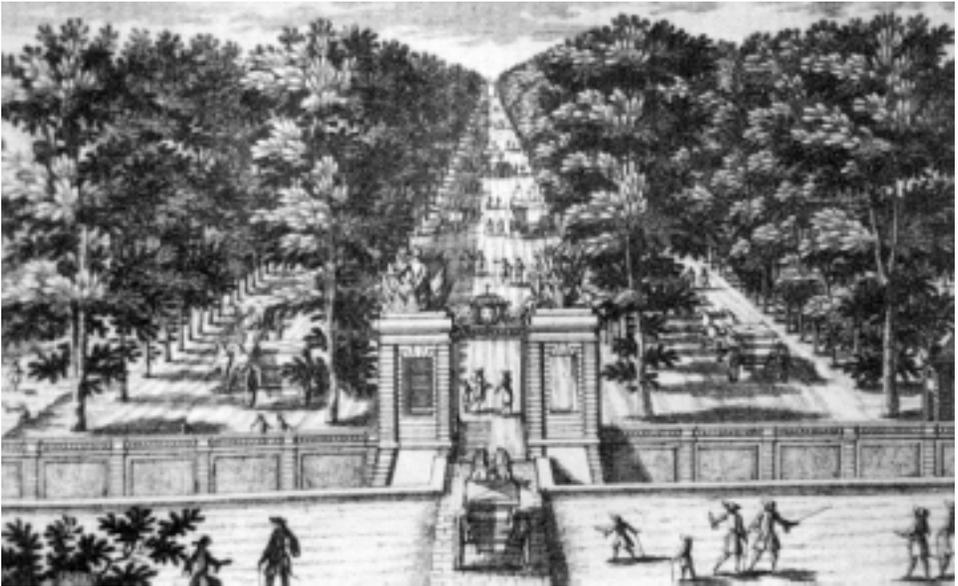
Os Arcades foram os primeiros que inventaram os jogos públicos, para civilizar e educar a mente de sua gente, que estava acostumada a um difícil e severo meio de vida.

Leone Battista Alberti, 1485

Mark Girouard registra uma série de recantos aparentemente triviais, mas relacionados com o nascimento dos espaços ajardinados públicos franceses. Em 1597 o florentino Raphael Salvety obtinha uma concessão das autoridades de Paris para utilizar um terreno do lado externo dos muros norte da cidade (Porte Saint Honoré) para implantar um campo de ‘pallamaglio’ — esporte de origem italiana (o críquete é uma de suas variações modernas) praticado no verão sob a sombra das árvores. O sucesso do empreendimento inicial levou à construção de um segundo campo, situado entre o rio Sena e os muros do Arsenal no outro extremo da cidade. Duas avenidas arborizadas organizavam o espaço: uma destinada ao jogo e a outra para espectadores acompanharem os jogos e para passeios. Depoimentos da época dão conta do sucesso desses recintos. Outra ‘importação’ italiana foi o Cours la Reine em Paris, recinto cercado e isolado por fossos, criado por ordem da rainha Marie de Médicis (1573-1642) em 1616. Ao longo de cerca de 1,5 km entre o Sena e a futura área dos Champs Élysées e do lado oeste das Tulherias, quatro fileiras de olmos serviam de cenário para a rainha e a elite parisiense caminharem ou circularem em carruagens sob a sombra das árvores [Grand Larousse, 1960, v. 3, p. 593]. A origem florentina da rainha francesa sugere a filiação do Cours la Reine ao *corso* implantado pelo Duque da Toscana nos jardins de Cascine nos arredores de Florença.

Paris, a partir de então, conheceu outros espaços com características semelhantes, como o Cours Saint Antoine, situado na via de entrada cerimonial da Porte de Saint Antoine; em 1631 o cardeal Richelieu (1585-1642) ordenou os primeiros melhoramentos dos limites de Paris desde o século 14 com fortificações, por trás dos quais se especificava “uma muralha de terra plantada com árvores podendo servir para passeio” — à maneira de Antuérpia. O aproveitamento de áreas ao longo das muralhas da cidade conheceu sua maior expressão com a remodelação das defesas fortificadas construídas por Carlos V (1338-80), Carlos IX (1550-74) e Luís XIII (1601-43) ao leste e ao norte da cidade, onde se levantam as portas de Saint-Denis (1672) e Saint-Martin (1674): a área ao longo das muralhas foi transformada num dos importantes passeios arborizados parisienses, fazendo parte dos “Grands Boulevards” [Grand Larousse, 1960, v. 2, p. 278]. Dessas intervenções deriva o significado de *boulevard* como uma avenida arborizada de passeio: ‘boulevard’ (na escrita antiga) era a parte terraplenada das muralhas de fortificações; o termo ainda conserva a acepção de ‘linha de defesa de uma cidade’ [Larousse, 1928, v. 1, p. 809].

Na Paris de meados dos seiscentos, nas áreas de expansão, deitavam-se suntuosas avenidas arborizadas articulando as referências urbanas promovidas por Luís XIV: o Cours Vincennes foi feito em 1660 ligando o palácio real e o parque em Vincennes com um bem arborizado local, conhecido por Le Trône, para as cerimônias do casamento do Rei-Sol; em 1670 criava-se o Champs Élysées (então denominado Grand Cours), no eixo do Jardim das Tulherias, paralelamente ao Cours la Reine [Larousse, 1928, v. 1, p. 166, 175-7]. Outras cidades francesas construíram seus passeios: Aix-en-Provence (1651), Marselha — com o Cours Belzunce (numa área de cerca de 300 por 40 m), Grenoble — que executou uma avenida de 50 metros de largura por 8 quilômetros unindo a cidade com sua área de expansão —, Caen e o seu Grand Cours, às margens do rio Orne (1691), ou Tours e Angulema, que reproduziram contemporaneamente a amenidade do Cours la Reine e o aproveitamento de fortificações para passeios [Guidoni et al, 1982].



COURS LA REINE em Paris, em gravura de Aveline [Girouard, 1985, p. 167].



Passeio principal em VAUXHALL GARDENS, Londres. Pintura de Canaletto (1697-1768).
Barbican Art Gallery, Londres.

Práticas saudáveis

Entre as obras públicas devemos considerar os passeios públicos, nos quais os jovens se exercitam [...] e onde os velhos caminham para tomar ar ou, se estão enfermos, são conduzidos para recuperar a saúde. Celsus, o médico, diz que é melhor se exercitar ao ar livre que em lugar fechado; mas que se deve exercitar mais comodamente na sombra...

Leone Battista Alberti, 1485

Em Londres, o aproveitamento de terrenos ruins afastados da cidade ensejou a institucionalização de passeios. Em 1605, parcela da área alagadiça de Moorfields (*the lower walks*) foi legada para a cidade “para o uso e gozo dos cidadãos”. A área, já então aproveitada pela população para práticas esportivas e passeios, foi drenada e urbanizada com plantio de árvores. Em meados do século 17, Moorfields era um espaço elegante de passeio [Rasmussen, 1967]. No começo desse século, Londres usufruiu alguns passeios de porte, criados por arrendamento — como Lincoln’s Inn Fields, Gray’s Inn Fields — ou parques reais, como Whitehall, Hampton Court, Westminster Palace, Greenwich Park e outros — todos franqueados pelo Parlamento, a partir de 1649, e o principal deles, o Hyde Park. Esse logradouro, aberto entre 1630 e 1640, era utilizado para corridas de cavalo e velocistas, abrigando uma pista conhecida como *the Ring*. O Hyde Park foi privatizado em 1652, mas não houve prejuízo quanto ao seu aproveitamento como jardim público: em meados do século 17, ele era o equivalente londrino do Cours la Reine parisiense [Rasmussen, 1967].

Foi a introdução do *pallamaglio* na Inglaterra de Carlos II (1630-85) que originou o recanto conhecido como Pall Mall (nome em inglês do jogo), ou simplesmente Mall, no St. James’s Park — originalmente um prado alagadiço utilizado para caça, melhorado por volta de 1660 com arborização para atender às amenidades dessa diversão [Rasmussen, 1967]. A capital inglesa contou também nessa época com um jardim de amenidades com ingresso pago: o Vauxhall Gardens, criado por volta de 1660 com o nome de New Spring Garden. Situado na margem sul do rio Tâmisa, Vauxhall recebeu a partir de 1728 melhoramentos que o transformaram, em meados do século 18, em um dos mais populares pontos de encontro da sociedade inglesa, contando com áreas para orquestra, dança, quiosques para lanches e recantos para retiro, descanso ou para o amor. Ranelagh

Gardens foi outro recinto às margens do Tâmis, aberto em 1742, que chegou a rivalizar em movimentação a Vauxhall. Sua principal atração era uma grande rotunda, muito apreciada no inverno londrino. [Encyclopaedia Britannica, 1949; Girouard, 1985; The Image of London..., 1987; Hibbert, 1987]. *Malls, walks e parades*, doravante, eram termos que designavam passeios públicos.

Londres, após o grande incêndio de 1666, também conheceu uma expansão sem precedentes de sua área urbanizada. Foi nesse período que se introduziu na cidade o padrão *square* nas novas áreas de ocupação. Nem tanto uma iniciativa oficial, mas áreas livres resultantes da urbanização promovida por grandes proprietários de terras nas cercanias da cidade. Sigfried Giedion recupera uma definição de *square* num dicionário de arquitetura de 1887: “um pedaço de terra no qual há um jardim enclausurado, circundado por uma via pública dando acesso às casas em volta.” [Giedion, 1941, p. 444]. A *square* inglesa era um recinto ajardinado e cercado, embutido numa trama de ruas residenciais ostentando construções uniformes. Eram recintos que não poderiam ser confundidos com a praça tradicional: o Duque de Bedford, um dos promotores dessas áreas, solicitou ao governo, por volta de 1690, o direito de enxotar de suas *squares* os vendedores ambulantes e mascates [Sennett, 1988]. “A típica *square* residencial inglesa — e a grande maioria de todas as *squares* inglesas são residenciais — pode ser definida como uma área verde emoldurada por arquitetura,” mas “somente no século 18 a adulação da natureza pelo inglês tornou-se forte a ponto de se tornar uma obrigação moral plantar em qualquer área livre.” “As *squares* inglesas desenvolveram-se a partir da tendência do britânico por uma maneira afável de vida, com conforto burguês e, acima de tudo, o mais alto grau de privacidade”, na avaliação de Paul Zucker [1959, p. 199-200]. Privacidade que regulamentava o acesso ao seu interior apenas aos moradores das adjacências — pessoas de igual nível social —, possuidores de chaves que asseguravam o ingresso pelo seletivo portão da área cercada — norma que persiste até hoje. Até o final dos seiscentos, várias *squares* foram criadas: Leiscester Square (1635), Southampton (hoje Bloomsbury) Square (1665), King (hoje Soho) Square (1680), St. James’s Square (1684), Red Lion Square (1684), Grosvenor Square (1695), Berkeley Square (1698) [Giedion, 1941].

A partir do século 17, toda cidade importante na Europa construiu o seu passeio ajardinado: Berlim teve, em 1647, a Unter den Linden, alameda arborizada ligando a cidade com um parque de caça no campo, Tiergarten; Dublin teve o Beaux’ Walk e o Gardiner’s Mall; Hamburgo desfilava no Jungfernstieg; Amsterdã aproveitou um charco transformando-o na Nieuwe Plantage em 1682; a partir de 1746 Bordeaux ganhou o Jardin Royal, assim como em Nancy o Pepinière Royal foi apropriado como passeio a partir de 1772; Viena fez em 1775

a Augarten e Munique, sua English Garden em 1791; em São Petersburgo, na Nevsky Avenue se cumpria esse ritual [Girouard, 1985]. Madri contou a partir de 1745 com o Paseo del Prado, bem como os de Manzanarès, Florida e de las Delicias [Lavedan, 1941]. Lisboa, após o grande terremoto de 1755, implantou o Passeio Público a partir de 1764 [França, 1977].

Ver e ser visto ao ar livre

Os italianos são pródigos na arte de tirar proveito das amenidades da vida. O hábito do *corso*, no sentido de desfile ao ar livre, talvez tivesse outra origem e outros cenários não fosse a existência de vias de circulação que permitissem tal prática. Florença parece ter sido a cidade pioneira nesse sentido. O cardeal Carlos Borromeu (1538-84) teria declarado, por volta de 1570, serem necessárias duas coisas para ser bem-sucedido em Roma: amar a Deus e ter uma carruagem [Girouard, 1985, p. 118]. Esse veículo se transformava, numa cidade que adquiria aos poucos um novo sistema viário, num símbolo que convertia a rua num segmento que extrapolava a mera função de pôr em contato dois pontos distantes — um lugar para exibicionismo. “Donos de carruagens ficavam ansiosos em se exibir e descobriram que uma maneira agradável de fazer isso era subir e descer pelas novas vias. Assim como era deleitável ver e ser visto pelo maior número de outras carruagens, o costume cresceu (mais uma vez, provavelmente introduzido em Florença) de circular num lugar em particular, numa determinada hora — usualmente no frescor da noite.” O inglês John Evelyn descreveu como a piazza defronte ao Palácio Farnese era o lugar onde “no verão os gentis-homens de Roma tomavam ar fresco em suas carruagens ou a pé” [Girouard, 1985, p. 124].

Paris não demorou para adotar essa prática e efetivamente criou espaços específicos para essa finalidade. Vários recintos atendiam às expectativas: o Cours la Reine, o boulevard Saint Antoine, o Champs Élysées e mesmo as *places royales*. Martin Lister, viajante inglês em visita a Paris em 1698, impressionava-se com a diversão dos parisienses, “principalmente em teatros, jogos, caminhadas e passeios em carruagens” e que “não havia gente mais apaixonada em reunir-se, para ver e ser vista.” Lister observou a elegância dos homens, a beleza das mulheres, apreciando a classe dos freqüentadores dos jardins públicos à noite, principalmente entre as 20 e 21 horas [Girouard, 1985, p. 178].

Keith Thomas recolhe uma informação de mesma natureza para Londres: “no reinado de Carlos I (1625-49) a sociedade elegante, ao passar por Hyde Park, não saía de seus coches. Entretanto, no período da Restauração, o desejo de tomar ar e andar a pé tornou-se traço generalizado da vida social inglesa, e os parques de Londres se converteram no cenário-modelo para esses desfiles elegantes ao ar livre. Em Oxford, por exemplo, durante a década de 1640 e a permanência da guarnição de Carlos I na cidade, o bosque de Trinity foi o ponto de encontro da aristocracia da pequena nobreza. Depois da Restauração [a partir de 1660, com Carlos II], Merton Wall passou a ser o local da moda. Quando esse ponto se afamou como lugar de escândalo, a alta sociedade mudou-se para Magdalen, que em 1723, dizia-se, ficava repleto de gente todos os domingos de verão, pela noite. Vinte anos mais e era o jardim de St. John’s que possibilitava a “oportunidade de ver quase toda a universidade reunida, bem como a melhor sorte de cidadãos e damas, que raramente deixavam de marcar sua presença. No devido tempo, virtualmente toda cidade de alguma pretensão social tornou-se apta a votar verbas para um passeio ou alameda onde *beaux e belles* locais podiam passear, de um lado para outro, sob as árvores, a fim de exibirem suas melhores roupas e trocarem mexericos, como uma espécie de salão ao ar livre.” [Thomas, 1988, p. 245-6].

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais — com a tácita concordância entre seus praticantes — o *plaisir de la promenade*, tinha um palco magnífico nos jardins públicos.

Adentrar um jardim público implicava o aceite silencioso de normas de conduta, imposição de sociabilidade cuja vigência se restringia ao território reservado do passeio. Um dos aspectos marcantes no ambiente dos jardins era “a germinação da idéia do silêncio em público”: as pessoas poderiam apenas passear, ou ficar sentadas, em silêncio. “Tanto em Londres quanto em Paris, estranhos que se encontrassem nos parques ou nas ruas poderiam falar uns com os outros, sem qualquer embaraço. Nos anos 1740, era de bom tom para todas as classes que os homens fizessem o gesto maquinal de erguerem os chapéus a uma senhora desconhecida, para indicar que gostariam de lhe falar.” Richard Sennett chama a atenção para a perda da espontaneidade nas relações sociais e no comportamento das pessoas em público: “no teatro, a platéia podia ser totalmente expressiva, na mesma medida em que não podia sê-lo, de modo uniforme e completo, do lado de fora. Fora do teatro, na década de 1750, uma pessoa poderia exibir emoções da mesma intensidade no Turk’s Head Club ou diante dos estranhos do Café de la

Comédie, mas de modo algum durante o passeio pelo St. James's Park.” [Sennett, 1988, p. 112-4]. O comportamento público assumiria outras imposições: “um dos modos pelos quais a sociedade urbana do século 18 tornou os encontros sociais significativos foi por intermédio de códigos de credibilidade que funcionavam tanto no teatro quanto na vida cotidiana. [...] Em 1749, Fielding falava de Londres como tendo-se tornado uma sociedade na qual o palco e a rua já não se achavam ‘literalmente’ entremesclados; o mundo como um teatro, dizia ele, já não era ‘somente uma metáfora’, como fora na Restauração. Rousseau escreveu, em 1757, um tratado para mostrar que as condições de vida em Paris forçavam os homens a se comportarem como atores, a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade.” [Sennett, 1988, p. 88].

Se a *promenade* demandava um palco, a ação recomendava um traje. Na particularidade da vestimenta, temos uma visão do leque social caminhando pelos passeios. Uma observação sobre os transeuntes londrinos: “visitantes estrangeiros viam nos parques de Londres [...] algo do ‘gênio peculiar’ do povo inglês: sua paixão pela *promenade* (passeio), a mistura de classes que era tão estranhamente tolerada.” [Sennett, 1988, p. 113]. Se, num primeiro momento, foram a realeza (ao promover a criação dos jardins) e a nobreza os estamentos que usufruíram os jardins palacianos, uma outra classe veio contribuir para a difusão do gosto pelo passeio. As transformações sociais que se processaram no final da Idade Média com a expansão das classes mercantil e burguesa nas capitais européias trouxeram outras categorias — algumas inclassificáveis — distintas das posições sociais tradicionais. A roupa era símbolo de hierarquia social: “durante séculos, o vestuário respeitou globalmente a hierarquia das condições: cada estado usava os trajes que lhes eram próprios; a força das tradições impedia a confusão das qualidades e a usurpação dos privilégios de vestuário; os éditos suntuários proibiam as classes plebéias de vestir-se como os nobres, de exibir os mesmos tecidos, os mesmos acessórios e jóias. O traje de moda permaneceu assim, por muito tempo, um consumo luxuoso e prestigioso, confinado, no essencial, às classes nobres.” [Lipovetsky, 1989, p. 40-1]. Em que contexto se processa o afrouxamento dessa hierarquização? “Com o desenvolvimento da burguesia mercantil e financeira desencadeou-se um fenômeno de promoção social de grande importância: os burgueses enriquecidos fazem-se ‘enobrecer’ comprando feudos e cargos, casam seus filhos na nobreza. Na Europa, do século 14 ao 18, houve, favorecida pelo poder real, osmose social no seio das classes dominantes: a classe nobiliária abre-se aos plebeus enriquecidos, pouco a pouco uma nobreza de toga toma lugar ao lado da nobreza de espada. É precisamente quando a estratificação social no alto da hierarquia já não é rigorosamente estável e se operam movimentos de ascensão plebéia que as reviravoltas da moda aparecem, sustentadas pelas estraté-

gias de distinção e de rivalidades de classes. Quando as fortunas e as aspirações se tornam mais móveis, quando as barreiras sociais se tornam menos intransponíveis, quando os privilégios de nascimento sofrem a concorrência do poder da fortuna, começam processos acelerados de diferenciação entre as classes elevadas, uma era de competição sem fim pelo prestígio e pelos títulos distintivos. Foi antes de tudo na arena das classes superiores, entre as frações da classe dominante, entre nobreza e alta burguesia, nobreza de toga e nobreza de espada, nobreza de corte e nobreza provincial, que se desenrolaram as lutas de concorrência de onde teria saído a dinâmica da moda,” na análise de Gilles Lipovetsky [1989, p. 54].

O jardim público, a partir do século 17, foi a grande passarela dessas transformações.

Jardim, antídoto da praça

Polivalência *versus* hierarquização, as características básicas no imaginário sobre a praça e o jardim público, duas modalidades de lugar urbano representativas das metamorfoses das cidades européias na transição da Idade Média para a Era Moderna. A praça pública medieval, espaço popular da espontaneidade, da festa, do escárnio, o “mundo único e coeso, impregnado de liberdade, franqueza e familiaridade”, no dizer de Mikhail Bakhtin, vai cedendo lugar à disciplina, à “harmonização do diverso e a coordenação das multiplicidades”, à “transformação de ordenamentos sociais complexos e contraditórios em arranjos organicamente articulados” — valores instaurados pelo pensamento renascentista, segundo Eugenio Garin.

O sentido de ordem vai presidir as grandes intervenções urbanas processadas na trama urbana medieval ou nas novas áreas de ocupação das cidades européias. O emaranhado tecido de estreitas e abafadas vielas e ruas do passado vai gradativamente sendo substituído por largas, luminosas e arejadas vias de comunicação — o espaço urbano ganha novas referências com as perspectivas inéditas de avenidas retas; fontes, chafarizes, obeliscos, rampas, escadarias, em recintos ao ar livre arquitetonicamente homogêneos, vão configurar uma cenografia à altura da afluência do absolutismo real, do poder eclesiástico e da nascente burguesia mercantil no panorama europeu e na esteira dos grandes desastres que

conturbaram importantes aglomerados — álibi último para a reformulação do caráter de alguns espaços públicos. Bonet Correa lembra do processo de transformação da *plaza mayor* contra-reformista num espaço centripeto, reduzido a “um grande teatro”, “ambiente provido de solenidade”. A massa popular — cor, protagonista e substância catalisadora da praça pública — cede seu lugar à glorificação do rei nas *places royales* ; o jardim público torna-se um monumento ao verde — espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano. O passeio ajardinado será a instância radical do estabelecimento da ordem pública, o grande teatro onde os homens vão se “comportar como atores, a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade”, na visão de Sennett. Os atores e os figurinos estão definidos: não mais a massa popular, mas segmentos sociais privilegiados com a expansão das classes mercantil e burguesa (e seus subprodutos) nas grandes cidades do século 18, em busca de formas de promoção social mediante novas formas de sociabilidade, cuja prática contemplou palcos e platéias calcados nos modelos da aristocracia francesa ou britânica. Não o verde planejado e reservado de Versalhes dos reis, mas resíduos (charcos ou terrenos inúteis para aproveitamento econômico) ou periferias urbanas de muralhas arborizadas na burguesa Antuérpia quinhentista, nas equivalentes muralhas parisienses seiscentistas, bulevares que, antes de protegerem a cidade, cerceavam o seu crescimento; na oportunística criação de recintos pagos como Vauxhall ou Ranelagh Gardens, ou no trivial entretenimento do *pallamaglio*, origem de recantos concorridos em Paris, do elegante Pall Mall, da revalorização do St. James’s Park londrino.

Mikhail Bakhtin é preciso quando, na leitura de Rabelais, constata que, nessa época, “assiste-se a um processo de redução, falsificação e empobrecimento progressivos das formas dos ritos e espetáculos carnavalescos populares. Por um lado, produz-se uma *estatização* da vida festiva, que passa a ser uma vida de *aparato*; por outro, introduz-se a festa no *cotidiano*, isto é, ela é relegada à vida privada, doméstica e familiar. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringem-se cada vez mais.” [Bakhtin, 1987, p. 30]. Efetivamente, da concentração complexa e caótica da praça, buscou-se a concentração organizada e elegante do jardim. Praça pública e jardim público abrigaram dos séculos 16 ao 18 a convivência dos opostos. Talvez o jardim como o antídoto moderno à praça medieval. O jardim como a antítese da praça.

Do Éden Americano ao Salubrismo

Da mesma forma o cenário do Novo Mundo parecia apresentar-se àqueles primeiros conquistadores e, ainda mais tarde, a muitos colonizadores castelhanos, animado pela expectativa de um *plus ultra* de maravilha, encantamento e bem-aventurança, sempre a inundá-lo em sua luz mágica. Assim como era presumível que um poeta não se socorresse de palavras chãs, senão de locuções seletas e raras, quando quisesse exprimir coisas sublimes, também no mundo criado, a presença de formas insólitas só podia significar uma promessa de maiores louçanias e portentos. De qualquer modo, os cenários naturais, em terra onde tudo era insólito, pareciam importar, não tanto por aquilo que aparentavam, mas sobretudo pelo que pareciam anunciar ou dissimular.

Sérgio Buarque de Holanda

As grandes navegações nos séculos 15 e 16 expandiram as fronteiras do mundo europeu. Sábios, filósofos, astrônomos, navegadores e comerciantes tomaram parte de uma empreitada que dilatou o círculo de questões e incertezas da cultura européia. A América participou dessa entropia propiciando o território mitológico do paraíso perdido, da utopia de Thomas More (1478-1535), do sítio depositário dos signos confusos por um retorno ao Éden, à natureza.

Sérgio Buarque de Holanda, na tese *Visão do paraíso*, de 1958, conduziu seu trabalho em busca dos “motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil”, demonstrando o complexo contexto da constituição de um imaginário europeu sobre a América. Imaginário fadado ao nada, como sentenciou o historiador: “E como [...] o paraíso perdido fosse fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens, não é de admirar se ele aparecesse, em vez de realidade

morta, como um ideal eterno e, naturalmente, uma remota esperança” [Holanda, 1977, p. 146].

A formação do imaginário mítico nesse momento desconsiderou a percepção da alteridade americana. Observa Janice T. da Silva que “o olhar do europeu sobre a natureza, apesar de procurar o novo — plantas ou animais desconhecidos —, realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências européias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim, o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos na metrópole. [...]. A flora e a fauna descritas por este ângulo indicam que podem ser utilizadas indiscriminadamente pelos humanos, sugerindo, portanto, a destruição e não a preservação como elemento constitutivo da ordem colonial.” Assim, ainda segundo a historiadora, “o paraíso não pode ser encontrado porque a natureza americana, a selva e o selvagem passam a responder por tudo que foi desejado, reprimido e dominado. Incapaz de se identificar com a natureza, o descobridor inicia sua obra colonial, sacrificando a própria fertilidade da terra descoberta.” [Silva, 1991-92, p. 22-3].

Um jardim holandês

Andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua nova cidade, que para afervorar aos moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar pelo meio dela, por um dique, ou levada, a água do rio Capibaribe a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis e barcas para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Holanda, de sorte que aquela ilha ficava toda rodeada de água...

Frei Manuel Calado do Salvador, 1648, descrevendo
o esforço de Maurício de Nassau para
criar sua Cidade Maurícia.

Os livros de história registram os vários feitos espanhóis e portugueses no processo de colonização do Novo Mundo. Felipe II patrocinou a primeira expedição científico-cultural para o México (então Nueva España) menos de meio século depois de Hernán Cortés (1485-1547) tomar a capital asteca. No período entre 1570 e 1577, o protomédico Francisco Hernández (1517?-87) comandou um grupo de naturalistas que compilaram um conjunto de informações sobre a flora, fauna e conhecimentos indígenas que culminaram numa *Historia Natural* que jamais foi publicada, por desinteresse da coroa espanhola [Lozoya, 1984].

Não foram espanhóis, tampouco portugueses, que se empenharam em reconhecer a nova terra de forma sistemática, e sim os holandeses, em sua permanência no Nordeste do Brasil entre 1624 e 1654. A mais importante documentação sobre o Brasil do século 17 foi realizada pela elite dos homens trazidos por Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-79, nome aportuguesado para João Maurício de Nassau), quando governador-geral da Nova Holanda (1637-44). A documentação sobre a flora, fauna, geografia, observações astronômicas e meteorológicas de Georg Marcgrave (1610-1644), publicadas em 1648 como *Historia Naturalis Brasiliensis*, os estudos sobre doenças tropicais por Willhem Piso (1611-78) publicados em *De Medicina Brasiliensis* (1648) e as pinturas de Franz Post (1612-80), Albert Eckhout (1610?-65?) e Zacharias Wagener (1614-88) foram os mais importantes registros sobre o Brasil, produzidos em qualquer língua, até a vinda das expedições científicas estrangeiras ao Brasil após a abertura dos portos, em 1808.

Maurício de Nassau, administrador celebrado por sua ação em Nova Holanda, criou sua própria capital, Cidade Maurícia (a segunda experiência holandesa de cidade colonial, após Batávia, capital da Companhia das Índias Orientais fundada na ilha de Java em 1619), planejando também uma expansão que ficou registrada como Nova Cidade Maurícia — ambas na ilha de Antonio Vaz, junto a Recife [Mello, 1987]. Nelas, Nassau desenhou uma “cidade holandesa ideal”, conforme propõe Sala Catala, ao identificar em seu traçado elementos comuns com a cidade ideal de S. Stevin, publicada em 1649 em *Materiae Politicae*: “nos modelos holandeses, distintamente dos ibéricos, o tratamento dos problemas hidráulicos não só se fixa na potabilidade como, por sua vez, como elemento defensivo e de comunicação. A cidade ideal holandesa é eminentemente prática e sua concepção pretende encontrar uma solução unificada para esses problemas. Sala Catala [1989, p. 72-3] relaciona a iniciativa holandesa dentro do espírito das cidades utópicas do Renascimento, tendo como referências Tommaso Campanella (1568-1639) e sua *Citté dei Sole* (1623), Johann Valentin Andreä (1586-1654) e sua *Christianopolis* (1619) e a *Nova Atlantida* (1627) de Francis Bacon (1561-1626). “No pensamento utópico moderno a cidade já não é só uma capital isolada

em um território, mas projeta um efetivo controle sobre si mesmo, não é indiferente a ele. Ademais, o principal instrumento pela qual se sustenta a ordem política já não é mais o trabalho servil ou a dominação ordenada sobre os diferentes tipos de trabalhadores, senão a ciência aplicada para satisfazer as necessidades individuais, enfim, a inovação tecnológica” [Sala Catala, 1989, p. 66].

Ócio, contemplação à natureza

Em sua cidade, ou mais precisamente, junto ao palácio Vrijburg [“cidade livre”] que Maurício de Nassau mandou construir, inaugurado provavelmente em 1642 [Mello, 1987, p. 102], o príncipe organizou um jardim e um viveiro. Frei Manuel Calado do Salvador — assíduo freqüentador do palácio de Nassau —, em uma publicação de 1648, o *Valeroso Lucideno*, revelava o caráter desses espaços. Referindo-se às obras de urbanização na ilha de Antônio Vaz, descrevia:

...também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquele areal estéril e infrutuoso plantou um jardim, e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes, e à força de muita outra terra frutífera, trazida de fora em barcas rasteiras, e muita soma de esterco, fez o sítio tão bem-acondicionado, como a melhor terra frutífera; pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e eles lhos mandavam trazer em carros, e deles fez umas carreiras compridas, e vistosas, a modo da alameda de Aranjúés, e por outras partes muitos parreirais, e tabuleiros de hortaliças, e de flores, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, aonde iam as damas, e seus afeiçoados, a passar as festas no verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes e instrumentos; e o gosto do príncipe era que todos fossem ver as suas curiosidades, e ele mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas aonde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte de seus criados. [Boxer, 1961, p. 162-3]

Frei Manuel Calado fez também uma minuciosa descrição do zoológico reunido por Nassau.

Outro testemunho de época, o de Gaspar de Barléu (1584-1648), em obra publicada em Amsterdã em 1647, traz um discurso enaltecedor e apologético da obra do administrador holandês. Na descrição de Barléu, a ilha de Antônio Vaz era “uma planície sáfara, inculta, despida de arvoredo e arbustos, que, por estar desaproveitada, cobria-se de mato.” A iniciativa de Nassau teria sido fulminante:

Não obstante, ao Conde aprouve furtar aos olhos aquele terreno desnudo, sombreando-o com uma plantação de árvores, não só para não ficar exposto às ofensas do inimigo, mas ainda para os cidadãos e soldados, durante as quadras ásperas, delas tirarem o alimento e o refrigério dos frutos, encontrando também ali os habitantes um abrigo seguro. Realmente, houve uma ocasião em que, não se podendo entrar no Recife por causa do rio, trezentos cidadãos, passando além deste para colherem laranjas, foram quase exterminados e aprenderam tardiamente a necessidade de seu abastecimento doméstico. Por conseguinte, Nassau, para não pesar ao tesouro e para prover ao *bem público*, adquiriu a sua custa aquele terreno, transformando-o num lugar ameno e útil à sua saúde e segurança como à dos seus [grifo do autor].

Barléu atribuiu ao jardim um caráter semiprivado, mas oferecendo aos “habitantes um abrigo seguro”. O comportamento de Nassau diante de seu jardim insinua um gosto iniciado no século 17 — a apreciação do *espetáculo da natureza* [ver capítulo JARDIM COMO METONÍMIA DA NATUREZA]:

Cansado dos negócios públicos, deleitava-se então o Conde com os ócios ali gozados. Nesta rusticação passava o exímio General as horas vagas, entregando-se à contemplação da Natureza

[...] Também o imperador Diocleciano [nota: o imperador Diocleciano, após a sua abdicação, retirou-se para Salona, na Dalmácia, onde se dava à cultura dos jardins] dava-se a esta mesma recreação, partindo ele próprio os canteiros e dedicando-se à jardinagem e arboricultura.

Certos aspectos descritos por Barléu confirmam os conceitos da ‘cidade ideal holandesa’:

O Conde, edificando, teve o cuidado de atender à salubridade, procurando o sossego e obtendo a segurança do lugar, sem descurar também da amenidade dos hortos. De fato, observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam os vergéis protegidos pelos fortes e por treze baterias. [Barléu, 1974, p. 149]

O espaço da Cidade Maurícia serviu como plataforma das investigações científicas dos notáveis que Nassau trouxera em sua comitiva. Barléu se refere a um ‘museu’ dentro do conjunto, decerto uma ‘casa de ciências’ na perspectiva dos utopistas científicos do princípio do século 17, conforme anota Sala Catala [1989]. Marcgrave desenvolveu observações meteorológicas e astronômicas da torre do palácio de Nassau, bem como deve ter usufruído bastante as instalações do seu jardim; esse mesmo recinto abrigou um hospital para escravos, segundo provável orientação de Willhem Piso.

Homem sintonizado com seu tempo, Maurício de Nassau introduziu um inédito recinto na Nova Holanda e na América. As descrições revelam um tipo sofisticado, cioso da criação de um espaço de usufruto onde o exotismo america-

no é virtualmente elevado ao nível das utopias de seu tempo. Mas em sua materialização, Nassau parece recriar um recinto europeu, um jardim holandês, com a sua pragmática lógica de implantação em canais desenhando quadrículas. Páez de la Cadena [1982, p. 308] observa que “a tradição holandesa está mais próxima da horticultura que da arte dos jardins, o que é uma mostra de especialização diante de condições favoráveis para o cultivo, mas pouco propício ao desenho em grande escala” e que “os jardins botânicos holandeses [*que*] sempre ostentaram uma grande tradição, são uma demonstração desta tradição hortícola.” Ademais, Derek Clifford [1970, p. 96] anota que “o típico jardim holandês foi valorizado não por sua unidade de desenho, mas por sua variedade de detalhe” — o que em nada contradiz a natureza da iniciativa utópica de um holandês no paraíso americano.

Os jardins botânicos americanos

Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade — sinal de imperfeição — de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aquilo era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro.

Sérgio Buarque de Holanda

Ao se dar crédito à interpretação de que a ocupação das terras americanas pelos ibéricos se desenvolveu onde houve potencialidade de exploração econômica, a apropriação de bens naturais também se insere no rol de interesses do processo de colonização. Nesse sentido, a natureza virgem americana, menos como fonte de prazer ou deleite, e mais como um estoque de potencial de aproveitamento, tornou-se um objeto merecedor de cuidados especiais — sobretudo na botânica, na busca de plantas medicinais, variedades de especiarias e repertório para produção agrícola e, posteriormente, ornamental. Esse pragmático consumo da natureza traduziu-se em incursões de cunho científico pelos meandros do Novo

Mundo — quer mediante discretas investigações sob o manto de religiosos, missões militares ou grandes expedições com patrocínios reais. A já mencionada expedição de Francisco Hernández para o México durante sete anos, a partir de 1570, inaugurou essa prática de reconhecimento do potencial científico e comercial como estratégia da coroa espanhola. Todavia, somente no século 18 novas iniciativas dessa envergadura foram retomadas. Recorrendo aos procedimentos científicos correntes na época, a coroa espanhola organizou expedições como a que o discípulo de Lineu, o sueco Pehr Löfving (1729-56) faleceu no seu decurso (na região do rio Orinoco), na tentativa de reconhecer a flora da costa atlântica sul-americana; a Real Expedição Científica a Nova Espanha (México) comandada pelo mexicano José Mariano Mociño (1757-?) e pelo espanhol Martín Sessé (?-ca.1809) e desenvolvida ao longo dos anos 1787-1803, desde São Francisco (Estados Unidos), León (Nicarágua), explorando as costas do Canadá e as ilhas de Cuba, Porto Rico e São Domingos; a comissão científica de José Celestino Mutis (1732-1808) na região da atual Colômbia a partir de 1783; os espanhóis Hipólito Ruiz (1754-1816) e José Antonio Pavón (1754-1838) e o francês Joseph Dombey (1742-94) por regiões peruanas e chilenas, iniciada em 1777; Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Aimé Bonpland (1773-1858) encerrando as grandes expedições setecentistas com a viagem empreendida entre 1799 e 1804 [Páez de la Cadena, 1982; Lozoya, 1984; Texera Arnal, 1987]. No domínio português, a *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792* empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira (1755-1815), foi uma iniciativa que guarda simetria com as expedições espanholas. O imperador da Áustria, Francisco I (1708-65), patrocinou a estada de quatro anos do diretor do jardim botânico de Viena, barão Nicholas Joseph Von Jacquin (1721-1817) na América [Texera Arnal, 1987].

O jardim como lugar

A coleta e o reconhecimento científico desenvolvidos por essas expedições resultaram na remessa de milhares de amostras da flora e fauna americana para a Europa — no âmbito botânico, para os grandes jardins botânicos, como os de Madri, Lisboa, Viena, o Jardin des Plantes de Paris ou o Kew Garden de Londres, entre outros recintos. Muitas dessas operações de coleta e envio também se efetivaram fora da sistemática das grandes explorações científicas. Um esforço cotidi-

ano e sistemático se operou com a criação de jardins botânicos na América — constituindo um lugar específico na urbanização colonial.

Ao se considerar o horto botânico de Pádua — criado em 1545 no âmbito da universidade local — como o primeiro jardim botânico europeu, reconhece-se o novo recinto como ambiente de observação, experimentação, investigação e reprodução do mundo vegetal de uma forma sistemática e preocupada na transmissão desse conhecimento. O jardim botânico representava o elo entre as práticas medicinais monásticas da Idade Média e o interesse sobre as novas espécies intercambiadas ou recolhidas nas viagens e explorações ao Oriente e à América. Os jardins botânicos americanos estabeleceram o elo entre os mistérios exóticos do Novo Mundo e a curiosidade do espírito renascentista. O jardim botânico não pode ser considerado, a priori, um espaço de deleite, contemplação, a recriação do Éden monitorada pelos humanos. Ao contrário, sua formulação recorre a um esforço racional, funcionalista, de coletar, ordenar, preservar e reproduzir espécies vegetais raras para o seu contexto fitogeográfico. Os imperativos colecionistas e didáticos não asseguram aos jardins botânicos conteúdos artisticamente elaborados por arquitetos e jardinistas, como os que caracterizam os jardins palacianos e aristocráticos europeus do século 16 em diante. Todavia, algum aporte formal se reconhece nas iniciativas botânicas, ao sabor do gosto corrente da época. Mas da estética mais sutil e da beleza menos óbvia os livros de história dos jardins não se apropriam: o espetáculo da natureza, a natureza como espetáculo. Os jardins botânicos constituem uma tênue fronteira entre o público e o privado. Privado enquanto se trata de um recinto com finalidades científicas de prática reservada — o que sugere a expressão ‘semiprivada’ como mais adequada, porquanto ao se propor como espaço de divulgação do conhecimento da flora, esse recinto se abre para os interessados, é um espaço público.

Pioneiros jardins botânicos

Martín Sessé, na proposta para a Real Expedição Botânica a Nova Espanha, previa a criação de um jardim botânico e uma cátedra de Botânica na cidade do México. Nomeado diretor do jardim em 1787, Sessé obteve a concessão de uso de uma área conhecida como potreiro de Atlampa, nos limites da cidade, “alegres subúrbios e próximo ao Passeio de Bucareli” e nas cercanias do Colégio San Miguel de Belén, a Candelaria dos Ciegos e o cárcere de la Acordada. O arquiteto Miguel Costanzó projetou a construção de um edifício com salas de aula, herbá-

rio, museu (ou gabinete, no termo da época), biblioteca, a moradia do catedrático de Botânica e, supostamente, o jardim. Os terrenos do potreiro se revelaram inadequados para a prática botânica, por serem baixadas inundáveis, e nenhum edifício proposto foi executado. Costanzó sugeriu a transferência do jardim botânico para o morro de Chapultepec, distante cerca de 5,5 quilômetros do centro da cidade, com a idéia de se criar um grande jardim público. Chapultepec era um sítio apreciado pelos governantes desde antes da presença espanhola: os imperadores astecas freqüentavam-no como lugar de recreio. Todavia, esse intento jamais se realizou formalmente [Lozoya, 1984, p. 51-2, passim].

Os ingleses haviam estabelecido a partir de 1764 jardins botânicos nas ilhas caribenhas de Saint Vincent e Saint Thomas, subordinados ao Kew Garden [Texeira Arnal, 1987]. O viveiro criado em 1730 na Filadélfia pelo médico quaker John Bartram (1699-1777) é considerado o primeiro jardim botânico norte-americano. Seu responsável mantinha intercâmbio com o inglês Peter Collinson (1694-1768), do círculo científico de Lineu [Páez de la Cadena, 1982]. Os franceses, ao final do século 18, mantinham em Caiena o jardim botânico *La Gabrielle*, da maior importância para o Jardim Botânico de Belém. A coroa portuguesa não se manteve afastada dessa problemática. José Roberto Amaral Lapa [1966] e Luís Ferrand de Almeida [1975] desenvolveram significativos estudos sobre o interesse botânico e o desenvolvimento da agricultura nas colônias ultramarinas e no Brasil. No escopo do presente trabalho, a questão dos jardins botânicos brasileiros é estudada no capítulo JARDINS BOTÂNICOS E PASSEIOS PÚBLICOS, adiante.

Alamedas hispano-americanas

Não são necessários demasiados argumentos para se persuadir o quão regular e útil é se fazer uma paragem que sirva a população para se aliviar ou passear (chame-se o lugar de passeio, prado, alameda, tulherias ou tenha qualquer outra denominação), que conte com um aspecto de simetria, asseio, piso plano e amenidade, que não só traga prazer para o olhar e para o olfato, como também contribua com outras comodidades e atrativos, à recreação e à saudável distração dos que aí concorrem.

Manuscrito anônimo sobre a Cidade do México, 1788

Anota Gabriel Guarda que as cidades chilenas no século 18 guardavam uma característica de implantação remanescente das ordenações espanholas medievais. Os aglomerados eram cercados por *cañadas*, vales ou caminhos em que transitavam certa classe de rebanhos, conforme as estações, para os distintos campos de pastoreio. As *cañadas* permaneceram na estruturação das cidades, independentemente do tráfego de animais. Padre Guarda observa que para Santiago e Serena — núcleos mais antigos — as *cañadas* tinham outra finalidade: “separavam o centro urbano significativo de seus ejidos [ou rossios, o equivalente português], margeadas por salgueiros e álamos, recebiam o nome genérico de Alamedas, lugar preferido de passeio para os habitantes nas refrescantes tardes de estio, que aproximam a população da presença próxima do campo e a imponente vista dos Andes, praticamente comum às cidades chilenas. Em 1792, o presidente (sic) Berroeta comunicava ao rei seu trabalho [na *cañada*] de Santiago, ‘única diversão e desafogo que tem esta cidade e suas vizinhanças’; replantava então três ruas de salgueiros e outras árvores com a qualidade e condição de ter ‘corrientes’.” [Guarda, 1968, p. 68-9]. O historiador chileno ainda revela outra persistência: na *Instrucción que puede tenerse presente en la fundación de los Pueblos que se forman por el mandato de S. M. en el Reino de Chile, entre los límites del Valle de Copiapó, y la frontera del río Bío-Bío*, publicada em Madri em 1744, recomendava-se que as *cañadas* servissem como passeio, aléia e limite da aglomeração, de modo que “gozam todas as povoações da formosura, simetria e pureza do ar como da cidade de Santiago e outras da América.” [apud Guarda, 1968, p. 68].

No mundo hispânico, tão ou mais significativa que a *cañada* foi o *ejido* (derivado do latim *exitus*, saída), o limite do núcleo urbano e potencial área de expansão, campo comum para todos os habitantes do aglomerado, território extra-urbano não-edificável e aproveitado como área de recreação, trânsito de carga e produtos agrícolas. Corresponde ao ‘rossio’ português, conhecido na legislação de terras no Brasil [cf. Marx 1989, 1991]. Segundo Maria Dolores Muñoz Rebolledo [1993, p. 7], “será nos ejidos onde, mais de uma vez, com o decorrer do tempo e o crescimento das cidades, criaram-se espaços públicos naturais como passeios e jardins botânicos”.

Leszek Zawisza, estudando os jardins venezuelanos, registra que “em Caracas, o governador Manuel González de Naharra inicia em 1784 a construção de uma alameda na periferia norte da cidade, como continuação de outras obras nesta zona — o quartel de Veteranos e a ponte de Carlos III. A posição da projetada alameda, paralela às duas quebradas de Catuche e Punceres, cujas águas correm na direção sul-leste, era oblíqua em relação ao traçado das quadras do centro. A presença do quartel, com sua orquestra e exercícios militares, fazia atraente esta zona para os passeios dos caraquenhos. Por iniciativa do mesmo



Antigo PASSEIO COLONIAL EM SANTIAGO, litografia de 1850 [Guarda 1968]

governador, [...], promoveu-se naquele lugar um acontecimento insólito: a elevação de um globo aerostático, ‘ao qual ocorreu toda a população.’” [Zawisza, 1990, p. 45]. A alameda de Caracas jamais foi concluída.

Carlos Martínez, referindo-se a Bogotá do último quartel do século 18, registra que “alargaram, ordenaram e arborizaram-se duas vias chamadas Alamedas com o caráter de passeios públicos. Partiam as duas da plazuela de San Victorino; a primeira, Alameda Vieja, hoje carrera 13, chegava até a atual calle 26, e a segunda, a Alameda Nueva, ocupou várias quadras do caminho para Fontinbón. Nesta via existiram dois largos que facilitavam manobrar o regresso da carruagem do vice-rei Caballero y Góngora, quando saía para passear fora da cidade.” [Martínez, 1983, p. 91-2].

Em Lima, o empreendedor vice-rei Manuel Amat y Junyent (ca.1710-?) durante sua administração, de 1761 a 1776, criou alguns espaços públicos, como a Alameda de los Descalzos em Rimac (uma área do século 17, resgatada em 1773) e o Paseo de las Aguas (1770-76), então nos limites da capital. Ainda no Peru, em Guamanga (Ayacucho), o Paseo del Campo de Santa Clara (1806) foi outra iniciativa nessa tipologia de recintos arborizados lineares [Gutiérrez, 1983].

A Alameda do México

O primeiro passeio público criado na América antecede à maioria das realizações congêneres européias. Em 1592, o oitavo vice-rei da Nova Espanha (entre 1590 e 1595 e posteriormente entre 1607 e 1611), D. Luís Velasco, ordenou a construção da Alameda, com “fontes e árvores que servissem de ornato para a cidade, e de recreação para seus vizinhos” [Marroqui, 1900, v. 1, p. 237]. A Alameda era um recinto cercado: uma vista da cidade do México em 1624, reproduzida em Benevolo [1979, v. 4, p. 107] mostra um jardim de perímetro aproximadamente quadrado, riscado por duas vias internas formando quatro áreas regulares. O jardim foi desenhado em 1593 por Rodrigo Alonso [Marroqui, 1900].

A cidade do México, como é sabido, está assentada sobre uma ilha que os conquistadores espanhóis chegaram a conhecer e temer, por seu isolamento. A região em que se implantou a Alameda era uma das saídas da capital, pelo lado poente. O passeio foi construído sobre terrenos encharcados, ganhos em aterros que sofreram recalques mesmo séculos depois. Era tido como um arrabalde úmido e insalubre por D. Carlos de Sigüenza, em 1684 [apud Marroqui, 1900, v. 1, p.

236]. Em 1900, a Alameda ainda guardava as características do logradouro reformado no século 18: era um recinto de 513 x 259 m, com o lado maior disposto na direção leste-oeste. Sete recantos circulares nos pontos de intersecção, 24 canteiros triangulares, caminhos paralelos e oblíquos destinados ao tráfego de carruagens [Marroqui, 1900, v. 1, passim] formavam o pioneiro recinto de recreação.

Com dificuldades, D. Luís Velasco conseguiu implantar o passeio de maneira irreversível, ao ponto de seus sucessores — mesmo não se empenhando na sua consolidação — fossem instados a cuidar da manutenção do logradouro. Em 1597, Gaspar de Zúñiga y Azevedo, o Conde de Monterrey (vice-rei entre 1595 e 1603), sucessor do criador da Alameda, preocupava-se com a guarda e manutenção do recinto. Pedia a designação de um responsável pela chave da porta, que cuidasse da plantação e cultivo das árvores, e proibia a entrada de cavalos, vacas, bois e qualquer tipo de criação, sob pena de multa ao proprietário do animal. De normativas de 1620 infere-se que o casario em torno da Alameda era modesto: a ordem mandava que os moradores vizinhos guardassem seus animais para que não invadissem o logradouro. Essa mesma regulamentação dava conta da presença de “alguns vagabundos espanhóis, mestiços e mulatos, delinqüentes e outros tipos”. Ademais, havia gente que retirava terra do recinto, bem como quem cortasse as árvores [Marroqui, 1900, p. 246-7]. Nos anos 1619-20, foram construídas mais três entradas para a Alameda — sinal do aumento de freqüentadores — mas, mesmo assim, isso não evitou que na década de 1630 o logradouro se encontrasse semi-arruinado.

Registrou-se nessa época uma polêmica: a proposta de se arrendar a Alameda, devido aos custos de manutenção do logradouro (salários de funcionários e administrador). A idéia foi rechaçada, sob o argumento de que o passeio foi construído para proporcionar recreação à população, e não aumentar os recursos da cidade [Marroqui, 1900, p. 248]. Em 1727 foi estabelecido um acordo de manutenção do recinto: o interessado teria como obrigação plantar 250 árvores/ano (álamos, freixos, salgueiros) durante três anos, conservar as valas de condução de água, zelar pelo fechamento dos portões à noite, e o direito de explorar um ponto de venda de comestíveis e água dentro do passeio.

A configuração atual da Alameda data da intervenção do governo de D. Carlos Francisco de Croix (1699-1786), cujo plano de extensão de 1770 transformou o lugar numa área retangular, acrescentando-se vias em diagonal, formando canteiros triangulares. As obras prosseguiram para além do período administrativo do Marquês de Croix. Sua conclusão se deu no vice-reinado de Antônio Bucareli y Ursúa (1717-79), em 1776. Bucareli, aliás, foi um grande incentivador da vida pública, não só ao concluir a reforma da Alameda, iniciada por seu antecessor, como pela criação do Paseo de Bucareli, inaugurado em 1775, um



Planta da cidade do México, 1792. A ALAMEDA se distingue no desenho como o traçado em diagonais [Gonzáles Polo, 1984].



Anônimo, pintura a óleo do século 18, retratando a ALAMEDA DO MÉXICO. Iconografia setecentista da maior importância: retrata o hábito e os diferentes freqüentadores do logradouro no período colonial [acervo do Banco Nacional do México].

recinto organizado em quatro fileiras de árvores (1.164 árvores, entre freixos, álamos e salgueiros) e vias para pedestres e carruagens [Marroqui, 1900].

Marroqui recriou o impacto da Alameda no tempo de Bucareli:

A novidade do passeio e sua inegável beleza atraíam a cada dia maior número de pessoas, especialmente aos domingos e nas tardes dos dias festivos, que por ordem do Sr. Bucareli eram amenizadas com música. [...]. O excessivo número de carruagens que rodavam nas ruas da cidade [na segunda metade do século 18] havia chegado a tal extremo que incomodava e prejudicava os pedestres, sempre mais numerosos. Onde se fazia mais grave o incômodo era na entrada e na saída da Alameda nos dias de passeio, porque pelas mesmas portas entravam as carruagens e as pessoas, tanto a cavalo como a pé [Marroqui, 1900, p. 259-60].

A Alameda tornou-se um dos importantes sítios urbanos ao longo do século 19, com a consolidação definitiva do hábito de ‘ver e ser visto’ no México republicano. Outros logradouros de mesma natureza foram criados na cidade; todavia nenhum deles, e em nenhuma parte do Novo Mundo, houve passeio que tirasse a qualificação de primeiro passeio público na América — misteriosa iniciativa de um vice-rei ilustrado do século 16, que só conheceu seu maior esplendor, enquanto espaço público, dois séculos mais tarde.

Os vice-reinados da Nova Espanha e Peru foram áreas prioritárias na estratégia de ocupação da porção espanhola da América. Suas capitais tiveram a primazia de abrigar os primeiros passeios públicos americanos: a Alameda do México, em 1592, e a Alameda de los Descalzos de Lima, em 1609. A segunda metade do século 18 foi pródiga em registrar inúmeros outros recintos ajardinados construídos para a população: Paseo de las Aguas, a recuperação da Alameda de los Descalzos, Alameda de Acho e Alameda de Las Cabezas, todas em Lima; o Paseo Bucareli, o Paseo de la Viga, o Bosque Chapultepec e a recuperação da Alameda, no México; o Paseo Extramuros e o Jardim Botânico em Havana; a Alameda de Caracas; a Alameda Vieja e Alameda Nueva em Bogotá; a Alameda de Buenos Aires; o Paseo de La Cañada e o Paseo de Los Tajamares, em Santiago. Vários núcleos de segunda ou terceira ordem também tiveram seus passeios nessa época: Guamanga, Daxabón e Santa Marta, no Peru; San Felipe, El Real, San Fernando, Santa Rosa de Los Andes, San José de Buenavista, Parral, Villarrica, Chillán, Melipilla, Osorno, Rancagua e Serena, no Chile [Gutiérrez, 1983, Muñoz Rebolledo, 1993]. Jardins que iluminaram as cidades coloniais hispano-americanas no anoitecer do setecentismo.

O salubrismo oitocentista

Preferindo os habitantes de Cumaná o frescor do vento marítimo à vegetação, eles quase não conhecem outro passeio que a da Playa Grande. Os castelhanos, a quem em geral se acusa de não gostarem das árvores nem do canto dos pássaros, *trouxeram seus hábitos e preconceitos para as colônias*. Em Tierra Firme, no México ou no Peru, é raro ver um indígena plantar uma árvore com o simples desejo de criar uma sombra; e, excetuando as redondezas das grandes capitais, as avenidas são quase desconhecidas nesses países. [grifo do autor]

Alexander von Humboldt e Bonpland,
em viagem pela América entre 1799 e 1804.

A ciência, nas suas novas descobertas, tirou das florestas, quanto ao seu papel em relação à salubridade dos lugares, a responsabilidade que muitos lhe queriam dar, na degenerescência de populações que habitam nas proximidades das matas.

Lourenço Baeta Neves, 1912

Ainda no final do século 19, o rudimentar conhecimento sobre a fotossíntese gerava crenças populares. Uma delas: a que a presença de plantas no quarto de dormir era prejudicial, quando não fatal, pelo gás carbônico por elas produzido. Uma publicação portuguesa de horticultura de 1876, *O Jardim na Sala*, de Duarte de Oliveira Jr., preocupada com essa crendice, esclarecia o mal-entendido, reproduzindo o resultado de uma experiência efetivada por um ‘professor Kedzie’, que lotou um quarto com 6.000 plantas e nenhum risco constatou. “Ora, se morresse repentinamente alguma senhora que tivesse plantas no quarto de dormir, não diziam logo que tínhamos prescrito e portanto que havíamos sido o algoz?!”, aliviava-se o zeloso orientador de horticultura doméstica.

O século 19 foi o cenário para o desenvolvimento da medicina científica. A cidade foi o grande palco das transformações — num primeiro instante, pelo vetor da revolução industrial; depois, a reação com o salubrismo, com a noção de *salubridade*: “não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos

indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio, que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública — no século 19, a noção essencial da medicina social francesa — é o controle político-científico deste meio”, define Michel Foucault [1986, p. 93].*

O significado da vegetação, das árvores para a salubridade das cidades ainda era polêmico nas primeiras décadas do século 19. Em 1835, o médico Emílio Joaquim da Silva Maia anunciava em sessão pública na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro a ação benéfica das árvores na salubridade [Neves, 1913?].

Um manual de salubrismo de 1846, *Traité de la Salubrité dans les Grandes Villes*, de J.-B. Monfalcon e A.-P.-I. de Polinière, não se referia à vegetação ou às árvores. Pouco mais tarde, todavia, um depoimento sobre o Rio de Janeiro de 1858 revelava o estado-da-arte do significado da vegetação no ambiente urbano. Charles de Ribeyrolles, o publicista francês exilado, reclamava:

Onde achar fresco, a brisa, a sombra? Não há árvores, não há galerias nas grandes praças. O largo do Paço, que se estende ao longo da baía, não passa de um lugar árido, calcinante, sem arbusto, sem uma simples cobertura. [...]. No largo do Rocío, nome que se dá à praça da Constituição, vegetam num chão de areia algumas plantas enfezadas que não recordam muito a terra das palmeiras. E quanto ao campo da Aclamação, vasto quadrilátero que comportaria dois *squares* de Londres, é tão desnudo como um deserto da África.

Por que esse ódio às árvores, esse desdém da folhagem tão ridente nas paisagens quentes? Ignora-se porventura que a vegetação arborescente, radicada no solo, absorve as águas, os detritos orgânicos alteráveis, os sais, e alivia, purifica os terrenos por suas transudações capilares? [...]. A vegetação faz, pois, o serviço da edibilidade pública. Plantar é sanear. Demais, lucrar-se-ia um pouco de sombra, a grande consolação das cidades ardentes, como o Rio [*de Janeiro*][Ribeyrolles, 1980, p. 190-1].

A obra de Charles de Freycinet, *Principes de l'assainissement des villes comprenant la description des principaux procédés employés dans les centres de population de l'europe occidentale pour protéger la santé publique*, publicada em 1870, atribui às árvores uma maior importância para a dessecação do solo que à produção de oxigênio — como defendia uma corrente científica na época. A

* A questão do salubrismo nas cidades brasileiras foi objeto de um capítulo de minha dissertação de mestrado, *Construção de Ordens: um Aspecto da Arquitetura no Brasil 1808-1930*. Esse tema mereceu abordagens significativas em Alain CORBIN, *Saberes e Odores: o Olfato e o Imaginário Social nos Séculos 18 e 19* e em Jean-Pierre GOUBERT, *La Conquête de l'Eau*, entre outras publicações. Diante dessas referências, essa questão não será aprofundada no presente capítulo.

ventilação era um processo de maior aceitação entre os salubristas, ainda crentes das teorias miasmáticas.

A vanguarda de Belo Horizonte

Quando Aarão Reis concebeu a nova capital do Estado de Minas Gerais, incorporava em seu plano a lição dos grandes parques públicos das cidades européias e norte-americanas. Uma matéria publicada na *Gazeta de Notícias* em 30 de janeiro de 1895, sobre Belo Horizonte, dava conta da importância do grande jardim da nova cidade:

Um vasto *Parque* (de 800 m × 800 m = 640.000 m²) ocupará o centro, mais ou menos da cidade, abrindo para a grande avenida de 50 metros de largura, e também para as outras três de 35 metros de largura cada uma. Superfície extremamente ondulada cujas partes mais baixas serão transformadas em grandes lagos e rios e as mais elevadas em esplêndidos pontos de vista — será este *Parque* o mais importante e grandioso quanto há na América, e, por si só, merecerá a visita de nacionais e estrangeiros e elevará a nova cidade acima de quantas ora atraem, no Brasil, a população que deseja refazer forças, no verão em lugares amenos e aprazíveis.

Várias construções ligeiras, mas de gosto artístico, enfeitarão este belo jardim, proporcionando variados entretenimentos aos passeantes. Uma pequena torre levantada no canto mais elevado, permitirá que daí se desfrute o belíssimo panorama de toda a cidade [Revista Geral dos Trabalhos, 1895, nº 1, p. 100].

O ufanismo sobre o ‘vasto parque’ tinha uma justificativa também técnica na época, consolidada uma cultura mais ampla sobre o papel da vegetação na qualidade do ambiente. Afirmava Lourenço Baeta Neves, notável higienista mineiro, em 1912:

É preciso que dos ambientes urbanos sejam sempre, quanto possível, eliminados os chamados *tóxicos pulmonares*, provenientes do viciamento do ar pelas várias causas que os determinam nos agrupamentos humanos. Afastada a parte que o homem pode remover, por obras e ações mecânicas, ficarão ainda, no elemento essencial à vida, impurezas consideráveis que um saneador — a árvore, poderá eliminar.

A capital mineira, com sua arborização sistemática [...], constitui um exemplo digno de imitação, que não faz invejar as cidades e jardins, tão apreciadas nos Estados Unidos. Belo Horizonte é, na frase de Coelho Neto, *a cidade vergel*.

Na comparação feliz e corrente das cidades com o organismo humano, os parques, as ruas e as avenidas arborizadas são sempre tomadas como o pulmão dessas aglomerações, no qual se purifica o ar, que dá a vitalidade ao homem, revigorando o organismo social. [...]

Na luta pela saúde, nesse trabalho tão elevado pela vida coletiva, colocando o ambiente das cidades sob a proteção indispensável das árvores, o melhor elemento de vitória está na educação popular, orientada pelo médico, que, mais do que qualquer outro, pode e deve, no seu sacerdócio profissional, levar às escolas e ao seio da família a convicção de que é preciso se firmar no espírito público, da importância capital, da necessidade absoluta de uma boa respiração, só conseguida numa atmosfera pura, de ar sempre renovado. [Neves 1913?, p. 40-2].

O culto à árvore

No final do século 19, o conceito da rua e do parque arborizados como pulmões urbanos estava amplamente assimilado. Não apenas em sua dimensão salubrista, como por um suposto caráter cívico. Em um debate com a temática “Saneamento e embelezamento da capital federal” em 1901, durante o Congresso de Engenharia e Indústria no Rio de Janeiro, promovido pelo Club de Engenharia em comemoração ao quarto centenário da descoberta do Brasil, o congressista Frederico Augusto Liberalli propunha:

Com referência às praças públicas, eu disse [...] que elas agiam como reservatórios de ar, como pulmões da cidade, sendo preciso *pele menos* duplicá-las e com mais largas dimensões no volume de ar oxigenado.

Acrescentei que a ornamentação apropriada, a arborização ou ajardinamento, a designação dos nomes dados a essas praças públicas, como também às ruas da cidade, servem de *pedra de toque* para se ajuizar do grau de educação pessoal, artística e cívica do povo; o que pode ser observado pelos monumentos; nomes notáveis ou datas patrióticas dadas às praças e ruas; pelas obras de arte que as ornamentam e, até mesmo, pelo proceder das crianças, a compostura dos adultos e a satisfação que demonstram os velhos nestes logradouros, que devem ter o asseio e trato de verdadeiras salas de recepção [Liberalli, 1901, p. 179].

A árvore se tornava um símbolo de civilidade, de cultura, de patriotismo. A ‘festa das árvores’ ou o ‘dia da árvore’ é uma tradição antiga, conforme a região, mas reconhecida modernamente como uma criação francesa do início do século 19, que se disseminou pela Europa, instituída nos Estados Unidos em 1872 e

comemorada no Brasil pela primeira vez em 7 de junho de 1902 na cidade de Araras, em São Paulo, com a finalidade de “conservar o bosque municipal” — evento registrado pelo escritor Coelho Neto (1864-1934) numa crônica publicada no dia seguinte no jornal *O Estado de S. Paulo*, e cujas palavras bem denotam o imaginário da época:

É a floresta que renasce, é a floresta que sai das mãos pequeninas das crianças para a terra órfã das suas matas imemoriais, são selvas infantas que os infantas plantam, é uma nova gênese floral. Opondo-se ao machado aí vão os meninos das escolas — é como a marcha do Pequeno Polegar através da brenha. No conto o pirralhito espalha o grão para balizar o caminho, por onde pretende tornar ao lar; na festa de ontem as crianças plantaram os germes da floresta nova que há de fazer voltar à Pátria a beleza perdida e, como a árvore é a boa fada protetora da terra, com ela virão as águas fecundas, virá a saúde; virá a riqueza e, ao apelo dos frondosos ramos sussurrantes acorrerão do exílio os pássaros espavoridos, regressarão do homízio os animais rechaçados e reaparecerão, aqui, ali, como ilhas emergindo do mistério, sobre os escampos arrasados e tristes como oceanos desertos, verdes florestas floridas reivindicando para o Brasil a glória apagada de ser o país maravilhoso da beleza e da fertilidade [Coelho Neto, 1902].

A popularização da conservação das plantas se divulgava em manuais de horticultura para leigos. *O Jardineiro Brasileiro*, uma publicação escrita por Paulo Salles, provavelmente do início do século 20, dedica a maioria de suas mais de 400 páginas ao ensino de técnicas hortícolas, mas adverte na introdução:

Muitos brasileiros procuram fazer do Brasil um Saara, para o que já vemos meses se passarem sem cair uma gota d'água e cada vez as estiadas se prolongarem mais, até que de todo cessem as chuvas. Vemos, nas barbas do governo, destruírem-se as matas nos pontos culminantes do município, para fazer-se carvão; e se tão próximo se dá isto, o que será então longe daqui [*a referência é o Rio de Janeiro*]. A influência dos matos é tal sobre a meteorologia, que Tissander, navegando em balão, diz que cada vez que tinha de passar sobre uma floresta, ainda mesmo à grande altura, era tanto o fresco e a umidade, que via-se obrigado a atirar fora sacos de lastro para o balão não descer. O ministério da agricultura deveria ter uma inspetoria para a conservação das matas e em todos os municípios ter homens para impedir a grande destruição que ameaça o Brasil de um dia se achar nas condições em que está quase todo o norte da África [Salles, s.d., p. X-XI].

O jardim operário

Outra obra de divulgação, *Les Jardins Ouvriers*, cujo prefácio dos autores, A. L. Gravier e H. Latière, data de 1907, chamava a atenção para a importância do cultivo de jardins como uma atividade enobrecedora e sadia, em contraponto aos vícios, ao alcoolismo. Uma proposta de habitações operárias do engenheiro Everardo Backheuser de 1905 atribuía ao ‘jardim operário’ uma importância maior:

Ainda para quebrar a monotonia das vilas operárias, cujo tipo de insipidez na cidade do Rio de Janeiro é representado pelo paralelismo das fachadas, nas chamadas *avenidas*, em que as portas e janelas se perfilam com a imperturbabilidade dos soldados em formatura, é necessário cuidar da arborização das ruas nas nossas futuras vilas operárias, e cuidar também dos parques e jardins nas suas imediações.

É incalculável o valor higiênico e moral dos jardins. Eu não me atemorizo, como o Dr. Dupuy (*Revue d'Hygiene*, 1905), das pequenas gotas de orvalho que se formem nas plantas, dos lagos artificiais dos jardins, por mero receio da larva do mosquito. O oxigênio purificador que as folhas produzem, o refrigério que ao nosso cálido clima traz a leve umidade espalhada pelos repuxos, bem vale contra os problemáticos perigos do mosquito. Isso pelo lado higiênico. Pelo lado moral há a notar o valor de ter a família próximo à casa esse gratuito divertimento de um passeio à tarde, convidativo para o pai, que só assim não irá buscar na taverna ou longe do lar as alegrias necessárias ao seu espírito.

Nas *vilas operárias* deve existir um espaço destinado a jardins ou a parque, onde os próprios moradores possam constituir uma filarmônica [Backheuser, 1905, p. 9].

Cultura assimilada

As grandes superfícies plantadas de árvores e as extensas áreas gramadas são indispensáveis no meio das aglomerações urbanas por assegurar a saúde dos cidadãos; elas são necessárias à higiene pública com a mesma importância da água, do ar e da luz. Os parques e os grandes jardins públicos, os vastos terrenos para jogos e as espaçosas praças verdejantes constituem reservatórios de ar puro; eles são os pulmões urbanos. As vias públicas plantadas de árvores têm uma ação perfeitamente salutar sobre a salubridade da cidade.

“Um parque”, escreveu o senhor Eugène Hénard, “desde que ele seja suficientemente grande, é uma reserva de ar puro, e as árvores que o circundam e o protegem formam um filtro natural muito eficiente para segurar a poeira insalubre das ruas e limpar a atmosfera ambiente. [...]. A presença massiva de vegetação, gramados e flores provoca nos mais agitados, nos mais excitados da vida moderna, um repouso físico e moral que não se pode negar. É um elemento incontestável de calma e quietude.”

Do manual de Daniel Bellet e Will Darvillé,
Ce Que Doit être la Cité Moderne, início do século 20

No início do século 20, o conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico. O processo de ajardinamento dos ‘vazios urbanos’ que se registrou nessa época — incluindo aí a construção de canteiros em adros e largos de igrejas, ou mesmo nas outrora ‘secas’ *plazas mayores* e *plazas de arma* das cidades hispano-americanas — derivou desse furor salubrista. O reconhecimento do valor das áreas ajardinadas mereceria uma menção no Congresso de Engenharia e Indústria de 1901: um congressista recomendava que se decretasse uma taxa especial paga como adicional à décima urbana para os prédios situados nos bulevares e nas novas praças e também para os situados nas zonas circunvizinhas, beneficiadas pelos melhoramentos. Saturnino de Brito, o grande sanitarista, vislumbrava pragmaticamente a vegetação:

O valor estético das florestas, ou melhor, das árvores, é relativo às situações em que se encontrem ou sejam plantadas para esse efeito. O seu valor higiênico depende das circunstâncias em que possam prestar este serviço à sociedade [Brito, 1943, p. 121].

O início do século 20 foi um período de grandes transformações nas fisionomias urbanas de nossas cidades maiores. A criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República — algumas das quais são estudadas nos próximos capítulos. No alvorecer da metropolização da maior cidade sul-americana do século 20 — São Paulo —, não se pode desvincular o aterro e saneamento da enorme área da várzea do Carmo, atual Parque D. Pedro II, e a criação do Parque do Anhangabaú, ambos nos anos 1910/1920, desse processo de modernização das estruturas urbanas mediante a constituição de grandes parques públicos.

Ajardinamento de logradouros que talvez manifestem um efeito tardio das formas de sociabilidade que se consolidaram na Europa oitocentista tendo como palco os parques e jardins. Frederico Liberalli, o engenheiro participante do Congresso de Engenharia e Indústria em 1901 observava, a respeito de uma típica manifestação do gosto de jardins *fin-de-siècle* carioca:

A praça da Aclamação [...], esse parque sempre primaveril, encanto de todos os que abordam a nossa cidade, que é um galardão da nossa ufania e uma jóia na nossa pobreza, esse mesmo parque é uma decepção nos nossos hábitos e costumes, muito em contraste com os dos povos de outros países, aos quais devemos acompanhar em civilização.

Precisamos melhorar, com os fusos da nossa roca, o fio do nosso estofo.

Não compreendemos ainda todos os proveitos da higiene (e talvez devido à exuberante vegetação que espontaneamente veste os morros que circundam a cidade e em parte à largueza das habitações ou à morada fora da cidade), o valor, a importância da arborização e, por conseguinte, do seu plantio e conservação para o nosso gozo geral. Por este motivo talvez as praças públicas são pouco frequentadas apesar de bem-cuidadas, como o Parque da Aclamação.

É forçoso providenciar para conseguir-se a conservação das árvores nas ruas largas (*modus in rebus*), o plantio de novas e a não-destruição das florestas, pois a prodigalidade da natureza aliada à ignorância do malefício (sic) é o inimigo de nossa riqueza florestal [Liberalli, 1901, p. 180-81].*

Constatações com inúmeros e significativos antecedentes, como se verá a seguir.

* A praça da Aclamação é objeto de um capítulo especial no presente trabalho, DO CAMPO DA CIDADE PARA A PRAÇA DA REPÚBLICA.

Parte 2

RIO DE JANEIRO — SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1821. Em breve fui atraída para fora da mesa pela beleza da vista, que tentei esboçar. Os cafezais são os únicos terrenos cultivados na redondeza e são intercalados tão densamente com laranjeiras, limoeiros e outros arbustos, que parecem antes uma variedade das matas do que a mescla de terreno cultivado com terreno selvagem, que seria de esperar tão perto de uma grande cidade, onde contamos ver o trabalho humano aplicando-se razoavelmente sobre a beleza rude da natureza. Mas aqui a vegetação é tão exuberante que até as árvores podadas e tratadas crescem como se fosse na floresta.

MARIA GRAHAM, do *Diário de uma Viagem ao Brasil*

É fato interessante o que se dá muitas vezes nas cidades — o homem estraga o que é natural tentando imitar a natureza; deixa os elementos naturais dessa ordem, que inutiliza, às vezes, sem motivo de ordem superior, para artificialmente repeti-los mal, em outros pontos da cidade, em parques custosos e de conservação onerosa, que o público abandona. Na vida agitada desse industrialismo que para nós vai chegando, em país de povo ainda sem o hábito higiênico de freqüentar os parques, o trabalho dos administradores das cidades deve ser de espalhar por elas o conforto que muitos só procuram concentrar nesses pontos, entre nós, quase que ainda exclusivamente destinados a festas públicas.

LOURENÇO BAETA NEVES, 1912

O Passeio Público do Rio de Janeiro

Não deixei este paraíso terrestre antes do pôr-do-sol...

Thomas Ewbank, 1846

Nada mais singular, do ponto de vista urbanístico do Brasil do século 18, que a realização do Passeio Público do Rio de Janeiro. O que surpreende nesse recinto ajardinado? A vegetação e o panorama do seu terraço deslumbraram os visitantes estrangeiros mais sensíveis. Mas surpreendente mesmo foi, em plena vigência do colonialismo português, o vice-rei do Brasil ter-se proposto a construir um jardim público, à maneira dos recintos existentes na Europa. Espaços que, no Velho Mundo, serviam de palco para as transformações das formas de sociabilidade na aristocracia, na pequena nobreza e testemunho da ascensão da burguesia em várias cidades européias.

Diferentemente dos espaços abertos do urbanismo colonial, o Passeio Público não era um símbolo em si ou evidente da autoridade portuguesa — como seria o campo onde se fincava o pelourinho, ou se erguia o paço, a câmara e cadeia ou o quartel — tampouco o vazio defronte ou em volta do edifício religioso — o largo da matriz, o adro franciscano ou beneditino, o terreiro jesuíta. O Passeio Público não se prestava para emoldurar nenhum monumento — ao contrário, como um insubordinado da hierarquia colonial, era um monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo.

Geopolítica do século 18

A luta pela manutenção dos seus domínios na América foi uma questão marcante na estratégia de Portugal após a restauração da monarquia portuguesa, em 1640. A colônia do Sacramento (fundada em 1680) foi um dos principais alvos no conflito entre portugueses e espanhóis ao sul dos domínios lusitanos. O quadro meridional tornou-se mais complexo com a confirmação do ouro das Gerais em 1693, traduzindo-se em desdobramentos administrativo-militares que iriam desaguar no aumento da importância estratégica do porto do Rio de Janeiro. Agitações regionais no início dos setecentos não podem ser desvinculadas dessa reordenação dos interesses metropolitanos: a guerra dos Emboabas (1708), a guerra dos Mascates (1710-11), os ataques franceses ao Rio de Janeiro (1710-11), os tumultos na Bahia (1711) [Holanda, 1977].

Em 1720, o Brasil é elevado à condição de vice-reino. Quando a sede do vice-reinado foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763 — em plena administração ilustrada do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro marquês de Pombal —, consolidava-se apenas um fato consumado na prática: a função controladora da nova capital no âmbito das minas e o acompanhamento mais próximo das capitânicas em litígio ao sul — corroborando a geopolítica das prioridades administrativas e militares portuguesa.

Ouro para o bem do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro do início do século 18 era o maior assentamento meridional português na América. Maior, mas não notável: porto de localização estratégica no domínio metropolitano, cidade administrativa, militar e mercantil a controlar e servir uma vasta área ao sul da colônia, mas aglomerado urbano medíocre. Caracterizava-se por uma peculiar implantação: uma cidade virtualmente encarapitada sobre morros, vigiando o horizonte marítimo, olhando desconfiada para as miasmáticas planícies, sujeitas aos humores da maré e aos horrores das invasões. Um núcleo que se caracterizava visto do mar pelo perfil de morros coroados de edifícios, que se destacavam de longe, na paisagem. A cidade não era muito mais do que isso: um aglomerado organizado com uma lógica militar, apertado e intrometido por entre e sobre elevações (Castelo, ao sul; São Bento e

Conceição ao norte e o morro de Santo Antônio mais para dentro), com seus habitantes enfrentando a pestilência e a dificuldade de ocupar as baixadas alagadiças. O sobressalto dos ataques das forças francesas de Du Clerc em 1710 [e também as de Duguay-Trouin (1673-1736) no ano seguinte] alertaram quanto à vulnerabilidade da cidade por terra: ao longo desse século, cinco engenheiros-militares propuseram muros defensivos cortando a planície oeste da cidade — proposições que não se materializaram [Conduru, 1989].

A passagem obrigatória do ouro, todavia, não deixou a capital desamparada. Ao contrário, os benefícios decorrentes desse monopólio contribuíram para seu desenvolvimento material, principalmente com a administração de Gomes Freire de Andrade (1685-1763), o Conde de Bobadela, que governou a Capitania do Rio de Janeiro e outras, de 1733 até sua morte. Os seus sucessores, em maior ou menor medida, prosseguiram na tarefa de implementar a estrutura militar e urbana da cidade, com destaque aos vice-reinados de D. Luís de Almeida Soares Portugal Soares Alacão Eça e Melo Silva e Mascarenhas (1727-90), segundo Marquês do Lavradio, e D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1740-1807).

Foi durante o vice-reinado de Vasconcelos (1779-90) que se promoveu a repressão à Inconfidência Mineira. Considerado um administrador operoso, cuja ação beneficiou-se por certa calma no âmbito militar, pela diminuição dos conflitos de fronteiras no sul por força do tratado de Santo Ildefonso (1777), por dedicar atenção às questões científicas — patrocinando iniciativas no campo das ciências naturais — e pelas intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro. Seu governo é lembrado por algumas obras, como a alfândega, a remodelação do cais, aterros executados, chafarizes bem-desenhados e pela construção do Passeio Público. No entanto, a leitura do relatório que Vasconcelos elaborou em 1789 para seu sucessor, D. José Luís de Castro (1744-1819), o segundo Conde de Resende, revelava pouca ênfase a esse aspecto de sua administração. O extenso relato dedicava algumas poucas linhas às intervenções arquitetônicas/urbanísticas no Rio de Janeiro:

Com muita dificuldade pude concluir a obra da alfândega... pude empreender a obra de um cais, que está ainda incompleto... não pude concluir outra muito essencial, como é a obra dos canos da carioca, nem continuar a da nova Sé, nem principiar as da Relação, da casa de correção, do real armazém do trem da artilharia, e de muitas fortalezas que sendo tantas em número não há alguma concluída por serem todas estas obras de excessivas despesas... [Vasconcelos e Sousa, 1860, p. 235-6].

O tom lamentoso do vice-rei mostrava que às obras empreendidas no Rio de Janeiro não concorreram auxílios adequados do Reino — ainda mais num período de decadência da extração do ouro das Gerais. No mesmo relatório, Vasconcelos

afirmava que os recursos para as obras públicas provinham do trabalho de “vadios” recolhidos na fortaleza da ilha da Cobra e dos rendimentos apurados pelo “açoite de escravos que os seus senhores mandam castigar.” E que esses recursos

...se tem consumido nas obras do passeio público, a que as pequenas rendas da câmara, e as poucas forças da fazenda real não podiam acudir... [Vasconcelos e Sousa, 1860, p. 189].

É a única e lacônica referência textual conhecida do administrador que criou o Passeio Público do Rio de Janeiro para com sua criação. Decerto, empreendimento passível de grande repercussão e júbilo governamental pela natureza da obra, se a iniciativa tivesse se materializado na metrópole — não no meio de uma sociedade e de um território colonial.

Uma obra aparentemente fora das prioridades locais. Nesse sentido, a origem do Passeio Público é totalmente obscura, documentalmente. Afora alguma investigação que se faça nos arquivos de Portugal — em especial nos papéis da Casa de Castelo-Melhor, da família de D. Luís de Vasconcelos — dificilmente se encontrarão registros sobre uma obra não-enquadrável como prioridade da política colonial portuguesa. Ademais, a exploração econômica na colônia recomendava sigilo sobre as atividades e as características do vice-reinado — estratégia que condenou a indiscreta revelação das riquezas coloniais pelo padre André João Antonil (1649-1716) no livro *Cultura e opulência do Brasil* para a fogueira, por ordem da coroa portuguesa. Nesse espírito, são raríssimos os relatos de viajantes que descreveram o Rio de Janeiro no último quartel do século 18.

Apropriação da terra

Lago triste e mortal, no abismo esconda
Pestíferos venenos.
E o leito, onde dormia a estéril onda,
Produza os bosques e os jardins amenos,
Que, adornando os fresquíssimos lugares,
Dêem sombra à terra, e dêem perfume aos ares.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga, *Apoteosis*,
poema dedicado a Luís de Vasconcelos, 1785

Os estudos contemplando o Passeio Público informam que sua execução decorreu entre 1779 e 1783, por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, que encarregou o artista Valentim da Fonseca e Silva (ca.1745-1813), o Mestre Valentim — importante escultor, arquiteto e, no caso, urbanista do Rio de Janeiro colonial — de traçar o inédito recinto ajardinado [Marianno Filho, 1943; Carvalho, 1988].

Sua localização certamente decorreu de uma estratégia de tratamento e aproveitamento de áreas alagadas e charneças, buscando conquistar terreno firme, num sítio carente de horizontes de expansão, tão marcado por elevações e baixadas pantanosas como o do Rio de Janeiro. Alinhar o desenvolvimento da cidade em direção sul deve ter priorizado o esforço de aterrar a lagoa do Boqueirão da Ajuda, estabelecendo a comunicação para os lados dos futuros bairros de Flamengo e Botafogo, bem como de implantar signos de urbanização, mediante o alinhamento de novas ruas (a das Belas Noites — hoje das Marrecas, a do Passeio) e a criação do próprio Passeio Público.

A tarefa de aterrar a lagoa deve ter constituído um desafio complexo: a cartografia carioca do século 18 usualmente assinala a lagoa do Boqueirão de maneira muito nítida, e o quadro de Leandro Joaquim (ca.1738-ca.98) retratando o lugar mostra uma imensa área alagadiça.

Técnica ilustrada e perversa

Para o mundo português, a apropriação de terras incultas dessa natureza era domínio sistematizado da ciência e da técnica. No *Diccionario dos termos technicos da Historia Natural e a memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultivação das charnecas*, publicado em 1788 por Domingos Vandelli (ca.1730-1816), italiano que se tornou diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa e ideólogo da valorização da agricultura na economia portuguesa (uma mentalidade fisiocrata na Corte), registra-se essa técnica de apropriação do terreno:

A outra suma utilidade que se tira da Botânica e dos Jardins é saber quais plantas úteis na Economia &c. se podem cultivar nos diversos climas e terrenos, de modo que dos terrenos incultos e comumente tidos por estéreis, se possa tirar grande proveito. Os terrenos incultos, que vulgarmente se chamam charnecas, não são estéreis, e se podem fazer úteis; de que temos exemplos em Inglaterra, Irlanda, Dinamarca, Suécia e no Anjou nas fazendas do Marquês de Turbilly; e em Liria nas terras vizinhas à Fábrica de vidros de G. Stephens [Vandelli, 1788, p. 298-9].

Vandelli prosseguia recomendando uma série de soluções para fertilizar o terreno. Simples no conceito, terrível na operação. Um antecedente nobre do Passeio Público também demandou cuidados na preparação do terreno. Os jardins de Versalhes, traçado por André Le Nôtre (1613-1700) para Luís XIV (1638-1715) e cujas obras se iniciaram em 1662, foram implantados em terreno pantanoso, miasmático, e, para sua execução, sacrificou-se a vida e a saúde de soldados convocados para a obra, então disponíveis pela calma militar que reinava na França no momento [Clifford, 1970, p. 72-4].

Quem trabalhou nas obras do nosso Passeio Público? Joaquim Manuel de Macedo e Moreira de Azevedo explicitam o emprego de “vadios” sem qualificação. Em ofício datado de julho de 1781, uma prestação de contas de rendas e despesas enviada ao seu superior, Martinho de Mello e Castro, D. Luís de Vasconcelos não apresenta nenhuma rubrica para as obras do Passeio [Vasconcelos e Sousa, 1888], bem como nada consta do relatório para o seu sucessor, senão a dificuldade de se envolver em inúmeras obras de importância, não concluídas ou mesmo não executadas pela carência de recursos, como já visto. Improvável que mão-de-obra qualificada e remunerada (como soldados) tenha se dedicado às obras não-prioritárias do Passeio. Sua execução deve ter resultado da premente necessidade de organizar frentes de trabalho — isto é, punição — para os “vadios”:

Havendo em toda a parte muita casta de vadios, que cometem insultos e extravagâncias inauditas, não é de admirar que no Rio de Janeiro, aonde o maior número dos seus habitantes se compõe de mulatos e negros, se pratique todos os dias grandes desordens, que necessitam ser punidos com demonstrações severas, que sirvam de exemplo e de estímulo para se coibirem, ainda que de nenhum modo se deve esperar que o sejam na sua totalidade [Vasconcelos e Sousa, 1860, p. 182-3].

Joaquim Manuel de Macedo em 1861 insinuava a condição dos presos e dos trabalhadores engajados nas obras do Passeio:

Dizem as tradições do tempo que a prepotência pusera então de mistura com os verdadeiros vadios muitos homens laboriosos, artesãos, caixeiros e empregados no comércio. Pode ser que haja exageração nessas notícias tradicionais. Si elas, porém, não são exatas, atestam, em todo o caso, a opressão do povo e o despotismo do governo [Macedo, 1942, p. 78].

O passeio lisboeta

D. Luís de Vasconcelos repetiu o gesto do Marquês de Pombal ao criar o Passeio Público na capital portuguesa, “verdadeira oferta pombalina à população de Lisboa”, no dizer da historiadora Irisalva Moita. Repetiu até o nome.

O Passeio lisboeta resultou do complexo projeto de reconstrução de Lisboa após o terrível terremoto de 1755. Projeto ambicioso que, mais do que reerguer a capital, propunha-se a estabelecer horizontes planejados de crescimento urbano, nunca atingidos [Museu da Cidade, 1982; França, 1977]. As obras desse recinto ajardinado começaram em 1764, um ano depois que o arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1700-90) — seu projetista — assumiu a condução das obras de reconstrução. Segundo José-Augusto França, foi o primeiro jardim público de Lisboa e o primeiro estudado por um arquiteto. Executado em terrenos da Horta Seca e dos Palácios Castelo-Melhor (da família de D. Luís de Vasconcelos), Louriçal e Ericeira, media quase 300 metros de comprimento por 88 metros de largura, numa baixada entre os morros de São Roque e Santana, ao norte do largo do Rossio (cuja configuração atual também foi atribuída com a reconstrução). Geometria longilínea pouco confortável:

O sítio, sem largos horizontes, enterrado no fundo do vale, convinha a uma certa melancolia, a uma certa timidez, e a uma estreiteza de vistas, de espírito, de alma,

da nova classe que por enquanto hesitava em o frequentar — mas que uma centena de anos mais tarde o tornaria famoso [França, 1977, p. 131].

Literalmente, um viajante de nome Twiss percebeu essa peculiaridade, em 1772:

Neste momento se está organizando em Lisboa um passeio novo, com a singularidade de ter num dos extremos a vista risonha do cadafalso e no outro a do Paço da Inquisição [Dias, 1991, p. 51].

O Passeio Público de Lisboa não foi completamente implantado no século 18. O viajante inglês, major William Dalrymple, observou em 1774 que o lugar era um “miserável passeiozinho público” e que “não estava de acordo com a beleza da cidade”. O médico francês Joseph-Barthélemy-François Carrère (1740-1802) em 1796 julgava-o “ridículo e muito pequeno” e que “trezentos passeantes enchiam-no quase inteiramente” [apud França, 1977, p. 131, 336]. Carl Israel Ruders, viajando por Portugal entre 1789 e 1802, reconheceu-o de maneira positiva:

...grande, bonito e asseado, mas no velho gosto francês. Tem assentos cômodos por toda a parte e, no muro que o cerca, mirantes com bancos de pedra, uns em frente dos outros, e largos postes guarnecidos com lindas grades de ferro, através das quais se podem ver, muito à vontade, as ruas que circundam o jardim.

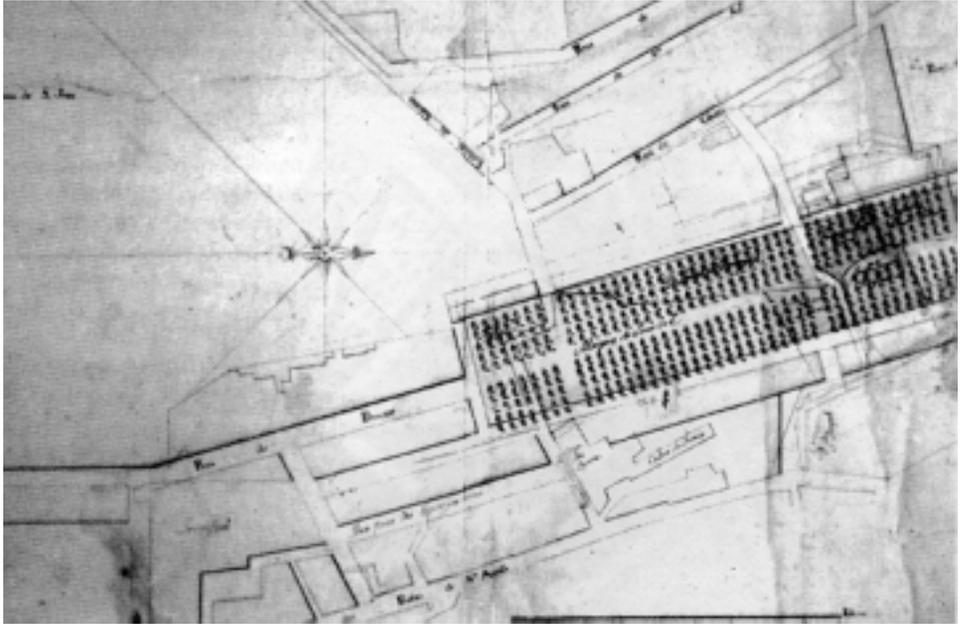
Mas, quanto ao uso:

A julgar pela considerável população da cidade, o jardim devia achar-se muitas vezes cheio de gente.

Pois não é assim, e se as senhoras estrangeiras não o apreciassem mais do que as do país, não seria raro ver o jardim às moscas. Aos domingos ainda por lá aparecem algumas mulheres das classes médias; mas senhoras da sociedade jamais... [Carita, 1987, p. 208]

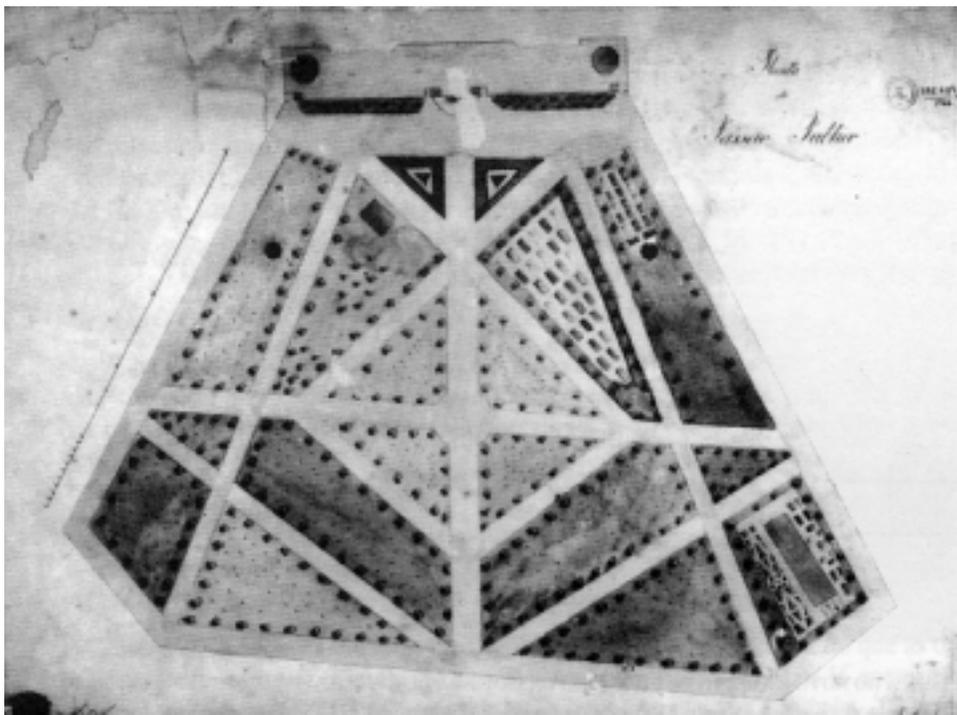
O Passeio seria efetivamente reformado na década de 1830. Um periódico dessa época testemunhava a situação do logradouro:

O Passeio Público até 1836 constava unicamente de um bosque de 772 pés [*pouco mais de 235 m*] de comprimento, cercado por grossos muros revestidos pela parte interior com buxo e louro, tendo de cada lado 30 janelas com grades de ferro e assentos. A porta de entrada era de madeira, assim como toda a frente, obra provisória, mas que durou muitos anos, porque o pensamento de acabar o Passeio esteve completamente abandonado até dezembro de 1834 [Passeio Público, 1839-1840].



PLANTA DO NOVO PROJECTO DO CITIO (SIC) DA COTOVIA DE S. JOSÉ.

Com uma nota assinada pelo Marquês de Pombal, datada de 1771 [Museu da Cidade, 1982]. Talvez o mais antigo registro gráfico do Passeio Público de Lisboa.



PLANTA DO PASSEIO PÚBLICO, sem data (anterior a 1862), desenhada por J. A. Andrade. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

José-Augusto França recupera da lembrança de dois viajantes no final do século 18 — J.-B.-F. Carrère e H. J. Link — que “os portugueses não eram grandes passeantes” e que

Fora, de encontro às grades que fechavam o jardim, e proibidos de lá entrar, encontravam-se as eternas multidões de mendigos, de vagabundos, de ciganos, de escravos negros e de vadios que, dez anos antes, se amontoavam perto, no Rossio, diante das portas do Convento dos Dominicanos ou pelos degraus da escadaria do Hospital Real [França, 1977, p. 132].

Esse espaço de Lisboa somente adquiriu feições de um recinto de encontro da melhor sociedade lisboeta após a reforma de 1835, assumindo o caráter típico dos jardins europeus, no elogio do escritor Júlio de Castilho:

Sim, o Passeio Público de Lisboa foi um civilizador; deveu-lhe muito o desenvolvimento da sociedade nacional. Ali era um centro. Ali ouvia-se música muito boa, amava-se, devaneava-se, encontrava-se gente; o lisboeta deixava de ser bicho e sentia-se parisiense do Jardim das Tulherias [...] *Ceux qui vont pour voir, ceux qui vont pour être vus* [apud Dias, 1991, p. 52].

O Passeio Público de Lisboa antecede cronologicamente e certamente inspira o seu congêneres carioca, mas somente no plano das idéias. No final do século 18, o Passeio do Rio de Janeiro estava formado; o de Lisboa, era apenas uma pálida materialização. O Passeio português somente atingiu suas finalidades no século 19, e ainda por um curto período de tempo: na década de 1880, o recinto estaria transformado na avenida Liberdade, larga via de circulação.

Foi o esforço pombalino para transformar Lisboa numa capital digna. Lamentava o não-identificado jornalista em fins dos anos 1830:

...um passeio público, que se fora acabado segundo o plano primitivo, poderia ser comparável aos das grandes capitais da Europa [Passeio Público, 1839-1840].

Visões do paraíso

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi uma iniciativa posterior à sua congêneres lisboeta, mas sua pronta execução — mesmo considerando as dificuldades apontadas pelo vice-rei em sua gestão — permitiu que inúmeros viajantes apreciassem o recinto. O seu desenho original — o do Mestre Valentim — desa-

pareceu com uma grande reforma em 1861. Restaram as descrições e algumas imagens.

O navegante inglês John Barrow (1764-1848) foi um dos poucos estrangeiros a visitar o Rio de Janeiro antes da chamada abertura dos portos em 1808 que registraram uma descrição do Passeio, em 1792 — no tempo do vice-rei Conde de Resende, onze anos após a inauguração do recinto. A transcrição é merecida, por ser das primeiras:

Outro objeto de utilidade, no qual a saúde e a diversão do público foi tomada em consideração, é o *Paseo Publico* (sic), ou jardim para o passeio público [*nota: a redundância deve-se à tradução para o português*]. Este terreno é disposto com arbustos, gramados, alamedas e canteiros. Aqui e ali se elevam caramanchões, nos quais se entrelaçam jasmims, clematites, e maracujás com seus galhos trepadeiras. Nós observamos várias plantas nativas de grande beleza; mas uma veemente vontade parecia prevalecer em cultivar, preferencialmente, plantas de origem européia, não obstante sua doentia e pouco apreciável aparência, contraídas num clima tão inadequado para sua constituição. Mas o mais desprezível objeto no jardim era uma miserável imitação de um pé de papaia em cobre, de tamanho natural e pintado de verde, enquanto a planta verdadeira, ao seu lado em toda sua exuberância tropical, desdenhava sua desajeitada e desfigurada imitação. Um grande terraço na parte final do jardim, mirando uma parte da enseada, dominava uma encantadora vista das orlas emergindo das águas, em toda parte rendilhadas com matas. Em cada ponta do terraço há um elegante pavilhão quadrado, cujos interiores abrigam pinturas [Barrow 1806, p. 81].

Outra importante e das mais antigas descrições do Passeio Público foi feita pelo comerciante inglês John Luccock, ativo no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818:

O Passeio Público, embora pequeno, perfeitamente plano, construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio. A entrada para esse retiro favorito é pela Rua das Marrecas, através de um belo portão... Pela frente desse portão, a alameda principal se estende até um terraço, no lado oposto do jardim, elevado de cerca de dez pés [*cerca de 3 metros*] acima do nível natural do terreno. Em frente dele há uma gruta artificial, coberta de vegetação, em meio da qual se vêem engalfinhados dois jacarés de bronze, de cerca de oito pés [*cerca de 2,43 m*] de comprimento. Despejam água da boca e parecem a pique de mergulhar dentro de um tanque de pedra, em que aquela se precipita. Dali, a água é levada para dentro de duas outras vascas, ao nível do chão, uma de cada lado da alameda, por detrás das quais existem compridos bancos de pedra, ensombrados por belíssimas árvores e plantas sustentadas por treliças de madeira, onde, sob o abrigo da flor do maracujá os tismados brasileiros gozam o luxo de uma atmosfera fresca. Bem junto dali erguem-se duas esguias pirâmides de granito, de boas proporções e bem lavradas, com inscrições adequadas.

Em cada extremidade da esplanada há um amplo lance de degraus; perto do topo do que fica à esquerda, acha-se a pequena estátua de um cupido risonho e alado que com os pés se apóia numa tartaruga terrestre, através de cujo corpo a água se despeja numa casca de granito, em baixo, provida de uma concha que convida os sedentos a beberem. Sobre uma pequena taboleta, frouxamente enroscada ao redor do braço direito, acha-se pintada a seguinte divisa alusiva: “Ainda brincando sou útil”. A singeleza da sentença, o garbo da figura, e o frescor proveniente da bebida que fornece, agradam a toda gente e freqüentemente inspiram um sorriso. O terraço tem cerca de 100 jardas [cerca de 91,40 metros] e largura proporcionada, calçado num xadrez grosseiro de granitos de várias cores e provido de assentos. Para o lado do mar possui um parapeito, sobre o qual se acham vasos com plantas e flores; para o lado do jardim uma balaustrada de pedra bem talhada. Em cada extremidade há um pequeno quiosque, muito ornamentado de pinturas e douração [Luccock 1951, p. 59-60].

Às descrições dos estrangeiros, junta-se a do cônego Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), alcunhado Padre Perereca, em seu livro *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, publicado em Lisboa em 1825:

O Passeio Público... é cercado de um muro, que de espaço a espaço tem janelas com grade de ferro, e para ele se entra por um portão, que se firma sobre dois pilares de pedra lavrada. Este portão é também de ferro, em cima estão as armas reais com a face para a rua, e no reverso delas se vê um medalhão de bronze dourado com as soberanas efígies da Rainha Nossa Senhora, D. Maria I, e do seu augusto esposo, o Senhor Rei D. Pedro III. Todo o terreno do Passeio está dividido em duas bordadas de arvoredo, e termina com um terraço, que olha para o mar, e que algumas vezes é furiosamente batido por ele, e se vai arruinando. Na frente do terraço se elevam duas agulhetas triangulares de granito sobre pedestais também triangulares; em uma delas se lê: *Ao Amor do Público* — e na outra: — *À Saudade do Rio* — Sobe-se para o terraço por quatro escadas, das quais duas estão nas extremidades, e as outras duas no meio, ficando entre elas uma cascata, na qual estão dois jacarés de bronze enroscados entre si, lançando pela boca cópia de água em um tanque semicircular, que rodeia a mesma cascata, em cujo alto havia um coqueiro de vinte, ou mais palmos [cerca de 4,40 metros], todo de ferro, pintado ao natural, que, apesar de rija matéria, de que era formado, em poucos anos o vento o despedaçou. Nos dois ângulos do terraço estão dois mirantes de figura quadrada com duas portas de cada lado, e todas com vidraças Finalmente este terraço, do qual se goza a mais bela vista da barra, é todo lajeado de pedra mármore e tem assentos, por um e outro lado, também de pedra [Santos, 1981, v. 1, p. 38].

Essas três descrições sintetizam as observações que dezenas de viajantes fizeram a respeito do Passeio Público — evidentemente, alguns enfatizando um ou outro aspecto com maior rigor.

Um percurso urbanístico

Todavia, nenhuma descrição do Passeio salientou a organização urbanística da área. A inscrição (em latim) que havia no demolido chafariz das Marrecas (1896) — além de constituir uma das poucas referências concretas à intervenção urbanizadora de Vasconcelos — revelava uma intenção ordenadora do espaço:

Durante o reinado de Maria I e Pedro III
Secou-se um lago outrora pestífero
E converteu-se em forma de passeio
Repeliram-se as águas do mar por ingente muralha
Aduziram-se fontes em jorrantes bronzes
Derribados os muros, transformou-se o horto em rua,
Construíram-se casas em admirável simetria.
Ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos de Sousa, sob cujos auspícios foi tudo isso realizado.
O povo do Rio de Janeiro, em sinal de grato ânimo
No dia 31 de Julho de 1785

[segundo versão em Correa, 1939, p. 59].

Depreende-se por essas palavras e por descrição posterior que a intervenção ostentava uma intenção estética. A urbanização se organizou segundo o eixo da rua das Belas Noites, que teve o correr de casas feitas de acordo com uma norma — “admirável simetria” —, descrita pelo Padre Perereca mais de três décadas depois como construídas “unicamente no lado poente, as quais todas têm a mesma perspectiva, exceto as duas casas nobres das extremidades” e que “no lado do oriente só estão levantadas as portadas em toda sua extensão” [Santos, 1981, v. 1, p. 55].

Esse eixo tinha, num dos extremos, o chafariz das Marrecas (também desenhado por Mestre Valentim) e, do outro, o grupamento escultórico/aquático dos jacarés (a “gruta artificial”, como denominou Luccock, ou “cascata”, segundo Padre Perereca). Um percurso estudado: o passeante caminharia desde o chafariz das Marrecas por uma reta, uma rua arquitetonicamente composta com “simetria”; ultrapassaria o portão do Passeio e se veria cercado pela vegetação, o ambiente sombreado e fresco, visualmente contido pelas plantas e pelos muros opacos do recinto, apenas orientado pela trajetória perspectivada, que aponta como ponto de fuga a “gruta artificial” com os jacarés, ao fim da linha. O observador teria uma grande surpresa ao contornar e subir as escadas rumo ao terraço, com a deslumbrante vista, posto que, até então, esse panorama estava escamoteado pelo desnível entre a cota interna do Passeio (plano dos jardins) à do mirante, plataforma três metros mais alta, sobre a “ingente muralha”.

A paisagem marítima

...tendo ao fundo um terraço murado de pedra no qual as ondas vêm bater e de onde se goza a brisa do mar e de uma vista encantadora sobre a baía.

Ernst Ebel, 1824

A vista de cima desse parapeito é indescritivelmente bela... É como se recebêssemos de longe uma saudação de espíritos e temos a sensação de que um coração humano esperançoso não pode ser simples átomo no grande todo do universo.

Carl Seidler, anos 1820/1830

Nesse momento basta virarmos para ficarmos sobre um terraço perto da baía cuja beleza e perspectiva encantadora, se foram igualadas, não poderão ser excedidas.

Thomas Ewbank, 1846

O terraço do Passeio Público, em noites de verão, quando o céu se recama de estrelas, é superior aos balcões de Veneza, a todos os jardins de Granada, sem excluir os dos reis mouros.

Charles de Ribeyrolles, 1858

O navegante inglês John Barrow, em 1792, chamou a atenção para a “encantadora vista” para o mar do terraço do Passeio. Mais de vinte anos depois, seu conterrâneo, o comerciante John Luccock — tido como um viajante observador e fidedigno — não dedicou uma única palavra à paisagem marítima que deslumbrou tantos outros que visitaram o recinto posteriormente.

Essa insensibilidade de Luccock tem uma explicação: a percepção da paisagem, e particularmente do horizonte oceânico, é um valor estético introduzido na cultura ocidental nos séculos 17 e 18*. O historiador francês Alain Corbin estabele-

* No capítulo *Jardim como metonímia da natureza* assinala as transformações na educação do olhar para a natureza e para a paisagem. As observações no presente capítulo voltam-se para a especificidade da apreciação paisagística inaugurada com o terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro, que conheceu derivações ao longo do século 19, no Brasil.

leceu uma minuciosa genealogia do olhar dirigido ao mar, a apreciação dos panoramas marítimos como uma aquisição estética no período de 1750 a 1840 em seu livro *O território do vazio* [1989]. Corbin observa que foi o domínio navegador dos holandeses e o desenvolvimento da pintura holandesa de marinhas no final do século 16 que mais contribuíram para “a aprendizagem do olhar dirigido às praias do mar”. Até então, o mar infundia o temor, uma metáfora diluviana, um abismo do mundo não-esférico: “a figura do oceano terrível, vestígio caótico das catástrofes mergulhadas no passado dos homens, a cólera imprevisível de sua imensidão movente e lúgubre, conjugam-se aos perigos e à pestilência da praia enigmática, linha indecisa, submissa a todo tipo de incursões, onde vêm depositar-se os excrementos do abismo.” [Corbin, 1989, p. 64, *passim*]. Esse território enigmático vai sendo desvendado pela observação científica dos séculos 16 e 17 e com o prestígio ascendente da navegação, paulatinamente transfigurando a terrífica mitologia sobre os oceanos. Decerto foi com esse repertório que o navegante Barrow teve um olhar sensível para com o horizonte marítimo, que o comerciante Luccock não demonstrou. O mar tornava-se, no século 18, mais um espetáculo a ser apreciado na natureza: “a fruição da *prospect view*, associada ao passeio, à caminhada ideal, gera uma nova mecânica do olhar. Abarcar o panorama como um movimento circular, avaliar sua variedade, reconhecer a mão de Deus na diversidade espacial, fazer o olhar deslizar do horizonte longínquo para o primeiro plano, por uma espécie de *travelling*, intensificar a profundidade de campo da visão, constituem então prazeres novos para os amadores.” [Corbin, 1989, p. 150].

Para olhar o mar

Quantas vezes, debruçado no peitoril de granito, passei as primeiras horas vespertinas, seguindo na vaga os reflexos do céu, as sombras no horizonte, os sonhos e as recordações na fímbria longínqua da baía...

Estranho e admirável poder o do espírito humano. Seu raio interior aclara mais que o sol. Não há para ele nem noite nem dia. E quando se recolhe a si mesmo, em sua óptica misteriosa, brotam dele os panoramas, os mundos e as idéias.

Sobre o terraço do Passeio podia eu cismar tranqüilo e entregar-me completamente às queridas imagens perdidas. Não

escutava mais que o canto das cigarras, atrás de mim, nos ramos do arvoredor, e a onda que marulhava na praia.

Charles de Ribeyrolles, 1858

Bem observa Corbin que “os românticos não descobriram o mar. Bem antes do final do século 18, as praias do oceano haviam se tornado lugares de contemplação e deleitação.” [Corbin, 1989, p. 176].

O Passeio Público do Rio de Janeiro espelha o surgimento, no século 18, de lugares especificamente desenhados para a apreciação da paisagem marítima. Ainda é difícil localizar o momento preciso da instauração desses espaços. A Europa desse período conheceu vários desses recantos, tendo sido alguns registrados em pinturas.

O belvedere como lugar de contemplação está na origem do advento do gosto pelo panorama. O belveder marítimo é uma inovação que surgiu com a apreciação ao espetáculo do mar. Antes disso, a organização das construções nas áreas litorâneas usualmente voltava as costas para as águas. O surgimento de estruturas chamadas de *esplanades*, *terraces* e *Marine Parades*, por parte dos ingleses, ou certas práticas mediterrâneas que deram origem a termos como *Marina* ou *Montpellier*, revelava a nova disposição de permanecer e usufruir as delícias à beira-mar [Corbin, 1989]. Certamente os holandeses foram pioneiros nessa prática. É o que se depreende, por exemplo, desta descrição de Scheveningen, na Holanda, reproduzida de Corbin, citando viajantes do século 18:

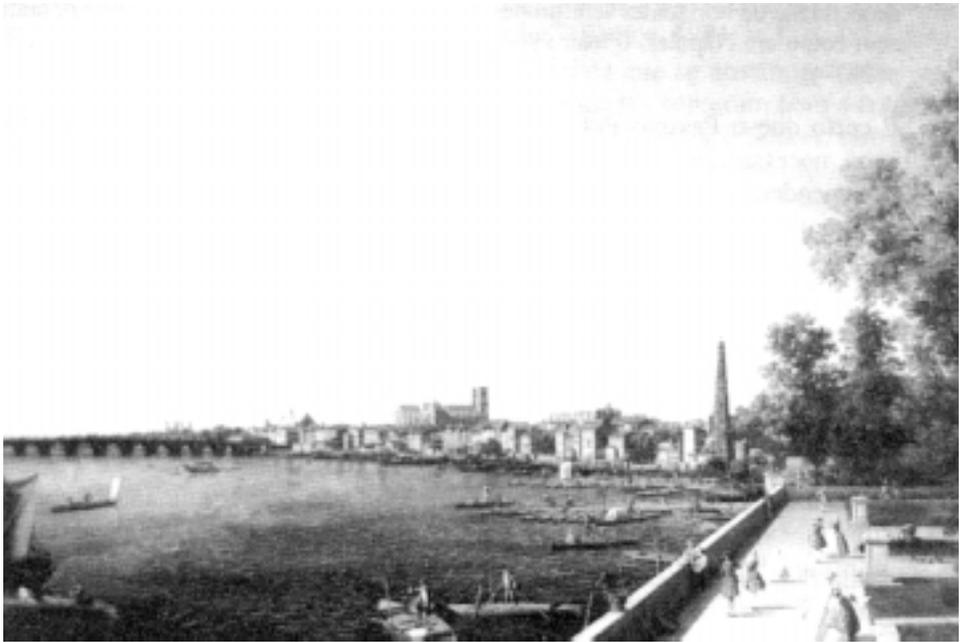
Partindo-se de Haia, chega-se a Scheveningen pelo caminho mais agradável que se possa imaginar. Com cerca de meia légua, “avançando em meio às dunas”, compõe-se de uma alameda para os veículos e dois passeios para os pedestres; é margeado por “árvores frondosas, muito bem conservadas”. Há bancos dispostos a uma distância regular, segundo o testemunho tardio de Samuel Ireland (1789), “a pista da alameda é encantadora”, os passeios para pedestres, espaçosos e cobertos de sombra. E, acima de tudo, “a visão surpreendente do mar, bem na extremidade dessa avenida de terreno plano, constitui um objeto nobre e pitoresco”, pois, como observa por sua vez L'Honoré em 1779, “nada é mais agradável que uma bela avenida terminada no mar. Diderot confessará ter feito várias vezes o passeio a Scheveningen. Em 1794, Ann Radcliffe manifestará também sua admiração [1989, p. 48-9].

A *Marina* de Palermo, na Itália, pode ser lembrada como outro recanto com as características que o nosso Passeio Público pode se referenciar, a comparar-se com esta descrição de Corbin, baseada em viajantes do século 18:

Pavimentada com grandes lajes, cercada de um parapeito bem trabalhado, ornada de estátuas, a *Marina* acompanha a beira do mar... Ela é sombreada; uma série de



EL ARENAL DE BILBAO, pintura de Luis Paret y Alcázar (1746-99). Imagem à beira-mar, na qual a paisagem deslumbrante contrapõe-se ao descanso dos pescadores (primeiro plano, à esquerda) e ao exibicionismo da vestimenta de passeantes (à direita). Acervo da National Gallery, Londres.



CANALETTO (1697-1768) foi um dos mais célebres pintores de vistas urbanas. Notabilizou-se com imagens de sua cidade natal, Veneza, a ponto de ganhar admiradores ingleses, que o requisitaram para fazer pinturas de Londres. A imagem na tela “O Tâmbisa do terraço de Somerset House, Westminster ao longe” (1746-51) é um dos vários retratos de paisagens nas quais a água e o horizonte (a partir de um local de observação, no caso os jardins de Somerset House — à maneira do Passeio Público) são elementos fundamentais de composição pictórica [*The Image of London*, 1987].

fontes e assentos cômodos suavizam o percurso. O transeunte pode refrescar-se no interior de butiques embutidas na muralha. Uma orquestra toca num teatro de mármore. Geralmente, costuma-se passear de carruagem, pois os palermitanos gostam de “ser transportados”; contudo, na *banchetta*, um caminho elevado entre o mar e a pista carroçável possibilita o passeio a pé.

Ao longo da *Marina*, os palermitanos vêm buscar a brisa, o frescor, e satisfazer sua necessidade de horizontes sem limites. O desfile de carruagens faz do passeio, tanto aqui como em Nápoles, o teatro social e o ponto alto da galanteria [Corbin, 1989, p. 283-4].

É certo que o Passeio Público, tipologicamente, descende desses mirantes marítimos, necessariamente relacionados com espaços arborizados e, nesse sentido, até antecedendo aos inúmeros congêneres europeus que se multiplicaram ao longo do século 19.

A organização espacial que se opera no Passeio Público, no entanto, revela uma extraordinária justaposição de sentidos. A paisagem de árvores, flores e jardins, como vimos anteriormente [ver o capítulo JARDIM COMO METONÍMIA DA NATUREZA], era o domínio do repouso e da harmonia, espaço edênico mitificado e idealizado pelo ser humano. O mar, ao contrário, era o abismo desconhecido a se desvendar, fascinante paisagem estéril a infundir terror e respeito pelo mistério de seu vazio insondável, o não-domínio do ser humano. O terraço do Passeio Público era a tênue linha das suscetibilidades humanas: ao ser humano se concedia a simultaneidade de se defrontar com duas paisagens antitéticas, desafiando os seus anseios de formular um imaginário capaz de explicar as raízes da existência, o seu relacionamento com a natureza e o mundo.

“A praça mais lustrosa e pública”

Não é conhecido nenhum registro acerca da data ou festejos de abertura do Passeio Público — ou mesmo se foi terminado integralmente e inaugurado com alguma pompa — hipótese mais plausível, posto as dificuldades de conclusão de obras mais prioritárias, como aquelas lamentadas por D. Luís de Vasconcelos no relatório ao seu sucessor. Joaquim Manuel de Macedo (1820-82), em seu relato romanceado, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, escrito em 1861, lamen-

tava também a falta de informações a respeito, mesmo tendo pesquisado entre velhos cariocas, em sua época.

O único festejo oficial conhecido no recinto foi a comemoração pelo casamento, em Portugal, do príncipe D. João com a princesa espanhola D. Carlota Joaquina, no ano de 1786. Nos dias 2 a 4 de fevereiro e 28 de maio, deram-se “magníficas festas”, como recordava o Padre Perereca nos anos 1820, “nas quais tanto brilhou o bom gosto, a ordem, a pompa, como a atividade de zelo, e direção daquele ilustre vice-rei, fundador deste Passeio.” [Santos, 1981, v. 1, p. 38].

Moreira de Azevedo [1969, v. 1, p. 552] relata que se armaram “palanques para danças grotescas, arcos e colunas”. As festividades contaram com a construção de seis carros alegóricos, projetados por Antônio Francisco Soares, que participaram dos préstitos comemorativos circulando pela cidade e por todas as ruas do Passeio. Desenhos originais desses veículos estão arquivados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e sua identificação revela a importância do festejo e do local onde se realizou:

Relação dos magníficos carros, que fizeram de arquitetura perspectiva e fogos; os quais se executaram por Ordem do Ilust. E Excel. Senhor Luís de Vasconcelos, Capitão General de Mar, e Terra, e Vice-Rei dos Estados do Brasil nas Festividades dos Despozorios dos Seriníssimos Senhores Infantes de Portugal. Nesta Cidade Capital do Rio de Janeiro em 2 de Fevereiro de 1786, Feita na Praça Mais Lustroza e pública do Passeio desta Cidade Executados, e ideados pelo o minimo Subdito Antonio Franc.^o Soares Ajudante agregado [Ferrez, 1965, p. 44].

“Ainda há velhos a quem lembram as festas brilhantes que ali se fizeram em 1786”, testemunhou Joaquim Manuel de Macedo, mas acrescentando que “essas noites oficiais... eram naturalmente de curta duração... apenas uma vida artificial e um encanto que não podia ser perene.” Preocupado com o cotidiano, o escritor carioca assim se refere à animação do Passeio, ao tempo do vice-rei Vasconcelos:

Nas noites de brilhante luar, dirigiam-se alegremente para o Passeio Público numerosas famílias, galantes ranchos de moças, e por conseqüência, cobiçosos ranchos de mancebos; e todos, depois de passear pelas frescas ruas e pelo ameno e elegante terraço, iam, divididos em círculos de amigos, sentar-se às mesas de pedra, e debaixo dos tetos de jasmims odoríferos ouviam *modinhas* apaixonadas, e *lundús* travesos, cantados ao som da viola e da guitarra, rematando sempre esses divertimentos com excelentes ceias dadas ali mesmo. [...].

Conversai com os nossos velhos, e ouvi-los-eis falar das suas agradáveis noites e das afamadas ceias do Passeio Público...

E notai bem, quinze dias, ou antes, quinze noites pelo menos em cada mês, havia no Passeio Público festa do povo, alegria do povo, reunião de famílias, cantigas de

moças e de mancebos, conversações animadas de velhos e velhas, versos lidos ou improvisados por poetas ou simples cultivadores do Parnaso, amores puros nascidos ao som de suaves cantos, confiança e contentamento de todos, ruído, aplausos, risadas, movimento e nunca uma desordem, e jamais um desaguisado, e ainda menos um arrependimento e remorsos. O véu da noite ali não favorecia o vício, somente facilitava os santos gozos da virtude [Macedo 1942, p. 88].

Evidentemente, a descrição de Macedo tem o tempero da literatura de sua época.

Vazio público

O único passeio para os habitantes da cidade é uma praça junto ao mar... Pelo traçado dos canteiros, parece mais uma horta. É, aliás, muito pouco freqüentada.

Theodor von Leithold, capitão prussiano, 1819

É pena que lugar tão aprazível esteja na extremidade da cidade; daí ser tão pouco freqüentado!

Ernst Ebel, viajante báltico, 1824

Os cronistas oitocentistas que se dedicaram à história do Passeio Público são unânimes em afirmar que, passada a administração do seu criador, D. Luís de Vasconcelos, o recinto entrou em decadência. Os vice-reis que o sucederam, até a chegada da família real portuguesa em 1808, pouco fizeram pela manutenção do Passeio. Macedo retratou o sucessor de Vasconcelos, o Conde de Resende, como uma “verdadeira praga que caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro”; Moreira de Azevedo o classificou como “mau e colérico”; “retirou-se deixando este povo possuído do ódio, que lhe votou por seu péssimo e inconstante caráter”, recordava José Ignácio de Abreu e Lima, em 1845. Os dois primeiros atribuíram-lhe o início do abandono do Passeio Público. As atitudes de Resende e seus sucessores talvez não fossem idiossincrasias personalistas. O Marquês de Lavradio e D. Luís de Vasconcelos foram, por assim dizer, governantes “ilustrados”, imbuídos do espírito do Iluminismo setecentista. Foi esse espírito ilustrado que também esteve por

trás de movimentos como a Inconfidência Mineira (denunciada em 1789), a Conjuração do Rio de Janeiro (devassada em fins de 1794) e as inconfidências baiana (reprimida em 1798) e pernambucana (1801) [Mota, 1979]. O período a partir de 1790 até a chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808 foi constituído por anos de repressão. A reunião, o encontro, a mobilização pública eram motivos de desconfiança. O Passeio, signo de convivência pública, espaço derivado do democratismo ilustrado, não condizia com os temores da metrópole.

Decadência

John Barrow, em seu relato de 1792 (como dito, em pleno vice-reinado do Conde de Resende), nada observou quanto ao estado de conservação ou frequência; Luccock também nada comentou, na segunda década do século 19. O francês Ferdinand Denis (1798-1890), que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, afirmava que “quando da chegada da Corte ao Rio, era o jardim infinitamente menos freqüentado do que se deveria conjecturar que poderia ser” e que ele mesmo “o viu quase abandonado.” [Denis, 1980, p. 124]. Em carta de dezembro de 1819, o capitão prussiano Ludwig von Rango (1794-1861) lamentava o estado do Passeio:

Tudo que a natureza faz por este país é magnificante, por isso parece tanto mais pobre o que o homem criou. Estou vindo do Passeio Público, o único em todo o Rio. Que Deus tenha misericórdia! Nem um caminho seco em todo o jardim... Realmente uma lástima, um lugar tão bonito e bem arborizado, que se poderia tornar realmente belo com pequeno custo. Mas assim é tudo aqui. Nada se faz com cuidado, tudo se deixa largado à lei da natureza [Leithold et al, 1966, p. 144].

Em 1817, dois anos antes do testemunho de Von Rango, o belvedere do Passeio foi reformado: a “muralha ingente” estava ameaçada pela ação do mar. Nessa ocasião, os dois pavilhões originais do terraço foram destruídos (e construídos outros, com plantas octogonais).

Nessa época, o Passeio não era mais o único jardim público. D. João mandara organizar o Real Jardim Botânico em 1808 — ainda muito distante como local de visitação cotidiana (embora a viajante inglesa Maria Graham tenha apreciado bastante os passeios naquela direção) e, por um curto período, houve um jardim público no Campo de Santana, destruído em 1821 [a propósito, ver o capítulo DO CAMPO DA CIDADE PARA A PRAÇA DA REPÚBLICA]. Em 1824, o frei carmelita Leandro do Sacramento (1779-1829) foi nomeado inspetor do Jardim Botânico e do Passeio Público e por alguns anos o espaço mereceu atenção, como

atestou o viajante Ernst Ebel (“O parque andou muito tempo abandonado e só recentemente, graças aos esforços do grande botânico, frei Leandro [...], está sendo recuperado e diariamente embelezado.” [Ebel, 1972, p. 85-6]). Frei Leandro ministrou aula de botânica no recinto. Data dessa época (1828-29) o testemunho do reverendo norte-americano Robert Walsh, que também se encantou com o Passeio — como que revigorado ao estilo da descrição de Joaquim Manuel de Macedo nos tempos coloniais:

Todas as noites esse jardim fica repleto de famílias que sobem ao topo do outeiro para apreciar a brisa marinha que não passa mais pelo jardim [Walsh, 1985, p. 202].

Walsh se refere até ao valor do orçamento de manutenção do Passeio. A morte de frei Leandro deve ter feito o jardim cair novamente no marasmo. A algum de seus sucessores foi ordenado, em 1831, que “os bois, porcos, carneiros, cabras e cabritos que porventura entrassem no Passeio” fossem apreendidos para “o sustento dos presos pobres ou venda em leilão.” Nesse mesmo ano, a administração municipal reconhecia “o estado de total abandono em que se acha o Jardim, não tendo para o serviço mais que três pretos, por terem fugido os outros.” [Belchior, 1969, v. 1, p. 564]. Pouco se fez pela manutenção ou melhoramento do Passeio, nos anos seguintes. De notável, a substituição dos muros periféricos por grades (1835), obras de manutenção no ano de 1841, com o levantamento de dois pavilhões octogonais no terraço (simulando os dois originais de Mestre Valentim, demolidos em 1817) e a construção de mais dois pavilhões nos jardins e a iluminação a gás do recinto (1854) [Azevedo, 1969; Macedo, 1942].

As obras de manutenção em 1841 parecem não ter sido eficazes para reanimar o cotidiano do Passeio:

...Fiquei bastante surpreendido pelo pequeno número de visitantes que apareciam. Dois ou três jovens entravam ou saíam ocasionalmente, mas nenhuma família ou senhora. Embora franqueado a todos, o parque não é realmente aproveitado por pessoa alguma. Na verdade, está localizado em um ponto que não é dos mais populares da cidade,

observava o norte-americano Thomas Ewbank (1792-1870) em 1846 [1976, p. 69]. Surpreendente uma notícia de 1844, segundo a qual uma singela autorização para a venda de sorvetes e refrescos no recinto do Passeio Público fora dada com a ênfase de uma portaria do Ministro do Império [Belchior, 1969, p. 564].

Todavia, a iluminação a gás parece ter sido um momentâneo sucesso, a acreditar na carta do viajante português António Feliciano de Castilho (1800-75) para sua mulher, em 1855:



O PASSEIO PÚBLICO, em litografia aquarelada de Alfredo Martinet, 1847.
Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

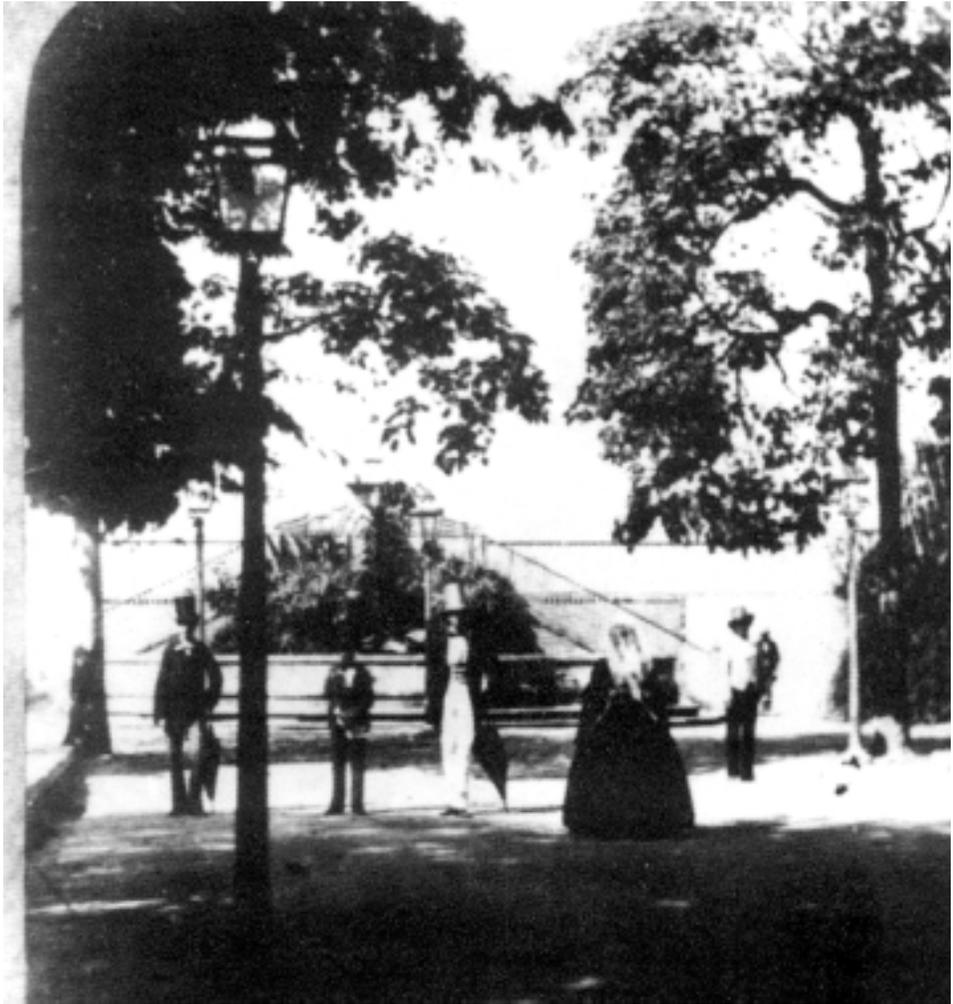


Foto de Revert Henrique Klumb, anterior a 1862, registrando o recinto do PASSEIO PÚBLICO ANTES DA REMODELAÇÃO PROPOSTA POR GLAZIOU. A indumentária dos retratos confirma que os desenhistas que registraram o Passeio não estavam idealizando os usuários do jardim. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Ontem à noite andei no Passeio Público; está aberto até à meia-noite; é iluminado a gás, e freqüentadíssimo; faz lembrar um pouco o “Jardim mitológico” e a “Floresta egípcia” [Coelho, 1965, p. 143].

Pela data da carta (12 de fevereiro), verifica-se que Castilho visitou o Passeio numa noite de verão de domingo. Todavia, três anos depois, em 1858, o depoimento do publicista e político francês Charles de Ribeyrolles (1812-60?) retratava o abandono domingueiro do recinto:

Pouca gente procura esse jardim. Ao domingo, das quatro às dez horas, aqueles que têm chácara em Botafogo ou S. Cristóvão vão desfrutar a viração da tarde e as notas de uma banda militar. Nos outros dias os visitantes são raros e o terraço é deserto [Ribeyrolles, 1980, p. 192].

Europeu e não-europeu

A observação desses viajantes pode ser considerada apenas circunstancial, tomada em uma ou poucas visitas. No entanto, é interessante atentar para a visão do viajante Hermann Burmeister (1807-92), naturalista que esteve no Rio de Janeiro nos anos 1850-52. Observador atento (próprio de sua formação científica), fastidioso com o urbano (decerto um vício da profissão: “devo confessar que o meu passeio pelas ruas da cidade do qual voltei cansado, depois de muitas horas, não me satisfaz. Em nenhuma parte achara coisa digna de ser vista”) e etnocêntrico (“a população não me parecera nada atraente pelo seu aspecto... encontra-se no Rio de Janeiro muito mais gente de cor, maltrapilha, ou seminua, do que gente branca em trajes convenientes”). O repertório eurocêntrico tingia a narrativa de Burmeister, a ponto de o Rio de Janeiro lhe parecer de “caráter inteiramente europeu”, “semelhante às cidades da Europa do sul”, apesar dos “rostos pretos, morenos e amarelos que logo lembram o exotismo da cidade.” Essa visão é interessante à medida que descreve e critica o uso do espaço público a partir de uma referência cultural impermeável ao meio:

Nota-se, antes de tudo, a ausência de senhoras bem-vestidas. Ao meio-dia e à tarde, quando o calor é sufocante, é natural que ninguém saia, a não ser a negócios. Eu esperava, porém, que, ao escurecer, com a temperatura já mais amena, pudesse encontrar, nos lugares de recreio e nas praças públicas, uma sociedade bem-vestida a fazer seu passeio. Mas isso não acontece. *O único lugar para divertimentos coletivos, o Passeio Público, encontra-se vazio todos os dias e todas as horas.* Caminhando-se à tarde pelas ruas, pode-se ver, de quando em vez, uma senhora

debruçada num balcão, mas é muito mais freqüente encontrar-se cavaleiros ou caruagens, que se dirigem para fora da cidade, levando os que vão gozar as delícias da vida familiar na amenidade do campo. À noite, quando já bem escuro, a cidade parece então completamente vazia de qualquer habitante decente. Nas esquinas e nas ruas, vêem-se somente negros e também brancos de ambos os sexos, cujo aspecto jamais poderia atrair ou divertir o transeunte. Há poucos cafés ou confeitarias, sendo estes unicamente freqüentados pela mocidade e pelos estrangeiros que se demoram apenas algumas horas no Rio. Não existe propriamente vida de sociedade. Os que têm recursos vivem no campo, na sua “chacá” ou, melhor dito, “chácara”, residência campestre, casa e jardim instalados de acordo com as posses do dono, donde os elementos femininos da família saem apenas uma vez cada oito ou quinze dias por motivos especiais. É lá que recebem os amigos e lá é que o forasteiro pode conhecer a família do dono, pois as relações sociais, na cidade, limitam-se a uma apresentação muito formal e superficial. Uma pessoa que não tem relações ou amigos, no Rio, não poderá fazer mais que levar vida retraída e contemplativa ou então dedicar-se ao estudo da natureza [grifo do autor] [Burmeister 1980, p. 63].

“Encontrar uma sociedade bem-vestida”: Burmeister projetava no Rio de Janeiro os hábitos então correntes nos parques públicos do Velho Mundo, lugar para “os que vão ver e para os que querem ser vistos”, local para formas de sociabilidade que a burguesia européia consolidou e valorizou a partir da segunda metade do século 18 [a discussão sobre esse tema se encontra no capítulo DA PRAÇA AO JARDIM PÚBLICO].

Um jardim paisagista

O jardineiro-paisagista é rival do paisagista pintor. Este faz representar em sua tela de algumas polegadas o aspecto de um terreno imenso, vastas planícies entrecortadas de rios, alcantilados montes, vales sombrios, e tudo, enfim, quanto a natureza criou. Aquele corta, levanta, cava o terreno entregue à sua perícia, planta e semeia onde convém cobrir o solo, ou onde é conveniente esconder o triste aspecto dos sítios; copia em sua obra e obra as obras da criação, aproveita ou improvisa rios e lagos, montes, outeiros, grutas e bosques; mas em sua cópia tudo é palpável, tudo tem a sua vida especial, tudo brilha com as próprias tintas da natureza. Não pensem que estou

poetizando: repetida a lição de um mestre na matéria, e em breve teremos um exemplo deleitoso dessas idéias na reforma do Passeio Público.

Joaquim Manuel de Macedo, 1861

O escritor carioca relatou em seu *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro* o constrangedor motivo para uma grande intervenção no Passeio Público. O arquiduque Maximiliano da Áustria encontrava-se em visita pelo Rio de Janeiro. Conduzido para conhecer a cidade, o príncipe foi visitar o jardim:

...entrando no Passeio Público, foi subir ao terraço, donde poderia apreciar ainda uma vez a magnificência da nossa baía. Mas, ah! Mal tinha o arquiduque avançado quatro passos no recinto da elegante varanda, e já com ambas as mãos, levava o lenço ao nariz!... [Macedo, 1942, p. 97].

Em dezembro de 1860, o governo assinava com o tabelião Francisco José Fialho (?-1885) um contrato de um ano para promover a reforma do Passeio Público, bem como conservá-lo por dez anos. Fialho era apenas um intermediário. O projeto de remodelação ficou a cargo do paisagista bretão Auguste François Marie Glaziou (1833-1906), que mais tarde se notabilizou também com as remodelações do Campo de Santana [ver próximo capítulo] e os jardins da Quinta da Boa Vista.

Glaziou introduziu no Brasil um estilo jardinístico a que seus contemporâneos — Joaquim Manuel de Macedo e Moreira Azevedo — chamavam “jardim paisagista”. Macedo, que concluiu seu livro durante as obras do Passeio Público e antes de sua reabertura, descrevia:

A planta apresentada ao governo... representa um jardim no gênero inglês, hoje admitido em todo o mundo como o mais natural, o mais livre, e que produz mais agradáveis e completas ilusões.

O antigo sistema de alamedas em linha reta e de maciços regulares e uniformes é completamente abandonado.

O cordel e o compasso não são mais consultados. O olhar do artista e a ciência da botânica são os grandes instrumentos deste trabalho. [...].

Os três pensamentos que devem apresentar-se dominando nesta obra são a escolha de árvores e plantas formosas e raras; o cuidado de reunir no limitado recinto do jardim diversos encantos da natureza reproduzidos embora em ponto pequeno; e enfim, a observância esmerada das leis da perspectiva na disposição das árvores, de modo que entre elas os olhos do observador vão espriar-se ao longo e gozar ainda

muito além dos limites do Passeio os panoramas admiráveis de sítios pitorescos que aformoseiam a cidade do Rio de Janeiro [Macedo 1942, p. 98-9].

Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903), que publicou seu primeiro livro sobre o Rio de Janeiro em 1862, revisando-o e ampliando-o em 1877, registrou o pensamento da época:

O portão que é antigo, fica fronteiro à Rua das Marrecas, e transpondo-o vê-se um jardim lindo e de agradável perspectiva; em vez da regularidade das ruas, no plantio das árvores, nos triângulos, nas grades de ferro, em vez da disposição geométrica, da simetria monótona que até então era seguida em todos os jardins, vêem-se ruas curvar unindo-se uma às outras, tabuleiros de grama de diversa extensão e feitio com maciços de flores e arbustos, e de espaço em espaço sobre a relva árvores destacadas, ou reunidas constituindo um denso bosque. É um jardim paisagista, no qual não predominam, como outrora no antigo Passeio, o cordel do jardineiro, o compasso do cálculo e da simetria, porém a linha curva, a variedade, a imitação da natureza de um modo elegante e gracioso, não como ela é, mas como deverá ser, segundo à (sic) frase de Rafael.

Estes jardins começaram a ser usados na China no reinado de Iong-Teching, e transportados para a Europa pelos ingleses e foram considerados por muitos como invenção inglesa. Foi o artista Kent quem estabeleceu o primeiro jardim paisagista em Stowe perto de Londres, e desde então generalizaram-se na Europa, e entre nós começaram a ser conhecidos depois da reforma do Passeio Público [Azevedo, 1969, v. 1, p. 556].

Na segunda metade do século 18, o escritor britânico Horace Walpole (1717-97) atribuía ao pintor, arquiteto, poeta e paisagista inglês William Kent (1685-1748) o papel de “pai do jardim moderno”. Kent foi responsável por uma remodelação, de Stowe, desenho original de Charles Bridgeman (1644-1721). Todavia, não se pode atribuir apenas a Kent em sua intervenção no jardim de Stowe a primazia da criação do “jardim paisagista”, neologismo forjado por Humphrey Repton (1725-1818) para designar o jardim inglês [Vercelloni, 1991, p. 124].

D. Pedro II reabriu o Passeio Público reformado em 7 de setembro de 1862, com uma banda de música e “diminuta concorrência”, “por estar chuvoso o tempo”, anotou Moreira de Azevedo. A remodelação de Glaziou interferiu no desenho original dos canteiros ideados por Mestre Valentim, com o sacrifício de alguma vegetação primitiva — atitude criticada pela imprensa da época, mas julgada necessária por Moreira de Azevedo, “para plantarem-se outras mais curiosas, e dar ao jardim nova disposição”. Glaziou, nesse sentido, foi parcimonioso. Muitas décadas depois, Roberto Burle Marx reconheceria no paisagista francês uma fonte de inspiração em face de sua preocupação com a flora brasileira

[Bayón, 1977, p. 42]. A remodelação instalou também um “botequim de arquitetura grega”, em frente ao qual se abria “um largo com mesas e cadeiras, vendo-se de um lado um coreto, onde todas as noites toca uma banda de música alemã”, segundo Moreira de Azevedo — decerto uma concessão comercial para Fialho, explorando uma atividade própria para um ponto de encontro. Outra construção nova no recinto foi o “chalé suíço”, casa do Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial, o próprio Glaziou [Azevedo, 1969, v. 1, passim].

Por volta de 1877, o Passeio e sua remodelação eram sinteticamente descritos por Moreira de Azevedo da seguinte forma:

Compreende o Passeio um espaço de 5.040 braças [cerca de 24.400 m²]*, é iluminado a gás, as ruas são cobertas de areia, há guaritas para soldados, e assentos de madeira e de cantaria. O crescimento que têm tido as árvores, a combinação bela e científica de sua vegetação, a disposição das ruas, os edifícios que encerra, e a perspectiva poética e elegante que se descobre de todos os pontos demonstram o gosto e a perícia do autor deste jardim, o hábil botânico Dr. Glaziou [Azevedo, 1969, v. 1, p. 559].

Um privilégio desprezado

É vedada a entrada no Passeio a animais daninhos de qualquer natureza, às pessoas ébrias, loucas, descalças, vestidas indecentemente e armadas, a escravos, ainda que decentemente vestidos, quando não acompanharem crianças de que sejam aias ou amas, a crianças aparentemente menores de 10 anos, se não forem acompanhadas de quem as impeça de praticar malefícios, ou de irem a lugares perigosos para sua idade; quanto ao público deve abster-se de tudo quanto possa danificar as plantas e ornatos do jardim.

Provável regulamentação de acesso
ao Passeio Público, segunda metade do século 19

* A braça quadrada considerada como uma área de 4,84 m².

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi contemporâneo ao surgimento dos primeiros jardins públicos europeus na segunda metade do século 18, símbolos do pensamento iluminista a invocar formas de sociabilidade nas quais a aristocracia e a burguesia encontravam um lugar comum. Todavia, essa composição social e política era estranha ao escravocrata meio colonial carioca. Até o ajardinamento do Campo de Santana (a partir de 1880 — [ver o próximo capítulo]), o Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local “para ver e para ser visto”. Mas essa condição aparentemente persistiu enquanto o seu patrocinador, o vice-rei D. Luís de Vasconcelos, animou a vida do lugar. A repressão que se seguiu à Inconfidência Mineira e aos outros levantes ao final do século 18 decerto reprimiu também os espaços de apropriação popular, fim último de recintos como o Passeio. Descrições de viajantes ao longo do século 19 revelaram instantes animados, mas, muito mais, momentos de abandono e solidão de um espaço programado como público. *Público* em um sentido que deve ser examinado em seu tempo. Espaço de acesso controlado, de comportamento vigiado, um mundo à parte. Tão à parte que os visitantes estrangeiros estranhavam a ausência da população no recinto, a falta de empenho dos governantes em conservá-lo, apesar dos tantos predicados que seus apreciadores forasteiros vislumbavam no local. No final do século 19, o Passeio Público era um recinto como outro qualquer, diluído no cotidiano urbano carioca.

Há de se considerar que esses defensores forâneos traziam um olhar educado, uma capacidade de olhar as coisas também com outros significados consubstanciados no imaginário dos séculos 18 e 19. A natureza com recortes específicos: a natureza misteriosa — o mar — e a natureza ordenada — o jardim — juntos, lado a lado, confrontando-se num espaço criado por seres humanos. Mas — desconhecido o culto à natureza na forma humanizada de um jardim; imerso num horizonte circundante que parece infinito não só a partir do terraço, mas de qualquer lugar e em qualquer direção, para onde a imagem saturadora dos trópicos permanentemente impregna as retinas — que significado tem um Passeio Público como este no Rio de Janeiro? Como Ewbank notou, era um paraíso — um paraíso artificial, cultivado pelo ser humano, desprezado pelos mesmos seres humanos, uma ironia da natureza — e da natureza humana.

Jardins Botânicos e Passeios Públicos

Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande objeto do legislador político, unindo-lhe também o cuidado de assegurar-lhes com a mais extensa navegação o seu consumo na Europa por meio da Metrópole e nas outras partes do mundo por meio dos outros domínios que a nossa Real Coroa possui.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho,
Ministro da Marinha e Ultramar, ca. 1797

Quando me achava em São Paulo, a cidade se ressentia da falta de um parque público. A administração provincial acabou por perceber que era indispensável aos habitantes de uma cidade um lugar desse tipo, onde eles pudessem respirar um ar mais puro do que o de seus mercados e ruas. Criou-se, pois, um parque em 1825, que era chamado de *passeio público* ou *jardim botânico*.

Auguste de Saint-Hilaire, 1851,
naturalista de passagem por São Paulo entre 1816 e 1822

As primeiras tentativas da coroa portuguesa de organizar jardins no Brasil estão relacionadas com a preocupação do final do século 18 em fomentar o conhecimento sobre as possibilidades econômicas da flora local e a exótica. A iniciativa tinha um caráter científico, agrícola e econômico: o objetivo era implementar hortos botânicos em que se pudessem aclimatar plantas úteis ao desenvolvimento do comércio de especiarias na Europa e ampliar o conhecimento sobre

novas variedades nativas que pudessem competir com as culturas tradicionais cultivadas no Oriente.

Num primeiro vislumbre, parece haver um distanciamento razoável entre a implantação de jardins botânicos no Brasil-colônia e o desenvolvimento de espaços públicos ajardinados. Todavia, a avaliação da experiência portuguesa no final do século 18 e seus desdobramentos parecem mostrar o contrário. Estabelecer o vínculo entre uma perspectiva fisiocrata — no crepúsculo da condição colonial do Brasil — e a consolidação de passeios públicos em algumas das principais cidades brasileiras ao longo do século 19 é a questão sobre a qual vamos nos debruçar.

O declínio português no Oriente

Portugal, com a restauração em 1640, já acusava o fim do prestígio marítimo que outrora ostentara. Os portugueses não mais sustentavam o monopólio sobre o comércio das especiarias do Oriente; holandeses e ingleses passaram a dominar as zonas produtoras e os principais pontos de comércio, associados ao melhor aparelhamento e capacidade na navegação e na manipulação do mercado internacional.

A situação pouco confortável na praça oriental sugeriu a Portugal volver-se para sua colônia americana. Concretamente, em meados do século 17, o sucesso do empreendimento açucareiro no nordeste brasileiro e, a seguir, a descoberta do ouro nas Minas Gerais transformariam o Brasil no centro das atenções políticas e econômicas da coroa portuguesa.

A concorrência do açúcar antilhano, por obra da ação holandesa, gradativamente minou a penetração do produto brasileiro na Europa. Contudo, o descobrimento e a exploração do ouro e diamantes na colônia aliviaram os passos subseqüentes da metrópole, até por volta de 1760, quando a produção aurífera manifestou sinais de esgotamento. Fatores externos ao mundo português convulsionando o quadro internacional — a guerra da independência nos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a ascensão de Napoleão — asseguraram, ao final do século 18, um momento de prosperidade para a economia lusitana, sobretudo com o comércio de produtos agrícolas, muitos dos quais de origem brasileira — como o algodão maranhense, açúcar, tabaco, couros. Efetivamente, nesse momento, o

mundo europeu estava mergulhado no pensamento fisiocrata [formulado por François Quesnay (1694-1774), segundo o qual a terra é a única fonte verdadeira de riquezas], ideal relacionado com o incremento das preocupações botânicas, com repercussões no Brasil.

Fisiocracia e Iluminismo

O século 18 foi o ‘Século das Luzes’ — mentalidade reformista e antieclesiástica, baseada na crença do racionalismo e do cientificismo como instrumentos de reconhecimento e ação, para atingir a liberdade e a realização através de novas maneiras de sentir e pensar, em busca da *felicidade*, a conquista de uma condição preconizada pela obra máxima da Ilustração, a *Enciclopédia*.

Renovava-se a crença sobre a ciência, e o renascimento científico delegava aos sábios e aos cientistas o papel de construir o bem-estar e a saúde dos homens com suas descobertas, chamando assim as ciências naturais e mecânicas ao primeiro plano dos interesses de uma nação.

Portugal, mesmo sendo um país à margem do mundo europeu, não ficou alheio ao espírito ilustrado. Mentalidade introduzida ao tempo do rei D. José I (1714-77) e exercida a seu tempo por D. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o poderoso Marquês de Pombal, foi este ministro o responsável pelas reformas na Universidade de Coimbra, visando situar a inteligência portuguesa na perspectiva racionalista que se desenhava no resto do Velho Mundo.

Para nosso caso, vale estudarmos duas particularidades da ilustração portuguesa: sua influência na crise do colonialismo mercantilista e o interesse das ciências naturais sobre as possessões do Oriente e do Ocidente, vistos pelo prisma do incremento da produção econômica nas colônias.

Embora Pombal tenha sido um esclarecido, sua política econômica foi estritamente mercantilista: o monopólio das companhias de comércio regeu as relações Metrópole-Colônia durante sua administração. No período seguinte, no reinado de D. Maria I (1734-1816) e a regência do príncipe D. João (1767-1826), emergiu o paradoxo que Fernando Novaes chama de *mercantilismo ilustrado*: “assim é que, entre as fontes de riqueza de uma nação, uma memória anônima da Academia [*das Ciências*] enumerava, entre a agricultura, manufaturas, a pesca, etc., as colônias”. Era a persistência da visão mercantilista em meio à mentalida-

de ilustrada [Novaes, 1979, p. 230]. Ainda segundo este autor, “visava-se fundamentalmente a aberturas dentro do sistema — e isto se manifesta na tendência para reduzir o exclusivismo metropolitano à sua expressão mais geral, no fomento à produção da colônia, na própria proibição das manufaturas; buscava-se, ainda, uma integração das economias colonial e metropolitana, numa tentativa de harmonizar os interesses dos dois pelos do sistema, de que resultaria a prosperidade comum.” [Novaes, 1979, p. 299].

O incremento à agricultura

O interesse português pelo conhecimento da flora e da fauna americana data do século 17; todavia, uma ação de natureza mais estratégica — a de atribuir às terras americanas o papel alternativo de zona produtora de especiarias (com a perda do monopólio do Oriente) — amadureceu ao longo do século 18. Essa trajetória mereceu estudos substanciais de José Roberto Amaral Lapa [1966] e de Luís Ferrand de Almeida [1975].

Em Portugal, o impulso dado às ciências naturais, em particular à botânica e seus desdobramentos enquanto exploração econômica ao final do século 18, deveu-se à reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772, e à fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779. A formulação fisiocrática desse mercantilismo eclético era ideologicamente conduzida pelos sábios dessa Academia, “centro de assimilação dessas novas correntes, e de sua adequação à realidade portuguesa”, segundo Novaes.

Obedecendo ao princípio de que “o primeiro passo de uma nação é conhecer as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, e de que são capazes”, definido nas *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*, de 1789 [Novaes, 1979, p. 225], expedições de reconhecimento capitaneadas por naturalistas foram patrocinadas pela coroa portuguesa; trabalhos versando sobre as potencialidades econômicas naturais das colônias ultramarinas — as condições de mineração, extração de matérias-primas vegetais, com ênfase à agricultura, botânica e mineração — foram produzidos por brasileiros formados na Europa, como Alexandre Rodrigues Ferreira (1755-1815), Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva (1775-1844), Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835), João da Silva Feijó (1760-1824), frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), Ignacio Ferreira da Câmara Bittencourt, Joaquim Veloso de

Miranda (1750-1817), Manuel Arruda da Câmara (1752?-1811?) e José de Arouche Toledo Rendon (1756-1834) — os últimos quatro, como veremos, envolvidos no estabelecimento de jardins em suas regiões.

Domingos Vandelli (ca.1730-1816), o italiano que se tornou diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, foi um dos maiores ideólogos da valorização da agricultura na economia portuguesa, tendo publicado trabalhos como *Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar à agricultura*, ou o *Diccionario dos termos technicos da Historia Natural extrahidos das obras de Linnéo e a memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos*.

Jardins botânicos coloniais

O binômio conhecimento científico/aplicação prática no âmbito das ciências naturais orientaria a ação da coroa portuguesa no final do século 18. Um dos grandes executores dessa política foi o ministro da Marinha e Ultramar de D. Maria I entre 1796 e 1801, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), Conde de Linhares, autor de uma *Memória sobre o melhoramento dos domínios de S. M.^e na America* (ca.1797), formulando uma ação “de integrar na sua política de fomento do comércio ultramarino a idéia da permuta de plantas dos diversos territórios e, em especial, o projeto da aclimação das especiarias orientais no Brasil.” [Almeida, 1975, p. 401].

Nesse contexto de especulações naturalistas e econômicas, a Carta Régia de 4 de novembro de 1796 dirigida ao governador do Pará inaugurava oficialmente a política de implantar na colônia uma série de estabelecimentos botânicos voltados para o intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa. A Capitania mantinha uma posição estratégica em relação ao interesse naturalista: a Amazônia vinha sendo objeto de exploração botânica e zoológica sistemática, aliada à atividade mais anterior de reconhecimento das drogas do domínio dos indígenas amazônicos. Essa primeira experiência abriria caminho para a ordenação de novos recintos com a mesma finalidade, mediante o Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, expedido com o mesmo teor aos capitães-gerais das capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo — recomendando a organização de jardins botânicos nas respectivas jurisdições, tendo como modelo e repertório de plantas o horto de Belém, como veremos com mais pormenores adiante. Consta que houve especulações no sentido de implantar jardins botânicos também no Maranhão, em Goa e Moçambique [Almeida, 1975, p. 403].

O Jardim Botânico e o Passeio Público de Belém

Entretanto, aquilo que apenas teve início, foi há muito abandonado, com pesar de todos os que sabem avaliar as vantagens com que pode a arte beneficiar a natureza.

Daniel Parish Kidder, 1939, sobre o horto botânico

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador da capitania do Pará, levou cerca de dois anos para executar e responder à ordem contida na Carta Régia de 4 de novembro de 1796, em que a rainha D. Maria I mandava estabelecer um jardim botânico na capital, Belém. Em carta datada de 30 de março de 1798 ao ministro (e irmão), D. Rodrigo de Sousa Coutinho, D. Francisco informava ter estabelecido o jardim “junto ao edifício que algum dia foi convento com a invocação de S. José”, num terreno de “50 braças em quadro” [110 X 110 m, ou 12.100 m²]*, “para o estabelecimento dos viveiros, e da educação das plantas”. Esse convento pertencia a religiosos da Nossa Senhora da Piedade, que haviam sido expulsos da Capitania em 1758 e o edifício, de construção inacabada, foi transformado em prisão [Album de Belém, 1902]. O primeiro organizador do jardim foi o francês Michel de Grenouillier (1759?-98), nativo de Caiena e chegado em Belém em 1795, contratado supostamente por ter experiência anterior no trato de estabelecimentos dessa natureza. A precoce morte de Grenouillier conduziu ao cargo o parisiense (também vindo de Caiena) Jacques Sahut que, todavia, faleceu em 1799. A responsabilidade dos trabalhos recaiu então no capitão de regimento da cidade, Marcelino José Cordeiro, que havia trabalhado na implantação do jardim com seu primeiro diretor e que efetivamente consolidou o trabalho do horto botânico [Reis, 1946].

O sucesso inicial

Os primeiros anos de funcionamento do Jardim Botânico de Belém parecem ter sido bem-sucedidos. A correspondência do período pesquisada por Arthur

* Considerando 1 braça = 2,20 m.

Cezar Ferreira Reis [1946] dão conta da satisfação da coroa portuguesa para com os resultados obtidos, a ponto de eleger o recinto belenense como modelo para a criação de outros hortos botânicos na colônia. Embora não conheçamos a disposição precisa da ordem régia de 19 de novembro de 1798 — que ordenava a criação de diversos jardins botânicos na colônia —, sabe-se que os governadores receberam instruções no sentido de organizar um jardim “semelhante ao do Pará”, acompanhadas de uma relação das plantas cultivadas no estabelecimento pioneiro [Segawa, 1983].

Tudo indica que o funcionamento do jardim botânico foi regular na primeira década do século 18 e decerto foi bastante importante quando tropas enviadas por D. João tomaram Caiena, em 1809, em represália à invasão de Napoleão que obrigou a fuga da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Os naturalistas Spix e Martius, que o visitaram entre 1817 e 1820, assim o registraram:

Este pomar, atualmente administrado por um militar, cultiva com especialidade as citadas especiarias das Índias Orientais, cujo número de pés se havia consideravelmente aumentado, quando os portugueses se apoderaram de Caiena em 1809, e o conhecido botânico Martin, diretor das plantações em Gabrielle [*o Jardim Botânico de Caiena*], foi encarregado, pelo comandante Manuel Marques, de fazer remeter mudas novas para o Pará...

e prosseguiram descrevendo espécies vegetais que encontraram no recinto [Martius et al, 1938, v. 3, p. 29]. A mais completa descrição e crítica desse jardim foi feita por Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio corográfico...*, publicado em 1839:

O Horto Botânico, que foi estabelecido em 1798 em virtude da Carta Régia de 4 de Novembro de 1796, é um espaço quadrado de cinquenta braças em cada quadra nas terras de São José pertencentes à Fazenda Real por doação de Hilário de Souza e sua Mulher todo cingido de valado com tapume vivo de limão, cujo centro um poço ocupa com parapeito de alvenaria, que o contorna; o qual era coberto por um grande teto de telha acoruchado, e do qual por meio de uma bomba se fazia irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiais partem renques de plantas domésticas e forasteiras já climatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existiam latadas e bosquetes de várias flores, que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde.

O seu primeiro diretor foi Mr. Grenouillier, emigrado francês, a quem se confiou a delineação deste horto destinado a viveiro e educação das plantas, por haver notícia de que ele era um bom engenheiro agrícola. Todavia o que ele praticou manifesta talentos botânicos, que mui pouco se ilustrarão no Pará: não é preciso ter lido Tournefort, Adanson, Jussieu, Avelar Brotero, e Rodrigues Sobral, fiéis oráculos de

um mundo pleno de milagres da natureza, para conhecer que este horto não tem a mais remota analogia com qualquer outro estabelecimento do mesmo gênero. Falta-lhe a extensão e arranjo competente; e carece de muitas plantas úteis e interessantes, e mesmo algumas mencionadas por Aubelet na sua História das Plantas da Guiana: em suma ele não tem uma piscina ou alverca para as plantas aquáticas, nem uma opulência verdadeiramente médico-botânica. Ele chegou a ter dentro do seu recinto 2.362 plantas em número de 82 espécies diversas, e fora do recinto e perto a ele 441 em número de 51 espécies diferentes entre si e as do interno do recinto: a maioria de todas constava de algumas das indígenas e das já cultivadas em Caiena, de onde vieram, e de outras triviais das matas da Província e de fácil cultivo pela proximidade do clima, em que nasceram [Baena, 1839, p. 255-6].

O Passeio Público ou o Jardim das Caneleiras

A criação de um passeio na capital do Grão-Pará foi obra de um governador ilustrado, D. Marcos de Noronha e Brito (1771-1828), o oitavo Conde dos Arcos, que dirigiu aquela Capitania entre 1803 e 1806. Consta que o antigo convento de São José, de prisão fora transformado em alojamento de um corpo de artilharia e que, na estrada que conduzia ao jardim botânico, o governador “fez abrir um largo circular [*chamou-se Largo do Redondo*] destinando-o à vendagem de hortaliças para o consumo público; e como a estrada desse ponto em diante não seguisse o prolongamento retilíneo, da parte que ia do largo do palácio ao largo recém-aberto, mandou obstruir a via defeituosa, abrindo uma outra convenientemente alinhada” [Album de Belém, 1902, p. 80], que chegou a se chamar estrada de São José.

Recordam os naturalistas Martius e Spix, mais de dez anos depois da iniciativa de Noronha e Brito:

Na parte da cidade, voltada a leste para o continente, acha-se o Passeio Público, instituído pela providência do falecido D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, que iniciou a sua benéfica atividade no Brasil, assumindo o governo do Pará. Adquiriu um trecho de terreno devoluto, que drenado por meio de covas, guarnecido com avenidas de belas árvores, é o único logradouro da cidade. As mungubeiras (*Bombax munguba*, Mart.) e as sumaumeiras (*Ceifa*, L), as árvores-do-pão (*Artocarpus incisa*, Forst.), as mangueiras (*Mangifera indica*, L.), os mombins (*Spondias myrobalanus*, L.) cresceram em dois decênios, dando troncos frondosos, e enfeitam com o seu viço e sombra a região aprazível, onde existem algumas chácaras. Com essa eficaz plantação, a cidade do Pará muito lucrou em salubridade, e aqui não

flagelam as doenças endêmicas, que se observam nos trópicos [Martius et al, 1938, v. 3, p. 15-6].

O nome, Passeio Público, foi atribuído por Martius e Spix; não há outras referências ao local com esse título. A região urbanizada pelo Conde dos Arcos era uma baixada pantanosa. Ladislau Baena em 1839 recordava essa iniciativa, bem como registrava o surgimento de um outro horto botânico:

Também no Piri, chamado pelos antigos Alagadiço da Juçara, do qual o Conde dos Arcos fez sair estradas de passeio agradável contornadas de airosas mongubeiras, há junto ao cruzamento das duas principais pela sua extensão um espaço hortado, no qual se cultivam árvores aromáticas transplantadas da Gabrielle, jardim de Caiena.

Aquele horto de caneleiras e outras plantas índicas, que deve a sua existência à Carta Régia de 6 de Junho de 1809, é pequeno e mal disposto, e tão mal dirigido que a mesma canela, árvore tão amiga do influxo do sol, e que no Pará vegeta rápida e prodigiosamente, mostra que quem a cultiva não tem idéia alguma de sua natureza e da regras instrutivas de sua horticultura, e por isso ela tem aqui menos óleo essencial, e não é de tão boa qualidade como a da Ilha de Ceilão [Baena, 1839, p. 256-7].

O Jardim das Caneleiras foi um subproduto da urbanização empreendida pelo Conde dos Arcos, mas não foi obra desse governador que, em 1809, encontrava-se no Rio de Janeiro. Seu sucessor, José Narciso de Magalhães e Menezes (1779-1810), prosseguiu nas tratativas botânicas na Capitania e foi responsável pela retomada da questão sob o novo influxo da presença da família real no Brasil, e em situação crítica com a tomada de Caiena [Reis, 1946]. Em despacho de 1830* do presidente da Província, Paulo José da Silva Gama (1779-1826), Barão de Bagé, descreveu “os chamados Jardins das Caneleiras” como “três terrenos maiores plantados [...] porém ainda com maior irregularidade e em grande parte inulto.” Dá conta que o Conde dos Arcos mandou “abrir umas estradas, obra que foi e é utilíssima, reservou nas bordas das mesmas estradas aqueles ditos terrenos que ele manda plantar pela forma referida” [Reis, 1946, p. 12]. O relatório parece se enganar ao atribuir a origem do jardim no tempo do Conde dos Arcos. Caneleiras, como o pioneiro horto botânico, tinha administrador e funcionários remunerados pela Capitania, depois Província.

Outra descrição, do reverendo norte-americano Daniel Parish Kidder (1815-91), viajando pelo norte em 1839, anotava:

* Há uma incoerência nos dados: o primeiro Barão de Bagé, Paulo José da Silva Gama, faleceu em 1826, quatro anos antes do despacho a que o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis se refere. Todavia, o relato de Silva Gama está transcrito pelo valor do conteúdo.

Facejando o Amazonas de um lado, a cidade do Pará é por trás contornada pela mais linda alameda arborizada que tivemos ocasião de apreciar no Brasil. A Estrada das Mangabeiras [*há uma troca: trata-se de mongubeiras*] vai de perto do Arsenal de Marinha, à margem do rio, até o largo da Pólvora, na extremidade oriental da cidade. Cortam-na, avenidas que saem do largo do Palácio e do Quartel. Seu nome provém das árvores que a sombreiam de lado a lado. A casca dessas umbelas magníficas é de uma cor cinzento-clara, listada de verde e o aspecto que apresenta de conjunto, o arvoredo, é a um tempo belo e majestoso. [...]. Parte dessas árvores foi plantada há muitos anos e as demais pelo falecido presidente Andréa. Junto à alameda está o velho convento, hoje Hospital de São José, e, contíguo a ele, vê-se o recolhimento de órfãs. Nas terras do primeiro, iniciaram, em 1797, um jardim botânico para o cultivo de plantas indígenas e alienígenas. O local era apropriado, o solo fértil e, com os devidos cuidados, podia ter-se tornado uma perfeita miniatura do mundo tropical [Kidder, 1943, p. 168].

O naturalista britânico Henry Walter Bates (1825-92), no Brasil durante o período compreendido entre 1848-59, ainda chegou a apreciar a estrada, que foi conservada décadas depois de sua criação:

Estes [*os subúrbios*] são cortados por estradas bem macadamizadas, das quais a principal é a estrada das Mongubeiras, de cerca de uma milha [*1.609 m*] de comprimento. É uma magnífica avenida de paineiras (*Bombax mongiba* e *B. Ceiba*), imensas árvores cujos troncos rapidamente diminuem de diâmetro pouco acima do solo e cujas flores, antes de desabrochar, parecem bolas vermelhas nas pontas dos ramos. [...] Cortam-na em ângulos retos vários caminhos relvados e todo o distrito é drenado por um sistema de pequenos canais ou valas que se enchem e esvaziam com o fluxo e refluxo da maré, mostrando como o lugar é baixo. Antes de eu deixar o país, outros governadores progressistas haviam rasgado certo número de avenidas, arborizadas com coqueiros, amendoeiras e outras árvores, em continuação à estrada das Mongubeiras, nas partes mais altas e mais secas, a nordeste da cidade [Bates, 1944, p. 39-40].

A decadência

Na década de 1820 esses jardins estavam decadentes. Segundo o relato do presidente da Província em 1830, até 1818 “havia muita gente empregada” nos estabelecimentos e que de 1826 em diante “tem excedido a despesa ao rendimento”. O presidente Silva Gama apresentava um melancólico retrato:

É uma perfeita ficção a existência de estabelecimentos nesta Província que mereçam a denominação do Horto Botânico e Jardim das Caneleiras. O chamado da Artilha-

ria, cercado em alguns lugares por uma vala, e algum espinho, plantado de caneleiras, Gyrôfe, mangueiras e algumas outras árvores do país antes de eu chegar aqui não tinha uma porta, nem um passadiço por onde nele se pudesse entrar sem risco [apud Reis, 1946, p. 12].

Ladislau Baena lamentava o mau aproveitamento desses recintos, potencialmente transformáveis em áreas de usufruto urbano privilegiado:

Tanto este horto [*das Caneleiras*] como o Jardim Botânico, [...], se tudo fosse tratado debaixo de outra ordem sistemática, facilmente se congraçaria a utilidade com a apazibilidade acreditando-nos com os estrangeiros inteligentes, que tais lugares visitassem. Porém hoje que a Câmara Municipal tem mudado a disposição da superfície do Piri pela circunscrição de terrenos dados em foro, e pelo abrimento de ruas e travessas, que se não pode conjecturar quando serão circuitadas de casas, estão abortadas todas as esperanças de amenizar e utilizar o melhor desafogo da Cidade, isto é, a localidade mais apropriada para um passeio público indispensável aos habitantes de uma cidade quase subjacente ao círculo equinocial [Baena, 1839, p. 258].

E completava o quadro desolador:

Já há muito que este Jardim Botânico cessou de ser o objeto de proveito e diversão pública: hoje nada mais patenteia do que as tristes resultas da incuria, e em lugar do antigo coruchéu aparece uma ignóbil casa junto ao poço, na qual moram as lavadeiras do extinto Hospital Militar... [Baena, 1839, p. 156].

Em 1859, o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884) ainda encontrou um jardim botânico visitável. “É na verdade um jardim sem estufas, cujo solo mesmo é pouco propício; contudo, cresce nele admirável vegetação, diferente da que se estendia sem peias por centenas de milhas dali pelo interior.” Mas, com o olhar de estrangeiro diante da paisagem amazônica, ironizava:

Não quero ser injusto para com o Jardim Botânico do Pará [...], entretanto, um jardim assim parece-me empreendimento inútil... mas o jardim botânico, fora desse pequeno, maravilhoso viveiro de plantas, é muito maior, muito superior, muito mais rico e muito mais atraente [Avé-Lallemant, 1990a, p. 31].

Em 1902, nem o Jardim Botânico, nem o Jardim das Caneleiras (tampouco o edifício do convento) existiam, sepultados pela avenida 16 de novembro.

O interesse científico e comercial sobre as plantas tropicais justificou a criação de um horto botânico no final do século 18, na boca da Amazônia e vizinho ao jardim que os franceses criaram em Caiena. Afastado do núcleo urbano de Belém, num terreno vizinho a um convento abandonado (edifícios por definição construídos isolados do tecido urbano).

Um governador com seus trinta e poucos anos, ilustrado, ao urbanizar uma área alagadiça nos primeiros anos do século 19, organizou uma região arborizada para servir à população; áreas lindeiras foram aproveitadas pouco depois para formar um novo horto. Foram recintos botânicos bem-sucedidos enquanto a política econômica portuguesa sustentou estabelecimentos com tal finalidade. A bela estrada realizada pelo Conde dos Arcos foi elogiada pelos tantos estrangeiros que a apreciaram enquanto ostentou seu viço público.

O horto botânico setecentista e o Jardim das Caneleiras eram vizinhos, e talvez não por acaso. Ambos serviram para finalidades botânicas e, baseado no relato de Ladislau Baena, o pioneiro jardim foi “objeto de proveito e diversão pública.” Se serviram para o encontro da população, não há registros precisos. Mas as sementes já estavam lançadas.

O Passeio Público de Salvador

Oferece esse logradouro público, por sua magnífica posição topográfica, um dos mais belos panoramas marítimos, de todo admirado, principalmente dos estrangeiros, bem viajados, que ficam extasiados ante as belezas naturais que o cercam.

Sílio Boccanera Jr., 1921

Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt havia sido indicado em 1796 pelo governador da Bahia (no período 1788-1801), D. Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), Marquês de Aguiar, para cuidar das questões relativas à descrição e remessa de plantas para Lisboa. O governador nomeou-o porque era “moço... formado em medicina pela Universidade de Montpellier, sócio correspondente da Real Sociedade de Ciências da mesma cidade, das de Medicina e Agricultura de Paris e da Academia Real de Lisboa.” [Amaral, 1940, p. 283].*

* Não foi ainda possível apurar se é o mesmo médico mineiro (nascido em Rancho Fundo) formado em Montpellier em 1785, como aventa Carlos da Silva Araújo [1961]. O Marquês de Aguiar o identifica também como “sobrinho do Desembargador João Ferreira de Bittencourt e Sá” [Amaral 1940, p. 183]. Há de se verificar seu parentesco com Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, intendente-geral das minas de ouro e diamante na província de Minas Gerais no início do século 19 e igualmente naturalista engajado na investigação botânica e mineral. Observar que Manuel Ignácio da Câmara apresenta as mesmas credenciais acadêmicas de Manuel Arruda da Câmara, naturalista pernambucano envolvido no Jardim Botânico de Pernambuco.

Com a ordem régia de 19 de novembro de 1798, Ignacio Ferreira da Câmara foi designado oficialmente por D. Fernando como diretor da instituição, incumbindo-o de “remeter para o Real Jardim Botânico [*de Lisboa*] todas as plantas vivas e secas que aqui houverem e de cuidar efetivamente no estabelecimento e direção de um jardim desta natureza...” [Segawa, 1983, p. 161].

Dificuldades de aquisição do terreno para essa destinação travaram a implantação do jardim. Em carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de abril de 1803 (nessa data ele não era mais Ministro da Marinha e do Ultramar), o médico justificava o não-aproveitamento da área pertencente ao noviciado dos jesuítas (cujas propriedades foram incorporadas pela Coroa com a expulsão da ordem): “está fora da cidade e só com bastante incômodo será freqüentado por aqueles que queiram aplicar sua atenção”. Câmara localizou alguns terrenos compatíveis com suas pretensões, situados entre “Nazaré até o forte de São Pedro” — que corresponderiam aproximadamente aos limites urbanizados da cidade. Próximo ao último, um dos terrenos se mostrava adequado porquanto o “professor podia fazer suas demonstrações para instrução da mocidade que se destina ao estudo da medicina, cirurgia e farmácia.” Noutra carta de Ignácio Câmara de 1803, dirigida ao sucessor de D. Fernando, D. Francisco Cunha Meneses (1747-1812, governador da Capitania no período de 1802 a 1805), ele recomendava a aquisição da roça pertencente ao coronel Caetano Maurício Machado, junto ao forte:

Além de estar perto da cidade e em uma boa e aprazível situação, tem toda a suficiência para o estabelecimento que se pretende por ora fazer, ficando, todavia, a esperança de se poder alargar para o futuro com a roça contígua, denominada Canelas, cuja compra também presentemente se dificulta, por ali morar a proprietária doente e já avançada em anos. É do meu dever, Senhor, por na presença de V. Exa. a necessidade que há de se comprar a dita roça para se dar princípio ao jardim. [Amaral, 1940, p. 260, *passim*].

O terreno foi adquirido; todavia, não se sabe a razão da não-implantação do horto, nesse momento.

Em depoimento de 1807 ao Senado da Câmara de Salvador (publicado em 1821 em Lisboa), o desembargador João Rodrigues de Brito afirmava:

Seria conveniente auxiliar a comunicação das famílias, estabelecendo um passeio público com as comodidades competentes para atrair o concurso dos moradores a verem-se, e falarem-se (*sic*) [Brito, 1821, p. 65].

Bem-traçado jardim público

O terreno adquirido junto ao forte de São Pedro descansou até a administração (período de 1810 a 1818) do governador D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos. Antes dessa passagem pela Bahia, o Conde dos Arcos havia sido governador do Pará e último vice-rei do Brasil. Seu derradeiro mandato como administrador foi estimulado pelos ventos liberalizantes da presença da Corte no Rio de Janeiro. Estabeleceu em Salvador o ensino de vários níveis e disciplinas, autorizou o surgimento de uma tipografia, fundou uma biblioteca pública, inaugurou o Teatro São João e a Praça do Comércio (atual prédio da Associação Comercial da Bahia) e cuidou de aspectos urbanísticos e arquitetônicos da cidade [Accioli, 1931, v. 3, p. 58].

O Conde dos Arcos aproveitou a área originalmente destinada ao jardim botânico em 1803 para fazer um Passeio Público. Com a corte portuguesa no Brasil, a política que preconizou a criação de jardins botânicos na ex-colônia perdia a razão de ser. Noronha e Brito mandou erigir um obelisco de mármore em seu recinto, comemorativo ao desembarque da família real portuguesa em Salvador, em 1808. Em 23 de fevereiro de 1815, inaugurou o monumento, “feito à custa da Câmara”, com o “brilhantíssimo concurso e a tropa da guarnição reunida em grande parada.” [Accioli, 1931, v. 3, p. 62].

Uma das descrições mais antigas (senão a mais antiga) foi feita pelo sueco Gustavo Beyer, em 1813:

...ao entrar no porto o viajante é surpreendido por um belo, extenso e bem traçado jardim público que de noite costuma estar caprichosamente iluminado. No meio deste passeio ergue-se, sobre um pedestal de mármore branco, a estátua do príncipe regente, encarando o mar. No declive da rocha, entre o passeio e a praia, foi construída uma formidável bateria de 40 morteiros [Beyer, 1908, p. 275-6].

O viajante sueco não é muito preciso em sua descrição (“ao entrar no porto” ?) e anota uma estátua sobre a qual nada se conhece, senão a menção de Beyer — que, todavia, é anterior ao obelisco.

Os naturalistas Johann Spix e Carl Martius, viajantes no Brasil durante o período de 1817 a 1820, também descreveram o Passeio Público em seus primeiros anos:

Quão profusamente recompensa a beleza da vegetação tropical o cuidadoso trabalho do jardineiro, — é o que atesta ao viajante o Passeio Público, sito num dos mais altos pontos, na extremidade sudeste da cidade, perto do Forte de São Pedro. As alamedas de laranjeiras, limoeiros, jambeiros, mangueiras e árvores da fruta-pão, as

densas e aparadas cercas de pitangueiras, e os renques de variadas plantas de ornamentação do sul da Europa, das Índias Orientais e do Brasil, tornam à tarde o mencionado Passeio, graças à viração fresca, um lugar aprazível. Do pavilhão construído com bom gosto, o olhar vagueia aqui sobre grupos de ilhas verdejantes da bela baía, ou pausa saudoso no infinito azul do oceano, que cintila o sol poente com irizações deslumbrantes. Entre todos os jardins que vimos no Brasil, este é o que mostra mais os característicos da floricultura européia. Nele encontrei a quina peruana, cultivada com o nome de quássia (*Quassia amara*, L.), que, entretanto, não se desenvolve bem. Uma inscrição do obelisco, erigido no ponto mais alto deste jardim, cita a data de 1808, em que d. João VI aportou à Bahia. Foi ele o primeiro monarca europeu que pisou o solo do Novo Mundo [Martius et al, 1938, v. 2, p. 287].

O Passeio soteropolitano parece não ter sido bastante usufruído nos primeiros tempos. Talvez os acontecimentos relacionados com a revolução pernambucana de 1817, de cunho libertário e republicano, tenham reprimido as reuniões públicas, inibindo os locais de encontro.

Em uma descrição publicada em 1921, de Sílio Boccanera Jr. (1863-?), temos uma imagem do que teria sido o Passeio Público de Salvador:

Afirmam, quantos visitam esse Passeio, poder ele se orgulhar de não ter rival em todo o Brasil, do ponto de vista do seu soberbo panorama.

Está situado a cavaleiro do forte da Gamboa, ficando de um lado, o novo Palácio da Aclamação (residência dos governadores do Estado), e a igreja de Nossa Senhora dos Aflitos; do outro, adjacências da praça Duque de Caxias (antigo Campo Grande); na frente o atual parque da praça da Aclamação, por trás do qual se acha o vetusto forte de São Pedro; e ao fundo a nossa vasta baía de Todos os Santos, dominando o cenário, em admirável apoteose.

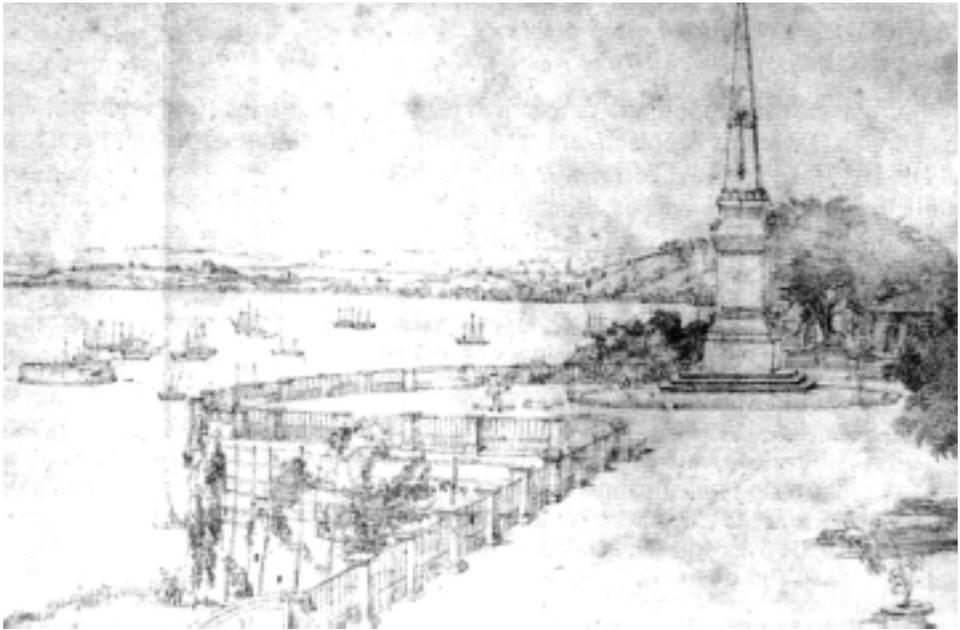
Possui grande terraço, de belo aspecto, todo ladrilhado de mármore, rodeado de uma balaustrada, com 12 estátuas e escadarias, também de mármore, tudo, porém, denotando o descaso a que ora se acha entregue esse logradouro, o condenável abandono da parte do poder público, responsável.

É desse terraço que melhor se descortina o formoso panorama marítimo.

Pelo lado sul, a vista do observador se perde na imensidade das águas do Atlântico; pelo do norte, prolonga-se por todo o golfo, em cujas margens estão o bairro comercial da cidade baixa, e os arrabaldes da Boa Viagem e Mont Serrat.

Olhando-se para o poente, em frente ao Passeio, descortina-se amplamente a grande ilha de Itaparica.

Em toda a vastíssima área desse Passeio, vêem-se inúmeras árvores frutíferas, especialmente vetustas mangueiras, de frondosas copas [Boccanera, 1921, p. 276].



Desenho de Landseer (década de 1820), VISTA DO BONFIM DO JARDIM PÚBLICO DA BAHIA, registrando o mirante do Passeio Público de Salvador e a situação original do obelisco comemorativo à chegada da família real no Brasil.

Abandono

Em 1914, o obelisco comemorativo levantado pelo Conde dos Arcos foi removido do recinto do Passeio para a praça da Aclamação, ali perto; as estátuas foram desaparecendo no decurso do tempo e parte do jardim público foi apropriado pelo palácio do governo. Sílio Boccanera vociferava:

Tempos houve, quando a Bahia era menos progressista, porém mais artística, que aos domingos, à tarde, ali tocava sempre uma banda de música, sendo notável a concorrência pública, maiormente de famílias do escol baiano.

Hoje, porque está civilizada, porque possui avenidas, automóveis, palácios, cinemas, e eletricidade por toda parte, vive o seu Passeio Público deserto e abandonado... [Boccanera, 1921, p. 276].

O teor saudosista e indignado da queixa do escritor revelava a ascensão e o declínio de um espaço público que deve ter tido o seu apogeu na segunda metade do século 19. Hoje, o Passeio Público de Salvador é um local esquecido e abandonado, em contraposição à agitação de seu vizinho, o de Campo Grande.

Ignácio Ferreira da Câmara buscou cuidadosamente um lugar para organizar seu jardim botânico; levou anos para conseguir o sítio adequado, não muito distante do núcleo urbano de Salvador e passível de expansão, mas não atingiu seu objetivo, e a ordem régia de 1798 caiu no vazio. O espaço preconizado pelo médico, embora pensado em sua acessibilidade ao público, nada tinha de público à maneira de um ponto de reunião para todos: o ambiente de repressão contra a Inconfidência Baiana (ou Conjuração dos Alfaiates, 1798) ainda era muito próximo para sugerir locais dessa natureza. O Conde dos Arcos ressuscitou o terreno anteriormente adquirido para o horto botânico e, repetindo sua experiência de Belém, criou um Passeio Público que, graças às características do sítio, reproduzia de seu terraço deslumbramento visual equivalente ao que o Passeio Público do Rio de Janeiro provocava em seus visitantes — sobretudo aos estrangeiros, como alguém afirmou. Um espaço público como esse não poderia ter sido executado no núcleo quinhentista de Salvador. Apenas um resto de terreno — de complexa planialtimetria, ainda na periferia da cidade —, mas de excelente situação diante da paisagem marítima, abrigaria um recinto que jamais seria uma prioridade oficial. Um governante esclarecido (à maneira de um D. Luís de Vasconcelos no Rio de Janeiro) e esperto, como o Conde dos Arcos, levantou um monumento em memória à passagem do príncipe regente D. João pela Bahia e, ao mesmo tempo, criou um recinto para que essa homenagem fosse permanentemente vista aos tantos que usufruíssem esse entorno para recreação. D. Marcos de Noronha e

Brito foi vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro (1806-08) num período em que o Passeio Público do Rio de Janeiro estava abandonado. Mas ele não se esqueceu do significado de um recinto como esse, pelo amor ao público.

O Jardim Botânico de Pernambuco

Fui ver o jardim de aclimação das plantas exóticas [*de Olinda*]. [...] Com efeito, estranho ainda às plantas indígenas que a cada passo excitam a minha admiração, como não me sentir atordoado em meio de um jardim que oferecia aos meus olhos [...] vegetais interessantes? Achava-me ali como um homem a quem se embriaga apresentando-lhe copo sobre copo de vinhos estrangeiros que em breve o fazem perder a razão. Abstenho-me de falar do arrebatamento que me causou este estabelecimento; ainda experimento toda a sua ebriedade.

Louis-François Tollenare, comerciante francês, 1816

O Aviso Régio de 19 de novembro de 1798 ordenando a criação de um jardim botânico chegou à capitania do Pernambuco. José Antônio Gonsalves de Mello localizou uma resposta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 1799, esclarecendo que fica “na inteligência de concorrer de nossa parte com tudo quanto for aplicável a fim de estabelecer nesta Capitania uma obra de tanta importância, na forma que Sua Majestade determina” [Mello, 1982, p. 69]. Entretanto, nada foi realizado. As mudanças contínuas de administrações interinas na governança da Capitania, após a partida do Capitão-general D. Tomás José de Mello em 30 de dezembro de 1789, até a posse do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1748-1827) em 1804, devem ter dificultado a iniciativa.

Problema maior, no entanto, deve ter sido indicar um responsável devidamente habilitado para a tarefa de organizar o jardim botânico. Duas pessoas poderiam ter assumido o encargo: o frei José da Costa e Azevedo (1763-1822), professor de filosofia do Seminário de Olinda, e Manuel Arruda da Câmara (1752?-1811?), tidos como “os únicos naturalistas que presentemente conhecemos desta Capitania”, conforme informação dos governadores em 1799 [Mello, 1982, p. 34]. Efetivamente, a pessoa mais importante nesse contexto foi Manuel Arruda da Câmara. Como observa seu biógrafo, José Antônio Gonsalves de Mello, “é, quanto ao Nordeste brasileiro, o representante modelar da geração ‘ilustra-

da' do final do século 18". Câmara doutorou-se em Medicina pela Universidade de Montpellier, na França, e credenciava-se como membro da Academia de Ciências de Montpellier, da Sociedade de Agricultura de Paris e da Academia Real de Ciências de Lisboa [Mello, 1982]. Parece ter retornado ao Brasil em 1793. Em março de 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho comissionou-o para desenvolver uma expedição "a fim de descobrir salitre e outras quaisquer minas", que se estendeu pelos sertões da Paraíba e do Ceará entre dezembro de 1797 e julho de 1799. Sua ausência de Pernambuco coincidiu com a chegada do Aviso Régio referente à criação do jardim botânico pernambucano. Todavia, a ordem de organizar o recinto deve ter sido desconsiderada nos primeiros anos do século 19 e nada se efetivou, mesmo com a sua volta da expedição que conduziu. Arruda da Câmara angariou ao longo dos anos enorme respeitabilidade como naturalista, sendo solicitado pela coroa portuguesa por seus vários estudos acerca da flora e da fauna nordestina e das suas possibilidades de exploração econômica. Em 26 de abril de 1810, D. Rodrigo de Sousa Coutinho indicou-o para organizar o jardim botânico de Pernambuco. Nesse momento, seu irmão, Francisco de Arruda Câmara, estava sendo nomeado inspetor do Jardim Botânico do Pará. Manuel Arruda da Câmara faleceu antes de assumir a tarefa.

O jardim botânico pernambucano foi efetivamente criado em Olinda em 1811. Parte do acervo desse horto veio do La Gabrielle, de Caiena, juntamente com o seu primeiro diretor, o francês nascido na Guiana E.-Paul Germain, desembarcado em Pernambuco em 1º de maio de 1811 [Rodrigues, 1894; Almeida, 1975].

O comerciante francês Louis-François Tollenare (1780-1853) visitou o Jardim num domingo, 2 de março de 1817:

O estabelecimento mais interessante de Olinda, é, sem contestação, o jardim botânico, ou escola de aclimação das plantas exóticas. [...].

O jardim de Olinda estende-se sobre o pendor de dois oiteiros, que se prestam quase que a todas as exposições.

Os cimões são secos e áridos, e o fundo está habitualmente alagado, o que é ainda uma boa circunstância; mas o terreno estéril é demasiado arenoso; tem muito pequena superfície, apenas quatro jeiras [*medida que varia de 19 a 36 hectares*]: estes são os defeitos.

Quatro, seis a oito negros, alugados aos seus senhores fazem o serviço do jardim, que consiste principalmente na limpa e rega [...].

Há neste jardim uma fonte d'água mineral; é ferruginosa e o seu cheiro trai a presença do hidrogênio sulfurado [Tollenare, 1978, p. 132-3].

No entanto, Tollenare foi pouco condescendente com o futuro do jardim, poucos anos depois de aberto. Acusou seu diretor, ainda o caiense Paul Germain, de ser totalmente leigo em botânica e não ter “gosto algum pela sua profissão”, de ser um “pensionista de sinecura”. O estabelecimento deveria ser pouco usufruído pelo público, a verificar esta constatação do viajante:

Se tivesse, de tempos em tempos, alguma coisa de novo para mostrar aos amadores, o seu jardim seria mais freqüentado, apareceria o interesse pela sua conservação, e cessar-se-ia de dizer que é uma despesa ridícula, senão inútil [Tollenare, 1978, p. 133].

Em 1937, o botânico escocês George Gardner (1812-49) visitou o Jardim Botânico de Olinda. Desde 1835 o estabelecimento era administrado pelo cirurgião recifense Joaquim Jerônimo Serpa (1773-1842), que administrava cursos de botânica e agricultura no recinto [Costa, 1982]. Escrevia Gardner:

O Jardim Botânico situa-se num terreno côncavo atrás da cidade de Olinda e, embora grande, só em parte é cultivado.

A residência do professor fica quase ao centro. Encontramos o Dr. Serpa em seu gabinete, bastante amplo, que ele usa como sala de aulas. [...].

O médico nos acompanhou em um passeio pelo Jardim Botânico, onde pouco encontrei que mereça atenção: umas poucas plantas medicinais européias lutando para sobreviver e algumas grandes árvores indianas são as principais produções... [Gardner, 1975, p. 52].

Na seqüência, o botânico observou que, deixando o Jardim, tinha expectativa de encontrar coisas mais interessantes nos arredores e, na óptica de um europeu, não se enganou...

O reverendo Kidder, de passagem por Olinda em 1839, comentou que o governo provincial consignava para sua manutenção “minguada verba” e que seu diretor, o velho Serpa, lamentava “a política tacanha que reduzia as verbas destinadas ao jardim e parecia não estar disposto a fazer muito esforço para melhorá-lo, já que seu trabalho não era devidamente remunerado.” [Kidder, 1943, p. 97].

Não há notícias de que o jardim tenha tido alguma finalidade recreativa, limitando-se ao previsível (e talvez não regularmente sistemático) local para ensino de botânica ou agricultura. Nada mais resta desse recinto, senão a advertência de Tollenare em 1817:

O Jardim Botânico de Olinda é ainda um exemplo do que se encontra tão amiúde em Portugal; quer dizer: concepções sábias e benfazejas abafadas por execuções infieis e imprudentes [Tollenare, 1978, p. 133].

O Jardim Botânico de Ouro Preto

A utilidade de um jardim botânico não é contestada nem ainda nos países em que a agricultura tem chegado ao auge do aperfeiçoamento; entre nós pois são de absoluta necessidade.

Fernando Antônio Pereira de Vasconcelos,
diretor do Jardim Botânico de Ouro Preto, 1836

Foi o Capitão-general Bernardo José de Lorena (1756-1818), quinto Conde de Sarzedas, governador da Província de Minas Gerais, quem recebeu o Aviso Régio de 19 de novembro de 1798 [Veiga, 1897, v. 4, p. 244]. Sabe-se que, em fevereiro de 1800, Lorena dava encaminhamento administrativo para as despesas relativas ao estabelecimento do jardim, que já “havia posto em prática” [Termo, 1913]. Não se sabe se o projeto de um *Orto Botanico* datado de 1799, com a assinatura de Manuel Ribeiro Guimarães (arquivado atualmente no Museu da Inconfidência de Ouro Preto) está relacionado com a iniciativa do capitão-general, posto que não há notícias da execução desse jardim ao tempo de Lorena, que governou a Capitania até 1804.

Nessa passagem do século, o naturalista envolvido em expedições botânicas na região mineira era o padre nativo Joaquim Veloso de Miranda (1750-1817), doutor em filosofia pela Universidade de Coimbra em 1778. Veloso de Miranda chegou a reger algumas cadeiras em Coimbra; era sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa e foi encarregado, depois de 1785, de coletar objetos naturais para o Real Museu. Do Brasil, manteve contatos com seu mestre, o botânico Domingos Vandelli.

O Jardim Botânico de Ouro Preto que foi efetivado teve sua inauguração promovida em 2 de setembro de 1825. Escreveu José Pedro Xavier da Veiga, em suas *Ephemerides mineiras*, que “para sua fundação cooperou muito, dando os planos e dirigindo a respectiva execução, o distinto naturalista mineiro padre Dr. Joaquim Veloso de Miranda.” [Veiga, 1897, v. 3, p. 319].* No entanto, atividade que se caracterizasse como botânica somente se iniciou bem mais tarde. Em

* Há uma incompatibilidade: consta que Veloso Miranada faleceu em 1817, portanto 8 anos da inauguração do Jardim Botânico de Ouro Preto. As *Ephemerides* de Xavier da Veiga estão sendo citadas por falta de outras referências fidedignas.

janeiro de 1835, seu diretor, Fernando Antônio Pereira de Vasconcelos (1790-?), afirmava que “este Jardim foi estabelecido há quatro para cinco anos” [Jardim Botânico..., 1898]. Pereira de Vasconcelos, diplomado em Ciências Naturais na Holanda, é tido como “fundador do jardim botânico de Ouro Preto” e, em seu labor naturalista, introdutor da cultura do chá e especiarias em Minas Gerais [Vasconcelos, 1974, p. 312].

Esse jardim botânico ficava no “Passa-Dez de Cima”, zona por “onde sai a estrada que se dirige a Cachoeira do Campo”, segundo Henrique Barbosa da Silva Cabral (1875-1946). Contava com “grande casa assobradada, toda construída de pedras, com ampla varanda na frente, salas enormes, quartos espaçosos e outras dependências”; “houve governadores da Capitania e presidentes da Província que passavam ali dias de repouso ou que para ali iam, a fim de trabalharem mais tranqüilamente”, no registro de Cabral [1969] (que aparentemente se equivocou quanto ao retiro dos governadores coloniais).*

Fernando Pereira de Vasconcelos redigiu lamentosos relatórios para o presidente da Província em 1835 e 1836 — um drama decerto similar ao que seu colega pernambucano, Joaquim Jerônimo Serpa, passava concomitantemente.

O Jardim Botânico nas atuais circunstâncias não pode dar os frutos desejados. Eu sou administrador, e ao mesmo tempo feitor de certos serviços, em alguns até trabalhador, guarda do jardim e escritório,

e que percebia ordenado “tão módico” que não o permitia de “deduzir dele quantia suficiente para pagar a um amanuense”, reclamava o diretor [Jardim Botânico..., 1898; Informações..., 1913].

O botânico escocês George Gardner, de passagem pela cidade entre os anos 1836 e 1841, descreveu-o:

A uma milha [1.609 m] da cidade existe um jardim botânico mantido pelo governo e destinado principalmente à propagação de plantas exóticas úteis, a serem distribuídas grátis a quem peça.

Verifiquei que as plantas aqui principalmente cultivadas são o chá, a canela, a jaca, a árvore pão, a manga, etc. Muitas áreas são dedicadas à cultura de chá, que se manufatura anualmente em apreciável quantidade e se vende na cidade quase ao mesmo preço do que é importado da China.

* Não há referência quanto ao funcionamento do Jardim Botânico de Ouro Preto ainda no período colonial. Não confere a informação que o autor fornece. A obra de Silva Cabral (como o de Xavier da Veiga) deve ser consultada com restrição. Está sendo utilizada por falta de outras referências.

A avenida que conduz ao jardim, bem como várias outras que o rodeiam, está plantada com o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) que dá grande realce à beleza das terras [Gardner, 1975, p. 229].

Em meados dos anos 1830, o diretor do estabelecimento imprimiu uma sistemática privilegiando as práticas agrícolas. Em 1840, a lei número 175 criava uma Escola Normal para o ensino prático de agricultura, com ênfase ao plantio de chá. Quintiliano José da Silva (1807-89), presidente da Província entre 1845 e 1847, introduziu a produção de mel e cera de abelha e a cultura de amoreira para criação de bicho-da-seda [Veiga, 1897; Cabral, 1969].

No último quartel do século 19, o jardim botânico estava em franca decadência. Em três ocasiões a sua sede serviu como lazareto em razão de fortes epidemias, tendo sido também transformado em paiol, por estar “situado bem distante da cidade” [Cabral, 1969]. Em 1897, Xavier da Veiga anotou que “desde muitos anos acha-se em lamentável abandono o estabelecimento.” [1897, v.3, p. 320].

Em seus melhores momentos, o Jardim Botânico de Ouro Preto funcionou como uma unidade produtiva, além de seu papel propagador de culturas especiais. E tudo indica que esse foi o caráter mais marcante desse recinto: um espaço voltado à produção que, pelo afastamento da cidade, não chegou a servir como logradouro público e, por isso, destituído de suas finalidades práticas imediatas e sem o insumo que o projetou à realidade, não sobreviveu no tempo.

O Jardim Botânico ou Jardim Público de São Paulo

...o mundo vegetal é decididamente menos vigoroso que no Rio [*de Janeiro*], mas o jardim é bonito, e aí compreendo o amor dos paulistanos por ele.

Carl von Koseritz, 1883

Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça assumiu o governo da Província de São Paulo em 1797, ano em que ordenou a construção de um quartel para o Corpo de Artilharia de Voluntários Reais num lugar distante do núcleo da cidade, nas proximidades do convento da Luz. Quando o capitão-general recebeu o Aviso

Régio de 19 de novembro de 1798, os planos foram refeitos: para o mesmo local decidiu-se o estabelecimento de um jardim botânico, do Hospital Militar e da Casa do Trem. Em 28 de setembro de 1799, o Senado da Câmara concedia para essa finalidade naquela zona uma área de 20 datas de terra com a testada de 273 braças. O Sargento-mor Antônio Marques da Silva foi nomeado inspetor da obra e, para tal, uma subscrição anteriormente realizada para a construção do quartel foi revertida para os novos objetivos. Castro e Mendonça comunicou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho as providências tomadas em longo ofício [Martins, 1973, p. 127].

Não se sabe até quanto o capitão-general executou o jardim e seus edifícios vizinhos. Em correspondência enviada a D. Rodrigo em junho de 1800, Castro e Mendonça prestava contas de uma ordem que recebera logo que assumiu — a de animar “o comércio interior e exterior da Capitania”. Para tanto, o governador organizou um “mercado público” ou “feira na qual se vendessem, e permutassem todos os gêneros do país, e os de fora”, realizada naquele mês de junho durante uma semana, “no passeio público, defronte ao Jardim Botânico e da Praça da Luz, onde se fazem os exercícios militares”. Seu idealizador se regozijava da realização:

A novidade deste estabelecimento atraiu à cidade muito mais gente fora do costume e excitou a curiosidade dos seus habitantes de maneira que todo o tempo que durou se achou aquele campo coberto de gente, ainda de pessoas que raríssimas vezes eram vistas em concursos, e isso tanto de dia como de noite. [...]

Eu tive a satisfação de assistir todos os dias no campo da Feira onde tinha a minha barraca, e pude conseguir acharem-se ali também todas as famílias da cidade, o que concorreu para a extraordinária venda que se fez, e foram tão ajustadas as providências que tomei que não houve um só furto, ou desordem. [...]

Posso certificar a V. Ex. sem exageração que ainda não vi uma feira onde mais se ligasse a modéstia com a alegria do povo, e que entretivesse com igual prazer todas as classes de pessoas, de forma que por gosto se podia andar passando por ela, principalmente de noite vendo iluminação, que de seu *motu-proprio* fizeram os negociantes e vivandeiros, e ouvindo a música dos Regimentos, que para ali tinha mandado para mais atrair com essa variedade a atenção dos espectadores [Martins, 1973, p. 167-8].

No relato do governador, a feira catalisou uma vida de praça pública que a cidade de São Paulo até então parecia desconhecer. Nada indica que o evento teve seqüência: Castro e Mendonça deixou a Capitania em fins de 1802, talvez com as obras do hospital militar iniciadas e aparentemente sem concretizar o horto botânico.

O Jardim Botânico Imperial

Uma autorização do governo imperial de 8 de outubro de 1825 permitiu que o presidente da Província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, facultasse “ao recreio público” o jardim botânico, aos 29 dias do mesmo mês. Seu primeiro diretor foi o Tenente-general José Arouche de Toledo Rendon [Rendon, 1978, p. X]. O Jardim Botânico de Ouro Preto havia sido inaugurado pouco menos de dois meses antes. É bem provável que a inauguração do recinto paulistano tenha sido uma grande improvisação, sem qualquer direcionamento para efetivamente instalar um horto com preocupações científicas e técnicas.

O governo imperial, em 1827, mandou providenciar uma avaliação do jardim, tido então como “próprio nacional”. Eis sua configuração, conforme parte descritiva do documento:

O Jardim Botânico, situado no Campo da Luz, por detrás do edifício principiado que se destinava para Hospital Militar, com frente para o mesmo campo da Luz; cujo terreno pelo lado da frente compreende 159 braças e meia [349,80 m], até dar na estrada que segue do Campo da Luz para a chácara do Brigadeiro Bauman, onde formando um ângulo obtuso pelo lado esquerdo fazendo frente para a chácara do Coronel Antônio Leite, compreendendo 138 braças [303,60 m]; e pelos fundos, formando outro ângulo obtuso, e fazendo frente com os valos da chácara do falecido Marechal Gavião, 93 braças e meia [204,60 m], e daí em linha reta, fazendo frente com a travessa que sai para a rua Alegre com 99 braças [217,80 m], até encontrar com os muros do edifício principiado para Hospital Militar, e pelos quais seguindo em linha reta até fechar a quadra compreende-se o número de 156 braças [343,20 m], cujo terreno acha-se todo cercado de muros novos, de 14 palmos [3,08 m] de alto [Martins, 1973, p. 128].

A vizinhança de chácaras denotava como o jardim se situava na zona rural ou suburbana, bem como se tratava de um recinto fechado. E abandonado, porquanto em 1830 o presidente José Carlos Pereira de Almeida Torres, averiguando a destinação de verbas da Província e visitando o jardim botânico, observou

...estar ele transformado em pasto de gado, visto que encontrou, solto dentro do jardim, oito bois de carro e um cavalo, que soube dos trabalhadores pertencerem ao jardineiro alemão e que o abuso datava já de muito tempo... [Martins, 1973, p. 131].

Ao agradável que ao útil

A pouca atividade botânica deve ter sugerido à Assembléia Legislativa Provincial mudar o nome do recinto de jardim botânico para jardim público em 1838, sem, todavia, renunciar ao eventual aproveitamento do espaço para fins botânicos. Em 1855, por exemplo, relatório do governo da Província anotava o bom desenvolvimento de plantas aclimatadas trazidas da Europa, mas o fracasso na manutenção de plantas “do norte do Império”, por falta de “meios para preservá-los dos frios excessivos e das geadas” [Bruno, 1954, v. 1, p. 37].

A consolidação do jardim público foi lenta, dificultosa e carente de recursos. Em 1835, o presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar (1793-1857), dirigia-se à Assembléia Provincial num esforço de convencimento:

Continua-se a trabalhar no Jardim estabelecido nesta cidade; ainda que seja uma despesa que mais toca ao agradável do que ao útil, não se pode dispensar, uma vez que ele já serve de recreio aos cidadãos em certos dias, e não é conveniente abandonar uma obra começada, perdendo-se o que está feito [Bruno, 1954, v. 2, p. 533]

Quase dez anos depois, o presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo repetia a retórica de Tobias de Aguiar em 1844, buscando fazer a Assembléia ver as vantagens que “o jardim público oferece aos habitantes da nossa cidade”, “um lugar de lazer, onde eles aprendem a dar valor a todas as belezas da Natureza”, e incitando “os deputados a concordarem com alguns sacrifícios, em prol do embelezamento do jardim, acrescentando [...] que seria vantajoso formar-se nele um viveiro de árvores e outras plantas exóticas, cujas mudas seriam depois distribuídas entre os agricultores.” [Saint-Hilaire, 1972, p. 162].

Em 1855, cerca de três quartos da área estavam cultivados, [Bruno, 1954]; em 1860, a frente do jardim seria decepada em 20 braças [40,40 m], área que seria ocupada pela nova estação da São Paulo Railway.

O reverendo Kidder, viajante curioso que descreveu e comentou sobre nossos vários jardins oitocentistas, escreveu a respeito do de São Paulo com as lembranças de sua estada em 1839:

Num dos sítios mais amenos do lugar, a cerca de um milha [1.609 m] de distância, fica o Jardim Botânico fundado há mais ou menos dez anos. Seu plano geral é de muito gosto, dispondo de alamedas curvilíneas arborizadas e um esplêndido lago artificial de água límpida. Suas dimensões são amplas, e, se for bem cuidado, poderá constituir magnífico logradouro. Atualmente, porém, está um tanto abandonado por falta de recursos do tesouro provincial. Há nos arredores diversas residências finas,

e, da elevação em que está situado, descortina-se esplêndido panorama da cidade [Kidder, 1972, p. 191].

Robert Avé-Lallemant, médico alemão que também conheceu várias de nossas cidades, registrou suas impressões sobre o jardim paulistano em 1858:

Devo primeiro mencionar um bonito e grande jardim que serve para passeio e para instrução botânica. Surpreendeu-me agradavelmente, mais do que qualquer outra coisa em toda a cidade. Apesar de muita desordem e falta de cuidado, oferece ele, em alamedas e praças, pontos aprazíveis e bonitos aspectos. Uma lindíssima flora de origem européia medra ao lado de eucaliptos da Austrália, a oliveira apraz-se ao lado da casuarina, palmeiras porfiam com maceiras e outras árvores frutíferas nórdicas. Em torno de bonito e grande tanque se comprimem bonitas flores, que oferecem um quadro aprazível e refrescante. A própria arte plástica, a mais nobre de todas, tentou embelezar o lugar com estátuas. Ainda que a boa vontade tenha superado a execução, o que se fez merece toda a estima [Avé-Lallemant, 1980a, p. 333].

Para estrangeiros

Decorrido meio século de sua abertura, o jardim público era um espaço consolidado, acumulando uma série de melhoramentos ao longo do tempo. O espaço, todavia, era mais apreciado por estrangeiros, a ponto de o carioca Firmo de Albuquerque Diniz (1848-?), com o pseudônimo Junius, afirmar em 1882 que o “jardim mais freqüentado, especialmente pelos estrangeiros, é o antigo da Luz...” [Diniz, 1978, p. 75]. No período de 1882 a 1884, a colônia francesa de São Paulo organizou quermesses no recinto.

Frédéric Houssay (1860-1920), em carta para a irmã publicada em 1877, descrevia o jardim público sob a óptica de um francês romântico:

No extremo ocidental de São Paulo se encontra um jardim impropriamente chamado Passeio Público, porque jamais encontrei por lá outro que não um velho jardineiro alemão.

Nesse lugar solitário e perfumado se acham aqui e ali um pinheiro, um coqueiro, não sei que grandes árvores com ramos entrecruzados e agora sem folhagem; moitas, cercas vivas de rosas, pêssegos em flor; os arbustos e quatro caminhos de areia conduzem a um tanque octogonal no qual as linhas curvas e a estatuária de mármore evocam a época de Luís XV. Eis meu querido Passeio.

Mas tu não podes fazer uma idéia do repouso, da calma que aí se respira. Sob um céu azul pálido, o sol inunda tudo com uma luz torrencial. A brisa perpassa a folhagem e faz escutar a sua lânguida melodia. Os pássaros rodopiam cantando; as borboletas procuram as flores e, no caramanchão, onde encontro sombra e fescor, graciosas andorinhas voam no meu lado em desatino, fazendo sua alegre perseguição.

O sussuro das folhas, o frescor da brisa, o canto dos pássaros, tudo leva à meditação [Houssay, 1877, p. 5-6].

A vida no jardim público parecia marcar encontro em horas certas. Junius em 1882 anotou que

nos domingos e quintas toca ali uma banda de música; é grande a afluência de povo, que se concentra, em sua maior parte, na aléia de árvores seculares perto da qual há dois coretos; o movimento de transeuntes aí não difere do que se dá nas ruas mais concorridas da cidade, em ocasiões de festa [Diniz, 1978, p. 75].

Henrique Raffard, em 1890, ainda registrava os concertos do Corpo Policial de Permanentes “no Passeio Público, para onde corre muita gente nas quintas e domingos das 3 às 6 horas da tarde como antigamente [Raffard, 1977, p. 21]. Todavia, num depoimento de Cássio Motta, aproximadamente sobre esse período, conta-se que

à noite, os pontos mais movimentados eram as confeitarias e cafés; o Jardim do Palácio, onde o povo afluía para ouvir música, ora a banda da Força Pública, ora a dos Bombeiros; o Jardim da Luz, que em dias marcados se enchia à tardinha de povo para ouvir música. Mas, acabado o concerto, o povo sumia-se como por encanto e as ruas ficavam vazias [Motta, 1947, p. 32].

Com a República, o Jardim Público passa a ser administrado pela municipalidade, a partir de 1893. Durante a administração de Antônio da Silva Prado (1840-1929), a prefeitura realizou uma grande remodelação do logradouro, então conhecido como Jardim da Luz, incluindo aí um viveiro para fornecer mudas para a arborização de ruas e praças. São Paulo já se beneficiava da riqueza do café e a cidade iniciava seu caminho para se transformar em uma das maiores metrópoles do século 20. Antônio Prado, em sua longa gestão (1899-1910), permitiu-se ao luxo de criar um espaço que espelhava o requinte da sociabilidade européia. Com a reforma do jardim, o prefeito passou a prestigiar o logradouro com a presença de sua família para atender a apresentações da Banda de Música da Força Pública em concertos de músicas de Wagner, Beethoven, Bach, Schubert, transformando o local num ponto de encontro da elite paulistana [1º Centenário... 1946, p. 221].

A primeira década do século 20 foi um período de pujança econômica com o café, cuja riqueza revertia na melhoria das áreas centrais da cidade. Nesses

anos, inúmeras praças foram ajardinadas, novos logradouros eram realizados com a expansão da cidade. O secular Jardim da Luz diluía-se na preocupação de dotar a cidade de espaços ajardinados condizentes com os padrões europeus de salubridade, avaliados pelas áreas ajardinadas disponíveis para a população. Mas, em São Paulo, também a proximidade da vegetação à área urbana surpreendia os estrangeiros. O italiano Ernesto Bertarelli, em 1913, registrava:

Do que não posso me esquecer é dos jardins... O paulistano compreendeu que seu monumento natural era a vegetação e por ela demonstrou e demonstra um amor que se traduz em cuidado universal pelas plantas e pelas flores. O Jardim da Luz, junto da estação central, o Parque Antártica, o Bosque da Saúde e outros locais de reunião de moradores, e outros parques maiores, que ainda não são públicos mas logo o serão, constituem grata surpresa para o hóspede da bela cidade. Em alguns locais, ele parece verdadeiramente achar-se no meio da mata virgem, com a vantagem de que a cidade próxima elimina o tédio da grave monotonia que emerge das florestas ainda não tocadas pelo homem [Bruno, 1981, p. 179].

O Capitão-general Castro e Mendonça, no final do século 19, criou uma feira que provocou uma movimentação pública talvez digna das praças de mercado medievais e, sintomaticamente, situou-a no “passeio público defronte ao jardim botânico”. O governador fracassou, como seu colegas de outras capitânias, em implantar o estabelecimento botânico ordenado pelo Aviso Régio. Todavia, as medidas adotadas naquela época serviram para que, mais de um quarto de século depois, a idéia do jardim botânico fosse retomada. Em Ouro Preto, a atividade agrícola prosperou; em São Paulo, a intenção original de implantar o horto botânico não vingou; ao contrário, prevaleceu a alternativa do passeio, efetivamente reconhecida pela Assembléia Provincial treze anos após a inauguração do recinto — sem, no entanto, renunciar às tentativas de aclimação de plantas. Durante mais de meio século a atividade recreativa conviveu com a botânica mas, pela memória escrita, nenhuma delas assumidas na plenitude. Jardim Botânico, Passeio Público, Jardim Público, Jardim da Luz: a toponímia revela as transformações do espaço. No caso paulista, o único remanescente de origem colonial que restou, ainda hoje, como um jardim para a população.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Ele é chamado de Jardim Botânico mas não faz juz ao nome. [...]. Na realidade, o jardim é um pouco mais do que um local de descanso, onde as pessoas vão para passear e tomar a fresca.

Robert Walsh, reverendo norte-americano, 1828-29

Não passa de um parque público ornamentado com plantas exóticas.

Hermann Burmeister, naturalista, 1851

Como, pois, transformar um simples jardim de recreio, quase secular, em que os vegetais não podiam ser transplantados para colocá-los por ordem sistemática?

J. Barbosa Rodrigues, diretor do Jardim Botânico, 1893

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro nasceu sob a graça do príncipe regente D. João. Charles de Ribeyrolles, em 1858, celebrava essa oferta do então futuro rei de Portugal à cidade:

Maravilhoso oásis esse terreno emoldurado de altos morros, recebendo do mar a brisa fresca por uma fresta que se lhe abre em frente. Contudo, há cinqüenta anos, não era mais que poeira e pântanos pestíferos. É hoje jardim das plantas, das bananeiras e das essências. E essa risonha metamorfose deve-se ao rei d. João VI. Se ele pouco se dava às idéias e às guerras, comprazia-se com as flores. Deus proteja e perfume a sua alma [Ribeyrolles, 1980, p. 192].

A origem desse recanto relaciona-se com o estabelecimento da fábrica de pólvora, criada em decreto de 13 de maio de 1808. Um mês após, no dia 13 de junho, novo decreto mandava preparar em suas proximidades “terreno necessário ao estabelecimento de um jardim de aclimação, destinado a introduzir no Brasil a cultura de especiarias das Índias Orientais”, passando a se denominar, em outubro, Real Horto [Rodrigues, 1894, p. III]. A chegada de vinte caixotes de plantas aclimatadas na Ilha de França* e daí subtraídas por oficiais portugueses, aporta-

* O Padre Perereca refere-se a Ilha de França; viajantes como Ferdinand Denis e mesmo o botânico J. Barbosa Rodrigues repetem a informação, mas não fica claro a origem dessas plantas.

dos no Rio de Janeiro em 1809 consiste na introdução das primeiras espécimes no jardim. Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca — cronista oficial do período —, registrou também os nomes de Real Quinta e jardim da Lagoa de Freitas [Santos, 1981, v. 1, p. 239].

O exótico como meta

D. João prestigiou o recinto: em 1819, o já rei mandava aumentar a sua área, instituindo o Real Jardim Botânico, “...anexo ao Museu Real...”, “...um jardim para plantas exóticas...”, como rezava o decreto de 11 de maio.

O signo da vegetação exótica dominou o surgimento do jardim do Rio de Janeiro. Em 1809, a resolução de 27 de julho anunciava

...prêmios, medalhas e privilégios aos que chegassem a climatizar no Brasil árvores de especiaria fina da Índia, e aos que promovessem a cultura de outros vegetais indígenas ou exóticos que fossem úteis às artes,

registrava o cronista pernambucano Abreu e Lima, em 1845. Ademais,

...alvará de 7 de julho de 1810 isentou por dez anos de direito e dízimos nas alfândegas e portos a especiaria colhida nas plantações, que se estabelecessem no Brasil, e os mais produtos de quaisquer vegetais exóticos ou indígenas, que ainda não se cultivavam, e que pudessem formar de futuro artigos interessantes de comércio e de exportação [Lima, 1983, p. 288].

A década de 1810 foi fundamental para a consolidação do Jardim Botânico e, possivelmente, de uma nova tentativa de organizar uma rede de estabelecimentos congêneres em outras partes do Brasil. Precisamente em 1810, a igualmente recém-criada Imprensa Régia publicava o *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*, de Manuel Arruda da Câmara. Nessa obra, oferecida ao então príncipe regente, Arruda da Câmara fez candente argumentação sobre a importância econômica da agricultura (considerando tanto a vegetação exótica como a nativa) nos moldes fisiocráticos, defendendo uma política em benefício do Brasil:

S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor olhou sempre para a agricultura como para a principal fonte da riqueza e abastança do seu Reino; e se Portugal lhe merece um Paternal desvelo e cuidado, que atenções lhe não merecerá o Brasil, seu Principado, que além de ser mais extenso do que toda Europa, é fertilíssimo, e capaz de toda produção? [Câmara, 1982, p. 199].

Manuel Arruda da Câmara recomendava “um jardim no Rio de Janeiro, outro na Bahia, outro em Pernambuco, no Pará e em Caiena...” Sabia da existência dos dois últimos, concluindo candidamente a necessidade de “...instituir senão três nas Capitâneas acima ditas” [Câmara, 1982, p. 203].

J. Barbosa Rodrigues [1894, p. VI] afirmou que D. João mandou estabelecer “jardins filiais em Pernambuco, Belém, Minas Gerais e São Paulo”, dos quais sabemos que o de Pernambuco foi criado em 1811 e o de Belém deveria ser o mesmo fundado no final do século anterior. Nada localizamos acerca dos jardins botânicos de Minas Gerais e São Paulo* nesse período.

Em 1814, D. João mandou iniciar sistematicamente a cultura de chá no Horto Real com a vinda de chineses para o cultivo da bebida. Embora oficialmente denominado ‘jardim botânico’ em 1819, apenas a partir de 1823 um conhecedor de botânica assumiria a sua direção e também a do Passeio Público: frei Leandro do Sacramento. “O jardim de aclimação se transformou, por esse fato, em jardim botânico, abandonando, portanto, o terreno da simples introdução da cultura empírica para passar a trabalhos mais sérios de experimentação e de estudo”, comentou o reorganizador do Jardim Botânico no início da República, J. Barbosa Rodrigues [1894, p. IX]. Segundo este, em 1825 o Jardim distribuiu plantas e sementes para os jardins do Pará, Pernambuco e Bahia e, quatro anos depois, fez permutas com o Jardim Botânico de Cambridge. Esse momento auspicioso, marcado por iniciativas concretas de organização física e atuação científica e técnica, durou pouco: com a morte de frei Leandro em 1829, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro cairia e permaneceria em marasmo enquanto estabelecimento científico por longo tempo, até o início da República. Todavia, seu lado deleitável foi muito apreciado.

O prazer do percurso

O caminho para o Jardim Botânico certamente foi um dos mais admirados pelos viajantes do século 19 no Rio de Janeiro. Ferdinand Denis, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, extasiou-se:

* Barbosa Rodrigues se refere ao Jardim Botânico de São Paulo dirigido por um certo “Dr. João Batista Badaró, natural de Genebra, que havia feito estudos botânicos e excursões nas planícies da Lombardia, no monte Cenis e na Sardenha”. Nada apuramos a respeito.

Difícil seria imaginar a inexprimível beleza dos sítios que se oferecem à vista, ao longo do caminho que se tem de percorrer para chegar a ele. As sossegadas águas da baía, que forma esses lagos interiores, à borda dos quais se elevam tão graciosas habitações; os cabeços de granito carregados de plantas espessas que atestam o que deve ser a vegetação nos lugares em que é favorecida pelo solo ou pela indústria; essas colinas cobertas de mato, que são boas de ver, entre os ventos tempestuosos e as sossegadas campinas em que se ostenta tanta opulência... [Denis, 1980, p. 129].

Maria Graham, numa visita ao Jardim Botânico em dezembro de 1821, referia-se à baía de Botafogo e arredores:

...talvez a mais bela vista nos arredores do Rio, cidade tão rica em belezas naturais. Seu encanto é realçado pelas numerosas e belas casas de campo que a circundam agora. Todas surgiram com a chegada da corte de Lisboa. Antes disso este lugar encantador era habitado somente por alguns poucos pescadores e ciganos, com talvez uma ou duas vilas em suas margens junto aos pomares. Além da baía, caminhamos por um lindo caminho até a lagoa Rodrigo de Freitas [Graham, 1956, p. 179].

As qualidades paisagísticas e sociais no percurso em direção ao Jardim Botânico não escaparam da observação de Spix e Martius:

O caminho [...] quase nunca está deserto, porque muita gente da cidade possui neste lugar as suas casas de campo. [...]. A região da lagoa Rodrigo de Freitas, assim como os vizinhos bairros de Botafogo e Catete, são considerados especialmente saudáveis, e muitos dos ricos cidadãos do Rio possuem chácaras por esses lados, nas quais passam os meses da bela estação do ano. As ruas para ali são muito freqüentadas por passeiantes a cavalo ou de carro [Spix e Martius, 1938, p. 141, passim].

O prazer ou a ciência

A inglesa Maria Graham, em sua passagem pelo Rio de Janeiro no início dos anos 1820, registrou inúmeros passeios arrebatadores rumo e pelo Jardim Botânico [1956, passim]. O alemão Carl Seidler, sempre ‘azedo’ em suas descrições sobre o Brasil da década de 1830, foi mais condescendente diante do recinto em Rodrigo de Freitas:

...penetramos... no esplêndido jardim, ornado de todos os tesouros do reino vegetal, e que tem uma área de cerca de duas léguas quadradas. Aqui se vê claramente com que infinita bondade, poder-se-ia dizer com que predileção, a mãe natureza abenço-

ou a esta terra abundantemente, mais que a todas as outras. As plantas de todas as zonas, naturalmente excetuadas as do extremo norte e as do extremo sul, medram aqui exuberantemente e com pouco trato de mão humana [Seidler, 1980, p. 64].

Essa mitologia do paraíso não era cultivada pelos não-leigos, como o naturalista Hermann Burmeister:

As muitas palmeiras e a fruta-pão, que superam as do Passeio Público, constituem uma das grandes belezas e atrações do Jardim Botânico. Esforçam-se também aí em cultivar flores e ervas européias, mas os entendidos logo notam que elas vivem em terra estranha. Dizem que a direção do Jardim é deficiente, motivo pelo qual ele não atinge sua finalidade de instituto científico. De qualquer forma, o pequeno Passeio Público, sob a direção do professor Riedel, presta, neste sentido, serviços mais relevantes e proporcionou a mim prazer muito maior que as extensas instalações do Jardim Botânico [Burmeister, 1980, p. 85].

Cientificamente cético, mas poeticamente embevecido, Charles de Ribeyrolles contrapunha a riqueza paisagística à ‘pobreza’ botânica:

Nesse jardim, pobre em espécies, deficiente quanto à ciência, se ostenta dupla colonata como jamais tiveram palácios e templos. É uma aldeia de palmeiras em dois renques. Regularmente espaçadas, cheias em baixo, de fuste esbelto, abrem-se em capitel numa coroa de flores. Nunca cabeças de fidalgos ostentaram tão belas plumagens. Lá estão elas de guarda, noite e dia, imóveis como mármore. Aos raios do luar, à vista desses alvos espectros, dir-se-ia uma enfiada de colunas tebanas.

Esse primeiro aspecto de grande alameda ao mesmo tempo encanta e impressiona. Não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras. E que se encontraria mais longe? Ricas essências sem competição, nacionais ou estrangeiras. Mas aqui domina o exótico, o que é lamentável dano. A aclimação é dever e necessidade para essa pobre Europa esgotada de germes, que sabe o que possui. Aqui a terra é virgem e quase desconhecida. O primeiro trabalho deve-se ao solo, e anos bastantes se passarão antes que a exploração, hábil e paciente, acabe o seu inventário.

E concluiu, secamente:

O Jardim Botânico do Rio devia ser, antes de tudo, brasileiro. [Ribeyrolles, 1980, p. 192].

Público e privado

Art. 4.º É proibido a todo e qualquer visitante, dentro do Jardim: [...]

§ 2º Arrancar ramos, folhas, flores, frutos ou plantas sem autorização do diretor. [...].

§ 5º Almoçar, jantar, ou tomar qualquer refeição ou bebida alcoólica. [...].

§ 7º Tomar banhos, ainda que com vestuários decentes. [...].

§ 9º Inscrever em qualquer parte dísticos, letreiros e figuras. [...].

§ 12º Arrancar, destruir ou mudar placas e etiquetas das plantas. [...].

Art. 5.º Qualquer empregado do Jardim ou cidadão deverá prender aqueles que forem encontrados em flagrante violação das disposições deste regulamento...

Regulamento Policial de 9 de Julho de 1890 para o Jardim Botânico

Segundo Barbosa Rodrigues [1894, *passim*], enquanto D. João zelou pelo recinto, o Real Horto foi “inteiramente privado e particular”, “...era o passeio favorito do regente...”, onde “...passava dias inteiros, animando os trabalhos com sua presença”. A sua abertura para visitantes se deu no reinado de D. Pedro I, com a permissão do seu diretor e acompanhados por praças do Corpo de Veteranos. As excursões descritas pela britânica Maria Graham datam desse primeiro momento.

Na ausência de uma atividade científica consistente após a morte de frei Leandro do Sacramento, o recinto passou a ser mais uma área de recreação. Regulamento policial de 6 de setembro de 1838 facilitava “aos simples curiosos a vista do jardim e aos que aí apareciam para fins mais sérios, como o estudo e investigação dos vegetais aí existentes”, registrou Barbosa Rodrigues, lamentando que o jardim, em fins dos anos 1860,

...foi aberto francamente ao público e houve mesmo a condescendência de colocarem-se aí muitas mesas de madeira, como nas estalagens de aldeia. [...]. Foram então facilitados os *pic-nics* ao ar livre e tornou-se um simples jardim de recreio...[*e que*] ...com a força de vegetação no clima do Rio de Janeiro o passeio tornou-se em pouco tempo um grande parque encantador, excitando a admiração dos visitantes.

Infelizmente, como triste reverso da medalha, certas alamedas sombreadas, certos grupos lembravam, ao menos pela elegância e beleza grega, os bosques sagrados de Paphos e Amathonte, enquanto, nas moitas próximas do lago, ruidosos cânticos de culto do Baccho moderno recordavam os furores harmoniosos das Menades [Rodrigues, 1894, p. XVII].

Ao assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1890, J. Barbosa Rodrigues esforçou-se em reorganizar as atividades científicas do recinto e conseguiu fazer baixar um regulamento policial, que “moralizou o jardim, suprimindo entrevistas e *pic-nics*”, exultando porque “as mesas que desonravam o jardim foram arrancadas, aumentando-se o número de bancos” [Rodrigues, 1894, p. XX, *passim*].

O discurso de Barbosa Rodrigues era claro: havia uma incompatibilidade entre um recinto com finalidades científicas e o jardim de recreio que ele encontrou ao assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. “Moralizar” o jardim, recompô-lo como “um terreno da ciência” eram recursos para superar o estigma que o botânico presumia remover pela consolidação do feito científico daquele lugar. A ótica do naturalista ao admirar a natureza não era a mesma do olhar poético em busca do pitoresco da paisagem. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro deveria ser o santuário da ciência — daquela que tomava consistência na vigência do positivismo oitocentista —, e não do mundanismo — aquele que se afirmava no meio urbano da corte no final do século 19. A veneração à ciência não era compatível com o culto das vaidades humanas.

O Passeio Público de Curitiba

Considero [*o Passeio Público*] de tal necessidade, alcance e valor que desde já asseguro à Câmara que os cofres provinciais, de alguma sobra de verba destinada a obras públicas, se prestarão a coadjuvá-la. Os cuidados e zelo dispensados à capital de uma zona administrativa repercutem a toda ela e aumenta a sua boa reputação de polimento e civilização, do mesmo modo que de decência, ornamentação e limpeza de uma sala de visita se podem inferir as condições sociais e residenciais de quem habita a casa toda.

Alfredo d’Escragnole Taunay, presidente da Província, 1886

A primeira tentativa que se conhece para criar um jardim público em Curitiba relacionava-se com preocupações botânicas. Lei de 22 de março de 1857 sancionada pelo vice-presidente da Província do Paraná, José Antônio Vaz de

Carvalhaes, propunha a criação de um jardim botânico na capital, “em que se cultivem todas as plantas usadas para ornato, e pela economia, artes e comércio”. Definindo despesas e outras medidas administrativas, a iniciativa pecava por não definir um lugar para o recinto: “na escolha do local o governo terá em vista a conveniência, de para o futuro, dar maiores proporções ao estabelecimento” [Passeio Público, 1983].

A criação efetiva do Passeio Público de Curitiba deve-se a uma açodada iniciativa do presidente da Província em 1886, Alfredo d’Escragnole Taunay (1843-99). Num parecer seu em resposta de 19 de janeiro desse ano a uma moção apresentada pela Câmara Municipal, pode-se observar o conjunto de idéias que cercaram a iniciativa:

A cidade de Curitiba ressentia-se de uma grande falta, que já devêra ter sido motivo de algumas medidas por parte desta Municipalidade: a de um Passeio ou Jardim Público, que, servindo à população de ameno e freqüentado logradouro, mostrasse a quantos procuram ou visitam esta localidade que ela compreende devidamente a importância de certos melhoramentos cuja ligação com a saúde e higiene gerais é hoje indiscutível e que nos centros de aglomeração de gente se tornam até indispensáveis [Passeio Público... 1983, p. 40].

Última oportunidade

Mencionei antes que Taunay foi “açodado” porquanto as obras se iniciaram no dia 17 de fevereiro seguinte. O presidente da Província tinha pressa: deixaria o cargo no dia 3 de maio. O seu afã se fazia sentir na moção à Câmara Municipal:

Precisamos, pois, cuidar quanto antes desse serviço que sem dúvida merecerá o aplauso de todos; e podemos iniciá-lo e levá-lo à conclusão de modo relativamente fácil e econômico. Tomando para exemplo o belo parque feito em suas terras e na zona em que deve ser estabelecido o passeio, pelo inteligente e ativo industrial o Sr. F. Fontana. Nessa várzea banhada ou antes inundada pelo rio Belém que se ensaia por toda a parte formando lodaçais e charcos imundos, pode-se traçar um formoso jardim, cuja feitura não dará muito trabalho em seu delineamento e execução, porquanto esta população toda deve contar com espírito laborioso e amante do progresso, a boa vontade, e experiência e os conselhos daquele distinto cavalheiro, cujo gosto nessa matéria e conhecimentos bebidos em viagens aos centros mais civilizados do mundo nos garantem preciosíssimo e ativo colaborador. [...] É pois, de urgência que a Câmara mande um engenheiro fazer um orçamento aproximado das despesas a realizar e que mais avultarão na canalização do rio Belém, devendo ficar

bem delimitada toda a área, que há de beneficiar; o que tudo deixo bem recomendado, para que com a maior brevidade se encetem trabalhos que redundarão em gozo imediato e vantagem de todos [Passeio Público... 1983, p. 40].

O presidente da Província tinha, de antemão, um local determinado e uma pessoa que orientaria os trabalhos. O Passeio foi construído “na costa norte da cidade sobre as beiras do pantanoso rio Belém, no lugar antes ocupado por um enorme pântano que era o justo terror da população, que via nele o foco e origem de inúmeras enfermidades malignas” — relatava Francisco Fasce Fontana, o colaborador do presidente Taunay em sua empreitada jardínstica, nomeado diretor do Passeio Público no último dia de mandato do presidente provincial.

O terreno em que se assentou o Passeio era “três quartas partes de propriedade municipal, e pertencia à viúva Hauer e a outra parte foi desapropriada pela quantia de Rs. 2.220\$000.” [Macedo et al., 1980, p. 7]. Essa quarta parte adquirida pelo município certamente pertencia ao “inteligente e ativo industrial”, o Sr. Fontana.

As obras foram tocadas por Fontana, pelo comendador Ildelfonso Pereira Correia e o engenheiro João Lazzarini, “com uma média de 50 operários por dia”. Segundo a *Gazeta Paranaense* da época, dos 48.000 m² da área final, “uma oitava parte era de terreno firme, sendo o restante um banhado impraticável e insalubre. Grandes escavações e aterros, remanejamento do curso do rio com a criação de canais e lagos navegáveis, plantação de árvores e definição de caminhos foram desenvolvidos sem projeto — consta que um plano do engenheiro Lazzarini foi abandonado, “em razão das grandes modificações que foi necessário introduzir, devido à natureza do terreno”, conforme atesta Fontana em seu relato para o sucessor de Taunay [Macedo et al., 1980, passim]. O novo recinto ensejou a reurbanização das áreas vizinhas, com novas ruas. Embora inacabado, ao cabo de 74 dias, às 3 horas da tarde do domingo de 2 de maio de 1886, Alfredo d’Escraigne Taunay convidou autoridades e curitibanos para a inauguração do Passeio Público.

O Passeio de Curitiba retratava com fidelidade o gosto corrente no desenho de parques e jardins: aproveitando o curso do rio Belém, tanques e canais serpenteiam dentro do recinto, acompanhando o traçado sinuoso das aléias em saibro; pontes rústicas venciam a travessia sobre as águas, navegadas por gôndolas “convenientemente preparadas” para um “passeio fluvial”. Um carrossel fez parte da paisagem inicial do jardim, como “meio de renda” para sua conservação, ao lado das gôndolas. No ano da inauguração, Fontana expressava a intenção de construir um chalé para servir “sorvetes, licores, cerveja, etc.” Mictórios, quiosque para botequim, coreto, iluminação a gás e elétrica (o Passeio foi o primeiro logradouro

público a receber essa melhoria, em 1887) foram complementos que o local recebeu nos seus primeiros anos de funcionamento.

“Já podemos dizer que temos um Passeio Público, digno desta adiantada capital”, regozijava-se o sucessor de Taunay, Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho (1847-93). Um desentendimento entre Fontana e o presidente provincial Balbino Cândido da Cunha (1833-1905) fez com que o diretor do Passeio fechasse os seus portões. A população, ignorando as desavenças políticas, “revoltou-se e abriu os portões violentamente, usufruindo do parque em plena crise” [Macedo et al., 1980]. Palco de reuniões populares, momentos festivos e manifestações literárias, ainda hoje, apesar dos maltratos e abandonos ao longo de mais de cem anos de existência, o Passeio de Curitiba é efetivamente público.

De jardim botânico a passeio público

No final do século 18 a coroa portuguesa empenhou-se em organizar no Brasil uma série de estabelecimentos botânicos, produto de uma ampla preocupação relacionada com um pensamento de inspiração fisiocrata, no contexto de um “mercantilismo ilustrado”, como o chamou Fernando Novaes. A implantação do Jardim Botânico de Belém em 1796 e as tentativas incompletas em 1798 — num primeiro momento — de estabelecer jardins botânicos nas capitânicas de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo — ilustravam o esforço português na política de fomento do desenvolvimento de plantas “úteis” à economia lusa.

É bem provável que a saída de D. Rodrigo de Sousa Coutinho da posição de ministro da Marinha e Ultramar em 1801 tenha arrefecido a iniciativa coletiva de 1798 — a ponto de nenhum dos jardins recomendados ter sido completamente organizado naquele momento. Somente mais tarde, com a invasão napoleônica a Portugal e a fuga da corte portuguesa de Lisboa em 1807, a implementação de recintos botânicos em várias partes do Brasil retomava fôlego. Efetivamente, nos anos imediatos após a instalação da família real no Rio de Janeiro, sinalizava-se a continuidade da política do final dos setecentos, desta vez no outro lado do Atlântico. Resolução de 27 de julho de 1809 prometia prêmios e privilégios aos interessados que aclimassem no Brasil plantas de especiarias orientais ou que promovessem a cultura de outros vegetais nativos ou exóticos, que “fossem úteis às artes”. Alvará de 7 de julho de 1810 incentivava a produção e a exportação de

especiarias indígenas ou exóticas mediante isenção de dízimos nas alfândegas e portos [Lima, 1983, p. 287-8]. Em 1811, retomava-se o estabelecimento do Jardim Botânico de Pernambuco, bem como se oficializava o Horto Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1808. Esses jardins, junto com o pioneiro Jardim Botânico de Belém do Pará, beneficiaram-se da invasão das tropas de D. João a Caiena em 1809, com o controle do estratégico jardim botânico francês de La Gabrielle, fornecedor de inúmeras mudas aos congêneres brasileiros. Na esteira dessas iniciativas, a Imprensa Régia editava em 1810 o *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*, do pernambucano Manuel Arruda da Câmara, uma apologia aos benefícios econômicos que hortos espalhados no Brasil trariam para a coroa portuguesa. Nenhuma dessas propostas de estabelecimento de jardins botânicos visavam a algum usufruto público, senão o eventual acesso de interessados ao conhecimento das culturas de vegetais economicamente significativos. Todavia, a característica física do recinto botânico em vários casos ensejou metamorfoses ou associações oportunas a um público mais amplo.

Depois de Luís de Vasconcelos e Sousa e seu Passeio Público do Rio de Janeiro (que abrigou atividades botânicas, convém ressaltar), foi o Conde dos Arcos — mentalidade ilustrada — o governante preocupado em criar passeios públicos, quando governador do Pará e da Bahia. Os naturalistas Spix e Martius chamaram a avenida belenense urbanizada pelo governador entre 1803 e 1806 de “passeio público” — única oportunidade em que o Jardim das Caneleiras recebeu essa denominação. Esse espaço posteriormente foi acompanhado por canteiros organizados com finalidades botânicas. O terreno adquirido em 1803 nas cercanias do forte de São Pedro, em Salvador, para instalar o jardim botânico ordenado em 1798 foi transformado pelo Conde dos Arcos em Passeio Público entre 1810 e 1813, provavelmente também abrigando atividades botânicas.

O Jardim Botânico de Olinda, efetivado em 1811, aparentemente não funcionou como espaço de recreação — embora essa colocação decorra mais da ausência de testemunhos documentais que propriamente de qualquer constatação contrariando a potencial utilização desse logradouro de forma amena pela população. Ao contrário, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, da mesma geração do de Olinda, conheceu testemunhos de aproveitamento recreativo, incrementado na medida que o crescimento urbano da capital conduzia a cidade para os lados da lagoa Rodrigo de Freitas e o jardim se aproximava da vida da cidade.

Dois jardins botânicos foram inaugurados em 1825, já no Império: o de Ouro Preto e o de São Paulo. O primeiro serviu e feneceu exclusivamente como estabelecimento relacionado com a botânica e agricultura; o de São Paulo mudou de figurino no tempo e simultaneamente chegou a funcionar (bem ou mal) como

horto botânico e passeio público. O signo botânico também esteve na origem de um jardim tardio, o de Curitiba — daí, seu alinhamento nesta análise ao lado dos jardins que tiveram origem com o Aviso Régio de 1798, como sucedâneo dessa relação que se propôs estabelecer, embora nascido em outras circunstâncias históricas.

No reconhecimento da trajetória desses jardins botânicos/passeios públicos, há de se notar que os recintos em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro (e Curitiba, por associação) chegaram aos nossos dias preservados pelo usufruto público (à exceção do de Salvador, embora ainda importante no início do século 20 e atualmente abandonado); os jardins de Olinda e Ouro Preto desapareceram, quase esquecidos. Quanto aos de Belém — o pioneiro, de 1796, apagou-se sem deixar registros; o das Caneleiras foi arrasado pelo progresso.

O Iluminismo está na base ideológica em que se assentou a fisiocracia e o movimento de valorização das ciências naturais, como também na origem dos espaços ajardinados dirigidos ao usufruto público — ao gosto do ideário da Revolução Francesa. Um dos maiores temores da coroa portuguesa era a disseminação desses valores franceses na colônia, insumo para tentativas de insurreição e independência, como de fato se registrou nos movimentos sufocados em várias partes do Brasil na última década anterior ao século 19, e razão primordial para o deliberado abandono de recintos como o Passeio Público do Rio de Janeiro, como aventamos no capítulo correspondente. Os brasileiros que foram estudar na Europa no último quartel do século 18 tomaram contato com as idéias revolucionárias e libertárias em voga na Europa. Muitos deles voltaram e alguns se engajaram nos movimentos de independência política. Outros, serviram à coroa portuguesa, mas em suas biografias anotaram-se possíveis manifestações de coerência aos princípios democratizantes da Ilustração. Todavia, creio que jamais saberemos aquilatar o quanto esses ideais iluminados de liberdade também motivaram a participação de naturalistas na criação de jardins botânicos — lugares de investigação, lugares de culto à natureza, lugares de propagação do conhecimento científico, lugares eminentemente *públicos*.

Do Campo da Cidade para a Praça da República

...E o Campo de Santana, que não era então esse parque atual, construção de *gentleman*, mas um espaço rústico mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos.

Machado de Assis

Na segunda metade do século 17, o ouro das Minas Gerais e os tratados que se sucederam pela questão territorial contemplando o sul da colônia ensejaram a transferência da sede do vice-reinado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. A mesquinha cidade era promovida como capital do vice-reino; uma nova situação que transtornaria sua fisionomia urbana ao sabor do empenho de alguns vice-reis em transformar setores da cidade (e fora dela) com intervenções pontuais — obras isoladas destituídas de perspectivas razoavelmente qualificáveis como diretrizes de urbanização. Esses antecedentes foram vistos com mais cuidado no capítulo O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO, e servem para contextualizar uma área que vai se caracterizar como o espaço aberto privilegiado do século 19 carioca: chamava-se Campo da Cidade, num passado remoto; no início do século 18, era conhecido como Campo de São Domingos; próximo ao final desse século, os mapas o identificavam como Campo de Santana; durante o período monárquico, essa denominação conviveu com nomes como Campo da Aclamação (o mais lembrado), Campo da Honra (durante a Regência) e até mesmo Campo de Marte (pelas manobras militares). Ao fim da remodelação paisagística em 1880, chamou-se Parque Júlio Furtado (antigo diretor dos parques municipais). No alvorecer do período republicano, ganhou o nome definitivo de Praça da República — que ainda hoje divide as preferências com a tradicional designação Campo de Santana.

À margem da cidade

Um dos limites do Rio de Janeiro no alvorecer do século 18 não ultrapassava a chamada Vala — sangradouro comunicando a lagoa de Santo Antônio (atual largo da Carioca) com a Prainha (praça Mauá). O traçado da atual rua Uruguaiana remanesce como testemunha daquele velho limite. Para além, rumo oeste, pouco havia além de áreas alagadiças e trilhas mal-definidas conduzindo ao engenho dos jesuítas. O enorme e genérico descampado conhecido inicialmente como Campo da Cidade era uma área de contornos difíceis de precisar. As várias proposições militares de defesa da cidade [Conduru, 1989] sistematicamente deixavam de fora ou cortavam sua área (planos de João Massé, 1714; Jacques Funck, 1769; João Roscio, 1769). Uma única proposta (de José Custódio de Sá e Faria, 1769) considerava um perímetro incorporando esse vazio.

O vasto campo era um típico rossio: vazio periférico à cidade, com terrenos alagadiços e vegetação rasteira, ocupada para pastagem e sobretudo local de despejo de detritos. Consta que em meados do século 18 a Câmara autorizou a abertura de grandes fossas ou valas nas quais se despejavam matérias fecais conduzidas em tigres (barris apropriados para a finalidade) [Coaracy, 1965, p. 161].

A presença religiosa

Em 1708 os camaristas da cidade concederam, sem foro, à confraria de negros de São Domingos uma área para construção de uma capela [Carmo Netto, 1927, p. 436]. A medida da concessão é uma indicação segura de que no começo desse século a área já era um dos rossios da cidade. Em 1735 o arcediogo da Sé, cônego Antônio Pereira da Cunha (?-1759), doava aos irmãos crioulos devotos da padroeira de Santana um terreno ao norte de sua chácara, para a construção de uma capela — enfim, instituindo um patrimônio da igreja de Santana. A toponímia do antigo Campo da Cidade vai atravessar o século 18 convivendo entre duas denominações. No mapa conhecido como “Planta do Barão do Rio Branco”, de 1711-13 [cf. Lisboa ca.1967, v. 8 p. 71], consta a identificação “Campo de S. Domingos ou do Rosário” (houve uma outra capela com esse nome, sobre a qual pouco se conhece). No mapa levantado pelo Sargento-mor de engenheiros Francisco José Roscio em 1769, a ampla área em questão ostentava simultaneamente

dois nomes: “Campo de S. Domingos” e “Campo de S. Anna”. No “Plano da Cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791, oferecido ao Ilmo. Sr. Conselheiro Luís Beltrão de Gouveia de Almeida...”, prevaleceu a denominação “Campo de S. Anna” — fenecia um nome de uma capela que não mais existia.

A presença da igreja de Santana a partir da segunda metade do século 18 fez convergir para suas imediações significativas comemorações religiosas de grande alcance na sociedade carioca colonial. Consta que a festa da padroeira (26 de julho) e as festas do Divino — comemoradas no império (tipo de coreto ou pavilhão onde ficava o trono do ‘imperador’, um menino que ‘comandava’ as festas) do Espírito Santo, ao lado da igreja de Santana, na data de Pentecostes — eram eventos concorridíssimos, para os quais acorriam todas as camadas sociais da cidade, incluindo a elite governante. Ademais, sabe-se que por ocasião dos festejos do casamento do príncipe D. João com a princesa Carlota Joaquina em 1786, os “carros de idéias” [mencionados no capítulo O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO] percorreram a cidade tendo como terminais o Passeio Público e o Campo de Santana.

Essas e outras atividades certamente concorreram para que D. José Luís de Castro (1744-1819), o Conde de Resende, em seu vice-reinado (1790-1801) acabasse com a fossa ao ar livre ordenando o aterro do campo, delimitando um primitivo alinhamento — que orientou a construção das primeiras casas — e definindo alguns caminhos no entorno imediato. Nessa época, mais precisamente em 1799, a população do Rio de Janeiro alcançava 43.376 habitantes na zona urbana [Noronha Santos, 1981, p. 163]. Foi a primeira iniciativa de urbanização do Campo de Santana. No entanto, há de se convir que, pela extensão presumível dessa área (e adiante veremos registros de viajantes acerca de sua grandeza), nenhuma intervenção ao final do século 18 atribuiu a esse espaço uma referência de escala propocional à sua extensão: a igreja de Santana era não mais que um pequeníssimo ‘acidente’ visual provocado pelo homem no amplo horizonte que se descortinava nessa direção da cidade do Rio de Janeiro.

A corte e o desenvolvimento urbano

A fuga da família real portuguesa da invasão promovida por Napoleão em 1808 é fato conhecido, bem como seus desdobramentos políticos para a nossa

história. Sabemos também que, com a presença da Corte no Brasil, o Rio de Janeiro vai se beneficiar com uma série de instituições (como o Jardim Botânico, a Academia de Belas-Artes, a Imprensa Real, a Biblioteca Real, a Escola Médico-Cirúrgica, o Banco do Brasil, etc.) impensáveis na condição anterior de vice-reinado e que, do ponto de vista urbanístico, a transferência da Corte vai representar ainda uma nova etapa na ocupação territorial da então promovida capital do Reino Unido de Algarves e Portugal.

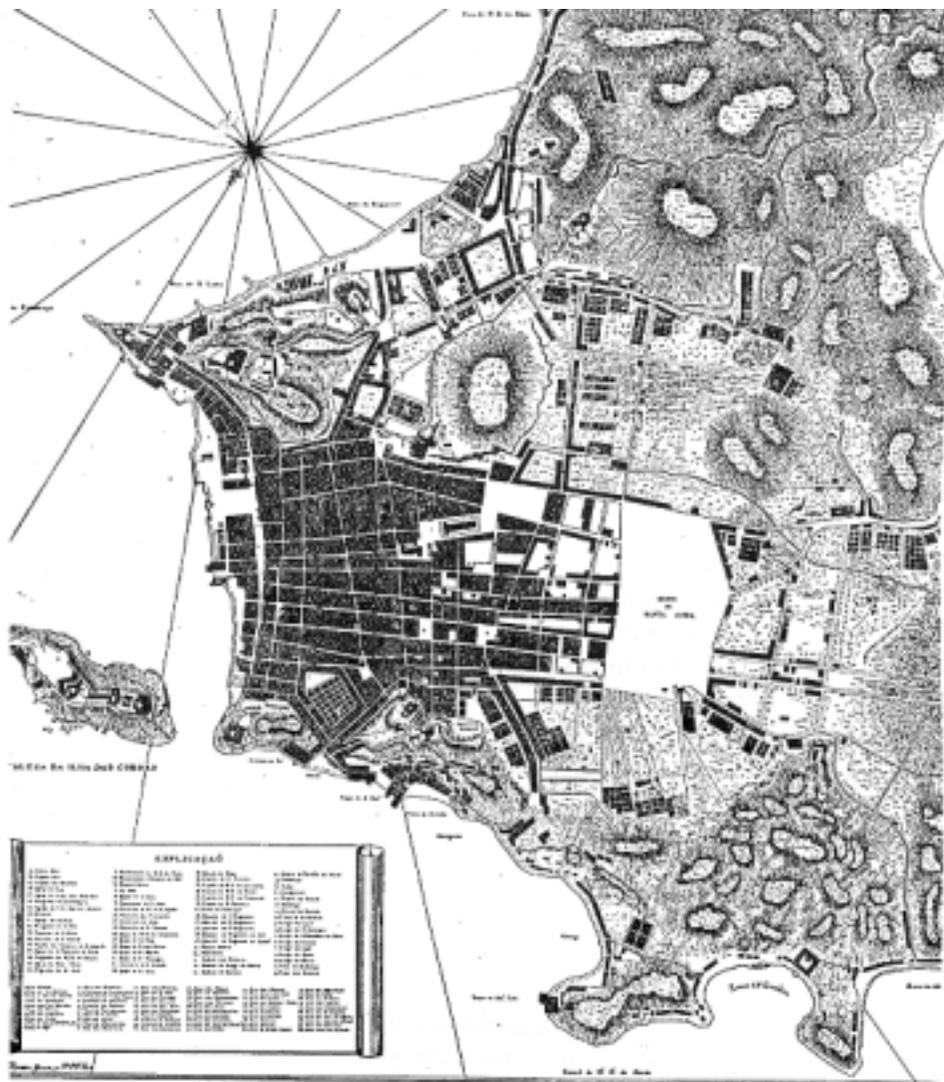
Poucos anos depois do estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, a autoridade portuguesa manifestou as primeiras diretrizes de desenvolvimento urbanístico da cidade mediante a expedição de normas de arruamento e ocupação territorial, através da intermediação e/ou ação do Intendente Geral da Polícia (cargo então equivalente ao atual prefeito municipal), o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana (1757-1821), titular do cargo ao longo de todo o período da presença da Corte no Brasil (1808-21).

Uma significativa tentativa de regulamentação se manifestou no ato de 6 de novembro de 1810, mandado executar por D. Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), Marquês de Aguiar, ministro do Reino:

Sendo presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor a representação inclusa, que o Intendente Geral de Polícia dirigiu à Sua Real Presença sobre a irregular, e arbitrária edificação, que se vai fazendo nas ruas novas desta cidade: é servido, que o Senado da Câmara procure quanto for possível, emendar esse erro, fazendo que as ruas, que de novo se abrirem, sejam mais largas, e não tão estreitas segundo o antigo Plano, para nelas se edificarem Edifícios com aquela uniformidade e simpatia, que foi possível para cada uma das ruas novas, *deixando-se no arruamento, que se projetar algumas praças, o que não só embeleza a cidade, mas contribui muito para a saúde da população*, estabelecendo-se a este respeito uma regra certa, e inalterável, a fim de se evitar, que cada um edifique a seu arbítrio, aonde, e como bem lhe parecer... [grifo do autor] [apud Pinto, 1972, p. 32].

O mais completo e apologético testemunho dos feitos do período regencial, as *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, escrito pelo cônego Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), alcunhado de “Padre Perereca”, e publicado em 1825, registrou a visão oficial orientadora da expansão da cidade rumo ao oeste:

Lançando Sua Alteza Real as suas benéficas, e providentes vistas sobre esta cidade, e vendo que o seu antigo recinto está quase todo coberto de casas, e estas de tal sorte ocupadas, que não há uma só, que não tenha morador, e que em muitas delas vivem juntamente duas, e três famílias, por causa da muita gente, que tem concorrido a estabelecer-se na Corte, ou trazida dos seus próprios interesses, como é o grande número de estrangeiros, especialmente negociantes, ou obrigada pelo real



Trecho da “Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no Ano de 1808, Feliz e Memorável Época da sua chegada à dita Cidade”.

O “CAMPO DE SANTA ANNA”, definido virtualmente como um limite em aberto para o Rio de Janeiro no início do século 19.

serviço, ou conduzida pelas suas dependências, ou outros motivos, que atraem os nacionais a procurar a residência do soberano: e querendo o Príncipe Regente Nosso Senhor que não só os seus vassallos tenham casas, onde se possam acomodar por preços razoados, mas também que a cidade vá crescendo com maior número de edifícios, e que se aformoseie um dos seus bairros, enxugando-se terrenos alagadiços, e pantanosos, com manifesta utilidade da saúde pública: foi servido, pelo decreto de 26 de abril [...] ordenar que todos os que edificarem casas de sobrado nos terrenos situados na cidade nova [...] e em qualquer outro lugar pantanoso [...] sejam isentos de pagar décima por dez anos, sendo as casas de um só sobrado, e de menos de cinco portas, ou janelas de frente, e por vinte anos se forem as casas de mais de um sobrado, ou de cinco, ou mais portas, ou janelas de frente... Outrossim houve Sua Alteza Real por bem ordenar que nos terrenos da cidade nova ninguém possa edificar casas térreas [Santos, 1981, v. 1, p. 276-7].

Em síntese: esse Alvará Régio de 1811 estabelecia um incentivo fiscal (a décima correspondia a um imposto predial dos dias de hoje) para a ocupação urbanística da área a que se convencionou chamar de ‘cidade nova’, ou “ao lado do poente do Campo de Santana”, como se referiu o Padre Perereca em sua descrição da cidade [Santos, 1981, v.1, p. 57].

No ano da chegada da família real, o principal cronista do período regencial estimava para o Rio de Janeiro a população de 60.000 habitantes; “mais da metade deste número se compreende na escravatura”, anotava Luís Gonçalves dos Santos [1981, v. 1, p. 58]. A cidade comportava a estreita elite administrativa e militar, poucos trabalhadores livres, ligados à atividade mercantil, um pesado contingente miliciano e os religiosos em geral.

O vazio cerimonial

Uma descrição da cidade que remonta ao ano de 1808 é a que o comerciante inglês John Luccock fez, na qual testemunhava que a “cidade se achava confinada dentro de limites bastante estreitos.” O Campo de Santana era um dos limites, junto do qual havia um “vasto terreno” vazio e que, para além desses limites, “encontravam-se umas poucas casas espalhadas, mas, a algumas centenas de jardas, ia-se ter em pleno mato ou por entre mangues.” Surpreendeu-se: “o primeiro macaco bravo que eu jamais vi, foi num sítio próximo ao Campo, onde atualmente se erguem os quartéis” [Luccock, 1951, p. 27]. Efetivamente, a chegada da família real ao Rio de Janeiro alterou o quadro miliciano da cidade, demandando

acomodações específicas para um contingente maior. O sítio do Campo de Santana se mostrava adequado para manobras e exercícios militares (aliás, o Conde de Resende no final do século anterior já utilizava esse espaço para essa finalidade) e “os quartéis” — cujas obras se iniciaram em 1811 — ocupou o seu lado norte (onde hoje está o Palácio Duque de Caxias).

A descrição do Campo pelo Padre Perereca registra a paisagem construída na segunda década do século 19:

O Campo de Santana [...] é um areal em grande parte coberto de erva rasteira, e forma um quadrado longo, tendo de comprimento do meio-dia ao setentrião 286 braças [*equivalente a 629,20 m*]*, e de largura do oriente a poente, 155 [*341 m*]; por três lados é cercado de casas, posto que muitas delas estejam separadas umas das outras com os muros dos seus quintais, especialmente no lado do poente, o qual não corre bem em linha reta, pois forma um ângulo obtuso no meio, e só com o tempo se poderá emendar esta irregularidade, fazendo-se nesta parte novos edifícios, que avancem mais para frente: pelo lado do setentrião corre por toda a sua extensão até à capela da santa uma cerca de espinhos e mato. ...Pela sua extensão [*é*] capaz de conter reunidos todos os moradores da cidade [Santos, 1981, v.1, p. 49].

Vocação para tudo

A vastidão do Campo ensejou convivências múltiplas de usos. Já em 1809 D. João ordenara a construção de uma fonte provisória “para saciar tão numeroso povo” no recinto do campo, para mais tarde levantar um definitivo e “magnífico chafariz de pedra lavrada, que pela sua arquitetura servisse de ornato à cidade, e pela abundância de água de benefício aos seus moradores” [Santos, 1981, v.1, p. 235].

O mesmo recinto seria capaz de abrigar, um ano depois, em 1810, a construção de uma “praça do curro” — anfiteatro para festas públicas de cavalhadas e corridas de touros —, mandado executar pelo intendente Viana em comemoração ao casamento da princesa Maria Teresa (1793-1874). Tratava-se de um estádio dodecagonal “quase oval”, “construído em menos de cinco meses”, com cerca de 104 metros de comprimento “de trincheira a trincheira” e 77 metros de largura, com pouco mais de 9 metros de altura “desde o terreno até a cimalha”, organizado em anfiteatros, com camarotes e uma varanda — segundo o Padre Perereca, resumindo bastante a longa descrição do edifício [Santos, 1981, v.1, p. 263].

* Considerando 1 braça = 2,20 m.

Entre os espetáculos do festejo, D. João mandou executar uma iluminação especial no Campo de Santana com desenho especial:

Formou-se [...] um passeio, imitando um jardim com várias ruas, que se cruzavam; por um, e de outro lado das ruas corria um engradamento de altura de quatro a cinco palmos [0,88 a 1,10 m], entrelaçado com ramos de plantas aromáticas, e adornado de vasos, e pirâmides; nas bocas das mesmas ruas havia arcadas de madeira muito bem pintadas, e de espaço em espaço se plantaram palmeiras, que faziam muito bela vista, estando tudo iluminado com grande cópia de lampiões, e copos de vidro de diversas cores [Santos, 1981, v. 1, p. 269].

Em 1811 iniciava-se a primeira intervenção duradoura de porte na área por parte da coroa portuguesa: a construção do quartel militar da cidade — consolidando o signo militar do Campo. Mas a idéia do Campo de Santana como espaço lúdico persistiu. Em 1815, por estímulo do ministro Tomás Antonio Vila-Nova Portugal (1755-1839), o intendente Paulo Fernandes Viana foi encarregado de iniciar uma plantação de amoreiras, onde pudesse ensaiar a criação de casulos [Coaracy, 1965, p. 188; Morales de los Rios Filho, 1946, p. 92]. O local escolhido foi uma área ao sul do Campo de Santana, no lado oposto aos quartéis. O terreno não só foi preparado para a criação do bicho-da-seda, como também aproveitou-se o ensejo para criar-se um novo recanto urbano. No registro do Padre Perereca:

...No espaço do Campo, que medeia entre a Rua do Conde [*refere-se ao Solar do Conde dos Arcos, esquina da atual rua Moncorvo Filho*], e o caminho, que segue da Rua do Alecrim [*hoje rua Buenos Aires*] a entrar na estrada do Areal [*atual rua Frei Caneca*], por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, o ilustríssimo conselheiro, intendente geral da polícia, deu princípio à fatura de um novo Passeio Público, que por ora se acha cercado com gradamento de madeira fixo em pilares de tijolo, distantes uns dos outros coisa de duas braças e meia [*cerca de 4,80 m*], e de seis palmos [*cerca de 1,32 m*]. A figura do terreno cercado é quadrangular, e terá cada um dos seus lados 100 braças [220 m] de extensão; quando este novo Passeio estiver todo plantado de arvoredo, alinhadas as suas ruas, e bordadas de flores, como se projeta, será certamente um jardim muito ameno, e delicioso, digno da frequência do público, e um local assaz próprio para nele se darem festas reais nas ocasiões dos grandes acontecimentos, que interessam à nação, não só por estar situado no centro da cidade, como também pelo desafogo do espaçoso Campo de Santana, que fica na sua frente, e que se estende por mais de 150 braças [330 m] em quadro até à igreja de Santana [Santos, 1981, v.1, p. 335].

O Passeio ocupava cerca de um terço da área do Campo de Santana.

O cenário das festas reais

A criação de um jardim de amenidades e festejos (nos termos da crônica do Padre Perereca) — alternativo ao Passeio Público setecentista — indiciava o papel relevante e oficial que o Campo de Santana gradativamente iria assumindo ao longo do século 19. Efetivamente, a Corte elegeu — e a família imperial brasileira endossou — aquele espaço como cenário de suas exibições de pompa e circunstância em diversas oportunidades: já se mencionou a comemoração das bodas da princesa Maria Teresa, em 1810, com a construção da “praça do curro” e de um simulacro luminoso de jardim. A aclamação de D. João VI em fevereiro de 1818 como o novo rei de Portugal, Brasil e Algarves ofereceu-se como nova oportunidade para demonstração de feérica iluminação e cenografia comemorativa no Campo de Santana:

Coroe finalmente a exposição das iluminações, a que se fez no novo Passeio do Campo de Santana, que ali se deram a Sua Majestade. Imagine o leitor (se é que não teve o gosto de ver) um terreno quadrado de 100 braças [220 m] por face, no qual brilhavam sessenta e cinco mil luzes! Tal foi a prodigiosa iluminação [...] em aplauso da maior solenidade real, que se viu no Novo Mundo, ou, para melhor dizer, a primeira deste gênero, e talvez sem segunda, que a exceda em geral contentamento, vivas e aplausos [Santos, 1981, v. 2, p. 177].

Três anos se passaram após a criação desse Passeio, e o Padre Perereca não se furtou a descrevê-lo, em meio às festividades:

...Tem já muitas arvoritas de amoreiras, mas para esta função [*a festa de aclamação*] se plantaram interinamente cousa de quatrocentas palmeiras, a fim de formar uma vista de bosque. Nos quatro ângulos se construíram outros tantos castelos, nestes tremulavam as armas reais... No centro do Passeio se formou uma praça circular com dezesseis estátuas de deuses, e semideuses sobre bases, que as sustentavam, fingindo serem de mármore, assim como as ditas estátuas, e cada uma tinha o seu letreiro na mesma base; no meio desta praça se levantava uma cascata artificial dentro de um belo tanque, revestido exteriormente de conchas, e por um repuxo lançava a água a grande altura, a qual tornava a cair sobre a cascata, e se recolhía dentro do tanque; desta praça saíam ruas em todas as direções, as quais se viam adornadas de sessenta e quatro bustos de heróis, e heroínas gregas, e romanas, e com cento e duas agulhetas; e tanto aqueles como estas elevadas sobre pedestais, todos iluminados; e da mesma sorte eram iluminados com grande profusão de luzes o engradamento, que bordava os lados das ruas, todas as quatro faces exteriores do Passeio, e os castelos dos seus ângulos; além desta iluminação se viam de espaço em espaço por entre as palmeiras grandes lampiões de vidro suspensos de uns altos candieiros de madeira, e no meio das mesmas ruas haviam outros candieiros meno-

res, e cada um dos quais sustentava sete pequenos lampiões. Nos lados da cascata mencionada estavam duas pirâmides de cinqüenta palmos [*11 metros*] de altura pouco mais, ou menos, e cada uma delas iluminada com quatrocentas luzes em vidros corados. No vão inferior dos castelos se formavam quartos muito decentes, onde se deu gratuitamente, e com profusão ao povo os refrescos, que qualquer apetecia, e no alto dos mesmos castelos se colocou em cada um deles um coro de música militar, que tocava de espaço em espaço muito agradáveis sinfonias [Santos, 1981, v. 2, p. 177-8].

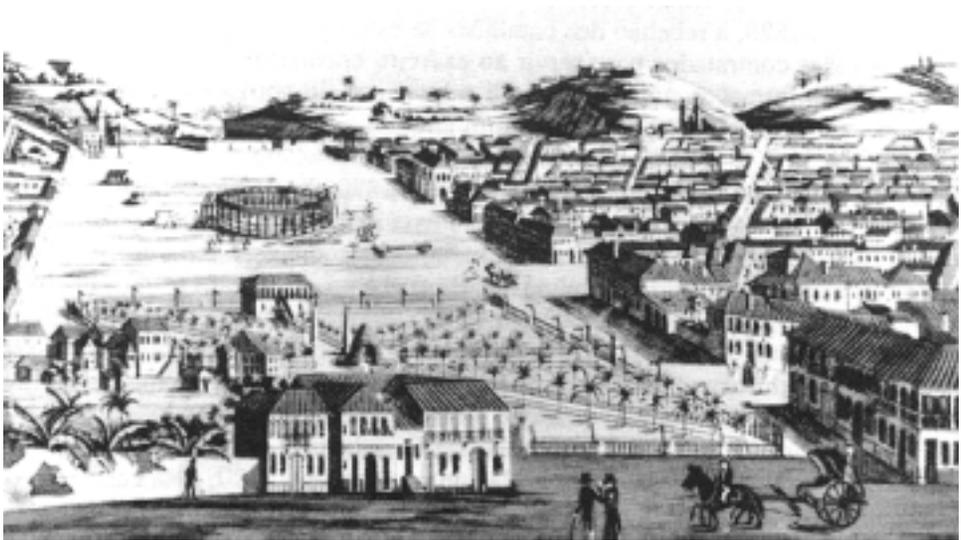
Um pavilhão de madeira (chamado de “palacete”, na época) também foi construído no Passeio, com o lado voltado para os quartéis, mais tarde substituído por um de alvenaria de pedra e cal.

Em outubro de 1818, as comemorações do casamento do príncipe real D. Pedro com a arquiduquesa da Áustria, Maria Leopoldina, ensejaram a construção de um novo anfiteatro para cavalhadas, uma “praça do curro” pouco maior que aquela erguida em 1810 e de arquitetura mais elaborada. O projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850), chegado dois anos antes na chamada “missão artística francesa”. Magnífica festa pública, com a participação de elaborados carros alegóricos (descritos minuciosamente pelo Padre Perereca), animou o Campo de Santana por alguns dias [Santos, 1981, v. 2, p. 208-19].

O único registro iconográfico do “novo Passeio Público” é um desenho de Franz Frühbeck de 1818, que corresponde aproximadamente às descrições do Padre Perereca. Em *A Sketch of S. Sebastian on the Rio de Janeiro*, mapa datado de 1820 estampado no livro de John Luccock, sobre o Campo de Santana constam os ícones de “churches & chapels”, “fountains” e (no lado sul, onde estaria o jardim), a indicação “parade ground” [terreiro para exercícios militares].

Se o jardim do Campo de Santana chegou a assumir cotidianamente os ares que o Padre Perereca desenhou, não se sabe. É preciso ler (todos) os registros panegíricos do religioso-cronista com alguma reserva. Decerto não se tornou um passeio tão belo. O capitão prussiano Theodor von Leithold (1771-1826) observou em 1819 no Campo de Santana “um grande jardim não sombreado e raramente visitado, em que há umas estátuas de madeira pintadas” [Leithold et al, 1966, p. 12]. Não foi um espaço duradouro: o príncipe D. Pedro mandou arrasar esse recinto em 1821, supostamente por razões políticas contra o seu desafeto, o intendente Paulo Fernandes Viana.

Anos depois, em 1830, o segundo casamento do já imperador do Brasil D. Pedro I com D. Amélia reproduziria a animação das festividades promovidas ao longo da década de 1810 — espetáculos pirotécnicos, danças, concertos de orquestra e canto.



Vista do CAMPO DE SANTANA, segundo Franz Frühbeck [Ferrez, 1965]. Observa-se a construção da segunda “praça do curro”, para as festas do casamento de D. Pedro (ocorridas entre 12 e 18 de outubro de 1818). Em primeiro plano, o passeio público construído pelo intendente Viana.

Recinto cívico-militar

O Campo de Santana não se prestou apenas para festas feéricas. Momentos graves ou evocativos da história brasileira tiveram seu palco naquele lugar: em janeiro de 1822, D. Pedro organizou a contra-ofensiva ao motim de tropas portuguesas reunindo as milícias no Campo. A aclamação popular de D. Pedro I como imperador do Brasil em outubro do mesmo ano aconteceu no sucedâneo do pavilhão originalmente construído para a mesma finalidade para o seu pai, D. João VI, em 1818 (a partir de 1822, o lugar foi oficialmente denominado Campo da Aclamação); o mesmo pavilhão serviu para D. Pedro prestar juramento à Constituição de 1824. Em 1828, a rebelião dos batalhões de estrangeiros (mercenários irlandeses e alemães contratados para servir ao exército brasileiro) também envolveu o Campo; manifestações públicas aí realizadas em 6 de abril de 1831 levaram o imperador a abdicar, no dia seguinte; um ano mais tarde, o Partido Restaurador (que propugnava a volta de D. Pedro) tomava posições ofensivas no Campo. D. Pedro II também aí foi aclamado, em 1841; em 1870 ele mandou construir ali um grande pavilhão de madeira para celebrar missa campal pela vitória brasileira na campanha do Paraguai, bem como um monumento com esse tema foi projetado por Francisco de Azevedo Caminhoá e P. Bénard e proposto para ser levantado no Campo.

O Campo da Aclamação também transformou-se no cenário privilegiado da arquitetura institucional. Em 1811, como já visto, foi construído o quartel militar na sua face norte. Em 1818, a casa que pertenceu ao comendador João Rodrigues Pereira de Almeida (futuro Barão de Ubá) foi adaptada para o Real Museu de História Natural (mais tarde Museu Nacional — no século 20, essa casa abrigou por quase 80 anos o Arquivo Nacional); o prédio do Senado da Câmara foi especialmente construído para a finalidade e inaugurado em 1825; também nesse ano o Senado do Império foi instalado no solar que pertenceu ao Conde dos Arcos. Na segunda metade do século 19, outras edificações marcantes surgiram: o Teatro Provisório, mais tarde Teatro Lírico Fluminense, no interior do Campo da Aclamação (1852), a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II (1858) — no local da igreja de Santana —, o Corpo de Bombeiros (1864), os antigos prédios da Prefeitura e Casa da Moeda e a Escola Normal (projetada por Pereira Passos, 1874) — entre as realizações no período final da monarquia [Sisson, 1986; Coaracy, 1965; Gerson, 1965].

O vazio público

A descrição de 1824 do báltico Ernst Ebel mostrava que a fisionomia da cidade pouco mudara, apesar do esforço urbanizador da coroa portuguesa — com a caracterização de “duas partes” da cidade:

A cidade mede quase tanto de larga quanto de comprida e divide-se, de certo modo, em duas partes: a Velha e a Nova. A primeira vai da praia à rua do Vallo [*Vala*] e é a ocupada pelo comércio e o artesanato, sendo a mais densamente povoada; a segunda começa da referida rua rumo oeste-sudoeste... [*na Cidade Velha*] moram a nobreza e o setor mais pobre da população: portugueses como brasileiros [Ebel, 1972, p. 41-2].

O Padre Perereca foi superlativo em suas descrições sobre as pompas oficiais realizadas no Campo de Santana: os casamentos de D. Maria Teresa e do príncipe D. Pedro, a aclamação de D. João VI. O Campo era o único local com amplitude suficiente para servir como cenário e palco das circunstâncias reais. Todavia, era uma área cotidianamente negligenciada, um espaço de urbanidade pouco visível quando não paramentado para as ocasiões especiais.

Em 1821, a população das freguesias urbanas totalizava pouco mais de 79 mil habitantes [Noronha Santos, 1981, p. 163]. No final desse ano, a britânica Maria Graham (1785-1842) anotava em seu diário que o Rio de Janeiro era uma “cidade mais européia do que a Bahia [*Salvador*] ou Pernambuco [*Recife*]”, e que havia “duas praças muito belas, além da do Paço”: a praça da Constituição [*atual Praça Tiradentes*] e o Campo de Santana, “extremamente extensa, mas inacabada” [Graham, 1956, p. 187-8].

Curioso que D. Pedro I, em seu discurso na abertura da Assembléia Constituinte e Legislativa em maio de 1823, relacionou melhorias no Campo da Aclamação como esforço de seu governo:

...privou-se esta extensa praça de inundações, tornando-se um passeio agradável, havendo-se calçado por todos os lados, além de diferentes travessas, que se vão fazendo para mais embelezá-la [apud Graham, 1956, p. 266].

Uma *place royale* carioca

O sucesso dos eventos festivos no recinto certamente incentivou propostas de melhorias para a área — a mais ambiciosa, planejada em 1827. Em 1825, o arquiteto oficial Grandjean de Montigny apresentou dois projetos de monumentos em honra a D. Pedro I, por encomenda do Senado da Câmara: um equestre, para a praça da Constituição (efetivamente materializada em 1862), e outro pedestre, para o Campo de Santana. Dois anos depois, D. Pedro indicou o último recinto como o “mais conveniente”. Montigny, com sua espetacular visão de urbanista *avant la lettre*, propunha a remodelação completa do Campo, a partir do mote inicial da localização do monumento. O espaço determinado era problemático, “considerando a imensidade desta Praça, sua irregularidade e a pouca dignidade que apresenta em seu estado atual”. Ponderava, com a verve *Beaux-Arts*:

...O Campo de Santana em seu estado atual não podia dignamente receber este Monumento, porém que era de toda a necessidade restringir a Praça que o deve receber, para que a admiração do Público não seja distraída do objeto que se quer expor a suas vistas; que os Artistas, com tudo, na disposição que adotassem não deveriam esquecer, que a destinação desta Praça exige um vasto espaço para as evoluções militares e as festas públicas [Uma cidade em questão..., 1979, p. 258].

A praça de Grandjean de Montigny ostentava a tipologia típica das *places royales* européias [a propósito, ver o capítulo DA PRAÇA AO JARDIM PÚBLICO]. Suas dimensões seriam de 360,00 por 190,80 metros, equivalente à “reunião das três maiores Praças de Paris”, segundo o arquiteto. Uma enorme superfície regular, o centro ocupado por uma estátua equestre do imperador mais quatro chafarizes de repuxo balizando os cantos (“a entreter o asseio e frescura”), com os edifícios com dois pavimentos mais o porticado no térreo (“que servirão de passeios públicos”) emoldurando o ambiente, vazado em quatro entradas principais — uma delas assinalada como um arco do triunfo — regularmente alinhadas nos eixos visuais que se cruzam sobre o monumento [Uma cidade em questão..., 1979, p. 162-3; 258-9].

Comparando-se as medidas originais do Campo de Santana registradas pelo Padre Perereca e as apresentadas por Montigny para sua nova praça, houve uma redução proporcional tanto da largura como do comprimento do seu espaço aberto para quase a metade das dimensões originais. O arquiteto francês compôs um retângulo perfeito para o recinto acomodando a irregularidade planimétrica do Campo nas projeções dos lotes ou edifícios ao redor da praça.

A *place royale* de D. Pedro I jamais foi executada.

Excesso de vazio

O Padre Perereca, sempre hiperbólico em suas descrições, afirmava que o Campo de Santana tinha uma “extensão capaz de conter reunidos todos os moradores da cidade” [Santos, 1981, v.1, p. 49]. Se não tanto, Ernst Ebel tocava no mesmo diapasão, em 1824: “o campo é tão grande que 20.000 homens podem nele facilmente manobrar” [Ebel, 1972, p. 73]. O oficial alemão Carl Schlichthorst, mercenário que serviu ao exército brasileiro em 1824-26, também se admirava com a largueza do Campo:

Nenhuma capital européia pode gabar-se de possuir uma praça pública como a da Aclamação, geralmente denominada de Campo de Santana. O pequeno pavilhão erguido no seu centro nele se perde como a cabana dum pastor em vasto prado. Cobre-o o verde mais viçoso em todas as épocas do ano. Quando há fogos de vista, cabem ali folgadoamente todos os habitantes da capital. Três vezes mais gente não o encheria de todo. A guarnição do Rio de Janeiro, que, antes da expedição a Montevideu, se compunha de 8 mil homens, não dava para cercá-lo, formada em quadrado, e o Imperador, com sua Guarda de Honra, numeroso séquito, centenas de carruagens e milhares de espectadores reunidos na parte central, vistos de longe, pareciam apenas pequenos grupos brilhantemente coloridos a mover-se devagar sobre o verde tapete do solo [Schlichthorst, 1943, p. 46].

Pouco ou nada evoluiu na fisionomia do Campo de Santana em descrições feitas no final da década de 1830 e no início da de 1850. Numa matéria publicada no *Universo pitoresco*, “jornal de instrução e recreio” editado em Portugal nos anos 1839-40, o Campo de Santana é descrito como

...um vasto paralelogramo que divide em duas a capital do Brasil; ao ocidente eleva-se a cidade nova, começada a edificar logo depois da chegada da família real portuguesa àquela metrópole; e ao oriente fica a cidade velha. É cercado todo aquele imenso campo por pequenas casas, pela maior parte de mesquinha aparência; contudo, o palácio do Senado, [...], serve-lhe de adorno, e, posto que este edifício não seja suntuoso, não deixa de ser agradável o seu exterior [apud Coelho, 1965, p. 119].

O testemunho do naturalista Hermann Burmeister nos anos de 1850-52 era desolador:

As grandes praças é que não são suficientemente limpas, sobretudo o Campo de Santana. Ali se vêem, ao lado dos passeios e das ruas sem calçamento, amontoados de lixo, trapos velhos, sapatos gastos e chapéus rasgados em grande quantidade, e, por vezes, coisas mais indelicadas ainda. Mas esta praça encontra-se fora do bairro

melhor e poucas são as boas casas que apresenta, embora seus flancos sejam ornados pelos edifícios do Senado e do Museu. Parece mais um campo afastado que o centro de uma grande capital, como, por vários motivos, deveria ser considerado [Burmeister, 1980, p. 59].

Registros na imprensa da época também criticavam as condições do local. Uma matéria no *Jornal do Commercio* de 2 de abril de 1854 lamentava o estado do Campo:

A praça da Aclamação que será sempre o campo de Santana, estava talhado para a maior do mundo; mas a nossa incúria é tal que a converteu em imenso e asqueiroso campo. A praça da Concórdia em Paris e Trafalgar Square, são inferiores em tamanho e a essa nossa praça; mas aí a arte vem em socorro da natureza, e aqui a natureza é adulterada e escarnecida pela arte [apud Ferrez, 1965, p. 220].

Um epigrama publicado na revista de Henrique Fleiuss (1823-82), a *Semana Illustrada*, em 1865, satirizava a administração pública:

Mudam-se os nomes das ruas
Mas a nossa edilidade
Devia usar nas mudanças
Um pouco mais de equidade.
Pois o Campo de Santana
Não merece esse favor?
Quando se melhora tudo
Não deve ele ir a melhor?
Qualquer destes nomes há de
Agradar aos mais casmurros:
Ou “Cemitério dos gatos”,
Ou “Necrópole dos burros”!

[apud Carmo Netto, 1927, p. 456].

Uma vida de praça

O cotidiano mais redundante do Campo de Santana deveria ser a presença de lavadeira em busca da preciosa água do chafariz de pedra, inaugurado em 1818. Ernst Ebel em 1824 observou que ele sempre ficava “rodeado de escravas que ali lavam roupa, batendo-a com toda força” [Ebel, 1972, p. 73]. Décadas

depois, nos anos 1850, Hermann Burmeister admirou-se com a “lavanderia constantemente ocupada por numerosas negras”. Essa atividade motivou um comentário do naturalista sobre a paisagem do local:

Toda a parte superior da praça, onde está o grande repuxo, fica, assim, diariamente coberta de roupa estendida, o que oferece um curioso aspecto. Quem entra pela Rua do Conde tem, de longe, a impressão de um acampamento de negros cheio de barracas e com a população em grande atividade [Burmeister, 1980, p. 60].

Essa rotina deveria ser quebrada de tempos em tempos. Maria Graham foi testemunha ocular em 12 de janeiro de 1822 do motim de cerca de 700 milicianos portugueses, que se posicionaram no alto do morro do Castelo com artilharia, ameaçando “saquear a cidade”. A contra-ofensiva foi organizada no Campo de Santana, com uma tropa de 4.000 homens, “franzinos, mas saudáveis, ativos e cheios de ânimo [...], resolutos em seus propósitos e determinados a defender seus direitos e seus lares”, na lembrança da inglesa. Esse momento de gravidade permitiu o registro de um determinado cotidiano do Campo:

...fomos para o Campo e encontramos os brasileiros instalados, na maior parte, em alguns prédios inacabados. [...]. O Campo apresentava os aspectos mais diversos. Dentro do recinto em que a artilharia fora instalada, tudo era gravidade e atenção ao trabalho; os soldados estavam alerta e os oficiais, em grupos, comentavam os acontecimentos da noite precedente e as circunstâncias do dia. Aqui e ali, tanto dentro quanto fora do círculo, estacionava um orador com seu grupo de ouvintes, atento às discussões políticas ou arengas patrióticas. Na parte aberta do campo vagavam alguns soldados ou companhias inteiras, fugindo ao ardor da multidão dentro do cercado, bem como cavalos, burros e jumentos muitos dos quais deitados, pela evidente fadiga. Vinham negros de todas as direções, carregados de capim ou milho para os cavalos, ou levando à cabeça bebida fresca ou doces para os homens. Num canto, um grupo de soldados, exaustos pela viagem e pela vigilância, jaziam dormindo. Num outro, brincava um círculo de moleques. Em suma, viam-se todas as maneiras de enganar o tempo enquanto se espera um grande acontecimento, desde aqueles que aguardavam a hora silenciosa e pacientemente, com solene temor do que poderia ocorrer, até os que simplesmente desejavam ocupar-se e enchem o intervalo com o que poderia fazê-lo passar mais suavemente [Graham, 1956, p. 205-6].

O Campo de Santana como espaço de celebração popular, no entanto, conhecia seu ponto alto nas festas em honra à sua padroeira, comemorada em 26 de julho na igreja que emprestou seu nome ao lugar. Nesse dia, o Campo assumia os ares de uma genuína praça, tomada pelos fiéis e pela população em geral, numa comunhão de rituais religiosos com o entretenimento mundano. Um testemunho dessa convivência é a calorosa descrição (e participação) do mercenário alemão Carl Schlichthorst no evento, entre 1824 e 1826:

No dia de Santana, faz-se brilhante festa na igreja de sua invocação. Ao anoitecer, em grande número, os habitantes do Rio de Janeiro se aglomeram na imensa Praça da Aclamação, toda iluminada com barris de piche e fogueiras.

No adro da igreja, ergue-se um arco de triunfo lindamente iluminado. Dos lados, há tribunas para as notabilidades da Diocese, cujos filhos representam uma espécie de comédia. Em um trono, vê-se sentado um pequeno rei de coroa à cabeça [*Schliththorst deve estar se referindo a uma encenação no império*] rodeado de camaristas e generais. Todos procuram imitar bem a arrogância peninsular de seus progenitores. Um palhaço faz leilão dos presentes oferecidos em benefício da igreja, com esse espírito peculiar, quero dizer católico, que se encontra em todas as comédias eclesiásticas...

...Nos intervalos, faz-se ouvir uma música barulhenta, negras oferecem guloseimas à venda, as moças brancas ou mestiças lançam do mesmo modo as redes de seus olhares, os cidadãos honestos passeiam de braço dado com suas obesas esposas, senhores e escravos se misturam, e, afinal, em tudo prevalecem uma ordem e uma decência admiráveis...

...Senhoras e senhorinhas sentam-se de pernas cruzadas à moda oriental, em esteiras e tapetes estendidos sobre o capim. As crianças brincam em volta. [...]. Velas acesas por toda a parte. Não sopra uma aragem. Foguetes solitários riscam o céu. Por entre longa fila de vendedores ambulantes, comodamente refestelados por trás de suas cestas iluminadas, apregoando frutas, balas, pastéis, licores, e que sei eu, a gente mergulha aos poucos no profundo silêncio da noite, que cobre com seu estrelado esplendor tropical a imensa praça.

Alguns casais passeiam, cochichando, para cima e para baixo. Sobre a grama macia, celebram-se horas de amor. Só as alamedas que cortam o Campo estão cheias de carruagens e de magotes de povo em constante movimento. A polícia manifesta-se com o esplendor de numerosas patrulhas de cavalaria, que produzem mais estorvo do que proveito, pois a multidão mantém melhor a ordem por si mesma. [...].

Por volta de meia-noite, chega o Imperador, geralmente a cavalo. Tiros de peça e rojões anunciam o começo dos fogos de vista. Logo se queimam vários, pouco notáveis, quer pelo engenho, quer pelo esplendor. Terminam com dois pequenos fortes que atiram num navio posto entre eles, o que se incendia e vai pelos ares, com grande júbilo do povilêu.

O tenente alemão encantou-se com a sociabilidade fácil no curso dos festejos:

Naquela noite, a sorte deu-me a oportunidade de apagar uma moça que na verdade estava pegando fogo, em consequência dum foguete mal dirigido. Num instante, o fino vestido de cambraia se pôs em chamas. Sem hesitar muito tempo, atirei sobre

ela meu largo manto escocês e, enrolando-a nele com meus braços, abafei o incêndio quase tão rapidamente como ele começara.

A moça, de aparência decente, estava desacompanhada. Ofereci-lhe o braço e levei-a para sua casa. Algumas escravas nos seguiam. A esse feliz acaso fiquei devendo minhas horas mais agradáveis no Rio de Janeiro [Schlichthorst, 1943, p. 75-7].

A demolição da igreja de Santana em 1857, para dar lugar à estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, liquidou a tradição de festas religiosas no Campo.

Um jardim para o fim da monarquia

O ano de 1870 marcava o fim da guerra do Paraguai — com severas seqüelas econômicas para o Brasil —, bem como a fundação do Partido Republicano, a congregar grupos com novos interesses. O censo desse ano apontava uma população de 191.002 habitantes nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro. Entre o recenseamento de 1821 e 1838, a população urbana havia crescido à taxa de 22%; de 1838 a 1870, o índice se elevara para 97% [Abreu, 1987, p. 39]. Com a ascensão do ministério conservador do Visconde do Rio Branco em 1871, assumia como ministro do Império do Gabinete o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919). Era então discussão corrente a necessidade de medidas de saneamento para o Rio de Janeiro, percebidas como produto de intervenções mais amplas no tecido urbano da capital. As reformas urbanas constituíram um ponto do programa do novo governo, e a formação de uma Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, composta pelos engenheiros Francisco Pereira Passos (1836-1913, o futuro prefeito), Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim (1838-1916) e Marcelino Ramos [Chiavari, 1985], redundou na elaboração de planos de intervenção urbanística com inspiração nas obras do Barão de Haussmann (1809-91) em Paris nos anos 1853-70.

Consta que em várias oportunidades tentou-se a arborização do Campo da Aclamação — a maior, em 1853 [Cruls, 1965, v. 2, p. 489]. O Arquivo Nacional guarda um desenho datado de 1862 com proposta de melhoramentos para o Campo, “onde se deverá construir o novo teatro lírico” [Pereira, 1988]. Mas foi na década de 1870 que o Campo da Aclamação sofreu completa metamorfose, transformando-se num grande jardim de gosto francês, num esforço patrocinado pelo

conselheiro João Alfredo. Sustentava o conselheiro que, quando chegou ao Rio de Janeiro em 1861 como deputado, teve

...má impressão da grande praça onde pastavam burros lazarentos e trabalhavam em descoberto lavadeiras, expondo aos transeuntes tachos de barrela e extendaís de trapos [apud Aragão, 1946, p. 48].

Duas propostas no início dessa década não saíram do papel: uma assinada pelos engenheiros Jorge Rademaker Grunewald, Heitor Rademaker Grunewald e João José Machado Rangel; a outra por Francisco de Azevedo Caminhoá e P. Bénard [Pereira, 1988].

Foi efetivamente em 1873 que o paisagista francês Auguste François Marie Glaziou [que remodelou o Passeio Público — ver capítulo O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO] projetou e iniciou a execução de um jardim, cuja inauguração se deu em 7 de setembro de 1880.

Quase três anos depois, o alemão Carl von Koseritz (1830-90), chegado ao Brasil com 21 anos na tropa mercenária contratada para servir ao exército brasileiro, então em atividade como periodista no Rio Grande do Sul, escreveu suas impressões de viagem pelo Rio de Janeiro, publicadas na Alemanha em 1885:

Visitamos ontem o grande jardim do Campo de Santana (Praça da Aclamação) [...]. Conheci o Campo de Santana há 32 anos como um pântano enorme, onde se reuniam à noite todos os vagabundos do Rio e muitos milhões foram gastos para transformar aquele pântano num dos mais belos parques do mundo. A orgulhosa cidade imperial deu-se este luxo: queria ter um grande parque e o teve. O Campo de Santana é quase da extensão da nossa Várzea (Campo do Bonfim) [*atual Parque Farroupilha — a propósito, ver o próximo capítulo, DA VÁRZEA DO PORTÃO PARA O CAMPO DA REDENÇÃO*], e o parque cobre todo o espaço, com exceção das largas alamedas que o cruzam nas quatro direções. Pode-se assim fazer uma idéia do tamanho deste jardim, que é cercado em toda a sua extensão por um muro de granito encimado por artísticas grades de ferro. Numerosos e largos caminhos, cobertos de areia fina, cruzam o parque; lindas árvores e moitas de arbustos das mais raras e belas qualidades se espalham pelos seus gramados; pequenos lagos e canais correm em todas as direções atravessados por pontes que fingem, em pedra, troncos de árvores; lindas ilhas de pedra cobertas de vegetação exótica levantam-se no meio das águas; tritões de bronze atiram para o ar repuxos cristalinos; cisnes cortam as águas; aqui e ali pedestais de pedra coroados com estátuas e grupos de figuras se mostram nas margens dos lagos e canais: — em uma palavra, tudo é belo e magnífico, mas o soberbo é este grande conjunto de pedra, de cujo cimo brota uma maravilhosa cachoeira que cai sobre um tanque de pedra, no qual nadam peixes dourados que vivem na maior camaradagem com jovens marrecos. Por uma estreita passagem chega-se à entrada de uma grande caverna, que toma todo o interior do rochedo, rebrilhante de lindos cristais, enquanto descem do teto enormes estalacti-

tes. É belo o interior desta caverna sobre a qual se lança a cachoeira e o conjunto causa realmente uma grandiosa impressão. Não é nenhuma brincadeira, como em Pelotas ou entre nós na Praça Conde d'Eu [*atual praça Quinze de Novembro, em Porto Alegre*]; aqui é coisa séria, temos diante de nós uma obra de arte que custou milhares de contos... [Koseritz, 1972, p. 124-5].

Koseritz fazia eco ao partido da oposição — os liberais — que não consideravam prioritária as reformas urbanas, bem como manifestava seu apreço maior a outro recinto, o Passeio Público:

Quantas magníficas estradas poderiam ser ali construídas com a infindável quantidade de dinheiro que o Campo de Santana consumiu... Não foi somente esta idéia que toldou minha alegria diante das belas obras artísticas do parque, pois a impressão total que o mesmo me causou não foi nada favorável. O grande jardim não está ainda completo; árvores e arbustos são ainda demasiado novos; o efeito harmonioso do conjunto é perturbado seriamente pela falta de sombra; por toda a parte há muita luz e pouca sombra, muita arte e pouca natureza. A única coisa que contentou realmente os meus olhos, de maneira absoluta, foram os maravilhosos gramados, como nunca tinha ainda visto no Brasil. As superfícies verdes de bem cuidada e bem aparada grama agradaram-me extraordinariamente e foi o que realmente me impressionou. Porque o resto eu já tinha visto em muito melhor e mais belo, nos grandes parques da Alemanha, principalmente no soberbo e até hoje não igualado parque de Worlitz, onde vivi tão felizes dias, como alegre criança.

Aqueles dos meus leitores que conhecem o Rio, e que têm os olhos abertos para as belezas naturais, concordarão comigo em que o Passeio Público, que custou muito menos, é muito mais belo que o grande parque do Campo de Santana [Koseritz, 1972, p. 125-6].

A defesa de uma iniciativa

Altamente criticado pela oposição liberal, o conselheiro João Alfredo não mais estava na chefia do ministério quando o jardim foi inaugurado. Mas ele foi defender sua iniciativa na câmara dos deputados, em 1874, ainda nos primórdios da obra:

Falou o nobre deputado no ajardinamento do Campo da Aclamação. Esse ajardinamento é a satisfação de uma necessidade pública, e muito há de influir não só na salubridade desta capital, como nos costumes da população. Todos compreendem que uma cidade como a do Rio de Janeiro, de clima cálido, precisa de refrigérios, para que a população se distraia; e refrigérios como o que se prepara no Campo da

Aclamação, são verdadeiros pulmões para as cidades. Ora, em vez do espetáculo repugnante que a cada um de nós e ao estrangeiro oferece atualmente o Campo da Aclamação, creio que será muito agradável ter dentro de 6 ou 8 anos aquela grande praça ajardinada, e isto com a maior economia, como tenho procurado fazer [...]. Compreendo que é do interesse de todo o Império que a sua capital seja digna dele [Aragão, 1946, p. 48].

Os jardins do fim do século

Em livro publicado em 1886 por Émile Allain, o francês se reportava à existência de doze jardins públicos no Rio de Janeiro, seis de pequeno porte [11 de Junho (tragada mais tarde com a abertura da avenida Presidente Vargas), praça Municipal (desaparecida com a atual avenida Barão de Tefé), S. Francisco de Paula, defronte à estação D. Pedro II, praça General Osório (antigo largo do Capim, também desaparecida com a abertura da Presidente Vargas) e o cais da Glória (próximo à base da igreja, embora hoje não mais como cais) — os últimos quatro jardins com intervenções de Glaziou] —, e as demais, “que oferecem locais de passeios agradáveis”, “por ordem de importância”, segundo o autor: praça D. Pedro II (atual praça 15 de Novembro), praça Duque de Caxias (atual largo do Machado) — estas duas com intervenções de Glaziou] —, praça da Constituição (atual praça Tiradentes), o Passeio Público (também com o toque de Glaziou), o Campo da Aclamação e o Jardim Botânico — além do jardim do palácio da Boa Vista (então Parque Imperial — igualmente remodelado por Glaziou), espaço do palácio franqueado ao público. Não fica clara a hierarquia proposta, mas Allain registrava o potencial do jardim do Campo:

É o maior da cidade, propriamente dito [...]. Este jardim oferece um belo passeio, que se tornará mais agradável ano a ano na medida que cresçam os bosquetes que o decoram. Durante o inverno, é freqüente que o mal tempo afugente as gaivotas do mar e que elas venham ao jardim, onde sua plumagem quase branca contrasta vivamente com o verdor do gramado.

Sem ser comparável ao horizonte que se abre do terraço do Passeio Público, a vista dos que caminham pelo jardim do Campo para os morros de Santa Teresa e do Livramento e ao pico da Tijuca não carecem de grandeza.

Mas o francês repetia uma recorrente constatação:

Esses dois belos jardins são infelizmente pouco freqüentados, e quase exclusivamente pela população estrangeira [Allain, 1886, p. 111-4].

A “orgulhosa cidade imperial” perderia Sua Majestade nove anos após a inauguração do imponente jardim. Irônico destino: foi um dos ilustres moradores da banda oeste do Campo da Aclamação que selou o fim da monarquia: o marechal Deodoro da Fonseca. Palco de memoráveis comemorações durante o Império — seu nome vem emprestado de um desses eventos — o último ministério de D. Pedro II é deposto no quartel de Santana, onde se instalou para organizar a resistência. A partir de então, o Campo da Aclamação passou a se chamar praça da República.

Em 1909, o viajante português José Augusto Corrêa fazia uma presunçosa comparação do jardim:

Ocupa o centro da maior praça do mundo, com superfície de 198.000 metros. O Campo de Marte, em Paris, tem 112.000 metros; a Praça Real, de Berlim, 100.000 metros; a Praça do Hotel de Ville, em Viena d’Austria, 90.000 metros, e a Praça da Concórdia, em Paris, 89.000 metros. E isto para citar só as principais. [...] A superfície plantada é de 86.000 metros; os lagos e os rios ocupam 18.000 metros e os arruados 43.522 metros [Corrêa, 1909, p. 81].

Nos anos de 1820, o Padre Perereca calculava a maldefinida área do Campo de Santana em cerca de 214.500 m²; Grandjean de Montigny, em sua proposição de controlar arquitetonicamente o espaço do Campo da Aclamação nos moldes de uma *place royale* projetou, em 1827, uma área livre de 68.690 m²; Émile Allain, em 1886, estimava a área do jardim em 165.000 m²; o português José Augusto Corrêa avaliou a praça da República em 198.000 m²; a Inspetoria de Matas, Jardins, Caça e Pesca, em 1914, calculava-a em 146.421 m² [Ribeiro, 1914].

Fim das confluências

Notável é a persistência de uma mancha aberta ao longo do tempo nos mapas que registram a dominação de um território pelo homem. Das primeiras plantas a atribuírem alguma geometria definida ao Campo de Santana ao mais recente cadastro municipal, esse vazio urbano se mostra cheio de significados. Um dos rossios da cidade, cujo primeiro marco de ocupação foi uma capela de enjeitados negros em pleno século 18, convivendo com animais pastando e excrementos depositados por ordem da própria câmara. Mas o descampado era tão vasto que essa co-habitação não incomodava os interessados. Tanto que novos

usuários chegaram ao local: os devotos de Santana, os militares a demandarem um campo aberto para suas manobras e treinamentos.

Quando a família real portuguesa aportou no Rio de Janeiro, o Campo de Santana era um dos limites das freguesias urbanas. Mas digno lugar, concorrido cenário e palco para todas as camadas sociais do Rio de Janeiro durante as celebrações ao Divino e à santa que lhe emprestava o nome — mesmo que nos demais dias do ano o lixo tomasse conta.

Capital de um reino, o Rio de Janeiro precisava se urbanizar com a dignidade de uma Corte. Implementou medidas incentivando a ocupação rumo ao oeste. Preservou o vasto Campo de Santana e criou a Cidade Nova — rompendo com os limites da urbe colonial.

Preservou e se apropriou daquele espaço. Se o largo do Paço era o lugar do desempenho do poder e a Quinta da Boa Vista, a moradia real, o Campo de Santana era o teatro das celebrações e dos conflitos. Campo para exibir a pompa presunçosa de uma Corte deslocada de seus palácios do Velho Mundo; onde o povo podia aclamar ou desdenhar seus governantes, invocar a proteção divina e demonstrar sua fé religiosa; lugar para discursar, vender, brincar, passear, onde “as moças lançam suas redes de olhares”; ponto de encontro para preparar-se para a luta ou batalhar por suas ideologias — ou simplesmente lavar as roupas.

Vazio que foi se emoldurando com nobres construções ao longo do século 19, palácios públicos e instituições que só contrastavam com a desolada aparência do Campo, ainda tão descuidada como quando D. João mandou construir um chafariz, cheio de vida e cor graças às lavadeiras em suas rotinas cotidianas. Intervenções isoladas no tempo foram desmanchando homeopaticamente as marcas originais do espaço: ampliações dos quartéis tomaram as edificações religiosas; a estação de trem desapropriou o signo instaurador do lugar — a igreja de Santana — passando a despejar milhares de cariocas na região. O jardim remove o chafariz, remove a amplidão e a liberdade do espaço — a chegada da República não encontra o tradicional descampado para a aclamação, mas uma nesga de rua para reunir poucos interessados.

Na cartografia do século 19, o Campo de Santana foi a articulação entre a Cidade Velha e a Cidade Nova, ou entre o núcleo colonial e a cidade imperial; a confluência do espaço religioso, do espaço militar, do espaço mundano, do espaço da realeza. O jardim de Glaziou liquidou essa rica sobreposição: instaurou uma norma, uma disciplina na qual o júbilo da festa, o temor do confronto, o ruído da manifestação popular dá lugar à celebração da natureza domesticada pelos humanos.

Da Várzea do Portão para o Campo da Redenção

Quereis gozar um espetáculo que não é muito comum, mesmo na Grande Ópera? Subi ao ponto mais elevado da colina, onde está a praça principal e tereis, abaixo de vós, ao norte [...] a cidade que se estende em taludes; a enseada coberta de navios; as ilhas e o curso sinuoso de cinco rios que se alonga exatamente como uma mão aberta, de dedos afastados; depois as casas de campo orlando em semicírculo a margem sombreada da baía; os vales arborizados que se prolongam paralelamente às colinas do nordeste; a *Vargem*,* ou a planície que fica atrás da cidade, com seus jardins, seus laranjais, suas bananeiras, palmeiras, cactus, tudo cercado de muitas espessas, quase sempre cobertas de mimosas amarelas, vermelhas, violetas ou brancas, e por fim, mais além da planície do sul, repousando agradavelmente a vista, lindas casas de campo (*quintas, chácaras* ou *fazendas*) bem construídas e situadas pitorescamente na inclinação do morro.

Arsène Isabelle, viajante francês em Porto Alegre, 1835

Porto Alegre deve suas origens às escaramuças entre portugueses e espanhóis. Os paulistas conheciam bem a região, devido às suas andanças pelos domínios de Castela no vice-reino do Rio da Prata, nos territórios que o tratado de Madri (1750) afinal definiu como pertencendo a Portugal. Na geografia da segunda metade do século 18, o núcleo de Rio Grande (fundado em 1737) foi a primeira capital do “Continente de São Pedro”, até 1763, quando a ocupação

* Isabelle confunde o termo *vargem* com *várzea*. O viajante está se referindo à várzea do Portão.

espanhola forçou a mudança da sede administrativa portuguesa para Viamão e, a partir de 1773 e doravante, para o aglomerado que se chamaria Porto Alegre. No final do século 18, defesas fortificadas foram erguidas para proteger a freguesia, sendo tal aglomerado elevado à condição de vila somente em 1810. Doze anos depois, seria reconhecido como cidade [Spalding, 1967].

Na primeira década do século 19, Porto Alegre crescia com o desenvolvimento do comércio do trigo. A vila ostentava uma situação privilegiada: às margens do rio Guaíba, estuário dos vários rios que atendiam à navegação dos vales do Taquari, Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí (norte e centro da Província). Sua localização lhe assegurava uma vocação comercial a serviço do escoamento da produção agrícola das regiões que a elegiam como saída obrigatória de suas riquezas.

Todavia, a partir de 1820 o centro da economia pendeu para o sul da Província de São Pedro com a expansão da pecuária, beneficiada pelos conflitos envolvendo os principais exportadores de produtos animais nos vizinhos países platinos. Ao longo da primeira metade do século 19, a região polarizada por Rio Grande e Pelotas tornou-se economicamente hegemônica com a produção de charque e couros. Marginalizada do principal fluxo comercial, Porto Alegre conheceu um período de escasso crescimento, registrado nas dificuldades de intervenções urbanas tentadas nessa fase.

A área que nos interessa ficava fora dos limites protegidos da Porto Alegre colonial. Aliás, mesmo após a derrubada dos muros, em 1845, a cidade não ultrapassava as fronteiras virtuais definidas pelas posturas policiais [denominação de então das posturas municipais] de 1931 [Spalding, 1967]. Contíguo aos muros, havia um terreno alagadiço, cujo acesso se dava por uma abertura na defesa murada: era a várzea do Portão. Ao longo do século 19, esses terrenos ficaram conhecidos como o Potreiro da Várzea; sua primeira denominação oficial veio em 1870, quando um vereador propôs e a Câmara acatou o nome de Campo do Bom Fim, em decorrência do surgimento da igreja de Nosso Senhor do Bom Fim (1867). Em 1884, a libertação de escravos em parte da cidade ensejou nova denominação proposta pela Câmara, transformando-o em Campo da Redenção — nome que durou até 1935, quando um decreto do prefeito renomeou-o como Parque Farroupilha, às vésperas da inauguração da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, organizada no recinto. Ainda hoje, decorrido mais de meio século desde a última mudança de nome, a população ainda chama de Redenção a área de 42,5 hectares do mais importante parque recreativo no coração da capital do Rio Grande do Sul.

À margem da cidade

Cinco topônimos retratam quase dois séculos de transformações. História que tem uma precisa data de início: 23 de fevereiro de 1807, ocasião em que a Câmara Municipal solicitou ao governador da Província, Paulo José da Silva Gama (1779-1826), a concessão de uma grande área para usufruto da municipalidade. Em 24 de outubro seguinte, o governador concordava com a cessão. O documento é bastante esclarecedor:

Em conseqüência da carta do ofício que vv.mces, me dirigiram em data de 23 de fevereiro do presente ano, pedindo-me a concessão das duas várzeas que se acham devolutas na entrada do Portão desta vila, e na margem do sul do Gravataí [...], para servirem de logradouro desse conselho para os utilíssimos e necessários fins de conservação de gados que matam nos açougues desta vila, e *descanso dos viajantes que vêm de fora em suas carretas e carros com gados e bestas de sua condução*: e por me constar *que este conselho não tem algum outro logradouro ou rossio público*, Hei por bem conceder-lhe, como pelo presente concedo em nome de Sua Alteza Real, a data dos terrenos que presentemente se acham devolutos nas sobreditas duas várzeas do Portão e margem do Gravataí, até às extremas divisas dos moradores e possuidores, que têm chácaras e terrenos cercados e valados nas suas circunferências que lhe ficarão servindo e para melhor conservação do direito e domínio que fica pertencendo ao Conselho desta Vila, pela presente concessão vv.mces. farão logo medir e demarcar judicialmente as sobreditas duas várzeas, para se saber a todo o tempo qual é a sua extensão e divisas, cujos terrenos não poderão ser alienados sem expressa licença de S.A.R. na conformidade do que se acha determinado pelo Alvará de Lei de 23 de julho de 1776... [Spalding, 1967, p. 296][grifos do autor].

Inúmeras tentativas de demarcação foram feitas. Estima-se que a área concedida contasse com algo em torno de 69 hectares na época [Macedo, 1973].

Durante quase todo o século 19, a várzea do Portão vegetou como depósito de gado para o único matadouro autorizado a abastecer os açougues, situado na vizinhança. Área alagadiça no inverno e seca no verão, mas que demandava cuidados quanto ao seu aproveitamento. Em 1827, o brigadeiro Salvador José Maciel, presidente da Província, reclamava providências da Câmara quanto à drenagem da área. A resposta negativa dos vereadores amparava-se na falta de recursos para intervirem no local, embora reconhecendo o

...quão danoso e nocivo é aos habitantes da Cidade a conservação das águas que, pela afluência das chuvas, principalmente na estação invernos, ficam estagnadas, tornando por isso o belo lugar da Várzea intransitável a pé, e o mais terrível porque,

devendo ser uma paragem de salubridade, passa a ser sítio pestífero [Franco, 1988, p. 162-3].

A incorporação desses terrenos junto à cidade manifestou-se em inúmeros projetos da Câmara Municipal, numa sequência que testemunha as potencialidades de ocupação e desdobramentos possíveis que um vazio ao lado do aglomerado urbano sugeria à mentalidade dos edis oitocentistas.

Sedução do vazio

Lotear foi um esforço recorrente, iniciativa solicitada por diferentes interessados, usualmente justificada pelo ângulo financeiro. Em 1824 a Câmara requeria ao presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, a concessão de áreas devolutas e da própria várzea para loteá-las e vendê-las, com a finalidade de obter recursos para a construção da cadeia. A tentativa de aproveitamento da várzea foi impedida por provisão de 1826 do imperador D. Pedro I, reprovando “a pretensão da mesma câmara, de repartir e aforar a várzea que lhe foi doada, contígua à cidade, por ser conveniente que aquele terreno se conserve livre e desembaraçado, por ser o único que oferece as necessárias proporções para os exercícios militares...” [Spalding, 1967, p. 297]. Em 1834 o presidente da Província remetia à Câmara uma “planta da Várzea da Cidade, levantada pelo major de engenheiros Domingos Monteiro, e dividida em quadras para serem distribuídos os respectivos terrenos por aquelas pessoas que neles quiserem edificar.” [Franco, 1988, p. 163]. A Câmara obstruiu tal iniciativa, invocando a condição original da área como “logradouro público”. A planta da cidade levantada em 1839 pelo prático e mestre-de-obras Luís Pereira Dias trazia na superfície correspondente à várzea um reticulado que sugeria a repartição do terreno em lotes (ou canteiros?), mas foi novamente um presidente da Província, Manoel Antonio Galvão, que oficiou à Câmara a aprovação de uma planta da várzea levantada pelo brigadeiro engenheiro Lopo de Almeida Henriques Botelho e Melo, assinalando “terrenos que estão destinados para ruas e edifícios”. Como em 1834, a Câmara reagiu contra a transformação do logradouro público [Franco, 1988, p. 163-4].

Afora a ocupação por construções, em 1833 o vereador Francisco Pinto de Souza propunha uma alternativa de aproveitamento da várzea. Dizia: “sendo a cidade já bastante grande, e cada vez mais populosa, faltam-lhe, contudo, todos os

meios de entreter os seus habitantes nas horas de recreio”, e propunha a criação de um jardim botânico e passeio público na várzea. A Câmara endossou a proposição, acrescentando-lhe a possibilidade de alienação das partes excluídas do passeio público. Vinte cidadãos contestaram a última manobra, com a alegação do caráter público que o logradouro ostentava desde sua concessão, quase ao final da primeira década do século. A proposta do vereador Pinto de Souza descrevia um passeio com muros, portões, janelas e grades e, singelamente, admitia que “enquanto não puder ser feita desta maneira, cercado de espinhos ou limoeiros” [Sanhudo, 1979, v.1 p. 228].

O viajante francês Arsène Isabelle, em relato de 1835, retratava Porto Alegre:

Há em Porto Alegre cinco igrejas, um hospital, uma casa de beneficência, um arsenal, dois quartéis e uma prisão recentemente construída. Há ainda outros edifícios públicos *em projeto*, e cogita-se de aproveitar a planície, chamada *Vargem** edificando-se nela um museu e um jardim botânico [Isabelle, 1949, p. 275].

Dos estancieiros aos imigrantes

O quadro da segunda metade do século 19 afigurava-se mais positivo para o centro-norte da Província. Superado o conflito da Revolução Farroupilha (1835-45), a partir de 1850 a retomada das charqueadas nos vizinhos platinos numa escala de produtividade em melhores condições que a concorrência dos estancieiros de São Pedro gradualmente minaria a supremacia do sul da Província; paralelamente, a colonização alemã (a partir de 1844) e a italiana (na década de 1870) na região serrana e dos vales dos rios ligados com o estuário de Porto Alegre paulatinamente configuraram uma economia baseada na lavoura e na pequena criação, reanimando a vocação comercial da capital da província. Já nas décadas de 1850/1860, Porto Alegre assimilava a riqueza oriunda do escoamento da produção das colônias de imigrantes, absorvendo produtos, capitais e gente. Na década de 1870, as regiões afastadas dos cursos navegáveis eram alcançadas por linhas férreas; Porto Alegre se tornou o coração do sistema de transportes do centro e do norte da Província [Singer, 1977]. Entre 1852 e 1872, a população da

* O viajante confunde vargem com várzea, conforme observei na nota anterior.

capital saltava para 34.183 habitantes, num acréscimo de 85%; em 1890, Porto Alegre contava com 52.186 habitantes. A capital teve em 20 anos, até 1872, uma taxa geométrica de crescimento demográfico mais de cinco vezes maior que a do período 1848/1858 e quatro vezes a do período 1820/1848 [Singer, 1977, p. 162].

Melhorias urbanas

Os novos ares em Porto Alegre podem estar representados nos marcos arquitetônicos significativos que a cidade ganhou: o magnífico Teatro São Pedro, projeto de Georg Karl Philip von Norman, inaugurado em 1858; a cadeia da Ponta das Pedras, concluída em 1864, a nova Câmara Municipal, concluída em 1870, ao lado do Teatro São Pedro; o Hospital da Beneficência Portuguesa (1867-70) — um pouco afastado do centro — e o Mercado Público Municipal (1870), ambos com a participação do engenheiro municipal Johann Phillip Friedrich Heydtmann; e a Escola Militar, cuja pedra fundamental foi lançada em 1872 em área da várzea (originalmente, prédio para abrigar um quartel) e inaugurada somente em 1887. Antes da instauração da República, Porto Alegre era uma cidade beneficiada com água encanada (a partir de 1862), serviço de bondes com tração animal (1866) e iluminação a gás (1874). A primeira Comissão de Higiene da cidade nasceu em 1850 [Spalding, 1967].

Embora ainda adjacente ao núcleo urbano significativo, o Potreiro da Várzea mereceu em 1863 a atenção de um certo Vicente Febres de Capdevilla, que propusera a criação de um passeio público e jardim botânico na área da várzea, bem como um asilo para órfãos. A Câmara se opôs, para cinco anos depois mandar organizar um projeto de ajardinamento, encomendado a Friedrich Heydtmann, certamente contando com recursos cedidos pelo governo provincial para tal iniciativa. O presidente recomendou a solicitação de recursos para a assembléia — que certamente não a atendeu [Franco, 1988, p. 164].

Transformações na apropriação

A construção da igreja do Bom Fim a partir de 1867 no alinhamento nordeste da várzea ensejou a mudança de nome da área. O nome Campo do Bom Fim (que se estendeu também para o bairro adjacente) atribuiria ao descampado um caráter religioso que, ao que tudo indica, jamais vingou [Franco, 1988, p. 79]. No entanto, a sua destinação original fenecia também: o matadouro que tornava a região um potreiro deixara de funcionar em 1877 [Macedo, 1973, p. 104].

O desenvolvimento dos arraiais afastados do centro urbano (sementes de futuros bairros) sugeriam aos capitalistas investirem em sistemas de transporte e havia registros de interessados em lançar trilhos ou deitar estações na várzea do Bom Fim [Franco, 1988, p. 165; Macedo, 1968, p. 102-3]. Mas nenhuma autoridade criou obstáculos para que um quartel fosse construído em um desmembramento do Campo, no lado sudeste. Afinal, a presença militar se arrogava desde os anos de 1820, quando D. Pedro I assegurou a função de campo de exercícios à várzea. Transformada em escola militar a partir de um quartel, antes de sua inauguração, em 1887, o prédio já recebia alunos. É o que se afere numa charge da revista *A Lente*, de 1884, na qual se registrava a dificuldade de estudantes se deslocarem através do charco do outrora portão até a Escola Militar [Macedo, 1968, p. 100-1]. Reforçando o signo de abandono da área, consta que em 1878 o presidente da Província denunciava à Câmara o abuso de se lançarem animais mortos no Campo; em 1887, a própria Câmara autorizava ali depositar lixo em valas, com o solene protesto da Junta de Higiene da Província [Franco, 1988, p. 164-5]. A extensão do Campo diluía muitas dessas intervenções no vazio, além de permitir aproveitamentos efêmeros mas recorrentes, como cavalhadas e corridas de cavalos [Macedo, 1973].

As intervenções republicanas

No início da República, diluía-se a dicotomia entre o sul pecuarista e latifundiário e o centro-norte agrícola da pequena propriedade: o Rio Grande do Sul também se tornara um grande exportador de produtos da lavoura, e a hegemonia econômica tendia a caminhar para o norte do Estado. A consolidação de uma agricultura sul-rio-grandense dirigida para o mercado nacional assegurou uma

situação privilegiada para a capital. No ano de 1890, Porto Alegre abrigava 52.186 habitantes. Em 1900, a população da cidade crescera mais 41%, chegando a 73.674 habitantes; em mais dez anos, esse número saltava para 130.227, num crescimento de 77%. Em 1920, a população atingia a marca de 179.263 habitantes [Singer, 1977, p. 180]. Além do desenvolvimento do comércio, Porto Alegre tornava-se um centro universitário: em 1896 fundava-se a Escola de Engenharia; em 1899, a Faculdade de Medicina; nas primeiras décadas do século 20, vários estabelecimentos de ensino haviam sido instituídos.

A área do Campo da Redenção haveria de sentir os efeitos da prosperidade. O engenheiro civil José Montauray (1858-1939) foi intendente de Porto Alegre por largo período de tempo: de 1897 a 1924. No ano de sua posse, ele propôs a divisão do Campo com várias ruas formando praças e o loteamento de uma parte para custear as despesas. Somente mais de uma década depois, a Intendência conseguiu alienar terrenos junto à Escola Militar, sem ter alcançado o ajardinamento da área. Efetivamente, o pioneiro tratamento paisagístico que o Campo da Redenção conheceu deveu-se à organização da Primeira Exposição Estadual de Produtos Naturais e Industriais, iniciativa que refletia a dinâmica econômica do Rio Grande do Sul na virada do século. A grande exposição, realizada em 1901, ocupou o vértice norte do Campo da Redenção: uma área com canteiros, passeios e vários pavilhões atribuindo-lhe características de parque. Urbanizou-se um pequeno trecho, mas significativo para a escala urbana de então. Porto Alegre não era uma cidade de espaços generosos em sua malha tradicional. Em uma publicação da Intendência Municipal de 1904, a descrição do item “Praças, Jardins e Parques” traz um retrato do quadro da época:

Possui esta capital várias praças para recreio da população, quase todas arborizadas e ajardinadas, dentre elas mencionaremos:

Campo da Redenção [...]. É esta praça mais importante, tanto pela sua situação central como pela considerável extensão de sua área, 697.735,5 m²; possui uma grande alameda que prolonga-se por toda face de SE; ao Norte acha-se o elegante edifício do Velódromo pertencente à União Velocípédica, ocupa uma grande área toda murada com gradis de ferro sobrepostos, possui um magnífico jardim que dá entrada para o pavilhão, coretos para música e caramanchão para recreio; o magnífico parque, construído para o grande certame de 1901 — encantadores jardins povoados das mais raras e custosas flores, entrecortados por extensos e largos passeios, vários pavilhões, coretos para música, restaurantes, teatros, cascatas, estufas, etc., constituem um conjunto admirável e aprazível de distrações para a população; o grande edifício e pavilhões anexos destinados ao Liceu de Artes e Ofícios — Escola de Engenharia e Museu do Estado, todos circundados por encantadores jardins.



Plano da cidade de Porto Alegre, 1900. A área do CAMPO DA REDENÇÃO se encontra tracejada, à maneira de um loteamento ou divisão, em praças. [A Descriptive..., 1904].



VISTA GERAL DO PARQUE DA EXPOSIÇÃO DE 1901. Em primeiro plano, o recinto da exposição. À esquerda, o pavilhão de entrada e vista parcial do velódromo; na parte centro-direita, a estrutura que serviu ao circo de touros. Ao fundo, o vazio do Campo da Redenção [Porto Alegre: biografia...].

Ao sul levanta-se o grandioso edifício da Escola Militar, cujas obras começaram em 1862 (sic) e terminaram em 1887 despendendo-se cerca de 600 contos, tem 160 metros de frente e 93 de lado, no interior existe um pátio de 8.580 metros quadrados.

A atual administração do município iniciou recentemente a construção de novas avenidas que deverão ligar as faces do Campo a um grande Parque central.

Praça 15 de Novembro. — Fronteira ao Mercado Público, bem encantadeira e arborizada, possui uma gruta, regatos, pontes e chafariz, tornando-se um dos recreios mais concorridos da capital.

Além destas existem as seguintes: General Osório, General Marques, D. Feliciano, Senador Florêncio, Martins de Lima, Marechal Deodoro, Julio de Castilhos, Concórdia, Menino Deus, todas ajardinadas e arborizadas, com o maior esmero, com uma área total de 59.798,30 [metros] quadrados [Cidade e Município de Porto Alegre, 1904, p. 33].

Afora certo tom ufanista na descrição, há de se considerar que dos quase 700 mil metros quadrados do Campo, apenas uma pequeníssima porção estava efetivamente urbanizada e ajardinada naquele momento. Todavia, pela extensão da malha urbana, Redenção situava-se potencialmente como um grande parque central na escala da cidade, articulado com os bairros que se consolidavam afastados do núcleo tradicional. As demais áreas livres descritas no final sequer totalizavam 10% da superfície do Campo da Redenção. Os prometidos parque central e avenidas não lograram.

Um passeio na escala da cidade

E o Campo da Redenção? Faria mal em ter empregado ali até agora 500 contos em nivelamento e ajardinamento de uma pequena área? O bom gosto do povo despertou para estimar tão belo logradouro, no centro da figura da cidade, cousa que poucas capitais do mundo terão, e estimulei assim os vindouros para continuar o ajardinamento. Só daqui a 10 ou 20 anos estará completo o parque, mas isso pouco importa. Era necessário começar. Foi o que fiz e acabei de vez com o campo de pastagem de animais, para gaudío da população que tem bom gosto e que não tem jardins próprios.

Intendente Otávio Rocha, 1927

Em 1914 registrou-se uma intenção de programar as intervenções urbanísticas mediante um plano, elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel — considerado o primeiro planejamento urbanístico moderno para Porto Alegre. No tocante ao Parque da Redenção, Maciel supunha-o como uma área de importância, mas não prioritária:

Procuramos no atual projeto apenas estabelecer o estritamente indispensável para modificar o atual Campo da Redenção, tornando-o um passeio aprazível no centro da cidade, sem cogitar de grandes obras de arte que iriam onerar o orçamento, dificultando assim qualquer empreendimento nesse sentido.

Há espaço suficiente para mais tarde ser embelezado com obras de arte, fontes, grutas, grupos de estátuas, etc., o que não projetamos, pois o presente estado apenas cogita do estabelecimento de um grande parque, com grandes canteiros de relva, pequenos bosques e alamedas, alguns lagos artificiais, dois restaurantes, um coreto para música, estufas com o viveiro do parque que o circunda, a casa de habitação para o jardineiro, além de alguns caramanchões e pavilhões com aparelhos sanitários para o público.

Nada mais simples e no entanto isso já importa em grandes sacrifícios, atendendo a que as despesas feitas com o parque não são remunerativas.

O atual projeto do parque da Várzea deve ser considerado como um anteprojecto, sobre o qual deverá ser calcado o futuro e definitivo com as suas obras de arte. [...]. Justificar a formação do parque da Redenção será inútil, dada a necessidade de todos conhecida [Relatório, 1914, p. 7-8].

Por essa época, o Parque da Redenção apresentava uma configuração mais nítida: o seu lado sudeste era contido pelo grande edifício da Escola Militar; pelo nordeste, esse papel era desempenhado pela igreja do Bom Fim; no lado norte, a área urbanizada para a exposição de 1901 era a principal intervenção paisagística no Campo, contando com um freqüentado e pequeno “Theatro Parque” em seu interior. O prédio do Instituto de Engenharia, concluído em 1901, constituía o marco mais significativo por essa banda, contrastando como a sede da União Velocipédica, um velódromo bastante popular na virada do século. Nos anos seguintes esses edifícios ganharam a vizinhança do Ginásio do Rio Grande do Sul (depois Instituto Júlio de Castilhos), o Instituto Técnico-Profissional, o Instituto Astronômico e Meteorológico, o Instituto Eletrotécnico e por último a Faculdade de Medicina — formando um campus técnico-universitário [Segawa, 1987]. Um circo de touros participou da paisagem da Redenção, entre os vários equipamentos efêmeros que devem ter povoado o descampado. A parte efetivamente equipada para usufruto público e ocupada por muitas edificações concentrou-se no trecho próximo ao antigo portão. As propostas de Moreira Maciel para o Campo

da Redenção — feitas no ano que irrompeu a Primeira Grande Guerra — não foram implementadas e se limitaram à arborização de algumas áreas [Macedo, 1973]. Ao suceder Montauray em 1924, o intendente Otávio Rocha (1877-1928) empreendeu nos poucos anos de sua administração intervenções modernizadoras na cidade, entre as quais o ajardinamento de uma área que se tornou conhecida como Jardim Paulo Gama. Seu sucessor, Alberto Bins (1869-1957), prosseguiu nas diretrizes de Rocha; encomendou ao urbanista francês Alfred Agache (1875-1959) — então em atividade no Rio de Janeiro, elaborando um plano urbanístico para o Distrito Federal — um projeto de ajardinamento do Campo da Redenção, preparado no final dos anos 1920. Foi o plano parcialmente implantado e que serviu como cenário para as instalações da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha em 1935, celebrada no recinto do Campo, rebatizado de Parque Farroupilha. Embora desvirtuado, o desenho de Agache e as obras realizadas em 1935 naquela área foram as intervenções que afinal estabeleceram para a antiga Várzea do Potreiro a condição definitiva de um grande jardim público para a cidade de Porto Alegre.

O Parque Farroupilha é uma materialização tardia de um passeio público previsível na estrutura urbana das cidades do século 19. Originalmente terreno devoluto, a reserva territorial estabelecida pelo governador Paulo Gama no início daquele século para uma grande várzea adjacente à freguesia virtualmente “congelou” uma evidente área de expansão para a cidade. Um vazio dessa natureza sugeriu formas de apropriação menos compromissadas ao longo do tempo: área de treinamento militar, palco para cavalhadas, campo de corrida de cavalos, circo de touros e decerto outras atividades ciosas de áreas livres. Era uma reserva de ocupação difícil: terreno encharcado no inverno, seco no verão, essa alternância demandava investimentos altos para se alcançar um aproveitamento de natureza mais permanente. Não foram poucas as queixas contra a instabilidade física e sanitária do terreno, o seu mal uso como depósito de lixo, as propostas de loteamento da área, de transformá-la em passeio público, jardim botânico — hipóteses não confirmadas pelas limitações de recurso de uma municipalidade ou província pobres ao longo do século 19, ou contestados por pendências jurídicas que revelavam os ânimos políticos de uma época mas que, bem ou mal, asseguraram a integridade parcial da várzea contra formas de ocupação que certamente inviabilizariam a área livre que hoje desafoga a capital gaúcha.

Belém: cada praça um futuro parque

Belém é uma grande cidade moderna. No ponto em que se formou o primeiro núcleo [...] ainda se conservam vestígios dos antigos tempos: pequenas praças, ruas estreitas e curtas, algumas tortuosas, travessas e azinhagas, prédios velhos de construção colonial.

Mas fora daquela zona pode dizer-se que a cidade é feita só de avenidas e parques. Aquelas amplas ruas, muito longas e retas, são todas arborizadas. É uma das peculiaridades locais que mais dão na vista do visitante: a profusa arborização das ruas e praças.

Explica-se assim a agradável temperatura que se tem no Pará. Ali, não só a vizinhança do mar, como a abundância de vegetação, modificam os mais fortes fatores do clima. [...]. Muitas ruas são como túneis de verdura: os dois renques de mangueiras juntam-se pelas copas, e formam abóbadas contínuas de folhagem, de um verde carregado e de uma exuberância maravilhosa.

Rocha Pombo, 1918

A primeira metade do século 19 teria sido um período modorrento para a capital da Província do Pará, não fosse a revolta dos cabanos e a sangrenta repressão à Cabanagem na década de 1830. A economia, ainda atrelada ao extrativismo colonial (drogas do sertão, madeiras, pesca), e remanescentes de algum esforço pombalino no cultivo de especiarias e a pecuária no Marajó sugeriam potencialidades desperdiçadas.

A descoberta do processo de vulcanização em 1839 e o desenvolvimento da indústria automobilística no final do século tornariam a borracha um produto altamente valorizado no mercado internacional. O Brasil, em 1878, era virtualmente o detentor do monopólio mundial da sua produção, e a Amazônia, a grande região de extração do precioso látex. As benesses materiais resultantes desse privilégio instantâneo e efêmero foram marcantes na paisagem das principais cidades amazônicas.

O posicionamento estratégico de Belém diante do mundo amazônico constituía um prerrogativa geográfica: boa parte da exportação da produção regional passava pela cidade, bem como a importação de produtos — de alimentos a manufaturas estrangeiras — mantinha um entreposto na capital do Pará. O seu principal parceiro estrangeiro era a Inglaterra, seguido dos Estados Unidos, França, Portugal e cidades hanseáticas [Bates, 1944]. Já em 1810 a cidade contava com o vice-consulado britânico; na primeira metade do século, outras dez representações estrangeiras se encontravam instaladas na capital. No último quartel dos oitocentos, a cidade já contava com iluminação pública, rede de esgoto e água potável, sistema telefônico, bondes, seis jornais diários, cinco semanários, uma biblioteca pública com 16 mil volumes [Penteado, 1968] e o grandioso Teatro da Paz, inaugurado após nove anos de obras, em 1878. A borracha, riqueza imprevisita nas últimas duas décadas do século 19, iria transtornar ainda mais a condição urbana de Belém.

Os lugares públicos

Nos primeiros trinta anos do século 19, a população de Belém manteve-se estável. Segundo o *Ensaio corográfico* publicado em 1839, de Antônio Ladislau Monteiro Baena (1781-1850), em 1801 a população da capital da Província era de 12.500 habitantes; em 1830, de 12.467 moradores [Baena, 1839, p. 4]. O reverendo norte-americano Daniel Parish Kidder, viajando pelo Brasil em 1839, anotou sobre Belém:

A aparência geral do Pará é mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras e caracteriza-se por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos. Ao traçado urbano não falta nem regularidade nem gosto. Tem três praças públicas: a do Palácio, a do Quartel e o largo da Pólvora. Além dessas, existem diversos

outros largos menores à frente da catedral e diversos dos conventos. As ruas centrais não são largas nem pavimentadas; nelas vêem-se numerosas casas de grande porte, mas as ruas mais afastadas estão repletas de casinhas insignificantes e feias [Kidd, 1943, p. 167].

Ao também norte-americano William Henry Edwards (1822-1909), visitando-nos em 1846, chamou a atenção os três principais largos de Belém:

[*O largo do Palácio*] é bastante amplo, e provavelmente foi feito para embelezar o palácio e a cidade. No entanto, não é nem mais nem menos que um lugar público sujo, de superfície acidentada, tomado de poças d'água na época de chuvas e sem a sombra sequer de uma árvore [...].

O largo da Pólvora abrigava antes o paiol, agora removido para longe da cidade. Aqui, árvores foram plantadas por ordem do presidente Andréa [*interventor enviado pelo poder central em 1836 para lutar contra a Cabanagem*], [...] mas elas desapareceram. Próximo a este largo estão os principais poços de água, junto dos quais pode-se ver, a qualquer momento, grande número de mulheres negras lavando e quarando roupas.

O largo do Quartel é pequeno em extensão, defronte ao quartel, um edifício longo e baixo, onde recrutas índios são civilizados e disciplinados. No centro desse largo há um poço, em volta do qual um considerável número de mulheres descansam seus desgastados jarros de água no parapeito, e com uma dolorosa abnegação, tagarelam e gesticulam o dia inteiro sobre os assuntos na cidade [Edwards, 1847, p. 12-3].

Como dito, afóra os adros religiosos, três largos se destacavam: o vazio cívico palaciano, o espaço para manobras junto ao quartel e o antes temeroso entorno do paiol de pólvora, desativado em meados do século para se tornar um logradouro público afastado do centro significativo da cidade (vale lembrar que esses depósitos, obviamente por motivos de segurança, eram construídos longe das áreas habitadas). A cidade, não possuindo chafarizes, tinha nos poços o ponto de encontro da população e da escravaria.

O largo do Palácio, ao longo do tempo, ficou conhecido como largo da Constituição e, atualmente, da Independência. O largo do Quartel chama-se hoje Saldanha Marinho. O largo da Pólvora transformou-se na atual praça da República.

Reivindicando um passeio

Vimos em capítulo anterior a existência de um jardim botânico e de um passeio público em Belém, organizados no final do século 18 e na primeira década do século 19, respectivamente [ver capítulo JARDINS BOTÂNICOS E PASSEIOS PÚBLICOS]. O largo do Palácio foi, em algum momento, sério candidato a merecer tratamento à maneira de um passeio. Anteriormente à sua urbanização, a área correspondente era conhecida como Piri, região alagadiça que separava as freguesias da Sé (núcleo original da cidade, 1616) da Campina (estabelecida em 1727 a oeste do sítio fundador). Aterrar era a saída natural para o seu aproveitamento. Em 1771, o major engenheiro alemão Gaspar João Geraldo Gronfelts propôs ao governador Fernando da Costa Ataíde Teive o plano de

...em vez de empregar trabalhos hidráulicos para obter a exsicação desta lezira era melhor ir com a indicação da natureza, e aperfeiçoar a sua obra, fazendo um lagamar, que as águas da undação do rio e as ascendentes no fluxo do mar naturalmente ocupassem,

segundo a peculiar descrição de Baena em 1839 [p. 258]. O lagamar seria um ambiente organizado para navegação. Se executado, o autor do projeto vislumbrava que

...a cidade de Belém do Pará ficará sendo mais bela que a adriática Veneza tão celebrada [Baena, 1839, p. 259].

Divertimento público

Afora a anotação de Henry Walter Bates sobre o Passeio Público e a alusão de Ladislau Baena sobre diversões no Jardim Botânico [ver capítulo JARDINS BOTÂNICOS E PASSEIOS PÚBLICOS], quase não houve registros sobre a vida mundana em Belém. A solitária menção feita por William Henry Edwards em 1846 é, portanto, preciosa:

A fresca noite, encantadora e resplandecente, convida a todos e uma rodada de prazeres transgride pela noite. Festas e bailes são constantemente organizados, e por toda cidade se ouve a suave música do violão e os sons de alegres danças. Todo último sábado de cada mês acontece um baile organizado por subscrição e as belda-

des do Pará estão lá, com toda a fascinação de olhos arrebatadores, negros cabelos e movimentos etéreos [Edwards, 1847, p. 21].

Poucos foram os relatos que se detiveram nos divertimentos urbanos de Belém. Tampouco os hábitos dos escravos mereceram muita atenção. A vida, para uma grande parte dos viajantes-naturalistas que visitaram a Amazônia, estava na floresta.

Convívio cidade/floresta

O reverendo Kidder, em 1839, observava que

Dentro do atual perímetro urbano, é perfeitamente possível ao viandante embrenhar-se em espessa floresta sem qualquer indício que denuncie a proximidade de uma habitação humana.

A frescura dessas sombras silenciosas é sempre convidativa, mas o estrangeiro precisa acautelar-se, para nelas não se perder [Kidder, 1943, p. 169].

O naturalista inglês Henry Walter Bates, na Amazônia entre 1848 e 1859, também observou o tênue limite entre a cidade e o campo:

...a floresta que cobre toda essa região, estende-se até junto às ruas da cidade. Esta foi efetivamente construída em terra desbravada e é mantida livre da invasão da selva pelos cuidados incessantes do governo [Bates, 1944, p. 39].

A convivência com a vegetação — seja ela da floresta, seja organizada pelos seres humanos — era parte do cotidiano belenense. Ademais, um dos hábitos marcantes naquela cidade era a vida campestre em chácaras retiradas da cidade — as chamadas *rocinhas*, tão comentadas por vários viajantes estrangeiros em seus relatos.

O francês Alfred Marc, em livro publicado em 1889, dá conta dessa multi-convivência:

Suas ruas, as mais freqüentadas, são também as mais largas e mais agradáveis. A do Imperador é inteiramente plantada com belas árvores, que dão sombra às suas elegantes casas [...].

A parte nova da cidade, que se estende ao norte, [...] é de um aspecto encantador; suas ruas bem traçadas, de grande largura, se cruzam com uma correção quase geométrica; a maioria delas são sombreadas por aléias de árvores soberbas: gigan-

tescas mongubeiras, mangueiras e palmeiras imperiais, magníficas espécies da vegetação maravilhosa do país. Essas ruas se prolongam para fora da cidade [...] avizinhas de chácaras, sítios, de rocinhas, casas de campo mais ou menos luxuosas e originais, mas sempre dissimuladas dentro da vegetação e das flores, *homes* preferidas dos negociantes ricos que o trabalho os retém próximo ao porto e no coração da cidade [Marc, 1889, v. 1, p. 13-4].

Alfred Marc notava também em suas observações um crescente vetor de transformação na cidade: a especulação imobiliária. O francês se surpreendia com a rápida valorização das propriedades urbanas, o alto custo de imóveis e de aluguéis, ilustrando o fato com um episódio de 1883: um incêndio destruíra completamente um prédio e o seu locatário, um comerciante, ofereceu-se para reconstruí-lo às suas expensas e seguir usufruindo-o por aluguel, sem nenhuma outra condição senão a garantia de prosseguir pagando o valor do aluguel congelado por dez anos.

As últimas décadas do século 19 conheceram uma expansão da área urbana — não necessariamente com uma ocupação imediata — que refletia os influxos da economia da borracha.

O “super-intendente”

Acentuemos positivamente ser dessa arte que Sua Excelência tem sabido, de longa data, granjear a benemerência que os munícipes inteligentes e desapaixonados reconhecem nele — que é o infatigável Haussmann e o apurado Alphand desta formosa metrópole da Amazônia.

Major Antônio Marques de Carvalho, político, 1904

O tempo e a história têm guardado o nome do maranhense Antônio José de Lemos (1843-1913) como o grande empreendedor das reformas urbanas em Belém. Senador do Estado do Pará, intendente da capital no período entre 1898 e 1911, sua gestão foi caracterizada por inúmeros melhoramentos e a consolidação da área urbanizada expandida da cidade, tendo na dianteira, sobretudo, a implementação de jardins públicos.

Administrador esclarecido, preocupou-se Lemos desde o início em estabelecer diretrizes para seu governo, buscando respaldo técnico para suas ações. Em lei de março de 1898, o intendente obteve autorização do Conselho Municipal para “entrar em acordo com o governo do Estado, a fim de ser nomeada uma comissão de profissionais habilitados, para apresentar um plano geral de embelezamento e saneamento de Belém, uma vez que a municipalidade não podia realizar tão grandes cometimentos”. O acordo, com o governador José Paes de Carvalho, não vingou. Todavia, em seus relatos para o Conselho Municipal, o intendente era explícito:

No plano que houvesse de apresentar, a comissão teria em vista, entre outros serviços, o alargamento, nivelamento e alinhamento das ruas, travessas e praças da cidade; um plano completo para as futuras edificações públicas e particulares, que obedecesse à higiene e embelezamento da cidade e das construções; o estudo do saneamento das docas, do litoral e das obras do porto de Belém e o estudo da drenagem do solo e dessecação de pântanos [MB, 1897-1902, p. 95].

O intendente Lemos, em seus relatórios ao Conselho, mostrava erudição ao citar o publicista francês Paul Strauss (1852-?) como referência de sua atuação:

Prever é governar, como no-lo ensinam os mestres da política. Há quem atribua a tendências de luxo a abertura de avenidas, a manutenção dos jardins urbanos e a construção de parques em pleno centro da cidade. Fazem-me pena esses ignorantísimos doutrinadores. Para contrapor a suas insensatas afirmativas, ser-me-ia fácil traduzir, por exemplo, as seguintes palavras do higienista Paul Strauss:

“A administração duma cidade comporta um completo conjunto de medidas suscetíveis de elevar ou abaixar o total da mortalidade geral, desde a limpeza das ruas até o fechamento das moradas insalubres; desde a verificação do leite, até a criação de *squares* e jardins. O humilde varredor das ruas é um colaborador sanitário com importância igual ao engenheiro do serviço das águas. Não há minúcia de edilidade, por menor que seja, que não contribua para exonerar uma cidade do tributo das moléstias transmissíveis.

“A idéia sanitária deveser, hoje em dia, a preocupação capital de todos os cidadãos. Quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquire ela e mais atraente se faz para os visitantes estrangeiros.

“Desejo que estes conceitos entrem de vez no espírito de meus concidadãos, aos quais peço a coragem cívica de auxiliarem a Intendência. As prescrições de higiene são, às vezes, incômodas, porém o bem individual, nem sempre escoimado de egoísmo, deve desaparecer perante as conveniências coletivas. Lembro ao público, do qual por três vezes tenho recebido a honrosa investidura administrativa, que a higiene municipal é o fundamento de toda administração edilítaria. [...]”. E termina-

rei ainda com Strauss este capítulo: — “Os médicos, farmacêuticos, veterinários, os arquitetos e artistas, os sábios e professores, os educadores, os jornalistas, todos os intelectuais, em suma, quaisquer que sejam, devem erigir-se cada vez mais nos preparadores da administração moderna das cidades — os educadores e ao mesmo tempos os defensores sanitários do povo” [MB, 1903, p. 96-7]*.

Os planos eram ambiciosos: nos primeiros anos da gestão, a Intendência abriu concorrência pública internacional para a “construção e exploração de um curro e matadouro, dois mercados e duas avenidas”. A avenida Independência era rasgada: ligava o centro da cidade — passando pelo largo de Nazaré (local de peregrinação e festa religiosa) — à praça Floriano Peixoto (antigo largo São Brás, nas imediações da estação ferroviária), “comunicando ao Marco da Légua”, tido como “futuro subúrbio” — área de expansão da cidade. Uma avenida “retilínea” de 1.248 m de comprimento e 22-27 m de largura.

Ajardinamento e arborização

Marcante a eloquência da ação do intendente Antônio José de Lemos. Longos trechos das suas prestações de contas ao Conselho Municipal eram dedicados ao tema:

Não me descuido um instante deste ramo administrativo — pois sei avaliar devidamente as conveniências da arborização urbana, sob os pontos de vista da salubridade e do bem-estar dos munícipes, assim como da estética da cidade [MB, 1903, p. 196].

A administração municipal contava com um ativo Serviço dos Bosques, Parques, Jardins e Hortos Municipais, sob a direção de Eduardo Hass (?-1908), braço executivo da execução e manutenção da política de ajardinamento e arborização. A cidade contava com um Horto Municipal que, junto com o Museu Goeldi, fornecia mudas para ornamentação das ruas e praças.

Embora Belém já se caracterizasse como uma cidade em que a natureza se fazia persistente na paisagem urbana, a ação do intendente Lemos veio reforçar

* É possível que o intendente Lemos tenha consultado a obra *Loi sur la protection de la santé publique*, de Paul Strauss (“*senateur de la Seine*”) e Alfred Fillassier (“doutor em direito”), volumoso manual acerca da lei francesa, de 15 de fevereiro de 1902, “redigido dentro de um espírito essencialmente prático”, como se anunciou a publicação na época.



CORREDOR DE MANGUEIRAS da avenida São Jerônimo, atual Governador Malcher, no começo do século 20 [Album de Belém, 1902].

esse caráter com a arborização e/ou substituição de árvores nos logradouros públicos — grandes avenidas, praças, ruas e travessas — de maneira sistemática. Belém, uma cidade com grande presença de mangueiras na paisagem urbana, deve essa marca à ação desenvolvida naquela época:

Vários têm sido os ensaios de árvores apropriadas à arborização urbana. Ora a amendoieira, ora a sumaumeira, ora a mutambeira, mereceram as preferências da administração. [...]. A observação e a experiência, porém, desiludiram-me. Quer uma, quer outra das citadas árvores, oferecem desvantagens, que não as tornam praticamente utilizáveis.

Estou hoje convencido da superioridade da mangueira — a árvore clássica de nossos antepassados, cujas qualidades são numerosas. Com efeito, desenvolvem-se com rapidez, cresce a alturas consideráveis e esgalha com regularidade. Mas a todas estas vantagens, a mangueira alia ainda as de uma folhagem densa e constantemente renovada. Sua sombra é ampla e perfeita.

Foi por isso que, entre ordens por mim dadas ultimamente no Horto Municipal, salienta-se a recomendação para o cultivo, em grande escala, de mangueiras destinadas à arborização, de preferência a quaisquer outras árvores [MB, 1897-1902, p. 200].

O Serviço dos Bosques, Parques, Jardins e Hortos Municipais tinha, entre as atribuições regulamentadas, “desenvolver a cultura de todas as palmeiras da Amazônia e quaisquer outros vegetais da mesma flora, a fim de serem utilizados na arborização pública” [MB, 1903]. A tarefa de pesquisar era pertinente ao cotidiano municipal.

A política de Antônio Lemos pretendia transformar a paisagem urbana em função de uma estética e de imperativos salubristas e morais. O próprio intendente procurou diagnosticar a situação, buscando referências para sua ação:

Nem sempre foram as praças de Belém o que são hoje. A 15 de novembro de 1897, achavam-se ajardinadas apenas as praças da República, Santana e Visconde do Rio Branco e parcialmente as de Batista Campos e Independência. Todos, entretanto, necessitavam de grandes serviços de conservação e ampliação, no sentido de seu melhoramento estético. Outras praças e logradouros públicos, não ajardinados nem arborizados, apresentavam aspecto que nada tinha de agradável.

Mandei proceder à limpeza, aterro e nivelamento desses últimos sítios, providenciando para que o serviço referente às praças ajardinadas tivesse deveras a necessária importância, de acordo com os direitos da população flagelada pela agrura do clima. Nossos jardins urbanos tornaram-se desde logo objeto dos mais atentos cuidados [MB, 1897-1907, p. 178-9].

A ação tinha seus motivos:

Em virtude do plano administrativo por mim adotado, estes jardins serão, daqui a poucos anos, magníficos parques, prestando aos habitantes da cidade um grato refrigério, mesmo nas horas mais duras do dia.

Além da distinção entre jardim e parque, o intendente separava a ação do ajardinamento da arborização:

...o sistema de ajardinamento exclusivo das praças foi julgado insuficiente, à vista das nossas condições de clima e, uma vez convencido pelo simples bom senso, prescrevi tal exclusivismo, para iniciar um processo misto, que participa do ajardinamento e da arborização, com vantagens para a conveniência pública e a economia municipal. Os efeitos não tardarão a aparecer. Já hoje decorridos poucos anos, temos praças que prometem ser em breve majestosos parques centrais, cheios de encantadora sombra, mesmo às horas de maior calma, o que é, a meu ver, um benefício de relevância [...].

Não atendo, assim procedendo, somente a uma questão de comodidade, porque o processo que preconizo é de consideráveis vantagens para a higiene. Muito tem a lucrar a saúde pública, por meio do estabelecimento, em larga escala, de grandes núcleos de vegetação, no próprio coração da cidade [MB, 1897-1902, p. 178-9]

Praças e jardins abertos

Fora de desejar mais respeito, por parte do rapazio desocupado, pelas formosas árvores que adornam tão elegantemente as avenidas e praças de Belém. Quando virá o dia em que as mangueiras deixem de ser apedrejadas ao tempo da frutificação e crivadas de pregos e ganchos pelos trabalhadores urbanos, que assim improvisam cabides para suas roupas e sacolas?

Antônio José de Lemos, 1905

Uma das características inovadoras das praças e jardins belenenses era de não serem cercadas, por barreiras interpostas que os isolavam do âmbito público: uma atitude assumida pela Intendência. Os jardins não tinham “portas”, mas “entradas” arquitetonicamente definidas, obedecendo “ao moderno plano civiliza-

dor dos jardins sem grade, concebido e posto em prática, no Brasil, pela Intendência de Belém” [MB, 1904, p. 218]. Parques e jardins eram “inteiramente abertos, sem o menor obstáculo ao livre acesso dos transeuntes, já de dia, já à noite” [MB, 1904, p. 258-9]. Ufanava-se o intendente do respeito que a população tinha com as benfeitorias nos jardins, enaltecendo o seu “sentimento estético” que revelava “um completo grau de cultura”:

...datam de pouco tempo os nossos jardins públicos. Todavia, apesar desta curta intercorrência, noto com orgulho a rapidez com que a população se habituou a respeitar esses formosos logradouros. Não se vêem nas praças de Belém os letreiros que se nos deparam nos jardins públicos de outras cidades do país e do estrangeiro, expressando a proibição de tocar nas flores. Também não temos, como fora daqui, os canteiros protegidos por gradinhas de redes metálicas. Francas ao trânsito, abertas inteiramente, nossas praças ajardinadas possuem milhares de plantas floríferas, aromatizando o ar, deliciosamente. Não obstante esta liberdade — ou talvez mesmo por causa dela própria —, ninguém pisa num canteiro, ninguém toca numa flor [MB, 1897-1902, p. 191]

E a cada ano, o intendente Lemos insistia:

Devo, contudo, proclamar, para honra da população, que esta, durante o ano recém-findo, manteve em alto grau as suas tradições de educada. Com efeito, nossas praças, inteiramente abertas, acessíveis a toda hora do dia ou da noite, possuem canteiros ornados de inúmeras plantas, desde os humildes arbustos silvestres até as mais delicadas e valiosas roseiras; no entanto, os transeuntes respeitam essas plantas — ninguém toca numa flor. E não possuímos, em parte alguma, uma só tabuleta com a declaração de ser proibido colher flores ou danificar as árvores! Eu sinto um grande orgulho verificando estas provas das boas tendências dos meus caros concidadãos e munícipes [MB, 1903, p. 170].

Da polícia nos parques e jardins

O elogio à população usuária dos parques e jardins era recorrente, mas os relatórios do intendente também davam conta de vandalismos em várias oportunidades. Em setembro de 1903, a Intendência baixava um “Regulamento para o serviço e polícia no Bosque, Horto, Jardins e Parques Municipais”. Nele, o comportamento dos frequentadores desses recintos públicos era disciplinado. A frequência aos bosques (no caso, era um só) era permitida “nos domingos e dias festivos, das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde; nos dias úteis, das 8 da manhã

às 2 da tarde”. Era “absolutamente proibido” “sentar-se ou deitar-se no chão, ou deitar-se sobre os bancos ou objetos destinados ao uso público”, “sentar-se para mercadejar”. Nos recintos públicos, não se permitia a entrada às “pessoas que estiverem ébrias ou disso tenham hábito; os que trajarem indecentemente ou de modo ofensivo ao decoro; os que conduzirem grandes volumes, cães e outros animais”. Também era proibido, “em geral” (o condicionante era do regulamento), “estragar as plantas e flores; tirá-las ou deitar-lhes as mãos; atirar pedras ou quaisquer outros projéteis; dar tiros, pisar e andar sobre a grama, ou penetrar nos grupos de vegetação; [...] refeioar em lugares que não sejam os destinados para esse fim; permanecer nas sentinas e mictórios mais do tempo preciso para satisfazer as necessidades naturais, ou satisfazê-las fora desses lugares; fazer algazarras; conduzir-se por palavras e atos, de modo ofensivo ao decoro e à moral”. A penalidade por esses vários delitos era uma multa em dinheiro, “expulsão imediata para fora do jardim, parque ou bosque, e pagamento do dano que causar...” [MB, 1903, p. LXI].

O sistema de parques e jardins

Cada praça é um futuro parque, em excelentes condições de auxiliar o saneamento urbano; mas constitui cada uma delas, desde agora, um formoso sítio de recreio e distração.

Intendente Antônio Lemos, 1903

O tratamento urbanístico das áreas livres foi bastante anterior ao fausto da borracha, como já vimos. Todavia, foi nesse momento de pujança econômica que a municipalidade maior atenção dispensou aos seus espaços públicos. Os toscos largos aos quais o reverendo Kidder aludiu em sua estada em 1839 mereceram melhoramentos ao longo do tempo, alguns até se valorizando no tecido urbano tradicional.

O largo de Santana, adro da igreja do mesmo nome (reconstruída pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi em 1727) era, em 1888, “o ponto de reunião pública mais concorrido de Belém” [Album de Belém, 1902]. O intendente Lemos o descrevia como “...de mui limitadas dimensões, o velho ponto

tradicional das conversações vespertinas de elevado número de passeantes” [MB, 1897-1902, p. 186]. Seu antecessor, o intendente Índio do Brasil, havia realizado melhoramentos no local, que era descrito no começo do século 20 com uma “arborização abundante”, convertendo-a “num sombrio remanso propício ao repouso”.

A praça da Trindade, moldura de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Trindade, em 1880 era trecho da rua que ligava a praça de Santana ao largo da Pólvora (depois praça da República). Local inculto que o intendente Lemos mandou melhorar, praça que, em 1902, “aformoseia a cidade e onde se erguem vivendas pitorescas, de construção moderna, que emprestam ao conjunto um aspecto de aristocracia sóbria, sem destoar a expressão campesina do largo ensombrado de altas e viçosas palmeiras”. Sua aparência noturna não foi descuidada:

À noite, a praça da Trindade, com seus focos elétricos, temos aspecto nobre de um parque europeu, adormecido num grande silêncio, apenas interrompido pelo ejacular dos repuxos, que parecem grandes heliotropos cambiantes, despetalando-se num alegre rumor sobre as bacias de pedra, repletas de água translúcida e luzentes como espelhos emoldurados na relva [Album de Belém, 1902, p. 54].

Em 1903, era o “centro de atração de elevado número de visitantes, *maximè* nos dias em que as bandas do regimento militar dão concerto em frente à residência do Chefe do Estado” [MB, 1903, p. 168].

O intendente Lemos encontrou a praça Visconde do Rio Branco ajardinada. Coube à sua administração realizar obras de manutenção e eliminar o gradil do recinto, destoante do conceito de praças abertas defendido pela Intendência.

Tratamento cuidadoso também mereceu a praça Frei Caetano Brandão, espaço religioso emoldurando a Sé e o antigo Colégio dos Jesuítas, na zona colonial da cidade. O intendente Lemos providenciou a regularização do perímetro e o seu calçamento e arborização. Regozijava-se o intendente em 1902:

A disposição atual da praça é mui agradável à vista: forma um *square* elegante, em pleno desenvolvimento, onde às tardes e às noites se reúnem famílias inúmeras da vizinhança, apreciando os benefícios desse pequeno e gracioso logradouro. Assim consegui transformar num bellissimo recreio o horripilante quadrilátero, cheio de lixo...” [MB, 1897-1902, p. 185].

A praça da Independência, o antigo largo do Palácio, prosseguia como um espaço nobre da cidade. A vocação cívica do lugar se ampliara ao longo do século 19: o setecentista palácio desenhado por Antônio José Landi, a Câmara dos Deputados, a Intendência Municipal, o edifício da Imprensa Oficial e o palácio da Bolsa do Comércio (em construção no início do século 20) notabilizavam o local. O intendente Lemos organizou um projeto de melhoramentos, equipando-o com

regato e tanque de água e adensamento da arborização, com o desenho de novos canteiros “de formas irregulares, para quebra da monotonia e realce das pitorescas perspectivas”.

As principais melhorias introduzidas pelo intendente Lemos, no entanto, concentram-se na praça da República, na praça Batista Campos e no Bosque Municipal — espaços virtualmente novos no contorno da cidade.

A praça da República

...uma das mais belas de todo o Brasil...

Alfred Marc, 1889

Este logradouro, no século 18, era um dos limites de Belém, na direção da freguesia da Campina. O largo da Campina era o “ponto extremo que limitava a raia edificada” da cidade. “A denominação desse largo não tinha razão plausível de ser, desde que era uma clareira na floresta o que recebeu semelhante batismo e ao fundo da qual ficava o cemitério dos supliciados, dos católicos, e dos indigentes falecidos de varíola.” [Album de Belém, 1902, p. 17].

O depósito de explosivos e armamentos que se situava no largo do Palácio foi transferido para o largo da Campina, mudando-se sua denominação para largo da Pólvora. Em 1840, o paiol foi removido para mais longe e o largo foi arruado pelo capitão Victorino Cabral e arborizado pelo capitão Joaquim Belfort Gomes [Cruz, 1945]. O relatório de 1848 do presidente da Província, conselheiro Jerônimo Francisco Coelho (1806-60), lembrava o destino dessa iniciativa:

Faço votos para que não me aconteça, como a alguns dos meus antecessores, que tendo feito plantar linhas de arvoredos no Campo da Pólvora, e Largo do Palácio, foram depois de sua retirada todas as árvores imediatamente destruídas por mãos daninhas com inqualificável vandalismo, sem se lembrarem, de uma proposição sentenciosa, e bem conhecida, que todo aquele que planta uma árvore no caminho público, é um benfeitor da sociedade, e todo aquele que destrói uma árvore, se não é um malfeitor, é, pelo menos um bárbaro [apud Cruz, 1945, p. 209].

A iniciativa de edificar um teatro nesse largo partiu do presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo (1808-91), que lançou a pedra fundamen-

tal da obra em 1869 e não chegou a ver sua inauguração, quase nove anos depois, em fevereiro de 1878 [Mello Jr., 1977].

De qualquer forma, o monumental Teatro da Paz, com a proclamação da república, mereceria um entorno mais condigno à altura da casa de espetáculos. Rebatizada de praça da República, era “poeirenta na estação de seca, cheia de charcos durante a época das chuvas, estava longe de corresponder à sua fama e às tendências da população, que para aí afluía nos dias festivos”, no dizer do intendente Lemos [MB, 1897-1902, p. 181].

Seu antecessor, o intendente Índio do Brasil, havia realizado alguns melhoramentos, que Lemos tratou de desfazer, alegando uma intenção mais consistente. Efetivamente, ele promoveu uma série de remanejamentos de traçado e desenho de canteiros que resultaram na atualização do gosto jardinístico da praça. O intendente foi ambicioso, embora não bem-sucedido, em transformar o conjunto urbano, incluindo os imóveis lindeiros:

É digna de lástima, entretanto, a nenhuma relação entre este caprichoso esmero dos poderes municipais e a censurável desídia dos proprietários daquele importante ponto urbano, onde as melhores casas são comuns, existindo ainda bom número de pardieiros de grande fealdade. Fora de desejar com urgência uma lei municipal prescrevendo regras para a edificação naquela, como em todas as outras praças centrais da cidade.

Ainda uma vez ser-me-á consentido fazer notar que não raro os poderes públicos têm necessidade de empregar meios de extrema energia, no interesse do embelezamento urbano. Como exemplos, citarei apenas o proceder de Haussmann, em Paris, a cujos esforços a grande capital francesa deve a transformação de inúmeros bairros; e as medidas usadas pela municipalidade de Buenos Aires, para obrigar à construção de palácios na avenida de Maio. [...].

Os serviços levados a cabo pela iniciativa pública valorizam a propriedade particular. Sobeja razão, portanto, para que o capital corresponda aos esforços e sacrifícios administrativos, dando a seus prédios aparência não destoante do aspecto correto, asseado, solene, dos parques, avenidas e praças [MB, 189-1902, p. 183].

A praça Batista Campos

Ainda temos perfeitamente na memória que essa mesma praça, há dez anos, não passava de inexpressivo quincôncio de mangueiras; há vinte, de simples savana coberta de capim; há trinta, de medonho matagal bravo e pantanoso.

Maj. Antônio Marques de Carvalho, 1904

Regatos serpenteiam por entre tufos de verdura, onde flores coloridas e perfumosas desabrocham ao vivificante sol equatorial; cascatas, onde a água límpida saltita sonoramente, surgem debaixo de aspectos deliciosos; aqui um canteiro originalmente talhado, ali uma pequena ponte, adiante uma cabana. E tudo forma um conjunto agradável, que prende durante horas o visitante, encantado nesse ambiente, que a arte vai transformando num recanto verdadeiramente sedutor.

Intendente Antônio Lemos, 1903

O logradouro que recebeu o nome do cônego cabano situava-se a cerca de 12 quilômetros do centro tradicional da cidade. Como referência para a distância, essa praça se situava quase junto ao antigo cemitério da Soledade — o primeiro de Belém, aberto em 1850 e desativado trinta anos depois, mantendo-se, todavia, a área para a destinação — e também na vizinhança do Horto Municipal. Ora, sabemos que a legislação de meados do século 19 recomendava que os cemitérios fossem construídos afastados dos núcleos urbanos. Em algumas décadas, a cidade se expandiu até esses distantes limites.

A definição da praça foi anterior à administração do intendente Antônio Lemos, “num dos novos e saudáveis bairros de Belém, onde se cortam largas e longas avenidas formando tábua pitagórica” [MB, 1904, p. 217]. A praça foi remodelada e reaberta ao público em fevereiro de 1904. O desenho da praça continha os vários conceitos de espaço aberto propugnados pela Intendência:

Sendo meu plano converter em parque a praça referida, o seu ajardinamento foi propriamente feito nesse sentido. Os canteiros são, portanto, largos para conterem grande número de arbustos, ervas e árvores. As ruas têm em geral uma largura de 4 metros, com exceção das quatro entradas principais, que medem 20 metros de largura. As margens dos riachos e ilhas, os rochedos, as latadas para trepadeiras, em circunferência da torre e da cascata — tudo está propriamente ornado de plantas especiais [MB, 1903, p. 163].

O repertório vigente de equipamentos de jardins nessa passagem do século era empregado na plenitude: pavilhões (coretos) e caramanchéis de ferro importados da Alemanha, descansos em hemicírculos com vista para os regatos, ilhotas, formações rochosas artificiais, pontes rústicas de madeira ou de concreto imitando troncos, chafarizes, gruta, torre de castelo (dissimulando o equipamento do sistema de abastecimento de água), iluminação a gás e elétrica, e uma vegetação com “nada menos de 105 espécies de arbustos, ervas e árvores” [MB, 1903, 1904, 1905].

A inauguração da praça foi animada:

...centenas de senhoras paraenses me deram a honra de fazer ouvir, felicitando-me pelo esforço ali despendido e pelo êxito de todo aquele conjunto a um tempo mimoso e harmônico de obras de arte.

Pouco depois, realizaram-se na praça animadíssimos folguedos carnavalescos, parcialmente subvencionados pela Intendência, a título de diversões populares. Não se poderia esperar maior êxito para aquele festival,

exultava o intendente Antônio Lemos em seu relatório [MB, 1904, p. 217].

O Bosque Municipal

Notemos, em primeiro lugar, ser o Bosque um dos mais vastos e higiênicos próprios públicos de Belém, ocupando o coração de um bairro novo, todo rasgado por largas avenidas e espaçosas estradas, verdadeiro *faubourg* elegante. Nos últimos anos têm sido construídas, nesse arrabalde, as mais vistosas edificações particulares, dotadas das disposições mais adaptáveis às exigências do clima e as quais externam, ao mesmo tempo, ora as fachadas mais pitorescas, ora as mais arquitetônicas que existem no ativo predial da cidade.

Um relance d’olhos sobre as mais recentes construções da avenida Tito Franco e cercanias do Bosque poderá corroborar o nosso asserto referente ao alegre e salubérrimo bairro do Marco da Légua.

Maj. Antônio Marques de Carvalho, 1903

Esse formoso horto druídico...

Album de Belém, 1902



A GRUTA DO BOSQUE MUNICIPAL em 1905 [MB, 1906]

Uma lei assinada pelo presidente da Província, Abel Graça, em 22 de setembro de 1870, criava o Bosque do Marco da Légua [Album do Pará, 1902]. Mais de uma década depois, o presidente da Câmara Municipal, João Diogo Clemente Malcher, propunha, em 25 de agosto de 1883, a criação desse mesmo logradouro, que foi efetivado alguns anos depois. A área foi comparada com uma Bois de Bologne paraense. “Sua abertura foi um dos elementos de progresso do próspero e saudável bairro do Marco da Légua”, mas “a importante propriedade municipal entrou em decadência rápida, à falta dos devidos cuidados”, observou o intendente Lemos [MB, 1897-1902, p. 193].

O nome do bairro decorria do “ponto topográfico, assinalado por um marco de pedra de liós”, concernente ao termo do município, demarcação do outrora rossia da cidade. “O Bosque Municipal foi demarcado nos terrenos florestais do patrimônio do município da capital” [MB, 1903, p. 180].

Em setembro de 1903 o Bosque Municipal foi reaberto, após a remodelação promovida pela Intendência. Era uma área em quadrilátero com cerca de 152.000 m², fechada com cercas de arame farpado, com entrada monumental pela avenida Tito Franco (atual Almirante Barroso), e contando com os recursos paisagísticos e equipamentos que orientavam a atuação do Serviço dos Bosques: regatos, cascatas, lagos, ilhas, pontilhões, rotundas, grutas. O maquinário hidráulico foi dissimulado na forma de criptas, montanhas, vulcões (!). Pavilhões, cabanas, outras construções evocativas, área para exercícios de ginástica e viveiros para aves e animais amazônicos também compunham o espaço de divertimento do Bosque. Naturalmente, a vegetação era o grande protagonista do espaço, organizando “druídicos e meandrosos caminhos” [MB, 1897-1902, 1903].

O intendente Antônio Lemos, em seus relatórios, não se continha quando mencionava suas realizações paisagísticas na cidade:

Tenho legítimo orgulho em proclamar a beleza dos jardins de Belém. Os mais ilustrados viajantes nacionais e estrangeiros, fazendo sem restrições a apologia desses magníficos pontos da nossa capital, consagraram já a excelência do sistema por mim adotado. Todas as praças, com efeito, ostentam, pela exuberância da vegetação rica e viridente, pela cultura metódica e aprimorada das plantas, uma feição de consoladora e amena frescura, realçada pela variedade das flores desabrochando em admirável policromia [MB, 1903, p. 138].

Abandono público

Somos um povo bisonho, temos acanhamentos fúteis — como se fosse um crime ou pelo menos uma incorreção divertir-se a gente em público.

Intendente Antônio Lemos, 1903

De volta do asilo, visitamos o Bosque Municipal, a que se tenta dar o nome de — *Rodrigues Alves*.

É um vasto parque natural, que não se sabe como é que anda meio abandonado do público.

Rocha Pombo, 1918

Todo o esforço desenvolvido pelo intendente Antônio Lemos nos primeiros anos de sua administração certamente mereceram aplausos públicos. No entanto, esse meritório trabalho — obras de melhoramento dos espaços públicos em geral, com ênfase à paisagem urbana — não teve o reconhecimento contínuo por parte da população. Os altos investimentos feitos em praças e no Bosque não redundaram na maior disposição por parte dos belenenses em buscar formas de sociabilidade pública. Aquilo que o historiador Rocha Pombo testemunhou anos após a saída do intendente-empresendedor, o próprio notara ao término dos melhoramentos:

[*A população*] é pouco propensa a passeios suburbanos, por motivos cuja investigação fora descabida aqui. Mas a verdade é que, mesmo o atual Bosque, com todas as suas atrações, recebe, aos domingos e dias de festa, um número de visitantes deveras diminuto, em relação à totalidade dos habitantes de Belém. Mais ainda: as próprias praças da capital, todas engalanadas pelos primores de uma jardinagem competente e cuidadosa e apesar de serem centrais vêm-se pouco concorridas, encontrando-se nelas os passeantes nacionais em número inferior aos dos estrangeiros que as frequentam.

Já instalei no Bosque diversos jogos campestres, a fim de proporcionar distrações aos visitantes. Raras pessoas, porém, se utilizam deles, mesmo dentre as crianças [MB, 1903, p. 195].

O intendente Lemos se mostrava inconformado com a aparente indiferença pública:

É relativamente diminuta a concorrência de famílias às praças de Belém. Atribuo o fato a diferentes causas, das quais duas principais. Primeiro, o clima, depois, o hábito. Fatigando o organismo, o clima predispõe-no à indolência. O hábito antigo, em Belém, era sair-se pouco de casas, pelas péssimas condições das ruas, desprovidas de calçamento, e pelo nenhum atrativo das praças públicas, escalvadas e nuas.

Tudo hoje se encontra modificado — mas o antigo costume persiste. Acresce que o nosso povo é de uma grande volubilidade: só se interessa pelas novidades, abandonando-as depressa, aliás sem causa aparente. Vêm-se, portanto, pouco freqüentados os umbrosos e magníficos jardins públicos desta capital.

Eles aí estão, contudo, a oferecer à população o refrigério, a frescura, a tranqüilidade, nas horas mais calmosas do dia. À noite, são um inestimável encanto, com a sua profusa iluminação: parecem verdadeiros cenários de mágicas, estonteadoras as praças de Belém. Quisera eu poder incutir no ânimo dos munícipes a convicção de todo o bem que lhes pode fazer o passeio e o exercício nas praças, pelas horas mais próprias, haurindo o ar oxigenado dos arvoredos, o eflúvio suavíssimo dos arbustos cheirosos, das flores. Quisera incitar a todos a levarem seus filhos aos jardins urbanos e suburbanos, a fazerem-nos folgar ao ar livre, ao ar puro, que tanto bem causa à saúde, fora dos âmbitos das casas acanhadas, onde se respira um ar viciado pela aglomeração de numerosas pessoas [MB, 1903, p. 170-1].

A iluminação noturna, os “concertos periódicos, dados nas praças da República e de Batista Campos pelas bandas da Brigada Militar do Estado e do Corpo Municipal de Bombeiros”, que eram “assistidos com geral interesse e forte concorrência” [MB, 1904, p. 266], não motivaram a população a prestigiar mais os espaços melhorados para essa finalidade: a reunião pública.

O intendente Lemos cuidou de Belém ao longo de treze anos e, como poucos políticos até então e mesmo hoje, pôde imprimir uma continuidade administrativa ímpar. Introduziu inúmeros melhoramentos urbanos e pôde acompanhar a receptividade de suas obras, bem como mantê-las por longo período de acordo com seus desígnios. Em junho de 1911, Antônio José de Lemos, no centro de disputas políticas, renunciou ao cargo.

Vegetação rica e viridente

Não deve ter sido fácil para os viajantes estrangeiros na Belém do século 19 perceber as tênues fronteiras entre a cidade e o campo. A natureza se fazia muito presente — e não apenas aquela da vegetação equatorial a invadir as ruas da cidade, mas também na paisagem dos igarapés, referência essencial ao mundo amazônico —, que chegou a inspirar o espirituoso militar alemão que propôs de Belém uma Veneza na Amazônia.

Nessa cosmogonia, formulações remotas eurocêtricas, do tipo “a cidade como epíteto dos civilizados, a floresta como dos selvagens”, ou dualidades como “o homem fez a cidade, Deus o campo”, não explicavam — apenas confundiam. A índole velho-mundista e outros interesses empurraram portugueses e paraenses a esforços de compreensão e domínio da natureza amazônica: a mobilização pelas drogas do sertão, a implantação de um jardim botânico, tentativas de organizar a vegetação urbana com plantios planejados. Ensaios para domesticar a natureza, tornar a natureza inteligível e ao alcance do manejo dos seres humanos. Hortos e jardins de recreação mediavam essa relação. As experiências pioneiras — como aquela arborização de meados do século 19 no largo da Pólvora — sucumbiram sob a ação de vandalismo. Talvez o outro lado da mesma moeda, o mesmo tipo de atitude que instrui as formas mais perniciosas do extrativismo acomodado, fruto da ilusão da abundância eterna — não importando se provida pela pujante natureza amazônica ou pelo trabalho humano, desperdiçado.

A cultura científica oitocentista introduziu a noção da salubridade urbana, atribuiu à vegetação uma pragmática função, muito além do sentido pitoresco ou romântico que a arte impusera sobre a paisagem natural. Impressiona como um político perspicaz, o senador Antônio José de Lemos, num momento de pujança econômica foi capaz de arrebatou esse discurso e transformá-lo numa prática de obras públicas e, aparentemente, sustentar-se com isso. A impossibilidade de um estudo biográfico mais apurado não permite compreender como foi a assimilação desses conceitos que o nortearam em sua administração; tampouco, o papel concreto do executor (e, talvez, mentor) do programa de ajardinamento e arborização, Eduardo Hass. Mas, muito antes da teoria importada, há muito se consolidara na mentalidade amazônica a consciência do significado da vegetação sob o sol equatorial.

Seria ingênuo acreditar que o operoso intendente se guiou apenas por um idealismo desinteressado. Comparado ao Barão Haussmann e seu braço direito (ou ‘braço verde’), Adolphe Alphand (1817-91) [por analogia, poderíamos rebater

aqui com Antônio Lemos/Eduardo Hass], a dinâmica econômica belenense em ascensão ao final do século 19 contemplou também aspectos urbanísticos fortemente impregnados na inversão em terras urbanas. À maneira de operações urbanas valorizadoras promovidas em Paris no Segundo Império, a implantação sofisticada de pelo menos dois recintos ajardinados — a praça Batista Campos e o Bosque Municipal (podemos qualificá-los como as principais intervenções jardínísticas de Lemos) — constituiu verdadeira vanguarda de melhorias urbanas em regiões de rala ocupação, funcionando como vetores de valorização das respectivas áreas. Terras, aliás, que não primavam por um passado lisonjeiro: vizinhanças de cemitérios, de paiol, de baixadas pantanosas, terrenos recuperados pela técnica dos seres humanos e incorporados à vazão compulsiva de fazer crescer as cidades, sob o signo da inversão — às vezes com o iluminado desejo de erigir jardins sobre as outroras inúteis e insalubres porções marginais do território.

Transformar a natureza para os seres humanos — o intendente Lemos tentou organizar espaços jardínísticos/paradísíacos para o júbilo dos paraenses. Como em inúmeras outras cidades no Brasil, o esforço parece ter sensibilizado mais os estrangeiros — personagens permanentemente invocadas como árbitros da “civilidade” das nossas cidades oitocentistas. Figuras que, alheias ao meio, talvez não se sentissem saturadas pelo cotidiano tropical que impregnava nossas cidades da “exuberância da vegetação rica e viridente”. A ação esclarecida de um Antônio Lemos ou de possíveis sucessores dissolveu-se na mediocridade do dia-a-dia. Os renques de mangueiras, os “túneis de verduras”, são testemunhas silenciosas desses episódios esquecidos.

O Jardim é uma Cidade, a Cidade é um Jardim

Os pensadores do Renascimento se debruçaram sobre o tema urbano e conceberam utopias, “cidades ideais”, impregnando-as com as suas crenças filosóficas, sociológicas e teológicas, propondo lógicas arquitetônicas e urbanísticas que materializariam uma definida regra social e administrativa. O pensador-arquiteto, convertido em “regulador e coordenador de todas as atividades cidadinas”, como lembra Eugenio Garin, acreditava num cotidiano racionalizado, na vida conduzida segundo uma planificação, ordenando as relações políticas, estruturando as relações sociais, articulando organicamente as partes da cidade — estabelecendo, enfim, um desenho urbano não menos qualificado como padrão estético, mas sobretudo idealizado como modelo político.

Esses novos cânones urbanísticos não encontraram campo de experimentação à altura de suas ambições no território europeu. Reordenar as cidades do Velho Mundo, descongestionar a herança da cidade medieval nos séculos 16 ao 18 foram iniciativas parcialmente associadas a catástrofes, como os incêndios de Valladolid, Londres, Rennes, o terremoto de Lisboa — e menos à vontade ou capricho de poderosos, como nas intervenções de Sixto V em Roma ou a seqüência de obras urbanísticas a partir de Henrique IV na França (se desconsiderarmos a ação humana como uma outra modalidade de catástrofe). “As concepções renascentistas da cidade mostraram seus primeiros campos de prova na arquitetura de jardins e parques do início do século 16 [...]; a partir de um momento, paisagismo e planejamento urbano estão firmemente relacionados e refletem conceitos estéticos idênticos”, observa Paul Zucker [1959, p. 104].

Experimentação urbanística

A América foi um dos grandes e imediatos laboratórios urbanísticos do pensamento renascentista, cuja voga adentra o chamado período barroco. No mundo hispânico, essas idéias urbanísticas impregnavam as ações colonizadoras. Anota Francisco de Solano [1990] como as *Nuevas Ordenanzas de Descubrimiento y Población*, sancionadas por Felipe II em 1573, continham referências a essas lógicas ordenadoras, incluindo o *De re aedificatoria*, de Leone Battista Alberti, entre suas inspirações. A constatação da existência de dois jardins públicos na América tão cedo como no final do século 16 e início do 17, no México e em Lima — antes das congêneres europeias —, aparentemente conota iniciativas circunstanciais e localizadas. Todavia, com certeza o vice-rei da Nova Espanha, D. Luís Velasco, tinha em mente a informação — devidamente filtrada nas normativas coloniais espanholas — da recomendação albertiana de que “devemos considerar os passeios públicos” ao imaginar a criação da Alameda do México, em 1592, com “fontes e árvores que servissem de ornato para a cidade e de recreação para seus vizinhos”. Um mesmo raciocínio deve ter orientado o surgimento de um passeio público na outra importante capital do vice-reino espanhol, a Alameda de Lima, em 1609. Essas iniciativas podem ser vistas como empreendimentos precoces mas não desarticulados com o pensamento colonial da época, referenciado na entronização do poder metropolitano em terras americanas mediante o urbanismo. O dispêndio de energias no processo de dominação do Novo Mundo certamente elegia prioridades ou ações outras (de natureza militar, administrativa) que não se cingiam somente aos investimentos urbanísticos.

Empreendimentos ilustrados

O setecentismo mostra mais evidências de que essas atitudes não eram tão circunstanciais. A persistência desse pensamento jardinístico e comunitário na *Instrucción que puede tenerse presente en la fundación de los Pueblos que se forman por el mandato de S. M. en el Reino de Chile*, publicada em Madri em 1744, na qual se recomendava que as *cañadas* servissem como passeio, aléia e limite da aglomeração, de modo que “gozam todas as povoações da formosura, simetria e pureza do ar como da cidade de Santiago e outras da América”, revela a

manutenção de ideais formulados muito antes. Não conhecemos manifestação semelhante documentada em regras no lado português, mas as evidências empíricas remetem a uma atitude similar à dos espanhóis.

Em meados do século 18, o mundo ibérico vai conhecer uma coleção de iniciativas contemplando esse gosto ordenador manifestado em jardins públicos e, com outras características, os jardins botânicos. A partir de 1745, Madri conta com o passeio do Prado; Lisboa inicia (mas não conclui) o seu Passeio Público em 1764; cidades européias importantes, como Milão (o mais importante centro urbano do norte da Itália) vai constituir seu primeiro passeio público em 1782 [Vercelloni, 1991], posteriormente às iniciativas no continente americano. Entre a segunda metade do século 18 e o espocar das manifestações de emancipação política das colônias ibero-americanas nas primeiras décadas do século 19, inúmeros jardins públicos e botânicos foram criados por vice-reis e governadores, tanto espanhóis como portugueses: México, Havana, Lima, Guamanga, Caracas, Bogotá, Santiago, Serena, Rio de Janeiro, Belém, Salvador e em outros centros menores. O pensamento científico e fisiocrata patrocinou, nesse mesmo momento, o incremento das atividades de jardins botânicos tanto na Europa (Londres, Viena, Madri, Lisboa, Paris) como em vários pontos da América: Filadélfia, México, Guadalajara, Havana, ilhas do Caribe, Caiena, Belém, Olinda, Salvador, Vila Rica, São Paulo, Rio de Janeiro, com distintos vetores caracterizando a implementação de cada iniciativa, mas com um fundamento primordial — a busca do reconhecimento da misteriosa e exuberante natureza americana e de suas potencialidades econômicas.

O que relaciona certos personagens contemporâneos naquele final do século 18? O que há de comum entre os vice-reis D. Carlos Francisco de Croix (reformador da Alameda do México, em 1770), D. Antonio Bucareli y Ursúa (criador do Paseo Bucareli no México em 1776), D. Manuel Amat y Junyent (reformador da Alameda de los Descalzos e criador do Paseo de las Aguas em 1770, ambos em Lima), D. Caballero y Góngora (possível criador das alamedas de Bogotá), D. Luís de Vasconcelos (criador do Passeio Público do Rio de Janeiro, em 1779), os governadores Manuel González de Naharra (criador do Passeio Público de Caracas em 1784), D. Marcos de Noronha e Brito (criador do Passeio Público de Belém, por volta de 1803, e o Passeio Público de Salvador, nos anos 1810), além de suas afinidades com passeios públicos? Foram administradores que, dentro de circunstâncias específicas a cada um, ou lidaram com a expulsão de jesuítas, ou incentivaram a pesquisa naturalista nos territórios sob sua jurisdição, ou foram notáveis urbanizadores; eles foram, principalmente, participantes de uma geração de administradores coloniais *formada nas idéias do iluminismo*.

Aprazível e distante

Machado de Assis, com sua verve literária, referindo-se ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, anotou uma característica marcante: “ficava longe da cidade... O lugar, porém, era tão bonito... que dava gosto de ir lá, por patuscada, ou com a segurança de não achar muita gente, coisa que para alguns espíritos e para certos estados era a delícia das delícias”. Esse trecho poderia ser um comentário pertinente a inúmeros jardins públicos de vários lugares e épocas. O viajante Ernest Ebel lamentava, em 1824, “...que lugar tão aprazível [*estivesse*] na extremidade da cidade; daí ser tão pouco freqüentado!” O Jardim Botânico de Belém situava-se próximo ao convento de São José; o Jardim Botânico de São Paulo era vizinho do convento da Luz. Ora, sabe-se pela lógica de implantação das edificações religiosas que conventos são unidades afastadas dos aglomerados urbanos, coerentes com o espírito de retiro de seus ocupantes.

Os jardins botânicos de São Paulo e Ouro Preto ficavam “a uma milha da cidade”, conforme descrições. O diretor do jardim de Ouro Preto reclamava em 1836 que “me [*era*] forçoso *vir a cidade* em busca de mantimentos...” O terreno onde se implantaria o Passeio Público de Salvador ficava nos limites urbanizados da cidade. Tanto o Campo de Santana como a várzea do Portão (que ficava além-muros) foram, no início do século 19, rossios do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, respectivamente. O mundo hispano-americano também registra essa perspectiva de aproveitamento dos limites urbanos: o *ejido* e a *cañada* chilena eram territórios de uso público para expansão e área prevista para o usufruto da população. Santiago teve sua *cañada* como modelo, para que a população pudesse gozar “da formosura, simetria e pureza do ar” na periferia da cidade. O Paseo de los Descalzos e o Paseo de las Aguas ficavam nos limites de Lima. O fracassado jardim botânico do naturalista Martín Sessé, em fins do século 18, na cidade do México, foi previsto no potreiro, nos “...alegres subúrbios e próximo ao Paseo de Bucareli”. A região em que se implantou a Alameda do México era uma das saídas da capital no final do século 16, pelo lado poente.

A Alameda de Caracas situava-se na periferia norte da cidade, criada como parte de uma estratégia de ocupação da área com um quartel, no final do século 18. Por essa época, o governador de São Paulo também construía o quartel para o corpo de artilharia, próximo ao qual se localizou o jardim botânico paulista. Em 1811 iniciava-se a construção do quartel militar do Rio de Janeiro, junto ao grande vazio do Campo de Santana; em 1820, o príncipe regente D. Pedro autorizava a utilização da várzea do Portão em Porto Alegre como área de exercícios

militares para, mais de meio século depois, ali se construírem o quartel e escola militar da capital gaúcha. A presença marcial, em alguns casos, proporcionava um toque festivo com a música da banda militar animando as tardes domingueiras.

Terror da população

D. Luís Velasco construiu a Alameda do México no arrabalde úmido e insalubre, sobre terrenos encharcados, ganhos em aterros que sofreriam recalques mesmo séculos depois. Os aduladores de Maurício de Nassau lembram que o ilustrado holandês, quando de seu esforço em criar a Cidade Maurícia (nos anos 1630-40), encontrou “uma planície sáfara, inculta, despida de arvoredos e arbustos, que, por estar desaproveitada, cobria-se de mato”, e que “no meio daquele areal estéril e infrutuoso plantou um jardim”. Pouco depois (em 1662), Luís XIV sacrificava a vida e a saúde de seus soldados para vencer o terreno pantanoso onde André Le Nôtre projetara o fabuloso jardim de Versalhes. Domingos Vandelli, um dos ideólogos da fisiocracia portuguesa e diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, escrevia em 1788 que “os terrenos incultos, que vulgarmente se chamam charneças, não são estéreis, e se podem fazer úteis”, ensinando uma série de procedimentos para fertilizar o terreno, tornando-o produtivo. Os vários passeios públicos e jardins brasileiros espelharam a técnica do pioneiro passeio carioca de D. Luís de Vasconcelos: o esforço de aterrar charneças, lagos, ganhar o terreno, urbanizá-lo como um jardim de recreação foi um signo constante. O Conde dos Arcos, na Belém do início dos oitocentos, adquiriu terrenos devolutos em baixadas (no alagadiço da Juçara) que, drenados, tornaram-se área de recreação e de um pequeno horto botânico. Curitiba, mais para o final desse século, teve as margens inundadas do rio Belém tratadas para fazer desaparecer “um enorme pântano que era o justo terror da população, que via nele o foco e origem de inúmeras enfermidades malignas”, para aí criar o seu passeio público. O Campo de Santana no Rio de Janeiro foi drenado para permitir a confluência de atividades religiosas, civis, militares e o cotidiano banal. O Campo da Redenção em Porto Alegre era uma grande várzea, utlizada como potreiro e campo de manobras militares em épocas secas, e, em meados do século 19, local proposto para a criação de um jardim botânico e passeio público. O passeio e jardim botânico de São Paulo ficava numa baixada úmida. A estratégia de ocupação dessas baixadas

asseguraram a criação de um dos mais belos parques urbanos da primeira metade do século 20: a urbanização da várzea do Carmo na cidade de São Paulo proporcionou o parque da Várzea, o atual e decaído parque D. Pedro II. Décadas depois, já nos anos 1950, o parque do Ibirapuera nascia também sobre terrenos de pouca qualidade. As cidades demandavam novos espaços.

Os recintos ajardinados primaram pelas características peculiares do lugar de implantação: o Passeio Público de Lisboa situava-se numa baixada entre os morros de São Roque e Santana; o jardim de Olinda estendia-se “sobre o pendor de dois oiteiros, cujos cimos [*eram*] secos e áridos, e o fundo habitualmente alagado...”; Salvador fez seu passeio num resto de terreno na periferia da cidade, de difícil planialtimetria, embora de excelente posição diante da paisagem marítima.

A extensão territorial requerida para a criação de jardins públicos jamais facilitou sua implantação dentro dos núcleos urbanos. Ao contrário, nenhum horto ou passeio, no momento de sua materialização, foi estabelecido no miolo da cidade. Até o final do século 19, os jardins eram subprodutos da urbanização das periferias, dos limites urbanos, utilização provisória ou precária de rossios, *ejidos* e *cañadas*. Aproveitamento de áreas tradicionalmente tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento: sobre várzeas, charnecas, terrenos de altimetrias complicadas. Era a conquista de terra firme, aterros que cresciam à vizinhança urbana horizontes de expansão, enterrando miasmas e cobrindo superfícies infectas com um simulacro saudável de natureza. Terrenos outrora sem préstimo, os quais, mediante intervenções patrocinadas pelo poder público — nem sempre adequadamente amparado com recursos para iniciativas dessa escala (e sempre iniciativa oficial, qualquer seja a instância: autoridade colonial, provincial, municipal) —, transformam-se em áreas valorizadas e vizinhanças valorizadas.

A disciplina urbanística e o salubrismo determinaram, a partir de meados do oitocentismo, a necessidade de criar ‘pulmões’ para as cidades, com o imperativo de implantar praças ajardinadas e parques no tramo dos aglomerados urbanos. Não foram poucas as tentativas de loteamento de alguns grandes vazios urbanos à medida que as cidades cresciam — como a várzea do Portão de Porto Alegre. A cultura salubrista foi a responsável pela manutenção de grandes áreas livres no coração das cidades num momento em que a expansão urbana demandava e valorizava as terras nas regiões centrais dos núcleos urbanos.

Os jardins, que no passado situavam-se longe do núcleo habitado significativo e que sobrepujaram o tempo e sobreviveram, foram alcançados pela urbanização e incorporam-se aos tecidos tradicionais da cidade como preciosas áreas livres na congestionada trama urdida pelo adensamento que caracterizou a transformação da paisagem das cidades do século 20.

A percepção dos jardins

A paisagem é a consciência humana diante de um ambiente, produto do seu potencial imaginativo e criador, uma contemplação visual formulando significados e novas imagens. Os jardins correspondem ao enquadramento de paisagens cultivadas pelo ser humano com a marcante presença da vegetação no imaginário ocidental.

Diferentes visões alimentam a elaboração e a apreciação dos jardins. O comportamento humano diante desses cenários redonda na superposição de algumas dimensões perceptivas.

A dimensão mítica

A natureza, a paisagem e o jardim podem ser visualizados por sua dimensão mítica, pelo seu poder evocativo, por inspirar emoções e sentimentos. O pitoresco é o apogeu de uma transformação radical na apreciação estética das paisagens. O mar inspirava terror no mundo medieval; quantos viajantes não se deslumbraram com a vista do terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro no século 19? Na passagem do século 19 para o 20, evocava-se o valor moral dos recantos ajardinados, justificavam-se os jardins operários; o intendente Antônio Lemos regozijava-se com a vegetação dos bosques e parques que construía, com “druídicos e meandrosos caminhos”; o engenheiro Liberalli em 1901 qualificava as praças ajardinadas de “pedra de toque para se ajuizar do grau de educação pessoal, artística e cívica do povo”.

Natureza e cultura

A viajante britânica Maria Graham, apreciando a paisagem do Rio de Janeiro em 1822, manifesta um incômodo: “as linhas extensas das casas de fazenda, que aqui e ali ressaltam da solidão da natureza, não sugerem nenhuma associação com qualquer idéia de melhoria, tanto no passado como no presente, nas artes que

civilizam ou que enobrecem o homem. [...]. E ainda que a natureza seja ao menos tão bela como na Índia ou na Itália, *a falta de qualquer relação com o homem, como ser intelectual e moral, retira-lhe metade do encanto*” [grifo do autor]. No Brasil, a natureza era avassaladora: “aqui a vegetação é tão exuberante que até as árvores podadas e tratadas crescem como se fosse na floresta...”, escrevia Maria Graham [1956, p. 182] em seu diário, em 1821.

“Tudo que a natureza faz por este país é magnificante, por isso parece tanto mais pobre o que o homem criou”, anotou o capitão Ludwig von Rango em 1819. Os viajantes oitocentistas por Belém não se conformavam com a exuberância da vegetação amazônica convivendo com a cidade. O engenheiro Liberalli em 1901 atribuiu o pouco caso da população em frequentar as praças públicas ajardinadas “devido à exuberante vegetação que espontaneamente veste os morros que circundam a cidade e em parte à largueza das habitações ou à morada fora da cidade”.

A dualidade cultura *versus* natureza foi uma referência marcante num passado recente. O universo das construções do espírito humano, genericamente tido como parte da ‘cultura’ que elabora os referenciais e instrumentos teóricos para as intervenções humanas — como a ordem, a geometria —, contrapunha-se à organicidade e ao aspecto supostamente rude e desordenado da natureza. A natureza como barbárie, a cultura como civilização.

Racional e funcional

O Renascimento inaugurou a visualidade da natureza racionalizada, como um mundo mecânico, objetivo, físico, mediante a lente disciplinar de geografias, botânicas, zoologias, geologias, climatologias, etc., ou em suas condições mesológicas ou ecológicas.

Todo o empenho dos europeus em conhecer os aspectos da natureza americana insere-se nesse raciocínio funcionalista, acentuado no século 18 com o ideário da fisiocracia. Os jardins botânicos (e os jardins públicos que abrigaram esse tipo de preocupação naturalista) são produtos dessa dimensão racionalizada da natureza como campo de experimentação, visando ao usufruto econômico.

Em 1810 o Marquês de Aguiar, ministro de D. João, baixava regulamento sobre a urbanização da expansão do Rio de Janeiro rumo à cidade nova, no qual estabelecia para o arruamento a necessidade de “...projetar algumas praças, o que não só embeleza a cidade, mas contribui muito para a saúde da população...” A cultura científica do século 19 atribuiu novas funções à vegetação, associada às

praças. O conselheiro João Alfredo, na defesa da remodelação da futura praça da República, em 1874, justificava sua iniciativa: “Todos compreendem que uma cidade como a do Rio de Janeiro, de clima cálido, precisa de refrigérios, para que a população se distraia; e refrigérios como o que se prepara no Campo da Aclamação, são verdadeiros pulmões para as cidades. Ora, em vez do espetáculo repugnante que a cada um de nós e ao estrangeiro oferece atualmente o Campo da Aclamação, creio que será muito agradável ter dentro de 6 ou 8 anos aquela grande praça ajardinada...”

Nesse momento, várias cidades brasileiras tratavam de ‘embelezar’ (um termo da época) seus logradouros públicos segundo essa visão salubrista. O Rio de Janeiro do final do século 19, juntamente com as transformações promovidas por Pereira Passos a partir de 1904, e Belém com a ação do intendente Antônio Lemos estão entre as mais eloqüentes iniciativas para o estabelecimento dessa visão, com a contribuição significativa da vegetação como elemento urbano, dentro de um novo espírito ‘civilizador’.

Palco de sociabilidades

Uma dimensão cognitiva do jardim passa ao largo de considerações racionais ou míticas, supondo apenas o reconhecimento de regras criadas e aceitas pela sociedade. O jardim público consagra-se nos séculos 16 e 17 como o recinto de uma sociabilidade distinta daquela das praças públicas. Adentrar um jardim implicava o aceite de regras de um jogo social e sexual imposto por uma norma de comportamento refinado, ostentatório, silencioso, discreto até onde se manifesta a sugestão de práticas eróticas de bom-tom. O jardim público era o local de encontro das elites ou dos segmentos derivados, passarela da semostração, das vaidades expostas, das vestimentas equilibrando ou escamoteando classes distintas — um espaço das trocas sociais legitimado pelos valores aceitos pelas sociedades que constituíram tais recantos. A percepção, a apropriação e o usufruto de jardins públicos tornam-se produtos de uma construção social.

Percepção programada

O que explica as distintas constatações de viajantes em todo o Brasil do relativo abandono dos jardins públicos pela população local? Do pouco apreço dos nativos diante de uma natureza tão exuberante, a embasbacar os tantos estrangeiros que admiraram as paisagens brasileiras?

Esses comportamentos derivam de uma percepção programada da natureza, da paisagem, do jardim. Ao estabelecer algumas dimensões de percepção (entre outras que poderiam ampliar este leque de considerações) — a mítica evocativa, a dualidade natureza/cultura, a natureza racionalizada/funcionalizada e a sociabilidade inventada pelos humanos —, estabelecem-se diferentes visões e valores que se sobrepõem simbolicamente à paisagem, ao espaço, aos jardins públicos. As diferentes composições e equilíbrios desses valores resultam em cosmogonias que permitem explicar atitudes e comportamentos tão díspares perante imagens e ambientes aparentemente objetivos. Charles de Ribeyrolles em 1858, em seu extático vislumbre do belvedere do Passeio Público do Rio de Janeiro, dizia-se “entregue completamente às queridas imagens perdidas”, que “...não escutava mais que o canto das cigarras, atrás..., nos ramos do arvoredo, e a onda que marulhava na praia”, numa evocação mítica dentro do ambiente do Passeio. O mesmo Ribeyrolles, comentando o meio urbano carioca, demonstrava seu lado funcionalista: “por que esse ódio às árvores, esse desdém da folhagem tão ridente nas paisagens quentes? Ignora-se porventura que a vegetação arborescente, radicada no solo, absorve as águas, os detritos orgânicos alteráveis, os sais, e alivia, purifica os terrenos por suas transudações capilares? [...]. Plantar é sanear. Demais, lucrar-se-ia um pouco de sombra, a grande consolação das cidades ardentes, como o Rio” [de Janeiro]. Hermann Burmeister, ao anotar que “...o único lugar para divertimentos coletivos, o Passeio Público, encontra-se vazio todos os dias e todas as horas”, ou Joaquim Manuel de Macedo, ao constatar a rápida decadência do Passeio Público como lugar de festas para concluir que havia “...apenas uma vida artificial e um encanto que não podia ser perene”, estão filtrando suas observações pela óptica da sociabilidade atribuída ao espaço do jardim, independentemente de suas conotações místicas ou denotações botânicas. Kosseritz não perdeu a tibieza da vegetação e a falta de sombra da recém-inaugurada praça da República carioca nos anos 1880, afirmando haver aí “...muita arte e pouca natureza”, consideração evocativa da dualidade cultura/natureza.

Esses olhares de forasteiros refletem a confluência de diferentes estímulos, provocando julgamentos que desvelam certos tipos de simbolismo e pragmatismo não-partilhados pelos nativos. Trata-se de uma visibilidade do exótico própria do

olhar de quem é de fora, estranho ao meio. Referências de percepção de feitiço europeu, virtualmente ausentes para os que cotidianamente vivenciam a natureza local, como os brasileiros que, indiferentes à sua própria paisagem, sua própria exuberância, acabam por banalizá-la.

Maria Graham em 1821 fez uma anotação que talvez transcenda a trivial observação de uma estrangeira, imbuída de um olhar alimentado por aqueles valores simbólicos: “Não me admiro dessa tendência [*de as mulheres participarem de jogos de cartas*]. Sem educação e conseqüentemente sem os recursos do espírito, e num clima em que o exercício ao ar livre é de todo impossível, é preciso ter um estímulo.” [Graham, 1956, p. 156].

A natureza, a paisagem, o jardim público, nada significam por si. São os humanos que atribuem significados que vão qualificar as imagens, os objetos. Somente uma experiência prévia, uma leitura qualificadora anterior, permite apreender certas características da natureza, porquanto são características inventadas por homens e mulheres. Elas transcendem a pura intuição, são construções da criatividade. *A natureza, a paisagem, os jardins são entidades demasiadamente complexas, estimulantes e dispersivas para serem prontas e diretamente assimiladas pela sensibilidade humana.*

A Alma dos Jardins

À guisa de posfácio

João do Rio, 1908

Os jardins para as grandes cidades são como escapadas da civilização. Entre duas árvores o homem é inteiramente diverso do homem entre duas vitrines. À beira de um lago artificial, na sombra de velhas árvores, o cidadão sente o estretecimento atávico, o acordar dos instintos. Onde houver muitas árvores, o ar livre, o céu azul visto através do rendado das folhas verdes, podeis ter a certeza de que aí as criaturas mais amarfanhadas pela nevrose urbana sentem o desabrocho rubro do sexto sentido. É como a sensualidade, é tal qual a luz e tal qual o perfume, impalpável e invisível, a sensualidade parece pender dos ramos no cheiro forte das folhas, na luz de que se abebera a fronte. As árvores guardam sempre amadriadas no tronco e vêem sempre passar os faunos. Os ramos de certas árvores abrem como querendo abraçar. E há troncos de uma tão insidiosa cumplicidade de amor!...

Por isso quem entra nos jardins por estes meses de primavera mádida volta ao paraíso primitivo, por isso, os jardins encravados na cidade são como as escapadas da natureza, as peias da civilização.

Eu vou aos jardins públicos. Tu também vais. É provável, porém, que nunca tivesses reparado nas pessoas que vão aos jardins. Eu vou e reparo.

Oh! as pessoas que entram nos jardins! Nunca se entra nesses sítios como no teatro, como em qualquer rua, como por uma porta qualquer. Os que transpõem os grandes portões de ferro aproximam-se, sentem a necessidade, ou são forçados a aproximarem-se da natureza. Vede as crianças. Na rua, em casa elas estão de outro modo. Logo que chegam a esses lugares, perdem o respeito como se retomassem o sentimento da liberdade primitiva. É rara a criança da cidade que, vendo uma aléia sombreada de árvores, não sinta a necessidade, a obrigação de se expandir em gestos, de se penetrar daquele verde, daquela atmosfera de quieta e morna e doce sensualidade, e não deite logo a correr.

Correr, correr inutilmente, é um prazer, um enebriamento que nos vem do homem das florestas. As crianças correm, ficam excitadas, ficam mesmo brutais. E, pela manhã, é curioso vê-las à solta, brigando com as amas, gesticulando, gritando, rindo, para, à saída, retomar o passo medido da calçada e do seu grau social. Apenas uma grade separava-as da rua ativa — e era um mundo...

Aos jardins vão também homens e mulheres. Há jardins aristocráticos onde só se encontram — mas oito, dez, mais por dia! — as tentações do escol e o começo dos romances de alto tom. Não só a gente do alto tom, obedecendo a uma sugestão muitas vezes milenar, se julga nos jardins ao abrigo da curiosidade para o abandono dos beijos. Foi bem num jardim que se deu a Revelação — porque até hoje a mulher de todas as classes e o homem de classes variadas procuram, inconscientemente, o jardim para a entrevista.

Entretanto não há quem não tenha trocado palavras como estas, na vida:

— Amanhã?

— Onde?

— No Passeio, às 2.

No Passeio, no Parque da Aclamação, no Jardim Botânico. Não importa o nome. O lugar é sempre um jardim.

Tenho passeado com calma por esses surtos selvagens da cidade e sempre pasmei da variedade dos grupos. Há senhoras casadas que vão a esses lugares, vestidas de escuro com véus espessos. Como em geral elas amam ou se encapricham por cidadãos da sua esfera, os porteiros sabem logo a sorte do felizardo que entra e do infeliz que não entra. Há damas que se sentam nos bancos, à beira dos lagos, e procuram o recesso dos maciços, a sombra da folhagem; e meninas que entram, à volta dos cursos para conversar com os namorados; e há também um fato tocante — se ainda na vida pudesse haver fatos tocantes! —: as mais baixas mulheres, a que o mundo não perdoa, sentem um prazer extraordinário em conversar com o seu querido em sítios umbrosos. O querido é sempre um soldadinho jovem ou um jovem paisano. E é interessante ver entrar para o mesmo lugar homens de tão diferente existência, mulheres de responsabilidade tão variada.

Muitas vezes os pares encontram-se. Alguns trocam sorrisos de mútuo consentimento, de doce cumplicidade. Solidariza-os o pecado. Só há uma evidente irritação dos pares, que se traduz pelo olhar frio e duro, pelo súbito silêncio, pelo desenlaçar das mãos, quando passa uma mulher sem companheiro ou um homem isolado. É que lhes germina o egoísmo, e o ciúme primitivo, a necessidade de defesa e da posse. E, por mais que eles saibam do contrário, o atavismo, o instinto sensual, sob a influência amoral das folhas e dos troncos, brota e floresce no jardim sensual.

Nos jardins encontram-se também os desgraçados, os sem emprego, os mendigos. O mendigo é o cisco da cidade. A sua função, com o embotamento das forças vivas da resistência é vegetarizar-se. Os mendigos nos jardins chegam ao fim da desagregação. Os desgraçados, os sem emprego, apoiam-se na eclosão da natureza para criar ânimo, para beber esperanças, e, como os doentes do corpo vão ao campo convalescer, há homens sujos e pálidos nos jardins, sem almoço, sem pão, sem protetores, que pedem às árvores a cura da própria sorte.

Os brutos, os marçanos, os que obedecem apenas à função fisiológica vendo a vida sem poesia, não namoram no teatro onde vão assistir à peça, não namoram à refeição porque vão comer; não namoram na rua porque vão com destino certo. Namoram, isto é, apanham a mulher no jardim, à sombra das árvores. Daí, aos domingos, os jardins estarem cheios. O dia de folga, as bebidas, o prazer, levamos lá. O instinto rebenta ao contato com o resumo da floresta. Há bandos de adolescentes pesados, de bengalão e charuto, dizendo facécias grossas. E há também bandos de meninas namoradeiras, de costureirinhas, a rir, a responder aos dichotes.

Não vos espanteis, oh! não! À noite, os jardins acolhem também os degenerados, esses doentes da sensualidade, cuja loucura na rua sabe soffrear-se para não entrar no hospício: damas de apetites desvairados, sujeitos de vícios secretos. Não fosse o jardim a recordação da floresta antiga e não precisava de bacantes e de sátiros!

Como a licença cria austeras filosofias, os jardins têm também filósofos, esfarrapados cheios de orgulho, de cabeça socrática e gesto medido que pela manhã dissertam para pequenos grupos sobre a decadência deste país. E tem mesmo ex-pisa-flores, ex-leões da moda, da diplomacia dos falecidos *cotillons* do Paço. O esfarrapado é severo e condena. O esfarrapado, com as roupas lavadas de benzina, os arcaicos chapéus com reflexos furta-cores, os cabelos pintados, as unhas tratadas, lêem o jornal e guardam horas e horas um digno silêncio. Estão ali, como num museu a arejar. E talvez seja triste vê-los ao sol, aquecendo a carcaça, enquanto um ou outro soldado ou marinheiro, almas simples nascidas

nas florestas do norte sentam-se nos bancos e olham as moitas, nostálgicos e pasmos.

Os que passeiam por esses sítios sabem de tudo isso porque os jardins não guardam segredo, para mostrar decerto o poder da sua influência. Não há dama dando *rendez-vous* a um rapaz, indo ela a uma hora e ele a outra, entrando um por uma porta, e outro por outra sem que os jardins deixem de murmurar esse colóquio. Como? Em tudo — no ambiente, nas correntes misteriosas que vão de folha em folha, cantando a nova. O freqüentador sabe da fatal entrevista apenas pelo andar do homem, e os porteiros, os grandes manuais de amor oculto da cidade, sorriem e diagnosticam à primeira vista.

Os jardins públicos são os guardas da sensualidade. Os seus estados de alma estudam-se pelas horas. De manhã, há crianças, filósofos, vagabundos e gente a fazer o seu *footing*. A essa hora esforçam-se eles por tomar um ar sério, lavam-se, irrigam-se, tomam a ducha reanimadora dos delírios noturnos. Mas vá o sol subindo e suba ao espaço a poeira, ou melancolicamente teça a chuva entre as folhas uma teia de cristal, começam a chegar os que dormiram até tarde, começam a aparecer os nevropatas, surgem os amorosos. Quando entra um sujeito desconhecido, o jardim parece recebê-lo com um riso silencioso de velho sátiro.

Até as cinco da tarde quando o dia morre, o culto de Eros toma variedades esquisitas e abundantes. Daí em diante, com as primeiras sombras, as combustões amenas, as águas dos lagos mais misteriosas e a voz das árvores mais sensível — podeis ter a certeza que é a ronda da pornéia. A concorrência aumenta. Há gente aos bandos em começo de simpatia e pares solitários em início de contatos. A areia das aléias parece mais seca, um pó seco paira no ar.

Por isso os jardins, nas grandes cidades, são como escapadas de civilização, e eu não entro num jardim, sem me sentir dominado pela Natureza brutal — de que com tanto custo, quando não está nos jardins, parece liberto o Homem da Cidade...

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.
- ACCIOLI, Ignacio, ver SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e.
- ALBERTI, Leon Battista. *Da pintura*. Campinas: Unicamp, 1989. [Do original *De pictura*].
- . *Ten books on architecture*. London: Alec Tiranti, 1955.
- ALBUM de Belem — Pará: 15 de novembro de 1902. Paris: F. A. Fidenza/Philippe Renouard, 1902.
- ALLAIN, Émile. *Rio-de-Janeiro: quelques données sur la capitale et sur l'administration du Brésil*. Paris/Rio de Janeiro: L. Franzine & Cie./Lachaud et Cie., 1886.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 15, p. 339-481, 1975.
- AMARAL, Braz do. [Notas]. In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memorias historicas e politicas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1940. v. 6.
- ARAGÃO, Pedro Moniz de. João Alfredo e a remodelação do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 190, p. 45-57, jan./mar. 1946.
- ARAÚJO, Carlos da Silva. Médicos brasileiros graduados em Montpellier e os movimentos políticos da Independência nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 8, p. 125-140, 1961.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. [Do original em alemão: *Reise durch Süd-Brasilien*, Leipzig, 1859]
- . *Viagem pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980a.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3.ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 1969. 2v. [segunda edição: 1861].
- BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares*: relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra Ministro da Justiça e Negocios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corografico sobre a provincia do Pará por...* Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839.

- BAYÓN, Damián. *Panorámica de la arquitectura latino-americana*. Barcelona/Paris: Blume/Unesco, 1977.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Universidade de Brasília, 1987.
- BARLÊU, Gaspar. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Tradução e notas por Cláudio Brandão. 2. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974. [1ª edição em 1647, Amsterdã].
- BARROW, John. *A voyage to Conchichina in the years 1792 and 1793*. London: T. Cadell & W. Davies, 1806.
- BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas*. Tradução e notas por Cândido de Mello-Leitão. São Paulo: Editora Nacional, 1944. 2v. [Do original: *The Naturalist on the Amazon River*].
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. [Anotações]. In: AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3.ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969. 2v.
- BENEVOLO, Leonardo. *Diseño de la ciudad*. México: Gustavo Gili, 1979. 5v.
- BERJMAN, Sonia. (compil.). *El tiempo de los parques*. Buenos Aires: Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas “Mario J. Buschiazzo”, 1992.
- BEYER, Gustavo. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á Capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que ha pouco foi occupada. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo*, São Paulo, v. 12, p. 275-311, 1908.
- BLUTEAU, Rapahel. *Vocabulario portuguez, e latino*. Coimbra: Colegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- BOCCANERA JR., Sílio. *Bahia historica: reminiscencias do passado, registo do presente...* Salvador: Tip. Bahiana, 1921.
- BONET CORREA, Antonio. Concepto de Plaza Mayor en España desde el siglo XVI hasta nuestros dias. Em seu: *Morfologia y ciudad: urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en España*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- BORSAY, Peter. *The English urban renaissance: culture and society in the provincial town, 1660-1770*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil 1624-1654*. Tradução por Olivério M. de Oliveira Pinto]. São Paulo: Editora Nacional, 1961. [Do original: *The Dutch in Brazil (1624-1654)*, Oxford, 1957].
- BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Saneamento de Recife: descrição e relatórios*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- BRITO, João Rodrigues. *Cartas economicas-políticas sobre a agricultura e commercio da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 3v.
- . *Memória da cidade de São Paulo: depoimento de moradores e visitantes/1553-1958*. São Paulo: Prefeitura do Município/Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: s.e., 1969.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas*. Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- CAMINHOÁ, Francisco de Azevedo Monteiro. *Place d'Acclamação Plan General du Projet — Architectes Caminhoá & Benard*. Reprodução fotográfica, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

- CAMINHOÁ, Francisco de Azevedo Monteiro et al. *Monumento a erigir no Campo da Acclamação/Rio de Janeiro/Em memoria das victorias alcançadas no Paraguay/Architectes/F. de. A. Caminhoá et P. Bénard*. Paris: Firmin-Didot Fr. Fils & Cie., [1870?].
- CARITA, Helder, CARDOSO, Homem. *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. Lisboa: 1987.
- CARMO NETTO, Henrique José do. Recordações e aspectos do culto de Sant'Anna. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 94, v. 148, p. 433-463, 1927.
- CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *A arte de Mestre Valentim: um programa de sombra e água fresca*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) — Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. [Publicação parcial em: O Passeio Público e o chafariz das Marrecas de Mestre Valentim. *Gávea*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 82-105, dez. 1989].
- CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: BRENA, Giovanna Rosso Del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985, p. 569-598.
- CIDADE e Município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Intendencia Municipal, 1904.
- CIDADE (UMA) em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Funarte/Fundação Roberto Marinho, 1979.
- CLARK, Kenneth. *Paisagem na arte*. Lisboa: Ulisséia, [ca.1961]. [Do original: *Landscape into art*, Harmondsworth: Penguin Books, 1949].
- CLIFFORD, Derek. *Los jardines. Historia, trazado, arte...* Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1970. [Do original: *A History of Garden Design*, London: Faber and Faber, 1962].
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 2.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- COELHO, Jacinto do Prado (org.). *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- COELHO NETO, Henrique Maximiliano. Festa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 de jun. 1902.
- CONDURU, Roberto. A pólvora e o nanquim. *Gávea*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 4-17, dez. 1989.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [Do original: *Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)*].
- CORREA, Armando Magalhães. Terra carioca: fontes e chafarizes. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 170, p. 1-214, 1939.
- CORRÊA, José Augusto. *Tres capitaes*. Famacião: Typ. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1909.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Fac-similar da primeira edição de 1882. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2. v.
- CRUZ, Ernesto. *Belém: aspectos geo-sociais do município*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- DEBUS, Allen G. *El hombre y la naturaleza en el Renacimiento*. México: Fundo de Cultura Económica, 1985. [Do original: *Man and nature in the Renaissance*, Cambridge: Cambridge University Press, 1978].
- DE LA PLACE Louis XV à la place de la Concorde. Paris: Musée Carnavalet, 1982.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. [Do original: *Brésil, Colombie et Guyanes*].

- DERENJI, Jussara da Silveira. A influência italiana na arquitetura eclética paraense. *Novos Cadernos*, São Paulo, n. 2, p. 79-119, 1988. [publicação do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro].
- DESCRIPTIVE (A) account of the Municipality and City of Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul, compiled for the International Exhibition of S. Louis, April 1904. Porto Alegre: "The Commercial Library", 1904.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-170, jan./mar. 1968.
- DIAS, Marina Tavares. *Lisboa desaparecida*. 6.ed. Lisboa: Quimera, 1991.
- DINIZ, Firmo de Albuquerque. *Notas de viagem*. [2.ed.] São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- DUBY, Georges (dir.). *Histoire de la France urbaine: la ville classique*. Paris: Seuil, 1981.
- EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução e notas por Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- EDWARDS, William Henry. *A voyage up the river Amazon, including a residence at Pará*. London: John Murray, 1847.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Chicago, Encyclopaedia Britannica, 1949.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*, ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Tradução por Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte/São Paulo:Itatiaia/Edusp, 1976. [Do original: *Life in Brazil, or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm. With an appendix, containing illustrations of ancient South American arts, in recently discovered implements and products of domestic industry and works in stone pottery*. New York: Harper & Brothers, 1856].
- FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro/Salvador: Kosmos/Banco da Bahia Investimentos, 1988.
- . *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVII: Álbum comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.
- . *À muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: quatro séculos de expansão e evolução*. Rio de Janeiro: Raymundo de Castro Maya, Candido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portela, Banco Boavista, 1965.
- . *O Brasil de Thomas Ender 1817*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976.
- . O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro: IV — O Campo da Cidade. V — Largo de S. Francisco de Paula. VI — O Rossio, futura Praça Tiradentes. VII — Campo de Sant'Ana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, p. 87-104, jan./mar. 1968.
- . *O "sketch book" de Carlos Guilherme von Thering*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e tradução por Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. 2.ed. rev. aum. Lisboa: Bertrand, 1977.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.
- FREYCINET, Charles de. *Principles de l'assainissement des villes* comprenant la description des principaux procédés employés dans les centres de populations de l'Europe Occidentale pour protéger la santé publique. Paris: Dunod, 1870.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975. [Do

- original: *Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841*. London: Reeve, Brothers, 1846].
- GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del Renacimiento*. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1984. [antologia de ensaios organizados pela casa editorial espanhola].
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 4. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- . *Space, time & architecture: the growth of a new tradition*. Cambridge: The Harvard University Press, 1941.
- GIROUARD, Mark. *Cities and people: a social and architectural history*. New Haven/London: Yale University Press, 1985.
- GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. [Do original: *Art and illusion: a study in the psychology of pictorial representation*, Washington: The Trustees of the National Gallery of Art, 1959].
- . *A história da arte*. Tradução por Álvaro Cabral. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. [Do original: *The story of art*, 13. ed. Oxford: Phaidon Press, 1978].
- . A teoria renascentista da arte e a ascensão da paisagem. Em seu: *Norma e forma: estudos sobre a arte da renascença*. São Paulo: Martins Fontes, p. 141-160, 1990. [Do original: Renaissance artistic theory and the development of landscape painting. *Gazette des Beaux-Arts*, 6º período, n. 41, p. 335-60, 1953].
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Tradução e notas por Américo Jacobina Lacombe. São Paulo, Editora Nacional, 1956. [Do original: *Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1824].
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960.
- GRAND Larousse Encyclopédique. Paris: Librairie Larousse, 1960.
- GRAVIER, A.-L., LATIÈRE, H. *Les jardins ouvriers*. [Paris?]: [s.n.], [1907?].
- GRAYSON, Cecil. Introdução. In: ALBERTI, Leone Battista. *Da pintura*. Campinas, Unicamp, p. 33-65, 1989.
- GUARDA, Gabriel. *La ciudad chilena del siglo XVIII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968.
- GUIDONI, Enrico, MARINO, Angela. *Historia del urbanismo: el siglo XVII*. Madri, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1982.
- GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. Madrid: Cátedra, 1983.
- HIBBERT, Christopher. *London: the biography of a city*. Harmondsworth: Penguin, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- (dir.). *História geral da civilização brasileira: I — A época colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. 2 v.
- HOUSSAY, Frédéric. *De Rio-de-Janeiro a S. Paulo*. Paris, Imprimerie Gauthier-Vilars, 1877.
- IMAGE (THE) of London: views by travellers and emigrés 1550-1920. London: Trefoil Publications/Barbican Art Gallery, 1987, p. 44-45.
- INFORMAÇÕES sobre o Jardim Botânico em 1836. *Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 17, p. 436-439, 1913.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução e notas por Teodomiro Tostes. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949. [Do original: *Voyage a Buénos-Ayres et a Porto-Alègre, par la*

- banda-oriental, les missions d'Uruguay et la province de Rio-Grande-do-Sul (de 1830 a 1834)*. Havre: J. Morlent, 1835].
- IVINS, JR., William M. *Prints and visual communication*. 2. ed. Cambridge: The MIT Press, 1973.
- JARDIM Botânico (O) de Ouro Preto em 1835. *Arquivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 774-777, 1898.
- JOBIM, Leopoldo Collor. Os jardins botânicos e o fomentismo português no Brasil. In: III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. *Anais...* São Paulo: SBPH, [ca.1984], p. 57-62, 1984.
- JUNIUS, ver DINIZ, Firmo de Albuquerque.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (províncias do Norte)*. Tradução por Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins, 1943.
- . *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e província de São Paulo), compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.
- KIDDER, Daniel Parish, FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians*, portrayed in historical and descriptive sketches, Philadelphia/New York: Childs & Peterson/Sheldon, Blakeman, 1857.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas por Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.
- LAPA, José Roberto do Amaral. O Brasil e as drogas do Oriente. In: *Studia*, Lisboa, n. 18, p. 7-40, ago. 1966.
- LAROUSSE du XX^{ème} siècle. Paris: Librairie Larousse, 1928.
- LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme: Renaissance et temps modernes*. Paris: Henri Laurens, 1941.
- LEACH, Edmund. Natureza/Cultura. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, p. 67-101, 1985.
- LEITHOLD, T. von, RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. Tradução e anotação por Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional, 1966.
- LIBERALLI, Frederico Augusto. [Discurso na 4ª sessão ordinária em 3 de janeiro de 1901 da 2ª questão aberta: saneamento e embelezamento da Capital Federal]. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA, 1900-1901, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Club de Engenharia, v. 3 [4ª série], p. 175-183, fev. 1901.
- LIMA, José Ignácio de Abreu e. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil*. 2.ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.
- LIMA, Evelyn Furkim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Edição fac-similada. Rio de Janeiro: Leitura, [ca.1967]. 8v.
- LOZOYA, Xavier. *Plantas y luces en México: la real expedición científica a Nueva España (1787-1803)*. Barcelona: Serbal, 1984.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. 2.ed. São Paulo: Martins, 1951.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: história e vida da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1973.

- . *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1942. [primeira edição: 1863].
- MACEDO, Rafael Greca de, NASCIMENTO, Maí. O Passeio público. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, Curitiba, n. 42, ago. 1980.
- MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos vice-reis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira: I — A época colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, p. 355-379, 1977.
- MARC, Alfred. *Le Brésil: excursion a travers ses 20 provinces*. Paris: Le Brésil [Impr. Charaire et Fils], 1889. 2v.
- MARIANNO FILHO, José. *O Passeio Público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [C. Mendes Jr.], 1943.
- . O Passeio Público nos últimos quartéis do século XIX. Em seu: *Estudos de arte brasileira*. Rio de Janeiro: [C. Mendes Jr.], p. 89-94, [1942?].
- . *Os tres chafarizes de Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: [C. Mendes Jr.], 1943.
- MARROQUI, José María. *La ciudad de México*. México: Typ. y Lit. La Europea de J. Aguilar Vera, 1900. 3v.
- MARTÍNEZ, Carlos. *Bogotá: sinopsis sobre su evolución urbana 1536-1900*. 2. ed. Bogotá: Escala, 1983.
- MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo (1554-1910)*. 2. ed. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von, SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 4v. [Do original: *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820 gemacht und beschrieben von...* München, 1823].
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.
- . *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- . *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.
- MB, ver MUNICÍPIO (O) DE BELÉM.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. [Estudo biográfico e notas]. In: CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas*. Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- . *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3. ed. aum. Recife: Fundaj/Massangana, 1987.
- MELLO JUNIOR, Donato. Para a história do Teatro da Paz: a medalha de sua pedra fundamental em 1869. *Revista de Cultura do Pará*, Belém, n. 26/27, p. 55-64, jan./jun. 1977.
- . *Rio de Janeiro: planos, plantas e aparências*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1988.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.
- MOREIRA DE AZEVEDO, ver AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. [Belém]: Museu Paraense Emílio Goeldi, [1983].
- MOSSER, Monique, TEYSSOT, Georges (ed.). *The history of garden design: the Western tradition from the Renaissance to the present day*. London: Thames & Hudson, 1991.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias de revolução no Brasil 1789-1801*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- MOTTA, Cássio. *Cesário Motta e seu tempo*. São Paulo: 1947.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1897-1902. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1903. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1905.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1905. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1906 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1906.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1906. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém Capital do Estado do Pará na sessão de 15 de novembro de 1907 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1905.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1907. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém Capital do Estado do Pará na sessão de 15 de novembro de 1908 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1908.
- MUNICÍPIO (O) DE BELÉM. 1908. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém Capital do Estado do Pará na sessão de 15 de novembro de 1909 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1909.
- MUÑOZ REBOLLEDO, Maria Dolores. El impacto ambiental de las ciudades coloniales. *Arquitecturas del Sur*, Concepción [Chile], n. 19, p. 2-8, 1993.
- MUSEU DA CIDADE (Lisboa). *Lisboa e o Marquês de Pombal*. Lisboa: 1982.
- NEVES, Lourenço Baeta. *Hygiene das cidades*. [Belo Horizonte]: Imprensa Official do Estado de Minas, [1913?].
- NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Carta corographica do Imperio do Brazil*. Escala indeterminada. Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1846.
- NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. Anotações de Noronha Santos à introdução das “Memórias”. In: SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memória para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, v.1, p. 66-164, 1981.
- NOVAES, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PÁEZ DE LA CADENA, Francisco. *Historia de los estilos en jardinería*. Madrid: Istmo, 1982.
- PASSEIO (O) Público. *Universo pittoresco*, Lisboa, v. 1, p. 337-339, 1839/1840.
- PASSEIO Público uma “sala de visita” para Curitiba. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, n. 13, p. 39-41, out. 1983.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. 2v.
- PEREIRA, Margareth Campos da Silva. *Rio de Janeiro: l'ephémère et la perennité — Histoire de la ville au XIXème siècle*. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988.

- PINTO, Odorico Pires. *O solar do Conde dos Arcos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972.
- POMBO, Francisco José da Rocha. *Notas de viagem (norte do Brazil)*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã, 1918.
- PORTO Alegre: biografia de uma cidade. Porto Alegre: Typographia do Centro, [1940].
- 1º CENTENÁRIO do conselheiro Antônio da Silva Prado. São Paulo: s.e., 1946.
- RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.
- RASMUSSEN, Steen Eiler. *London: the unique city*. Cambridge: The MIT Press, 1967.
- RECUERDOS de México: gráfica del siglo XX — colección del Banco de México. [México]: Instituto Nacional de Belas Artes/Secretaría de Educación Pública/Banco de México, [198-].
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O jardim botânico de Belém. *Boletim do Museu Nacional* (nova série), Rio de Janeiro, Botânica n. 7, 27 set. 1946.
- RELATORIO do Projecto de Melhoramentos e orçamentos apresentados ao Intendente Municipal Dr. José Montauray de Aguiar Leão pelo Engenheiro Architecto João Moreira Maciel da Comissão de Melhoramentos e Embellezamento da Capital — 1914. Porto Alegre: Officinas graphics da Livraria do Commercio, 1914.
- REVISTA GERAL DOS TRABALHOS: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com autorisação do Governo do Estado sob a direcção do engenheiro chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, n. 1, abr. 1895.
- RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- RIBEIRO, Bento. [*Mensagem*]. Rio de Janeiro: Inspectoria de Mattas, Jardins, Caça e Pesca, 1914.
- RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco*: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- RIO, João do. A alma dos jardins. *Serões*, Lisboa, 2ª série, v. 7, n. 41, p. 325-333, nov. 1908.
- ROCHA POMBO, ver POMBO, Francisco José da.
- RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou breve noticia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.
- ROJAS-MIX, Miguel. *La plaza mayor*: el urbanismo, instrumento de dominio colonial. Barcelona: Muchnik, 1978.
- ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [Do original: *I filosofici e le machine: 1400-1700*].
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins /Edusp, 1972. [Do original: *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Saint-Catherine*. Paris: Arthus Bertrand, 1851].
- SALA CATALA, Jose. El paraíso urbanizado: ciencia y ciudad en el Brasil holandés. *Quipu*, México, v. 6, n. 1, p. 55-77, ene./abr. 1989.
- SALLES, Paulo. *O jardineiro brasileiro*: livro proprio para as pessoas que quiserem ter noções de horticultura. Rio de Janeiro. Paris: Garnier, s.d.
- SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas de minha cidade*. 2. ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia/INL/Universidade de Caxias do Sul, 1979. v. 1.
- SANTOS, Francisco Agenor Noronha. Ver NORONHA SANTOS, Francisco Agenor.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memória para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. 2v.

- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Coimbra: [V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros], 1968.
- SCHLISTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é 1824-1826*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.
- SEGAWA, Hugo. *Construção de ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1987.
- . Brazilian colonial gardens and the Rio de Janeiro Passeio Público. *Journal of Garden History*, London, v. 13, n. 4, p. 213-223, Winter 1993. [versão revisada da pesquisa publicada em *Barroco*, cit. a seguir].
- . Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 12, p. 147-159, 1983.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Augusto Vieira da. *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal, 1950. [publicações comemorativas do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, 1947].
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Notas por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, v. 3, 1931, v. 6, 1940.
- SILVA, Janice T. da. O paraíso perdido: descrição e negação da terra descoberta. *Revista USP*, São Paulo, p. 16-27, dez./jan./fev. 1991-92.
- SILVA, Pirajá da, WOLF, Paulo. [Notas]. In: MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von, SPIX, Johann Baptist von. *Através da Bahia: excerptos da obra Reise in Brasilien*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- SISSON, Rachel. Marcos históricos e configurações espaciais — um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 57-81, 2º semestre 1986.
- SOLANO, Francisco de. *Ciudades hispanoamericanas y pueblos de indios*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.
- SPIX, Johann Baptist von, ver MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TERMO sobre as despesas que se deverão fazer pela Real Fazenda com o Jardim Botânico, e Salitra ou Neitreiras, e fabrica de ferr, e Asso etc. *Arquivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 17, p. 435-436, 1913.
- TEXERA ARNAL, Yolanda. Exploradores botânicos europeos em Venezuela durante el siglo XIX. *Quiju*, México, v. 4, n. 1, p. 185-211, may/ago. 1987.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [Do original: *Man and the natural world: changing attitudes in England, 1500-1800*, Harmondsworth, Penguin Books].
- TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado do Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura, 1978. [Do original: *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*].
- VANDELLI, Domingos. *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linneo, com a sua explicação e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos, e a memoria sobre a utilidades dos jardins botanicos*. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1788.

- VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS E SOUSA, Luiz de. Novas culturas, obras publicas, rendas e despesas do Brasil nos tempos coloniais: officio do vice-rei Luiz de Vasconcellos datado de 15 de julho de 1781, para o Sr. Martinho de Mello e Castro. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 51, parte segunda, p. 183-208, 1888.
- . Relatório do Vice-rei do Estado do Brasil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu sucessor o Conde de Resende. *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 23, p. 143-239, 2º trim. 1860.
- VEIGA, José Pedro Xavier de. *Ephemerides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1897. 4v.
- VERCELLONI, Virgilio. *Atlas historique des jardins européens*. Paris: Hatier, 1991. [Do original italiano *Atlante storico dell'idea del giardino europeo*].
- VINCI, Leonardo da. *Manuscrit B de L'Institut de France*. Grenoble, 1960.
- . *Traité de la peinture*. [Paris]: Club de Libraires de France, 1960a.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. [Do original: *A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*]
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil 1828-1829*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e e cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [Do original: *The country and the city*, Londres, Chatto & Windus, 1973].
- ZAWISZA, Leszek. *Breve historia de los jardines en Venezuela*. Caracas: Oscar Todtmann, 1990.
- ZUCKER, Paul. *Town and square: from the Agora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959.

Arquivos, bibliotecas e instituições consultadas

- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre, RS.
- Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna — Seção de Obras Raras. Belém, PA.
- Biblioteca Municipal Mário de Andrade. São Paulo, SP.
- Biblioteca Nacional — Seção de Iconografia. Rio de Janeiro, RJ.
- Biblioteca Pública Estadual, Porto Alegre, RS.
- Casa da Memória Fundação Cultural de Curitiba. Curitiba, PR.
- CODEM — Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém. Belém, PA.
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo — Biblioteca da Graduação e Pós-graduação. São Paulo, SP.
- Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo — Biblioteca. São Paulo, SP.
- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — Biblioteca. São Paulo, SP.
- Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo — Biblioteca. São Paulo, SP.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — Bibliotecas dos departamentos de História, Geografia, Letras e Ciências Sociais. São Paulo, SP.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Biblioteca e Hemeroteca. São Paulo, SP.

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo — Biblioteca. São Paulo, SP.

Museu da Cidade. Lisboa, Portugal.

Museu de Porto Alegre. Porto Alegre, RS.

Universidade Federal do Rio de Janeiro — banco de teses. Rio de Janeiro, RJ.

Índice

Índice de antropônimos, topônimos, publicações, instituições. Os logradouros públicos se encontram agrupados em: ALAMEDA, AVENIDA, BOSQUE, JARDIM, JARDIM BOTÂNICO, LARGO, PARQUE, PASSEIO, PLACE ROYALE, PLAZA MAYOR, PRAÇA, RUA, SQUARE.

Os títulos de obras escritas aparecem em *itálico>, acompanhados do nome do autor.*

Os sobrenomes autorais entram pelo último elemento, completando-se o restante entre colchetes, como ASSIS, [Joaquim Maria] Machado de.

ACADEMIA DE BELAS-ARTES
[Rio de Janeiro] 154

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE
MONTPELLIER 127

ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE LISBOA
111, 112, 120, 127, 129

ACLAMAÇÃO, Campo da, antigo Campo de São
Domingos, Campo de Santana, atual Praça da Re-
pública [Rio de Janeiro] 68, 74, 99, 105, 108,
123, 125, 151-174, 216, 217, 221, 226

ACLAMAÇÃO, Palácio da [Salvador] 123

ACORDADA, Cárcere de la [México] 58

ADANSON 115

AFLITOS, Igreja de Nossa Senhora dos
[Salvador] 123

AGACHE, Alfred 187

AGUIAR, Marquês de

V. CASTRO, D. Fernando José de Portugal e

AGUIAR, Rafael Tobias de 134

AIX-EN-PROVENCE [França] 40

ALAMEDA

Acho [de][Lima] 66

Buenos Aires 66

Cabezas [de las][Lima] 66

Caracas 60, 62, 66, 215, 216

Champs Élysées [Paris] 39, 40, 45

Cours Belzunce [Marselha] 40

Cours la Reine [Paris] 39-41, 43, 45

Cours Saint Antoine [Paris] 40

Cours Vincennes [Paris] 40

Descalzos [de los] [Lima] 62, 66, 215, 216

- México 62-66, 214-216
 Nueva [Bogotá] 62, 66
 Vieja [Bogotá] 62, 66
 V. tb. BOSQUE, JARDIM, JARDIM BOTÂNICO, PASSEIO, SQUARE
- ALBERTI, Leone Battista 25, 26, 31, 34, 38, 39, 43, 214
- ALEMANHA 24, 170, 171, 206
- ALEXANDRINOS 22
- ALFREDO, João, Conselheiro 169, 171, 221
- ALLAIN, Émile 172, 173
- ALMEIDA, João Rodrigues Pereira de, Barão de Ubá 162
- ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de 153
- ALONSO, Rodrigo 62
- ALPHAND, Adolphe 194, 211
- ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva 81
- AMAT Y JUNYENT, Manuel 62, 215
- AMAZONAS, Rio [Brasil] 118
- AMAZÔNIA 113, 119, 190, 193, 194, 211
- AMÉLIA, D., Imperatriz do Brasil 160
- AMSTERDÃ 44, 54
- ANDRADE, Gomes Freire de, Conde de Bobadela 79
- ANDRADE, J. A. 86
- ANDRÉA [Presidente Provincial do Pará] 118, 191
- ANDREÄ, Johann Valentin 53
- ANGULEMA [França] 40
- ANJOU [França] 82
- ANSELMO, Santo 25
- ANTONIL, André João 80
- ANTONIO VAZ, Ilha de 53
- ANTUÉRPIA 38-40, 49
- APOLÔNIO TIANCO (de Tiana) 13
- AQUIN, L. C. D' 5
- ARARAS [São Paulo] 71
- ARCOS, Conde dos
 V. BRITO, D. Marcos de Noronha e
- AREAL, Estrada do
 V. RUA – Frei Caneca [Rio de Janeiro]
- ARENAL DE BILBAO [Espanha] 94
- ARISTÓTELES 22
- ARSENAL DE MARINHA [Belém] 118
- ASSIS, [Joaquim Maria] Machado de 11, 12, 151, 216
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA, Edifício [Salvador] 122
- ATLAMPÁ, Potreiro de [México] 58
- AUBELET 116
- ÁUSTRIA 57, 105, 160
- AVÉ-LALLEMANT, Robert 119, 135
- AVELINE 41
- AVENIDA**
 Almirante Barroso, antiga Tito Franco [Belém] 206, 208
 Barão de Tefé [Rio de Janeiro] 172
 Governador Malcher [Belém] 197
 Liberdade [Lisboa] 87
 Maio [Buenos Aires] 204
 Presidente Vargas [Rio de Janeiro] 172
 São Jerônimo [Belém] 197
 Tito Franco [Belém] V. Almirante Barroso
 V. tb. RUA
- AYACUCHO [Peru] 62
- AZEVEDO, José da Costa e, Frei 126
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de 82, 97, 98, 105-107
- BACH, Johann Sebastian 136
- BACKHEUSER, Everardo 72
- BACON, Francis 22, 53
- BADARÓ, João Batista 140
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro 115-117, 119, 120, 190, 192
- BAGÉ, Barão de
 V. GAMA, Paulo José da Silva
- BAHIA 78, 113, 120, 122, 123-125, 140, 147, 148, 163
- BANCO DO BRASIL 154
- BANDA DA BRIGADA MILITAR DO ESTADO [Pará] 210
- BANDA DE MÚSICA DA FORÇA PÚBLICA [São Paulo] 136
- BANDA DO CORPO DE BOMBEIROS [São Paulo] 136
- BANDA DO CORPO MUNICIPAL DE BOMBEIROS [Belém] 210
- BARLÉU, Gaspar de 54, 55
- BARROS, Lucas Antônio Monteiro de 133

- BARROW, John 88, 91, 92, 99
- BARTRAM, John 59
- BATÁVIA [Java] 53
- BATES, Henry Walter 118, 190, 192, 193
- BEDFORD, Duque de 44
- BEETHOVEN, Ludwig van 5, 136
- BELÉM [Pará] 14, 16, 17, 59, 113-120, 125, 140, 147-149, 189-201, 203, 205, 206, 208-211, 215-217, 220, 221
- BELÉM, Rio [Curitiba] 145, 146, 217
- BELLET, Daniel 73
- BELO HORIZONTE 69
- BÉNARD, P. 162, 170
- BERLIM 44, 173
- BERNINI, Lorenzo 37
- BERROETA 60
- BERTARELLI, Ernesto 137
- BEYER, Gustavo 122
- BIBLIOTECA REAL [Rio de Janeiro] 154
- BINS, Alberto 187
- BÍO-BÍO, Rio [Chile] 60
- BITTENCOURT E SÁ, João Ferreira de
V. SÁ, João Ferreira de Bittencourt e
- BITTENCOURT E SÁ, Manuel Ferreira da Câmara
V. SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e
- BITTENCOURT, Ignacio Ferreira da Câmara 112, 120-121, 125
- BOA VIAGEM, Bairro [Salvador] 123
- BOA VISTA, Quinta, Palácio [Rio de Janeiro] 105, 172, 174
- BOBADELA, Conde de
V. ANDRADE, Gomes Freire de
- BOCCANERA Jr., Sílio 120, 123, 125
- BOGOTÁ 62, 66, 215
- BOLSA DO COMÉRCIO, Edifício [Belém] 202
- BOM FIM, Campo do
V. REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
- BOM FIM, Igreja [Porto Alegre] 176, 181, 186
- BONAPARTE, Napoleão
V. NAPOLEÃO I
- BONPLAND 57, 67
- BOQUEIRÃO DA AJUDA, Lagoa do
[Rio de Janeiro] 81
- BORDEAUX [França] 37, 44
- BORELLI, Giovanni Alfonso 22
- BORROMEU, Carlos 45
- BOSQUE**
Bologne, Bois de [Paris] 208
Chapultepec [México] 59, 66
Municipal [Belém] 203, 206-208, 209, 212
Rodrigues Alves
V. Municipal [Belém]
V. tb. ALAMEDA, JARDIM, JARDIM
BOTÂNICO, PARQUE, PASSEIO
- BOSQUE DA SAÚDE, Bairro [São Paulo] 137
- BOTAFOGO, Bairro [Rio de Janeiro] 81, 103, 141
- BOYLE, Robert 22
- BRAMANTE, Donato 37-38
- BRÉMOND, Henri 24
- BRIDGEMAN, Charles 106
- BRITO, [Francisco] Saturnino [Rodrigues de] 73
- BRITO, D. Marcos de Noronha e, Conde dos Arcos
116, 117, 120, 122, 125, 148, 158, 162, 217
- BROTERO, Avelar 115
- BROWN, Lancelot “Capability” 14
- BRUNELLESCHI, Filippo 36
- BUCARELI Y URSÚA, Antonio 63, 66, 216
- BUENOS AIRES 66, 204
- BURLE MARX, Roberto 14, 106
- BURMEISTER, Hermann 103, 104, 138, 142, 165-167, 222
- CABALLERO Y GÓNGORA 62, 215
- CABRAL, Henrique Barbosa da Silva 130, 131
- CABRAL, Victorino 203
- CAEN [França] 40
- CAFÉ DE LA COMÉDIE 47
- CAÍ, Vale do [Rio Grande do Sul] 176
- CAIENA 59, 114-117, 119, 127, 140, 148, 215
- CALADO DO SALVADOR, Manuel, Frei 52, 54
- CÂMARA BITTENCOURT, Ignacio Ferreira da
V. BITTENCOURT, Ignacio Ferreira da Câmara
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, Edifício
[Belém] 202
- CÂMARA MUNICIPAL, Edifício
[Porto Alegre] 180
- CÂMARA, Manuel Arruda da 120, 126-127, 139, 140, 148
- CAMINHOÁ, Francisco de Azevedo 162, 170
- CAMPANELLA, Tommaso 53

- CAMPINA, Freguesia da [Belém] 192, 203
CAMPO GRANDE [Salvador] 123, 125
CANADÁ 57
CANALETTO [Giovanni Antonio Canal, dito] 42, 95
CANDELARIA DOS CIEGOS [México] 58
CAPDEVILLA, Vicente Febres de 180
CAPIBARIBE, Rio [Recife] 52
CARACAS 60, 62, 215
CARIBE 215
CARLOS I, Rei da Inglaterra 46
CARLOS II, Rei da Inglaterra 43, 46
CARLOS IX, Rei da França 40
CARLOS V, Rei da França 40
CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François 84, 87
CARVALHAES, José Antônio Vaz de 144, 145
CARVALHO, Antônio Marques de 194, 205, 206
CARVALHO, José Paes de 195
CASA DA MOEDA [Rio de Janeiro] 162
CASA DO TREM [São Paulo] 132
CASTELO, Morro do [Rio de Janeiro] 78, 167
CASTELO-MELHOR, Casa de 80, 83
CASTILHO, Antônio Feliciano de 100
CASTILHO, Júlio de 87, 185
CASTRO, D. Fernando José de Portugal e, Marquês de Aguiar 120, 154, 220
CASTRO, José Luís de [2º Conde de Resende] 79, 88, 98, 99, 153, 157
CASTRO, Martinho de Mello e 82
CATUCHE, Quebrada de [Caracas] 60
CEARÁ 127
CEILÃO 117
CHAMPS ÉLYSÉES
V. ALAMEDA – Champs Élysées
CHILE 60, 66, 214
CHILLÁN [Chile] 66
CHINA 106, 130
Christianopolis [de Johann Valentin Andreä] 53
CIDADE MAURÍCIA [Recife] 52, 53, 55
CIDADE NOVA [Rio de Janeiro] 156, 165, 174, 220
CIDADE VELHA [Rio de Janeiro] 163, 165, 174
CIDADE, Campo da
V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
CIRCO DE TOUROS [Porto Alegre] 184, 186, 187
Citté dei Sole [de Tommaso Campanella] 53
CLAUDE
V. LORRAIN, Claude
CLUB DE ENGENHARIA [Rio de Janeiro] 70
COELHO NETO, [Henrique Maximiano] 69, 81
COELHO, Jerônimo Francisco 203
COLÉGIO DOS JESUÍTAS [Belém] 202
COLLINSON, Peter 59
COLÔMBIA 57
COMISSÃO DE HIGIENE DE PORTO ALEGRE 180
COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS 53
CONCEIÇÃO, Morro [Rio de Janeiro] 79
CONDE DOS ARCOS, Solar do [Rio de Janeiro] 158
CONGRESSO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA NO RIO DE JANEIRO 70, 73, 74
COPIAPÓ, Vale do [Chile] 60
CORDEIRO, Marcelino José 114
CÓRDOBA [Espanha] 37
CORPO DE ARTILHARIA DE VOLUNTÁRIOS REAIS [São Paulo] 131
CORPO DE BOMBEIROS, Edifício [Rio de Janeiro] 162
CORPO POLICIAL DE PERMANENTES [São Paulo] 136
CORRÊA, José Augusto 173
CORREIA, Ildefonso Pereira 146
CORTÉS, Hernán 53
COSTANZÓ, Miguel 58
COUPERIN, François 5
COURS
V. ALAMEDA
COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, Conde de Linhares 109, 113, 114, 121, 126, 127, 132, 147
COVARRUBIAS, Sebastián 33
CROIX, D. Carlos Francisco de 63, 218
CROIX, Marquês de
V. CROIX, Carlos Francisco de
CUBA 57
CUMANÁ [Venezuela] 67
CUNHA, Antônio Pereira da 152
CUNHA, Balbino Cândido da 147
CURITIBA 16, 144-147, 149, 217

- D. PEDRO II, Estrada de ferro [Rio de Janeiro] 162, 169, 172
- DALRYMPLE, William 84
- DARVILLÉ, Will 73
- DAXABÓN [Peru] 66
- De Medicina Brasiliensis* [de Willhem Piso] 53
- De Pictura* [de Leone Battista Alberti] 25-26
- De re aedificatoria*
V. ALBERTI, Leone Battista
- DENIS, Ferdinand 99, 138, 140-141
- DESCARTES, René 22
- DIA DA ÁRVORE 70
- DIAS, Luís Pereira 178
- DIDEROT, Denis 93
- DIJON [França] 37
- DINAMARCA 82
- DINIZ, Firmo de Albuquerque 135-136
- DIOCLECIANO, Imperador romano 55
- Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil* [de Manuel Arruda da Câmara] 139, 148
- DOMBEY, Joseph 57
- DOMINICANOS, Convento dos [Lisboa] 87
- DU CLERC, Jean François 79
- DUBLIN [Irlanda] 44
- DUCALE, Piazza [Vigevano] 36
- DUGUAY-TROUIN, René 79
- DUPHLY 5
- DUPUY 72
- EBEL, Ernst 91, 98, 100, 163, 165, 166
- ECKHOUT, Albert 53
- EDWARDS, William Henry 191-193
- EL REAL [Chile] 66
- Enciclopédia* 111
- ERICEIRA, Casa de 83
- ESCOLA DE ENGENHARIA [Porto Alegre] 182
- ESCOLA DE MEDICINA
V. FACULDADE DE MEDICINA [Porto Alegre]
- ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA [Rio de Janeiro] 154
- ESCOLA MILITAR [Porto Alegre] 180-182, 185, 186, 216
- ESCOLA NORMAL [Rio de Janeiro] 131, 162
- ESCORIAL [Espanha] 36
- ESTADOS UNIDOS 57, 69, 110, 190
- EUROPA 14-15, 21, 23, 24, 31, 37-39, 44, 47, 57, 70, 74, 77, 87, 93, 103, 106, 109-110, 112, 123, 134, 139, 142, 149, 215
- EVELYN, John 39, 45
- EWBANK, Thomas 77, 91, 100, 108
- EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA [Porto Alegre] 176, 187
- EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE PRODUTOS NATURAIS E INDUSTRIAIS [Porto Alegre] 182, 184
- FACULDADE DE MEDICINA [Porto Alegre] 182, 186
- FARIA, José Custódio de Sá e 152
- FARIA SOBRINHO, Joaquim d'Almeida 147
- FARNESE, Palácio [Roma] 45
- FEIJÓ, João da Silva 112
- FELIPE II, Rei da Espanha 36-37, 53, 214
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues 57, 112
- FESTA DAS ÁRVORES 70
- FIALHO, Francisco José 105, 107
- FIELDING, Henry 47
- FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e 203
- FILLASSIER, Alfred 196
- FLAMENGO, Bairro [Rio de Janeiro] 81
- FLANDRES 27
- FLEIUSS, Henrique 166
- FLORENÇA 32, 36, 39, 45
- FONTANA, Francisco Fasce 145-147
- FRANÇA 23, 24, 37, 127, 190, 213
- FRANCISCO I, Imperador da Áustria 57
- FREYCINET, Charles de 68
- FRÜHBECK, Franz 160, 161
- FUNCK, Jacques 152
- GABRIEL, Jacques Ange 35
- GABRIELLE, La [Jardim Botânico de Caiena]
V. JARDIM BOTÂNICO — Gabrielle, La
V. tb. CAIENA
- GALILEO [Galileu Galilei] 22
- GALVÃO, Manoel Antonio 178
- GAMA, Paulo José da Silva, Barão de Bagé 117, 118, 177, 187
- GAMBOA, Forte da [Salvador] 123
- GARDNER, George 128, 130, 131
- Gargantua* [de François Rabelais] 33

- GERMAIN, E.-Paul 127
- GINÁSIO DO RIO GRANDE DO SUL 186
- GLAZIOU, Auguste François Marie 12, 102, 105-107, 170, 172, 174
- GOA [Índia] 113
- GOMES, Joaquim Belfort 203
- GONZÁLEZ DE NAHARRA, Manuel 60, 215
- GRAÇA, Abel 208
- GRAHAM, Maria 19, 75, 99, 141, 143, 163, 167, 219, 220, 223
- GRAND COURS
V. ALAMEDA — Champs Élysées [Paris]
- GRAVATAÍ, Vale do [Rio Grande do Sul] 176, 177
- GRAVIER, A. L. 72
- GRENOBLE [França] 40
- GRENOUILLER, Michel de 114-116
- GROENPLAATS [Antuérpia] 38
- GRONFELTS, Gaspar João Geraldo 192
- GRUNEWALD, Heitor Rademaker 170
- GRUNEWALD, Jorge Rademaker 170
- GUADALAJARA [México] 215
- GUAÍBA, Rio [Rio Grande do Sul] 176
- GUAMANGA [Peru] 62, 66, 215
- GUANABARA, Baía da [Rio de Janeiro] 5
- GUIMARÃES, Manuel Ribeiro 129
- HAENDEL, Georg Friedrich
V. HÄNDEL, Georg Friedrich
- HAIA 93
- HAMBURGO 44
- HÄNDEL, Georg Friedrich 5
- HASS, Eduardo 196, 211-212
- HAUER 146
- HAUSSMANN, Georges Eugène, Barão de 169, 194, 204, 211
- HAVANA [Cuba] 66, 215
- HAYDN, Joseph 5
- HÉNARD, Eugène 73
- HENRIQUE IV, Rei da França 36-37, 213
- HERNÁNDEZ, Francisco 53, 57
- HEYDTMANN, Philip Friedrich 180
- Historia Naturalis Brasiliensis* [de Georg Marcgrave] 53
- HOLANDA 24, 27, 54, 93,
V. tb. PAÍSES BAIXOS
- HOLANDA, Francesco de 27
- HOLANDA, Sérgio Buarque de 51-52, 56
- HONRA, Campo da
V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
- HORÁCIO 28
- HORTA SECA [Lisboa] 83
- HORTO BOTÂNICO
V. JARDIM BOTÂNICO
- HORTO MUNICIPAL [Belém] 196, 198, 205
- HOSPITAL DA BENEFICÊNCIA PORTUGUESA [Porto Alegre] 180
- HOSPITAL MILITAR [São Paulo] 132, 133
- HOSPITAL REAL [Lisboa] 87
- HOUSSAY, Frédéric 135, 136
- HUMBOLDT, Alexander von 15, 57, 67
- IMPrensa OFICIAL, Edifício [Belém] 202
- IMPrensa REAL [Rio de Janeiro] 154
- ÍNDIO DO BRASIL, Intendente 202, 204
- INGLATERRA 23-24, 28-29, 43, 82, 190
- INQUISIÇÃO, Paço da [Lisboa] 84
- INSPETORIA DE MATAS, JARDINS, CAÇA E PESCA [Rio de Janeiro] 173
- INSTITUTO ASTRONÔMICO E METEOROLÓGICO [Porto Alegre] 186
- INSTITUTO DE ENGENHARIA [Porto Alegre] 186
- INSTITUTO ELETROTÉCNICO [Porto Alegre] 186
- INSTITUTO JÚLIO DE CASTILHOS [Porto Alegre] 186
- INSTITUTO TÉCNICO-PROFISSIONAL [Porto Alegre] 186
- INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Edifício [Belém] 202
- IONG-TECHING 106
- IRELAND, Samuel 93
- IRLANDA 82
- ISABELLE, Arsène 175, 179
- ITÁLIA 19, 27, 93, 215, 220
- ITAPARICA, Ilha [Bahia] 123
- JACQUIN, Nicholas Joseph Von 57
- JACUÍ, Vale do [Rio Grande do Sul] 176
- JARDIM**
11 de Junho [Rio de Janeiro] 172
Arsenal [Paris] 38, 39

Caneleiras [Belém] 116-120, 148, 149, 192
Cascine [Florença] 39
Éden 14, 29, 51, 58
General Osório, Praça [Rio de Janeiro] 172
Glória [Rio de Janeiro] 172
L'Hôtel Soubise [Paris] 38
Luxemburgo [Paris] 38
Municipal [Rio de Janeiro] 172
Palais Royal [Paris] 38
Plantes [des] [Paris] 38, 57
São Francisco de Paula [Rio de Janeiro] 72
Somerset House [Londres] 95
Stowe [Inglaterra] 106
Temple [Paris] 38
Tulherias 36, 38, 39, 40, 59, 87
Versalhes 36, 38, 82, 217
V. tb. ALAMEDA, BOSQUE, JARDIM
BOTÂNICO, LARGO, PASSEIO, PRAÇA,
SQUARE

JARDIM BOTÂNICO

Belém 16, 59, 114-120, 140, 147, 148, 149, 216
Caiena
V. Gabrielle, La
Cambridge 140
Campo da Redenção [Porto Alegre] 175, 176,
182-186, 217
Caribe, Ilhas 215
Curitiba 144-147, 149
Filadélfia 215
Gabrielle, La [Caiena] 59, 115, 117, 127, 140, 148
Goa 113
Guadalajara 215
Havana 66, 215
Jardin des Plantes 38, 57
Kew Garden 57, 59
Lisboa 57, 82, 83, 113, 121, 215, 217
Londres V. Kew Garden
Madri 57, 215
Maranhão 113
México 58, 214
Moçambique 113
Olinda 126-128, 140, 148, 149, 217
Ouro Preto 129-131, 133, 140, 148, 149, 216

Pádua 58
Paris 215
Pernambuco
V. Olinda
Rio de Janeiro 16, 99-101, 115, 138-144, 148,
149, 216
Salvador 120-125, 140, 148, 149, 215, 216
São Paulo 131-137, 140, 148-149, 216, 217
V. tb. PASSEIO — São Paulo
Viena 57
V. tb. ALAMEDA, BOSQUE, JARDIM, HORTO
MUNICIPAL, LARGO, PARQUE, PASSEIO,
PRAÇA, SQUARE

JARDIM OPERÁRIO 72
JARDIM ZOOLOGICO [Rio de Janeiro] 12
JARDIM, Jerônimo Rodrigues de Moraes 169
JAVA, Ilha de 53
JOÃO VI, D., Rei do Brasil e Portugal 123, 138,
139, 140, 159, 162, 163
JOÃO, D. Príncipe Regente do Brasil e Portugal
V. JOÃO VI
JOAQUIM, Leandro 81
JOAQUINA, D. Carlota, Princesa 97, 153
JOSÉ I, Rei de Portugal 111
JUÇARA, Alagadiço da [Belém] 117, 119, 192, 217
JUNIUS V. Diniz, Fermo de Albuquerque
JUNTA DE HIGIENE DA PROVÍNCIA
[Rio Grande do Sul] 181
JUSSIÉU 115
KEDZIE 67
KENT, William 106
KERL, J. C. 5
KEW GARDEN [Londres] 57
KIDDER, Daniel Parish 114, 117, 118, 128, 134,
135, 190, 191, 193, 201
KLUMB, Revert Henrique 102
KOSERITZ, Carl von 131, 170, 171
L'HONORÉ 93
LANDI, Antônio José 201, 202
LANDSEER, Charles 124

LARGO

Capim
V. JARDIM — General Osório [Rio de Janeiro]
Carioca [Rio de Janeiro] 152

- Constituição [Belém]
 V. Independência [Belém]
- Independência, Praça, antigo largo do Palácio, praça da Constituição [Belém] 191, 202
- Machado
 V. PRAÇA — Duque de Caxias [Rio de Janeiro]
- Mauá [Rio de Janeiro] 152
- Nazaré [Belém] 121, 196
- Paço [Rio de Janeiro] 68, 174
- Palácio
 V. Independência, [Belém]
- Pólvora
 V. PRAÇA — República [Belém]
- Quartel
 V. PRAÇA — Saldanha Marinho [Belém]
- Redondo [Belém] 116
- Rocio
 V. PRAÇA — Constituição [Rio de Janeiro]
- Rossio [Lisboa] 83, 87
- São Brás [Belém] 196
- V. tb. PLACE ROYALE, PLAZA MAYOR, PRAÇA
- LATIÈRE, H. 72
- LAVADEIRAS, Chafariz das
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
- LAVRADIO, Marquês do
 V. MASCARENHAS, D. Luís de Almeida Soares Portugal Alação Eça e Melo Silva, 2º Marquês do Lavradio
- LAZZARINI, João 146
- LE NÔTRE, André 14, 36, 38, 82, 217
- LEACH, Edmund 21-23
- LEANDRO DO SACRAMENTO, Frei 99, 140, 143
- LEIRIA [Portugal]
 V. LIRIA
- LEITHOLD, Theodor von 98, 99, 160
- LE MOS, Antônio José de 14, 17, 194-196, 219, 221
- LEÓN [Espanha] 37
- LEÓN [Nicarágua] 57
- LEOPOLDINA, Maria, Arquiduquesa da Áustria 160
- LIBERALLI, Frederico Augusto 70, 74, 219
- LICEU DE ARTES E OFÍCIOS [Porto Alegre] 182
- LIMA [Peru] 62, 66, 214-216
- LIMA, José Ignácio de Abreu e 98, 139, 148
- LINEU [LINNÉ, Carl von] 57, 59
- LINHARES, Conde de
 V. COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa
- LINK, H. J. 87
- LIRIA [Portugal] 182
- LISBOA 35, 45, 83, 87, 89, 213, 215
- LISBOA, Baltasar da Silva 112
- LISTER, Martin 45
- LIVRAMENTO, Morro do [Rio de Janeiro] 172
- LÖFLING, Pehr 57
- LONDRES 28, 32, 35, 42-44, 46, 47, 68, 95, 106, 213, 215
- LORENA, Bernardo José de, 5º Conde de Sarzedas 129
- LORRAIN, Claude 19, 27
- LUCOCK, John 88-92, 99, 156, 160
- LUÍS XIII, Rei da França 37, 40
- LUÍS XIV, Rei da França 37, 40, 82, 217
- LUÍS XV, Rei da França 37, 38, 135
- LUZ, Convento da [São Paulo] 131, 216
- LYON 37
- MACEDO, Joaquim Manuel de 82, 83, 96-98, 100, 105, 106, 146, 147, 177, 181, 187, 222
- MACHADO, Caetano Maurício 121
- MACIEL, João Moreira 186
- MACIEL, Salvador José 167
- MADRI 37, 45, 214, 215
- MAIA, Emílio Joaquim da Silva 68
- MALCHER, João Diogo Clemente 197, 208
- MARAJÓ [Pará] 189
- MARANHÃO 113
- MARC, Alfred 193, 194, 203
- MARCGRAVE, Georg 53
- MARCO DA LÉGUA [Belém] 196, 206, 208
- MARIA I, Rainha de Portugal 89, 90, 111, 113, 114
- MARQUES, Manuel 115
- MARREAS, Chafariz das [Rio de Janeiro] 90
- MARSELHA 40
- MARTE, Campo de
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
- MARTIN 115
- MARTINET, Alfredo 111
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von 115-117, 122, 123, 141, 148

- MARX, Roberto Burle 14, 106
- MASCARENHAS, D. Luís de Almeida Soares Portugal Soares Alação Eça e Melo Silva, 2º Marquês do Lavradio 79
- MASSÉ, João 152
- Materiae Politicae* [de S. Stevin] 53
- MÉDICIS, Marie de 39
- MELIPILLA [Chile] 66
- MELLO, D. Tomás José de 126
- MELLO, José Antonio Gonsalves de 126
- MELO, Lopo de Almeida Henriques Botelho e 178
- MELO, Manuel Felizardo de Sousa e 134
- MELO, Sebastião José de Carvalho e, Marquês de Pombal 35, 78, 83, 85, 111
- MENDONÇA, Antônio Manoel de Melo Castro e 131, 132, 137
- MENESES, D. Francisco Cunha 121
- MENEZES, D. José Narciso de Magalhães e 117
- MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL [Porto Alegre] 180, 185
- MÉXICO 15, 53, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 214-217
- MICHELANGELO 27
- MINAS GERAIS 69, 110, 113, 120, 129, 130, 140, 147, 151
- MIRANDA, Joaquim Veloso de 112, 129
- MOÇAMBIQUE 113
- MOCIÑO, José Mariano 57
- MOISÉS 31
- MONFALCON, J.-B. 68
- MONGUBEIRAS, Estrada
V. JARDIM — Caneleiras [Belém]
- MONT SERRAT, Bairro [Salvador] 123
- MONTAURY, José 182, 187
- MONTEIRO, Domingos 178
- MONTENEGRO, D. Caetano Pinto de Miranda 126
- MONTERREY, Conde de
V. ZÚNIGA Y AZEVEDO, Gaspar de
- MONTIGNY, [Auguste Henry Victor] Grandjean de 160, 164, 173
- MOORFIELDS [Londres] 32, 43
- MORE, Thomas 51
- MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte
V. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de
- MORUS, Thomas
V. MORE, Thomas
- MUNIQUE 45
- MUSEU DO ESTADO [Porto Alegre] 182
- MUSEU GOELDI [Belém] 197
- MUTIS, José Celestino 57
- NANCY [França] 37, 44
- NAPOLEÃO I 153
- NASSAU, [João] Maurício de 15, 52-56, 217
- NASSAU-SIEGEN, Johann Moritz von,
V. NASSAU, Maurício de
- NEOPLATÔNICOS 22
- NEVES, Lourenço Baeta 67-70, 75
- NEWTON, Isaac 22
- NICARÁGUA 57
- NICOLAU V, Papa 36
- NORMAN, Georg Karl Philip von 180
- Nova Atlantida* [de Francis Bacon] 53
- NOVA ESPANHA, Vice-reinado de 15, 57, 58, 62, 66, 214
V. tb. MÉXICO
- NOVA HOLANDA [Pernambuco] 53, 55
- OLINDA 16, 19, 126-128, 148, 149, 215, 218
- OLIVEIRA, João Alfredo Correia de
V. ALFREDO, João, Conselheiro
- OLIVEIRA JR., Duarte de 67
- OLMSTEAD, Frederick Law 14
- ORINOCO, Rio [Venezuela] 57
- ORNE, Rio [Caen] 40
- OSORNO [Chile] 66
- OURO PRETO 129-131, 133, 137, 148, 149, 216
- OXFORD [Inglaterra] 46
- PADRE PERERECA
V. SANTOS, Luís Gonçalves dos
- PAÍSES BAIXOS 24, 27
- PALERMO [Itália] 93
- PALL MALL, Jogo 43, 49
- Pantagruel* [de François Rabelais] 33
- PARAÍBA 127
- PARET Y ALCÁZAR, Luis 94
- PARIS 34, 36, 37, 39-41, 45-47, 49, 57, 120, 127, 164, 166, 169, 173, 204, 212
- PARQUE**
Antártica [São Paulo] 137

- Imperial
 V. BOA VISTA, Quinta, Palácio [Rio de Janeiro]
- Farrroupilha
 V. REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
- Júlio Furtado
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da
 [Rio de Janeiro] 151
- V. tb. ALAMEDA, BOSQUE, JARDIM, JARDIM
 BOTÂNICO, PASSEIO, SQUARE
- PARRAL [Chile] 66
- PASSA-DEZ DE CIMA [Ouro Preto] 130
- PASSAQUIM, B. 5
- PASSEIO**
- Aguas [de las] [Lima] 62, 66, 215, 216
- Aix-en-Provence [França] 40
- Angulema [França] 40
- Augarten [Viena] 45
- Beaux' Walk [Dublin] 44
- Belém
 V. JARDIM — Caneleiras [Belém]
- Bogotá 62, 215
- Bucareli [México] 58, 63, 66, 215, 216
- Buenos Aires 66
- Campo da Redenção
 V. RENDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
- Campo de Santa Clara [del] [Guamanga, Peru] 62
- Campo de Santana [Rio de Janeiro] 99, 105, 108,
 151, 153, 155-167, 170, 171, 173, 174, 216, 217
- Cañada [de la] [Santiago, Chile] 66
- Caracas 60, 62, 215, 216
- Chillán [Chile] 66
- Curitiba 144-147, 149
- Daxabón [Peru] 66
- Delicias [de las] [Madri] 45
- Descalzos [de los] [Lima] 62, 66, 215, 216
- El Real [Chile] 66
- English Garden [Munique] 45
- Extramuros [Havana] 66
- Florida [Madri] 45
- Gardiner's Mall [Dublin] 44
- Grand Cours [Caen] 40
- Gray's Inn Fields [Londres] 43
- Grenoble [França] 40
- Greenwich Park [Londres] 43
- Hampton Court [Londres] 43
- Hyde Park [Londres] 43, 46
- Jardin Royal [Bordeaux] 44
- Jungfernstieg [Hamburgo] 44
- Le Trône [Vincennes] 40
- Lincoln's Inn Fields [Londres] 43
- Lisboa 45, 83-85, 87
- Magdalen [Oxford] 46
- Manzanarès [Madri] 45
- Marina [Palermo] 93, 96
- Melipilla [Chile] 66
- Merton Wall [Oxford] 46
- Milão [Itália] 215
- Nevsky Avenue [São Petersburgo] 45
- New Spring Garden
 V. Vauxhall Gardens [Londres]
- Nieuwe Plantage [Amsterdã] 44
- Osomo [Chile] 66
- Parral [Chile] 66
- Pepinière Royal [Nancy] 44
- Playa Grande [Cumaná] 65
- Prado [del] [Madri] 45, 215
- Rancagua [Chile] 66
- Ranelagh Gardens [Londres] 43, 49
- Rio de Janeiro 5, 11, 77, 108, 125, 126, 148, 149,
 153, 158, 159, 171, 172, 173, 215, 219, 222, 226
- Salvador 120-125, 215, 216
- San Felipe [Chile] 66
- San Fernando [Chile] 66
- San José de Buenavista [Chile] 66
- Santa Marta [Peru] 66
- Santa Rosa de los Andes [Chile] 66
- Santana, Campo de [Rio de Janeiro]
 V. Campo de Santana
- Santiago [Chile] 61, 66, 214
- São Paulo 131-137, 140, 148-149, 216, 217
- Scheveningen [Holanda] 93
- Serena [Chile] 60, 66, 215
- St James's Park [Londres] 43, 47, 49
- St. John's [Oxford] 46
- Tajamares [de los] [Santiago, Chile] 66
- Tiergarten [Berlim] 44
- Tours [França] 40

- Trinity [Oxford] 46
 Unter den Linden [Berlim] 44
 Vauxhall Gardens [Londres] 42, 43, 49
 Viga [de la] [México] 66
 Villarica [Chile] 66
 Westminster Palace [Londres] 43
 Whitehall [Londres] 43
 V. ALAMEDA, BOSQUE, JARDIM, JARDIM BO-
 TÂNICO, LARGO, PARQUE, PRAÇA,
 SQUARE
 PASSOS, Francisco Pereira 162, 169, 221
 PAVÓN, José Antonio 57
 PEDRO I, D., Imperador do Brasil 143, 160-164,
 168, 181
 PEDRO II, D., Imperador do Brasil 106, 173, 218
 PEDRO III, Rei de Portugal 89, 90
 PELOTAS, Rio [Rio Grande do Sul] 176
 PERERECA, Padre
 V. SANTOS, Luís Gonçalves dos
 PERNAMBUCO 19, 113, 120, 126, 127, 140, 147,
 148, 163
 PERU 62, 66, 67
 PERUZZI, Baldassare 38
 PIAZZALE DEL PRATO [Siena] 32
 PINHEIRO, José Feliciano Fernandes 178
 PIRI
 V. JUÇARA, Alagadiço da [Belém]
 PISO, Willhem 53, 55
PLACE ROYALE
 Bordeaux 37
 Dijon 37
 Lyon 37
 Nancy 37
 Paris
 V. PRAÇA — Concorde, de la
 Reims 37
 Rennes 37
 Valenciennes 37
 Vendôme [Paris] 37
 Victoires [Paris] 37
 Vosges [Paris] 37
 V. tb. LARGO, PLAZA MAYOR, PRAÇA
 PLATÃO 22
PLAZA MAYOR
 León 37
 Madri 37
 Segovia 37
 Valladolid 37
 V. tb. LARGO, PLACE ROYALE, PRAÇA
 PLÍNIO, O Velho 13
 POLINIÈRE, A.-P.-I de 68
 POMBAL, Marquês de
 V. MELO, Sebastião José de Carvalho e
 POMBO, [José Francisco da] Rocha 189, 209
 POMPÉIA [Itália] 24
 PONTA DAS PEDRAS, Cadeia [Porto Alegre] 180
 PORTA AL PRATO [Florença] 32
 PORTÃO, Várzea do
 V. REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
 PORTO ALEGRE 17, 171, 175, 176, 179, 180, 182-
 184, 186, 187, 216-218
 PORTO RICO 57
 PORTUGAL 78, 80, 84, 97, 110, 111, 112, 113,
 128, 139, 147, 154, 165
 PORTUGAL, Tomás Antonio Vila-Nova 158
 POST, Franz 53
 POUSSIN, Nicolau 27
PRAÇA
 Aclamação [Salvador] 74, 123, 166, 168, 170
 Batista Campos [Belém] 198, 203, 205, 210, 212
 Comércio [Salvador] 122
 Concorde, de la [Paris] 37
 Concórdia [Porto Alegre] 166, 185
 Conde d'Eu [Porto Alegre]
 V. Quinze de Novembro [Porto Alegre]
 Constituição, atual Tiradentes [Rio de Janeiro]
 68, 163, 164, 172
 D. Feliciano [Porto Alegre] 185
 Duque de Caxias, atual largo do Machado [Rio de
 Janeiro] 172
 Duque de Caxias, antiga Campo Grande [Salva-
 dor] 123, 125
 Floriano Peixoto [Belém] 196
 Frei Caetano Brandão [Belém] 202
 General Marques [Porto Alegre] 185
 General Osório [Porto Alegre] 185
 Grève [Paris] 37
 Hotel de Ville [Viena, Áustria] 173

- Julio de Castilhos [Porto Alegre] 185
 Marechal Deodoro [Porto Alegre] 185
 Martins de Lima [Porto Alegre] 185
 Menino Deus [Porto Alegre] 185
 Passeio Público [Lisboa] 83
 Pedro II, atual 15 de Novembro [Rio de Janeiro] 172
 Quinze de Novembro, antiga Praça Conde d'Eu [Porto Alegre] 171, 185
 Quinze de Novembro [Rio de Janeiro] 172
 Real [Berlim] 173
 República [Belém] 191, 198, 202, 203, 204, 210
 República
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
 Saldanha Marinho, antigo largo do Quartel [Belém] 191
 Santana [Belém] 198, 202
 São Marcos [Veneza] 37
 São Pedro [Vaticano] 37
 Senador Florêncio [Porto Alegre] 185
 SS. Annunziata [Florença] 36
 Tiradentes
 V. Constituição [Rio de Janeiro]
 Trindade [Belém] 202
 Vendôme [Paris] 37
 Verte [Place] [Antuérpia]
 V. GROENPLAATS
 Victoires [Paris] 37
 Visconde do Rio Branco [Belém] 198, 202
 Vosges [Paris] 37
 V. tb. LARGO, PLACE ROYALE, PLAZA MAYOR
 PRAÇA DO COMÉRCIO, Edifício [Salvador]
 V. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA
 PRADO, Antônio da Silva 136
 PRAINHA
 V. LARGO — Mauá [Rio de Janeiro]
 PRATA, Rio da [América do Sul] 175
 PREFEITURA, Edifício [Rio de Janeiro] 162
 PROCÓPIO CESARIENSE, Historiador bizantino 13
 PUNCERES, Quebrada [Caracas] 60
QUARTEL
 Corpo de Artilharia [São Paulo] 216
 Militar
 V. ESCOLA MILITAR [Porto Alegre]
 Militar [Rio de Janeiro] 216
 Veteranos [Caracas] 60
 QUESNAY, François 111
 RABELAIS, François 33
 RADCLIFFE, Ann 93
 RAFFARD, Henrique 136
 RAMEAU, Jean-Phillippe 5
 RAMOS, Marcelino 169
 RANCAGUA [Chile] 66
 RANGEL, João José Machado 170
 RANGO, Ludwig von 99, 220
 RAPHAEL [Raffaello Sanzio] 38
 REAL EXPEDIÇÃO BOTÂNICA A NOVA ESPANHA 57, 58
 REAL MUSEU [Lisboa] 129
 REAL MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL [Rio de Janeiro] 162
 REAL SOCIEDADE DE CIÊNCIAS DE MONTPELLIER 120
 V. tb. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE MONTPELLIER
 RECIFE 15, 55
 REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre] 170, 175-187, 217
 REIMS [França] 37
 REIS, Aarão 69
 RENASCIMENTO 22, 23, 25, 32, 33, 34, 53, 213, 220
 RENDON, José de Arouche Toledo 113, 133
 RENNES [França] 35, 37, 213
 REPTON, Humphrey 106
 RESENDE, 2º Conde de
 V. CASTRO, José Luís de
 RIBEYROLLES, Charles de 68, 91, 93, 103, 138, 142, 222
 RICHELIEU, Cardeal 40
 RIMAC [Lima] 62
 RIO DE JANEIRO 17, 19, 68, 72, 131, 147, 149, 151-173, 215, 219, 222
 RIO GRANDE [Rio Grande do Sul] 175
 ROCHA, Otávio 185, 187
 RODRIGO DE FREITAS, Lagoa [Rio de Janeiro] 141, 148

RODRIGUES, J. Barbosa 138, 140, 143, 144
 ROMA 36, 45, 213
 ROMANO, Giulio 38
 ROSÁRIO, Campo do 152
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
 ROSÁRIO, Capela do [Rio de Janeiro] 152
 ROSCIO, Francisco José 152
 ROUSSEAU, Jean-Jacques 47
RUA
 Alecrim [Rio de Janeiro] 158
 Belas Noites [atual rua Marrecas] 12, 81, 88, 90, 106
 Conde [Rio de Janeiro] 158, 167
 Frei Caneca, antiga Estrada do Areal [Rio de Janeiro] 158
 Imperador [Belém] 193
 Marrecas
 V. Belas Noites [Rio de Janeiro]
 Moncorvo Filho [Rio de Janeiro] 158
 Uruguiana
 V. Vala [Rio de Janeiro]
 Vala, atual rua Uruguiana [Rio de Janeiro] 152, 163
 V. tb. AVENIDA
 RUIZ, Hipólito 57
 SÁ, João Ferreira de Bittencourt e 120
 SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e 112, 120
 SACRAMENTO, Colônia do 78
 SAHUT, Jacques 114
 SAINT ANTOINE, Boulevard, [Paris] 45
 SAINT ANTOINE, Porte de [Paris] 40
 SAINT HONORÉ, Porte de [Paris] 39
 SAINT THOMAS, Ilha de [Caribe] 59
 SAINT VINCENT, Ilha de [Caribe] 59
 SAINT-DENIS, Porte de [Paris] 40
 SAINT-HILAIRE, Auguste de 109, 134
 SAINT-MARTIN, Porte de [Paris] 40
 SALAMANCA, Francisco de 36
 SALLES, Paulo 71
 SALVADOR 16, 19, 78, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 148, 149, 151, 163, 215, 216, 218
 SALVADOR, Manuel Calado do, Frei
 V. CALADO DO SALVADOR Manuel, Frei
 SALVETY, Raphael 39
 SAN FELIPE [Chile] 66
 SAN FERNANDO [Chile] 66
 SAN JOSÉ DE BUENAVISTA [Chile] 66
 SAN MIGUEL DE BELÉN, Colégio [México] 58
 SANGALLO, Antonio da 38
 SANTA ANNA, Campo de
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
 SANTA MARTA [Peru] 66
 SANTA ROSA DE LOS ANDES [Chile] 66
 SANTA TERESA, Morro de [Rio de Janeiro] 172
 SANTANA, Campo de
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
 SANTANA, Igreja de [Rio de Janeiro] 152, 153, 162, 169, 174
 SANTANA, Morro [Lisboa] 83, 218
 SANTIAGO [Chile] 60, 66, 214, 215
 SANTO ANTONIO, Lagoa
 V. LARGO — Carioca [Rio de Janeiro]
 SANTO ANTÔNIO, Morro [Rio de Janeiro] 79
 SANTOS, Luiz Gonçalves dos, Padre Perereca 89, 90, 97, 138, 139, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 173
 SANTOS, Reinaldo Manuel dos 83
 SÃO BENTO, Morro [Rio de Janeiro] 78
 SÃO CRISTÓVÃO [Rio de Janeiro] 103
 SÃO DOMINGOS, Campo de
 V. ACLAMAÇÃO, Campo da [Rio de Janeiro]
 SÃO DOMINGOS, Igreja de [Rio de Janeiro] 152
 SÃO DOMINGOS, Ilha de [Caribe] 57
 SÃO FRANCISCO [Estados Unidos] 57
 SÃO JOSÉ, Convento [Belém] 116, 118, 216
 SÃO PAULO 16, 71, 74, 109, 113, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 147, 148, 149, 215, 216, 217, 218
 SÃO PEDRO, Forte de [Salvador] 121, 122, 123, 148
 SÃO PEDRO, Província de [Rio Grande do Sul] 176, 179
 SÃO PETERSBURGO 45
 SÃO ROQUE, Morro [Lisboa] 83, 218
 SARZEDAS, Conde de
 V. LORENA, Bernardo José de
 SCHEVENINGEN [Holanda] 93
 SCHLICHTHORST, Carl 165, 167, 168, 169

- SCHUBERT, Franz 136
- SÉ, Freguesia [Belém] 192
- SÉ, Igreja da [Belém] 202
- SEGOVIA [Espanha] 37
- SEIDLER, Carl 91, 141-142
- SEMINÁRIO DE OLINDA 126
- SENA, Rio [Paris] 139
- SENADO DA CÂMARA, Edifício
[Rio de Janeiro] 154, 162
- SENADO DO IMPÉRIO, Edifício
[Rio de Janeiro] 162
- SERENA [Chile] 60, 66, 215
- SERPA, Joaquim Jerônimo 128, 130
- SERVIÇO DOS BOSQUES, PARQUES, JARDINS
E HORTOS MUNICIPAIS [Belém] 196
- SESSÉ, Martín 57, 58, 216
- SIENA [Itália] 32
- SIGÜENZA, D. Carlos de 62
- SILVA, Antônio Marques da 132
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e 112
- SILVA, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e 112
- SILVA, Quintiliano José da 131
- SILVA, Valentim da Fonseca e
V. VALENTIM, Mestre
- SINOS, Vale dos [Rio Grande do Sul] 176
- SITTE, Camilo 32
- SIXTO V, papa 36, 213
- SOARES, Antônio Francisco 97
- SOBRAL, Rodrigues 115
- SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE PARIS 127
- SOLEDADE, Cemitério da [Belém] 205
- SOMERSET HOUSE [Londres] 95
- SOUZA, Francisco Pinto de 178
- SOUZA, Hilário de 115
- SPIX, Johann Baptist von 115, 116, 117, 122,
141, 148
- SQUARE**
- Berkeley Square 44
- Bloomsbury (ou Southampton) Square 44
- Grosvenor Square 44
- King (ou Soho) Square 44
- Leicester Square 44
- Red Lion Square 44
- Soho (ou King) Square 44
- Southampton (ou Bloomsbury) Square 44
- St. James's Square 44
- Trafalgar Square 166
- V. tb. ALAMEDA, BOSQUE, JARDIM,
PARQUE, PRAÇA
- STEPHENS, G. 82
- STEVIN, S. 53
- STOWE [Inglaterra] 106
- STRAUSS, Paul 195, 196
- SUÉCIA 82
- TÂMISA, Rio [Londres] 43, 95
- TAQUARI, Vale do [Rio Grande do Sul] 176
- TAUNAY, Alfredo d'Escragnole 144, 145, 146, 147
- TEATRO**
- Lirico Fluminense [Rio de Janeiro] 162
- Parque [Porto Alegre] 186
- da Paz [Belém] 190, 204
- Provisório [Rio de Janeiro] 162
- São João [Salvador] 122
- São Pedro [Porto Alegre] 180
- TEIVE, D. Fernando da Costa Ataíde 192
- TEÓCRITO 24
- TERESA, Maria, Princesa 157, 159, 163
- TIERRA FIRME [México] 67
- TIJUCA, Pico da [Rio de Janeiro] 172
- Timaeus* [de Platão] 22
- TISSANDER 71
- TODOS OS SANTOS, Baía de [Bahia] 123
- TOLEDO, Juan Bautista 36
- TOLLENARE, Louis-François 126, 127, 128
- TORRES, José Carlos Pereira de Almeida 133
- TOSCANA, Duque da 39
- TOURNEFORT, Joseph Pitton de 115
- TOURS [França] 40
- Trattato della Pintura* [de Leonardo da Vinci] 26
- TURBILLY, Marquês de 82
- TURK'S HEAD CLUB [Londres] 46
- TWISS 84
- UBÁ, Barão de
V. ALMEIDA, João Rodrigues Pereira de
- UNIÃO VELOCIPÉDICA [Porto Alegre] 182, 184
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA 111, 112, 129
- UNIVERSIDADE DE MONTPELLIER 120, 127

- VALENCIENNES [França] 37
- VALENTIM, Mestre 81, 87, 90, 100, 106
- Valeroso Lucideno* [de Frei Manuel Calado do Salvador] 54
- VALLADOLID [Espanha] 35, 36, 37, 213
- VANDELLI, Domingos 82, 113, 129
- VÁRZEA DA CIDADE
V. REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
- VÁRZEA DO PORTÃO
V. REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
- VÁRZEA, Potreiro da
V. REDENÇÃO, Campo da [Porto Alegre]
- VASCONCELOS E SOUSA, D. Luís de 5, 79, 80, 82, 83, 148
- VASCONCELOS, Fernando Antônio Pereira de 129, 130
- VELASCO, D. Luís, 8º vice-rei do México 62, 63, 214, 217
- VELÓDROMO [Porto Alegre] 182, 184
- VELOSO, José Mariano da Conceição 112
- VENEZA [Itália] 37, 91, 95
- VESÚVIO [Itália] 24
- Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* [de Alexandre Rodrigues Ferreira] 57
- VIAMÃO [Rio Grande do Sul] 176
- VIANA, Paulo Fernandes 154, 157, 161
- VIENA 44, 57, 173, 215
- VIGEVANO [Itália] 36
- VIGNOLA, Giacomo Barozzi da 38
- VILLARRICA [Chile] 66
- VINCENNES [França] 40
- VINCI, Leonardo 26-27, 35
- VIRGÍLIO 28
- VITRÚVIO 25
- VIVALDI, Antonio 5
- WAGENER, Zacharias 53
- WAGNER, Richard 136
- WALPOLE, Horace 106
- WALSH, Robert 100, 138
- WESTMINSTER [Londres] 95
- WREN, Christopher 35
- XENOFONTE 13
- ZÊUXIS 26
- ZÚNIGA Y AZEVEDO, Gaspar de 63